



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA

ISSN 2525-5975

REVISTA Nº 01 - ANO 8 (2019)





Aqui eles fizeram história.
Faça você a sua.



**INSTITUTO
IDEIA**

Mestrados e Doutorados no Mercosul



SEDE INTERNACIONAL

Rua Senador Furtado, 18 Praça da Bandeira
Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP 20270-020
Tel/Fax: (21) 2567-7441 - Cel: (21) 98596-4934
www.ideiaeduc.com.br • contato@ideiaeduc.com.br



SEDE ASSUNÇÃO

Calle 25 Mayo, 542
Oficina 12
Edificio - Bahia
Asunción - PY • Tel.: 440 346





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA

<http://www.revistaideario.com.br>



**INSTITUTO
IDEIA**

REVISTA Nº 01 - ANO 8 (2019) / Rio de Janeiro / 284 Páginas



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

Revista Ideário

Revista Científica do Instituto Ideia

REVISTA Nº 01 - ANO 8 (2019)

CONTATOS

PROFESSOR RICARDO DE BONIS

E-mail: contato@revistaideario.com.br

PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS

Os trabalhos deverão ser enviados para o endereço:
contato@revistaideario.com.br

VEJA O SITE DA REVISTA

<http://www.revistaideario.com.br>



■ CORPO EDITORIAL

Conselho Editorial

PROF. ANA ESTELA BRANDÃO DUARTE

Pós Doutoranda em Educação - UNIBE, Doutora em Educação (UAA), Coordenadora da Universidade Aberta do Brasil UAB/CAPES, Coordenadora Pedagógica da FAP e Geremario Dantas, Graduada em Matemática (UPE) e Pedagogia. Consultora do MECAL.

PROF. CARLOS ESTEPHANIO

(Doutor em Educação pela Universidad Americana de Asunción).

PROF. CARMELINDO MALISKA

Doutor em Medicina - UFRJ, Mestre em Biociências Nucleares pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Especialista em Neuropsicologia pela Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (SCMRJ) - Universidade Cândido Mendes, Professor Titular das disciplinas de Biofísica e de Diagnóstico por Imagem do Curso de Medicina e Fisioterapia da Universidade Iguazu. Chefe da Divisão de Pesquisa do Departamento de Ensino e Pesquisa e Chefe do Serviço de Medicina Nuclear do Hospital Central do Exército.

PROF. CELSO AFONSO

(Doutor em Educação pela Universidad Americana de Asunción).

PROF. DIOSNEL CENTURIÓN

(Doctor en Comunicación Internacional por la Macquarie University, Sydney - Australia).

PROF. NILTON CESAR FLORES

Doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina; Mestre pela UGF; Coordenador-Adjunto e professor do PPGD - UNESA e Professor do PPGD - UNESA, Aprovado em 1º Lugar no concurso público para professor adjunto de direito Empresarial da UFF; membro do Comitê Institucional de Inovação da UFF, membro do conselho Consultivo da Millennium e da Revista de Tecnologia da informação. Coordenador brasileiro, do Grupo de pesquisa sobre direitos fundamentais e a propriedade intelectual, da Universidad Los Andes, Venezuela; Coordenador do GEDAPI-UNESA (Grupo de Estudos em Direito ambiental e propriedade intelectual). Advogado e graduado pela UFRJ.

PROF. PEDRO CARLOS PEREIRA

(Doutor em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Graduado em Licenciatura Matemática; Professor adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, coordenador da Especialização em Ensino de Matemática da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

PROF. RICARDO DE BONIS

(Pós-Doutor pela Universidad Iberoamericana; Doutor em Administração pela Universidad Americana de Asunción e Mestre pela UFRJ).

PROF. VALESKA REGINA SOARES MARQUES

Pós Doutoranda pela UNIBE, Doutora em Saúde Pública pela Universidad Americana, MBA em Gestão e Marketing – ESPM.

■ PERIODICIDADE

SEMESTRAL: Abril e Outubro.

■ IDIOMA

A revista aceita artigos em português e espanhol.

■ EDITOR

Revista editada pelo IDEIA – Instituto de Desenvolvimento Educacional Iberoamericano
Sede: Rua Senador Furtado, nº 18 – Praça da Bandeira (Maracanã)
Rio de Janeiro – RJ – Brasil – CEP 20.270-020

■ DIRETOR ACADÊMICO

PROF. CARLOS ESTEPHANIO

■ DIRETOR ADMINISTRATIVO

PROF. CELSO AFONSO

■ COORDENADOR

PROF. RICARDO DE BONIS, PHD, MBA, DDS

■ PROJETO GRÁFICO / EDITORAÇÃO / CAPA

ADILCEMAR DE SOUZA

■ PUBLICAÇÃO ONLINE - Na Internet

<http://www.revistaideario.com.br>



ideário
Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA

REVISTA Nº 01 - ANO 8 (2019)

O **INSTITUTO IDEIA** - Detentor da marca Revista Ideário, não se responsabiliza por informações contidas nos artigos assinados. Não é permitida a reprodução de textos ou imagens sem autorização de seus autores.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**



SUMÁRIO





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

003 | EDITORIAL - Por Carlos Estephano

007 | APRESENTAÇÃO - Ricardo De Bonis

ARTIGOS

011 | IMPORTÂNCIA DO COMPLIANCE NAS EMPRESAS
Regiane Rodrigues de Q Simi

023 | MARKETING DE RELACIONAMENTO UTILIZADO COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA ADMINISTRATIVA NO MARKETING POLÍTICO
Oséias da Silva Iapechino, Paula Moreira Tavares

037 | EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CURSO TÉCNICO DE METALURGIA DO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS CAMPUS OURO PRETO
Genilton José Nunes, Maria de Fátima Belchior Silva, Ricardo De Bonis

049 | O HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO PENAL BRASILEIRA NO TRATAMENTO DO MENOR DE IDADE
Diego Vieira Cavalcante Da Silva

061 | A LEITURA EDUCACIONAL DE TRÊS GESTORES DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO AGRESTE PERNAMBUCANO
Mária Lúcia Araújo da Rocha

077 | GESTÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL: INSTRUMENTO FISCAL PARA A MUDANÇA NO PLANEJAMENTO E NA ARRECAÇÃO DO IPTU NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC
Ademir Borges da Rosa, Ronaldo do Nascimento Carvalho

091 | A EMERGÊNCIA DE UM NOVO PARADIGMA: A CIÊNCIA PÓS-MODERNA E OS EFEITOS NO CONHECIMENTO
Márcia Lopes Leal Dantas

109 | A INDISCIPLINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTEXTO ATUAL
Celma Eliete de Quadros Padilha

123 | EMPREENDEDORISMO SOCIAL NO COMBATE A FOME: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A EMPRESA MBOJA' O LOCALIZADA EM ASSUNÇÃO NO PARAGUAI
Angélica Louise Nascimento Costa

135 | INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE NO ENSINO DE ESTATÍSTICA
Magda da Conceição Oliveira

147 | ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA HOSPITALIZADA: UM DESAFIO PARA ENFERMAGEM
Sônia Isabel Crispim Candido dos Santos, Valeska Regina Soares Marques, Andrea Silva Caldas Moreira

163 | BRASIL, UMA NAÇÃO DE HERÓIS ESQUECIDOS: SOCIEDADE QUE MACULA SUA CULTURA MARGINALIZANDO OS NEGROS E DESVIRTUANDO SEUS MÉRITOS
Sandra Siqueira Santos

SUMÁRIO



-
- 181** | MATERNIDADE VIVENCIADA ATRÁS DAS GRADES: DESAFIOS E SUPERAÇÕES
Janete Silva dos Santos, Joventina Julita Pontes Azevedo,
Viviane da Conceição do Espírito Santo da Cruz
- 191** | O ACOLHIMENTO COMO VERTENTE DE HUMANIZAÇÃO
NA ATENÇÃO À SAÚDE DO HOMEM
Arlete Nunes, Valeska Regina Soares Marques
- 201** | GESTÃO ASSOCIATIVA E O PROCESSO DECISÓRIO “ESTUDO DE CASO DA ARPA -
ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL”.
MANAUS, AMAZONAS, BRASIL.
Anacleto Barbosa Garrido, Ronaldo do Nascimento Carvalho
- 217** | REFLEXÃO SOBRE CLASSE HOSPITALAR E A CAPACITAÇÃO DOCENTE
Waldemar de Lima Alves
- 233** | AS DIFICULDADES DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM
DA ATENÇÃO BÁSICA EM PRESTAR ATENDIMENTO À PESSOA
COM DEFICIÊNCIA (PCD) AUDITIVA E/OU FALA
Yara Cristina de Souza Ferreira

CONVIDADO

- 253** | SISTEMAS DE MENSURAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA
PARA GRUPOS MULTISSECTORIAIS (GMSS)
Eduardo Augusto Machado
- 273** | REVISÃO DA LITERATURA
RESENHA
- 277** | BIBLIOTECÁRIO
DICAS PARA ESCREVER O RESUMO DE SEU ESTUDO CIENTÍFICO
- 281** | NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA IDEÁRIO

SUMÁRIO





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**



EDITORIAL





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. OU APENAS INTENÇÃO?

Estephanio, Carlos

Uma das bases fundamentais para o desenvolvimento de uma nação é, sem dúvida, a educação em sua dimensão mais ampla e que contemple a (trans)formação de profundos valores humanos e sociais. Neste contexto, a tríade ensino, pesquisa e extensão precisa ser entendida e aplicada em seu sentido lato, já que não deve existir entre esses três componentes nenhum deles que seja mais importante do que os outros dois. Afinal, os mesmos devem ser indissociáveis como preceitos da verdadeira universidade.

É nesse sentido que cada cidadão deve entender a importância da socialização dos saberes produzidos nas universidades e os gestores precisam atentar para a necessidade de incentivo dessa socialização do conhecimento para além do ambiente universitário, prática essa ainda muito acanhada no Brasil, seja pela visão econômica, social e geograficamente limitada de muitos gestores ou seja pelo despreparo de alguns, que acabam por conceder mais valor à produção de artigos, mesmo que inúteis, do que socializar o que pode e deve ser difundido em favor dos menos favorecidos externos ao ambiente acadêmico. Explicitando um pouco mais essa concepção, e respeitando as legislações que no Brasil grassam facilmente, a união de esforços coletivos que poderia ocorrer através do viés da extensão talvez fosse possível, por exemplo, de suscitar a possibilidade de cidadãos de um município com baixo IDH serem contemplados com ações descentralizadas originárias de unidades educacionais mais avançadas, como algo que justifique esse modelo de 'federalismo tupiniquim' de lentos avanços sociais.

E uma pergunta cabe nesse cenário: por qual razão a extensão, quando efetivamente aplicada, é parte apenas do cenário universitário? Por que também não é desenvolvida e incentivada no ensino médio? A extensão pode favorecer, em muito, a

maturidade desses estudantes ao lhes conceder visões e vivências de realidades diversas que ultrapassem os limites do restrito ambiente acadêmico, por vezes propiciando uma limitada visão de mundo, que somente será alterada num futuro cenário, se chegarem à universidade e se lá for também aplicada, já que a extensão sempre foi, equivocadamente, a 'perna mais curta' do tripé ensino, pesquisa e extensão. Falta à extensão, a concessão do devido valor de sua prática efetiva, nas dimensões social e humana, independente do nível médio ou superior.

Se o argumento para a não aplicação no âmbito do ensino médio for a tenra idade dos estudantes secundaristas, a resposta parece se encontrar nessa própria questão etária, pois deverá ser através de ações que favoreçam previamente a maturidade social, sob supervisão de docentes, que passaremos a formar, no sentido mais amplo do termo, seres humanos mais sociais, mais solidários e mais comprometidos com seus semelhantes, numa idade também mais adequada a se moldar a verdadeira personalidade e os valores de cidadania.

Para tal, é necessário que o ensino seja, de fato, de qualidade. A pesquisa ocorra de forma relevante e não apenas retratada através de 'papers', quase sempre com rara aplicabilidade e escassa relevância social ou científica e a extensão se aprofunde no mais robusto sentido de sua prática, socializando para além muros as experiências produzidas no ambiente escolar e atendendo ao preceito fundamental que lhe é característico e inerente, porém pouco praticado em sua essência transformadora e social.

Carlos Estephanio

Doutor em Educação

Mestre em Tecnologia

Diretor do Instituto IDEIA

Presidente da ABPÓS MERCOSUL



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**



APRESENTAÇÃO





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**



APRESENTAÇÃO

Prezados leitores, estamos liberando a décima terceira edição da Revista IDEÁRIO, com textos nas diversas áreas do saber.

O destaque desta edição, é uma resenha sobre uma entrevista, feita com um Engenheiro alemão, sobre a Revolução Digital nas Indústrias. Ele alerta para a necessidade das empresas embarcarem na transformação digital e fala dos riscos para quem não o fizer.

Solicito ajuda no sentido de enviar o link da nossa revista, para os seus grupos e listas de contato, pois a busca da revista, no site, é um dos critérios para obter a indexação.

Agradecemos aos autores pelo envio dos textos e também pelas mensagens de incentivo, que temos recebido. O corpo editorial se sente feliz pela publicação de mais uma edição.

Ricardo De Bonis
PD, PhD, MBA, DDS
Coordenador do Instituto IDEIA
Responsável pela produção da Revista



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**



ARTIGOS





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

IMPORTÂNCIA DO COMPLIANCE NAS EMPRESAS

REGIANE RODRIGUES DE Q SIMI (regianesimi@hotmail.com) - Mestranda em Administração - Universidade Columbia/Assunção-Paraguai.

Graduada em Administração, pelo Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz (2013). Especialista em MBA em Administração Financeira Contábil e Controladoria Pela Univel Centro Universitário de (2015). Especialista em Docência e Gestão de Ensino Superior Pela Universidade Paranaense (2018).

RESUMO: O presente artigo trata-se de uma pesquisa de levantamento bibliográfico com o intuito de analisar a importância da implantação da ferramenta *compliance*¹ nas empresas, contribuindo na diminuição da corrupção e das fraudes nas organizações. O mesmo, tem por objetivo geral: analisar a importância da implantação do *compliance* nas empresas. Para tanto, os objetivos específicos são: Verificar quais as estratégias para a aplicabilidade do *compliance*; Demonstrar os riscos com a implantação dessa ferramenta; Compreender os benefícios adquiridos por empresas que o utilizam. No decorrer do trabalho, verificou-se que esse tema é de suma importância para as empresas, visto que estas se inserem em uma sociedade que exige de suas organizações cada vez mais transparência. Quanto a metodologia utilizada, a pesquisa que ora se redige, deu-se através de levantamento bibliográfico, através do qual evidenciou-se a importância de mais empresas implantarem essa ferramenta, a qual contribui, não apenas para a gestão interna, mas também para a remodelação de uma sociedade com uma conduta permeada por mais valores éticos e morais.

PALAVRAS-CHAVE: Ética empresarial, governança, *compliance*.

RESUMEN: El presente artículo se trata de una investigación de levantamiento bibliográfico con el propósito de analizar la importancia de la implantación de la herramienta *compliance* en las empresas, contribuyendo en la disminución de la corrupción y del fraude en las organizaciones. El mismo, tiene por objetivo general: analizar la importancia de la implantación del *compliance* en las empresas. Para ello, los objetivos específicos son: Verificar qué estrategias para la aplicabilidad del cumplimiento; Demostrar los riesgos con la implantación de esta herramienta; Comprender los beneficios adquiridos por las empresas que lo utilizan. En el transcurso del trabajo, se verificó que este tema es de suma importancia para las empresas, ya que éstas se inserta en una sociedad que exige de sus organizaciones cada vez más transparencia. En cuanto a la metodología utilizada, la investigación que se redacta, se dio a través de un relevamiento bibliográfico, a través del cual se evidenció la importancia de que más empresas implantar esa herramienta, la cual contribuye, no sólo a la gestión interna, sino también a la remodelación de una sociedad con una conducta permeada por más valores éticos y morales.

PALABRAS CLAVES: Ética empresarial, gobernanza, *compliance*.

¹ Compliance, mesmo que conformidade

1. INTRODUÇÃO

Atualmente exige-se das empresas um fortalecimento através de mecanismos de controle que garantam que suas transações sejam realizadas de forma ética. Mesmo que isso venha ocorrendo, observa-se comportamentos e atitudes antiéticas em alguns gestores empresariais e/ou indivíduos, os quais sobretudo, estão sendo julgados e condenados na esfera judicial, sobre um olhar atento da sociedade. Neste contexto, uma opinião popular negativa sob uma empresa por atos antiéticos pode prejudicar seu desenvolvimento, reduzindo seu negócio e podendo levar ao seu fechamento. (RODRIGUES, 2013).

Uma empresa que quer continuar no mercado, não deve levar em conta apenas o portfólio de produtos ou preços, percebemos que um dos pontos exigidos hoje em dia é a credibilidade. As práticas administrativas envolvendo a ética empresarial, fazem grande diferença na hora de criar valor intangível para a organização. Partindo de um conceito onde a ética no mundo dos negócios faz parte de uma premissa para a sobrevivência, em um meio cheio de pressão em torno de resultados, é imprescindível questionar: Qual a importância da aplicação do *compliance* dentro da organização?

Alguns empresários têm esquecido uma premissa básica para o mundo dos negócios: os escândalos que estampam as

capas de jornais envolvendo corporações, demonstram uma quebra nos princípios éticos que deveriam nortear esse meio. Todos os dias, jornais noticiam esquemas de corrupção, lavagem de dinheiro, envolvendo grandes escalões, estatais, políticos e empresários que têm como objetivo obter benefícios em contratos e transações. (ALENCASTRO, 2016)

Assim sendo, as empresas precisam preocupar-se com a credibilidade da organização, diminuindo riscos, fraudes, subornos e corrupção. Neste contexto, o trabalho em questão tem por finalidade mostrar a importância da implementação da ferramenta de *compliance*, contribuindo tanto para o meio acadêmico, como também, para as empresas, as quais podem utilizá-lo como forma de inovação competitiva empresarial, melhorando seu conhecimento sobre o assunto em pauta.

Para tanto, este artigo tem como objetivo geral analisar a importância da implantação do *compliance* nas empresas, como meio de inovar e trazer credibilidade para a empresa. Atrelados a este, foram desenvolvidos os objetivos específicos, afim de respondê-lo, os quais são: verificar quais as estratégias para aplicabilidade do *compliance*; demonstrar os riscos com a implantação dessa ferramenta; compreender os benefícios adquiridos por empresas que o utilizam.

2. COMPLIANCE NAS EMPRESAS

2.1. MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo proposto procurou contribuir para a melhoria na gestão empresarial, através do *compliance*, para que as empresas busquem inovar com credibilidade e ética, implantando ferramentas que possam reduzir as práticas de corrupção e fraudes. Para tanto, a metodologia utilizada deu-se por meio de pesquisa qualitativa, descritiva e bibliográfica. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi uma pesquisa bibliográfica, feita através dos portais: Capes, Sucupira, Google acadêmico e biblioteca online da Universidade Paranaense, com levantamento de livros, artigos, teses, dissertações dos anos de 2008 a 2019, sobre a importância da aplicação do *compliance* nas empresas.

2.2. HISTÓRIA E CONCEITO DO COMPLIANCE

Segundo Azevedo (2018) p.49 apud Ferrel, Fraedrich e Ferrel (2009) nos Estados Unidos da America em meados dos anos 70, houve muitos escândalos de grandes repercussões envolvendo diversas empresas, sobre corrupção e subornos. Isso fez com que diversas manifestações de iniciativa da sociedade ocorressem, fazendo com que as empresas adotassem medidas para minimizar os processos jurídicos e para

manter a credibilidade de seus clientes e investidores. Para o mesmo, a intenção era implementar ferramentas que auxiliassem as empresas a adotarem amplas iniciativas éticas, visando um alinhamento moral surgindo no então século XX, os códigos de ética.

De acordo com Azevedo (2018 p. 60) o *Compliance* teve origem em instituições financeiras nos Estados Unidos com a criação do Banco Central Americano em 1913. Visava um sistema financeiro flexível, seguro e estável. Com a quebra da Bolsa de Valores de York em 1929, foi criada uma política de intervenção na economia, com o intuito de corrigir as distorções naturais do capitalismo, o *Compliance*. (apud MANZI, 2008).

Segundo Blok (2017) *compliance* vem do verbo em inglês to compli, que significa cumprir, executar, satisfazer, isto é realizar o que foi exposto. Para ela, *compliance* é conhecer as normas da empresa, seguir os procedimentos determinados e os seguir em conformidade, sentindo como a ética e a idoneidade fazem parte das atividades humanas empresarias. A empresa, através do *compliance*, está em conformidade com as leis externa e interna, sendo, portanto, uma obrigação de cada indivíduo colaborador dentro da instituição.

A autora diz ainda, que ele está presente nas instituições públicas e empresas privadas, e que depois de seu surgimento no mercado financeiro, vem a cada dia se estendendo as mais diversas organizações privadas e governamentais,

especificamente as que estão sujeitas as maiores regulamentações e controle.

Rocha Junior (2018) o legislador da Lei n. 12.846, de 16 de maio de 2013 usa o termo integridade na língua portuguesa para expressar o termo *compliance*, o qual compreende essa idéia como: agir com integridade, honestidade, transparência, estando em conformidade com os princípios éticos, morais e legais, buscando a cooperação e o bem comum de todos os envolvidos.

2.3.COMPLIANCE E GOVERNANÇA CORPORATIVA EMPRESARIAL

Segundo Clamer (2018) as fraudes e a corrupção que ocorrem nos negócios, são um dos maiores temores para a alta direção empresarial, devido a grande complexidade que os processos corporativos trazem por falta de ética. Para o mesmo, os órgãos de fiscalização e controle às repressões das práticas de corrupção estão promovendo a cada dia a integridade das empresas, através da governança corporativa administrativa.

De acordo com Clamer (2018) o *compliance* na governança corporativa é essencial, pois assegura a conformidade com as determinações legais, colaborando com controles efetivos e aprimorando os fundamentos de governança. Considerando que a governança tem suas premissas básicas, a prestação de contas a transparência é questão de sobrevivência de

uma organização que sofre pressões, devido a um mundo complexo que muda de cenário a todo tempo. Segundo o autor, o mecanismo de implantação do *compliance* norteia as boas práticas de governança corporativa favorecendo no suporte para a governança.

Para Alencastro (2017), a falta de integridade de auditores colocou a governança corporativa em cheque perante a sociedade. Acelerando assim, os processos e mecanismos de combate a fraudes e a corrupção, indicando uma forte mudança nas prestações de contas e fortalecendo a governança corporativa. No passado, o mau gerenciamento de fundos afetava apenas os acionistas, atualmente, um escândalo corporativo afeta a empresa como um todo.

Para o mesmo, a boa governança contribui para um desenvolvimento econômico sustentável do negócio, uma governança de qualidade evita diversos fracassos organizacionais, abusos de poder, erros e fraudes. Ela proporciona melhor desempenho da empresa.

2.4.ÉTICA EMPRESARIAL

Quando se fala em ética relacionada às questões de emoção e felicidade, estas nos mostram o papel da consciência e dos sentimentos, os quais auxiliam nas escolhas do ser humano, quanto a regras, agir razoável ou bem, agir de forma que promova o bem estar, a prosperidade e a melhora da qualidade de vida a ser vivida. (DE OLIVEIRA, 2013).

Segundo Dias (2014) no mundo dos negócios estão envolvidos diversos interesses, sendo muito comum haver divergências nas tomadas de decisões em busca de obter vantagem e lucro a qualquer preço. Portanto o ambiente torna a ética um dilema, devido às satisfações e interesses pessoais.

Para o mesmo, muitos dos executivos demonstram total desprezo pela ética, adotando uma postura contrária às teorias, mostrando que a corrupção e o interesse próprio falam mais alto. Por outro lado, ele comenta que a sociedade está mais exigente, pressionando para que as condutas éticas nas empresas vão de encontro com os valores predominantes na sociedade.

Para DE Oliveira (2013), no mundo empresarial a ética está envolvida nas tomadas de decisões, nas gestões e nas escolhas efetuadas por seus administradores frente à moralidade. Neste contexto, uma boa gestão presta boa qualidade de vida as pessoas, através de escolhas certas, justas e boas. Uma das maiores faltas de ética é a diferença de agir de uma empresa com o que condiz a sociedade, isto é a divergência de padrão comum entre eles. Essas situações provêm, muitas vezes, de gestores que desejam obter resultados a curto prazo e a qualquer preço, visando apenas interesses próprios.

O mesmo, ainda relata que há leis que regem e regulam o comportamento das empresas, mas não conseguem ser específicas e eficientes em alguns assuntos ou ramos, diante disso, muitas empresas

desenvolvem seu próprio código de conduta ética, dessa forma, submetem seus membros a cumprirem com padrões, essenciais para o bom funcionamento da empresa.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. ESTRATÉGIA PARA IMPLANTAÇÃO DO COMPLIANCE

Segundo Rodrigues (2013), a aceitação de normas dentro de uma empresa, vai depender da capacidade de estruturação do raciocínio indutivo do indivíduo, onde ele vai perceber a importância de seu cumprimento. Para o mesmo, uma forma de se estruturar a empresa para esse fim é através do código de ética, ele favorece sua formulação, gestão e consequente sucesso.

Segundo Rocha Junior (2018), para que um programa de *compliance* seja efetivo para prevenir e detectar fraudes é necessário cumprir todos os requisitos, para isso, ele apresenta os pilares de *compliance* que são:

1) Apoio da alta administração: Para Rocha Junior (2018), é o principal responsável pelo fracasso ou sucesso do *compliance*, provém dele a influência para todos os demais pilares, sendo indispensável para a integridade do programa. A alta administração é a responsável pela inclusão da nova

cultura organizacional, bem como, a adesão e a colaboração dos envolvidos.

2) Mapeamento e análise de riscos:

Segundo Clamer (2018) na gestão de risco deve ser elaborado um plano de risco de acordo com o ramo de atuação, que se adapte melhor a cada empresa, avaliando as causas com o histórico de gestão estratégica, adaptando ao sistema *compliance*.

3) Due diligence de terceiros:

Segundo Blok (2017) Due delingence é o processo de coleta de informação a fim de realizar análise detalhada a respeito da situação atual do negócio, quanto mais detalhada e maior forem as informações recolhidas, mais precisa vão ser as projeções financeiras, econômicas e jurídicas, para elaboração de estratégias.

4) Políticas e controles internos:

Para Clamer (2018) os controles internos devem ser elaborados através de auditorias em cada setor, fortalecendo as estruturas do *compliance*.

5) Comunicação e treinamento:

para o mesmo autor, muitas das empresas utilizam como forma de comunicação cartazes em mural, nos quais explicam a cultura ética da empresa, procedimentos íntegros a serem adotados e informativos sobre *compliance* e governança corporativa.

6) Canal de denúncias: os canais de denúncia tem uma fundamental função, a eles cabe receber informações sobre o andamento do negócio, se os funcionários e fornecedores estão respeitando as políticas de integridade da empresa e sua conduta (CLAMER, 2018).

7) Investigação e reporte:

Para Rocha Junior (2018), as suspeitas de fraudes e corrupção precisam ser investigadas, a fim de verificar se procedem os atos ilícitos e quem são os responsáveis. Após a verificação, inicia-se uma investigação interna pelo setor do *compliance* ou auditoria externa, com habilidade e descrição, o qual elabora um relatório bem detalhado, cruzando as informações que possam verificar a consistência do ato ilícito com o investigado, para sanções e punições, caso comprovado à atitude antiética, caso não, também deve elaborar relatórios bem fundamentados, sugerindo o arquivamento da investigação e submetendo-o a administração.

8) Monitoramento, auditoria e revisão

periódica: Segundo Martins (2018), envolve checagens regulares e planejadas, podendo ser periódicas, para dar respostas a algum fato específico, devendo estar destacadas nos controles de risco, para poder dar uma resposta mais eficiente e objetiva a qualquer mudança de cenário, em um contexto interno ou externo.

Percebe-se que a estratégia para a implantação de *compliance*, para seu sucesso ou fracasso, depende de como ela é abordada em todas as empresas, cada uma tem suas particularidades, e vai depender de cada etapa e setor da empresa. Também cabe a parte administrativa, estar alinhada e utilizar de sua influência para motivar e conduzir envolvidos, para os benefícios que o bom desenvolvimento do programa traz para a empresa, estando dentro das normas e cumprindo as leis.

3.2.RISCO DE COMPLIANCE

O programa deve considerar os riscos por fraudes e corrupção que a empresa está exposta, os quais deve avaliar no momento de sua análise, desenvolvendo meios para diminuir os riscos identificados, isto é, reduzir a probabilidade de ocorrência. Para isso, faz-se necessário a elaboração de um código de ética e conduta, criação de políticas públicas, canais de denúncias, monitoramento e controle contínuo. (ROCHA JUNIOR, 2018).

Para Martins (2018), o risco *compliance* se refere à quantificação e à qualificação, isto é, ganho ou perda que uma empresa deve obter, devido seu sucesso ou fracasso de acordo com o planejamento. Para tanto, a empresa deve documentar os riscos, descrevendo as opções abordadas para o seu tratamento, e seus benefícios. Deve conter nos cronogramas: restrições, monitoramento, recursos e propostas, tudo bem delineado e integrado aos processos de

gestão e aprimorado com as partes interessadas.

Segundo a KPMG (2018) uma pesquisa realizada para medir a maturidade das empresas brasileiras para o risco *compliance* foi constatada que:

| QUANTO A PESSOAS E COMPETÊNCIA | % |
|--------------------------------------------|-----|
| Não possui estrutura | 27% |
| Não possui recursos adequados | 36% |
| Não possui autonomia e independência | 23% |
| Mantém política e procedimento atualizados | 88% |
| Monitora o risco de compliance | 87% |
| Monitora indicadores chave de procedimento | 83% |

Fonte: KPMG

Segundo Martins (2018) apud KPMG (2016), na pesquisa desse período, apenas 58% das empresas usam mecanismos para gestão de risco, já no quesito autonomia e independência, 36% não as possuem.

De acordo com as pesquisas, podemos perceber que no Brasil, com o passar dos anos, as empresas caminham para um aprimoramento da ferramenta *compliance*. Observa-se uma evolução das medições de risco nas empresas pesquisadas, as quais utilizam a ferramenta *compliance*, fica evidente que todo o processo de risco faz parte da gestão dos processos, é nele que se encontram as falhas a serem corrigidas e onde se determina o amadurecimento da

empresa, quanto ao seu sucesso para a aplicabilidade da ferramenta de controle.

3.3. BENEFÍCIOS PARA AS EMPRESAS QUE OPTAM EM UTILIZAR O COMPLIANCE

Segundo Rocha Junior (2018), o programa *compliance* se apresenta como uma grande ferramenta de auto-regulamentação das empresas e se desenvolve através de boas práticas corporativas, o mesmo está pautado na ética, buscando prevenir conduta de fraude e corrupção, que acabam impactando negativamente na imagem da empresa. Para ele, as más condutas acabam gerando grandes prejuízos financeiros, decorrentes de desvios de recursos, gerando grandes multas aplicadas pelo poder público, além de possíveis responsabilidades cível e criminal pelos seus dirigentes.

O mesmo diz que a implantação dessa ferramenta valoriza a conduta ética interpessoal e institucional, tanto interna quanto externa, promovendo a conformidade com as leis e possibilitando maior credibilidade entre os stakeholders.

O *compliance* exerce uma gestão estratégica nas empresas, aplicando-se em todos os tipos de organização, pois a sociedade está exigindo cada vez mais, condutas legais e éticas, buscando consolidar um novo comportamento por parte das empresas. Para os autores, as empresas devem buscar a lucratividade de forma sustentável, visando um

desenvolvimento socioambiental e econômico na condução do negócio. (DINIZ e RIBEIRO, 2015).

As melhorias no controle ajudam a autoimagem da empresa, prevenindo danos e prejuízos, tanto na questão econômica, como na social da empresa, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais lucrativa. Há uma necessidade de mais empresas buscarem a implantação da ferramenta, visto que esta traz benefícios a todos, pois conforme a sociedade exige mais transparência e ética nos negócios, as empresas que utilizam essa ferramenta buscam negócios com empresas que obtenham a mesma cultura ética da sua, tornando o *compliance* uma porta competitiva de inovação perante o mercado, o qual possibilita maior segurança aos colaboradores, investidores e clientes.

4. CONCLUSÃO

Ao analisar os artigos, livros, teses e dissertações, foi possível responder ao objetivo geral sobre a importância da implantação do *compliance* nas empresas. Verificou-se a necessidade de mais empresas aderirem a essa ferramenta, a qual atualmente está muito voltada apenas a grandes empresas, principalmente as que prestam serviços ao setor público.

É de fundamental importância que os benefícios e vantagens proporcionados, já mencionados no desenvolvimento deste trabalho, sejam melhor divulgados, para que não só as grandes corporações obtenham

esse diferencial competitivo e inovador, mas também as pequenas e médias empresas possam trabalhar no mesmo ritmo, no combate às fraudes e à corrupção. Constatase que quando uma empresa prega uma cultura voltada para ética, essa linguagem precisa ser demonstrada em atos e um deles é o *compliance*, aliado a boa governança corporativa, proporciona grande diferencial no mercado, através de uma gestão transparente, garantindo que as normas externas e internas sejam cumpridas.

Na questão interna, funcionários que trabalham em uma empresa que aplica o *compliance* têm mais segurança e satisfação, sabendo que as condutas e normas estão sendo cumpridas, e já sabemos, que quando os colaboradores estão satisfeitos, há aumento de produção e melhora na qualidade dos serviços prestados, além de proporcionar retenção de talentos na empresa.

Já na externa, demonstra-se aos parceiros, fornecedores e clientes, maior segurança e menor risco ao investir numa empresa que trabalha comprometida com a questão ética e moral, procurando um desenvolvimento sustentável e proporcionando o melhor para o meio no qual se insere. O trabalho não buscou demonstrar qual o nível de conhecimento no meio empresarial sobre o assunto, pois não era seu objetivo, contudo, fica como sugestão para uma próxima pesquisa.

Dessa forma podemos concluir que a aplicação do *compliance* nas empresas, é de suma importância, pois o desenvolvimento dessa ferramenta não traz apenas benefícios individuais às empresas que o utilizam, mas a sua aplicabilidade transforma os meios sociais, estimulando e remodelando uma sociedade com melhores atitudes éticas e morais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha, **Ética empresarial na prática: liderança, gestão e responsabilidade corporativa**. 2 ed. Curitiba: InterSaberes. 2016. ISBN 978-85-5972-293-2
- ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. **Governança, gestão responsável e ética nos negócios**. Curitiba. Ed. InterSaberes.2017. ISBN 978-85-5972-217-8
- AZEVEDO, Magno Santana. **Compliance como ferramenta de controle e prevenção: contribuindo para a sobrevivência das micro e pequenas empresas brasileiras**. 2018. 108f. Dissertação (Mestrado em gestão do trabalho). Programa de pós-graduação em gestão do trabalho para a qualidade do ambiente contruído- Universidade Santa Ursula. Rio de Janeiro.

- BLOK, Marcella. **Compliance e governança corporativa: aludiando de acordo com a Lei Anti-corrupção Brasileira (Lei 1.846) e o Decreto-Lei 8.421/2015**. Rio de Janeiro: Freitas Basto, 2017. ISBN 978-85-7987-282-2.
- CLAMER, Roberto. **Avaliação do sistema *compliance* com a governança corporativa nas organizações da Serra Gaúcha: uma análise nas empresas de capital aberto com ações na BM&F Bovespa**. 2018 Dissertação. (Mestrado em administração) Programa de pós-graduação em administração. Universidade de Caxias do Sul.
- DE OLIVEIRA, Cristian Baldissera. **O padrão ético satisfatório de um negócio**. 2013. 87f. Dissertação (Mestrado em filosofia) - Programa de pós-graduação em Filosofia -Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul.
- DIAS, Reinaldo. **Sociologia e ética profissional**. São Paulo. Pearson Education do Brasil. 2014 ISBN 978-85-430-1222-3.
- MARTINS, Adriano de Oliveira. **Gestão de risco de *compliance*: principais entraves para as empresas brasileiras atingirem maior maturidade**. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão de agronegócio) – PROGRAMA DE POS-GRADUACAO EM GESTAO E NEGOCIO - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Porto Alegre.
- RIBEIRO, Marcia Carla Pereira e DINIZ, Patricia, Dittrich Ferreira. **Compliance e Lei Anticorrupção nas Empresas**. Revista Informação legislativa. 2015. p.89-105
https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p87.pdf. Acesso 20-03-2019.
- KPMG International Cooperative. **Pesquisa maturidade do *compliance* no Brasil**. 2018.
<https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/br/pdf/2018/06/br-pesquisa-maturidade-do-compliance-3ed-2018.pdf>. Acesso 31-03-2019.
- ROCHA JUNIOR, Francisco de Assis do Rego Monteiro. **Fraudes corporativas e programa de *compliance***. Curitiba: InterSaberes, 2018. ISBN 978-85-5972-707-4.
- RODRIGUES, Douglas Basto. **Fatores que facilitam a internalização dos códigos de conduta, ética nas organizações**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa em pós-graduação em Administração - Universidade do Rio Grande do Sul.

6. NOTA BIOGRÁFICA

Regiane Rodrigues de Q Simi

Nasceu no município de Marquinho interior do Paraná em 1987, hoje reside em Ciudad Del Leste.- Py, com seu esposo e sua filha.

Trabalhou como assistente administrativa na área financeira desde 2007, na empresa Comércio de Insumos Agropecuário Ltda. Em 2010 foi convidada a sócia administradora da empresa Agroboi no Município de Nova Laranjeiras, onde atua até hoje. Graduada em Administração, pelo Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz em Cascavel formando em 2013, com diploma de Mérito acadêmico oferecido pela Universidade. Especialista em MBA em Administração Financeira Contábil e Controladoria. Pela Univel Centro Universitário em 2015, também Especialista em Docência e Gestão de Ensino Superior. Pela Universidade Paranaense 2018. Atualmente é mestranda em Administração Universidade Columbia/Assunção/Paraguai.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

MARKETING DE RELACIONAMENTO UTILIZADO COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA ADMINISTRATIVA NO MARKETING POLÍTICO

OSÉIAS DA SILVA IAPECHINO (oseiasiapechino@gmail.com) - Doutorando em Administração pela Universidad Columbia, Asunción – Paraguay; Mestrando em Marketing e Dirección Comercial, pela Universidade De La Empresa (UDE), Montevideo – Uruguay e Publicitário pela UFES (2007). Atua como professor universitário na Centro Educaional da Grande Dourados – UNIGRAN – Dourados (MS) e consultor de comunicação e marketing.

PAULA MOREIRA TAVARES (paulap.tavares78@gmail.com) - Mestranda em Dirección y Administración, pela Universidade De La Empresa (UDE), Montevideo – Uruguay.

RESUMO: Este artigo busca trazer um levantamento científico literário sobre o marketing de relacionamento, e como este pode ser aplicado ao meio político. Hoje, no país como o Brasil, em que há um sistema organizado de governança democrática, requer uma construção de campanhas eleitorais com a finalidade de se fazer eleger por meio do voto um candidato para cargos de lideranças políticas e regimentais. Para tanto, hoje a tecnologia, trouxe auxílios no âmbito da comunicação em que são utilizadas como ferramentas do marketing para aproximar o eleitor do candidato/político. Dessa maneira, as relações perpassam por novas diretrizes, de forma virtual; e assim, se vê a necessidade de estabelecer e conduzir de maneira sadia essa relação, entre o eleitor e o político, com o intuito de moldar um relacionamento sincero e aberto para se obter benefícios entre ambas as partes. Portanto, estudou-se a temática de marketing de relacionamento e como podemos aplicá-la de maneira administrativa e prática dentro do marketing político.

PALAVRAS-CHAVE: Marketing de relacionamento; marketing político; comunicação; tecnologia; estratégia.

RESUMEN: Este artículo busca traer un levantamiento científico literário sobre el marketing de relacionamento, y como éste puede ser aplicado al entorno político. Hoy, en el país como el Brasil, em que hay un sistema organizado de gobernanza democrática, requiere una construcción de campañas electorales con la finalidad de se hacer elegir por medio del voto um candidato para cargos de liderazgos políticos y reglamentarios. Para eso, hoy la tecnología ha traído ayudas em el ámbito de la comunicación em que son utilizadas como herramientas del marketing para acercarme el elector del candidato/político. De esa manera, las relaciones prepasan por las directrices, de formas virtuales; y así, se v elas necesidades de establecer y conducir de manera sana esa relación , entre el elector y el político, com el intuito de moldear um relacionamiento sincero y abierto para se obtener beneficios entre ambas partes. Por lo tanto, se estudió la temática de marketing de relacionamiento y como podemos aplicar de manera administrativa práctica dentro del marketing político.

PALABRAS CLAVES: Marketing de relación; marketing político; comunicación; tecnología; estrategia.

1. INTRODUÇÃO

Com a expansão e popularização da Internet, o acesso da sociedade às mídias sociais virtuais foi ampliado. Essas novas tecnologias descortinaram um novo mundo e novas formas de lidar com a informação. As ferramentas online foram incorporadas em vários setores e segmentos sociais, como também no meio político.

“O Brasil é um dos países que mais utilizam a Internet em todo mundo e as experiências dessa mídia no marketing político já permitem verificar um diferencial positivo no uso para algumas etapas de uma ação política bem-sucedida” Dantas (2010, p. 154)

Até meados da década de 1990, antes da pulverização da Internet, as informações que a sociedade tinha sobre os projetos realizados pelos políticos ficavam à mercê do que era publicado nos jornais, impresso e nas rádios. Havia uma distância geográfica que facilitava as ações independentes de partidos políticos e dos políticos. Com o surgimento de novas mídias na internet, no entanto, esse cenário mudou, pois permitiu uma aproximação entre a população e os espaços reservados para decisões políticas, sejam municipais, estaduais ou federais.

Com estas ferramentas e canais tecnológicos podem-se criar campanhas online e até organizar em pouco tempo movimentos de rua para ser ouvida a vontade popular diante dos projetos políticos vigentes

que estão em discussão ou em votação na casa de leis.

Considerando que a Internet é uma fonte de informação para os eleitores e permite cobrir, consultar e controlar as ações de seus candidatos no ambiente político institucional, é essencial que os políticos criem mecanismos e canais de comunicação com os eleitores, para manter o diálogo, dando respostas e criando vínculos emocionais para a marca política.

Muitos estudos surgiram na área de marketing político para entender o comportamento humano no meio destas tecnologias e saber como se comportar e se relacionar com os eleitores a fim de criar vínculo emocional entre o político e seu eleitorado.

“Em um mundo conectado, é muito importante termos consciência de como nos comportamos nas mídias sociais. Isso porque declarações mal interpretadas, fotos inadequadas, comentários maldosos podem manchar tanto a reputação de uma empresa quanto de uma pessoa”. Porto (2015, p. 29).

Levando em conta essas considerações, esta pesquisa busca fazer um levantamento científico literário sobre marketing de relacionamento e utilizar suas características como ferramenta estratégica dentro do marketing político. Isto é, estudar as diretrizes de marketing de relacionamento e aplicar dentro de uma prática no marketing político, utilizando o meio da Internet, especialmente as mídias sociais para

construir uma relação proveitosa entre o político e o eleitor. Para que isso seja possível, nosso objetivo é entender como os conceitos de marketing de relacionamento podem, e devem, se adaptar aos conceitos e práticas do marketing político digital. Como esta estratégia pode se tornar o sucesso na construção de um relacionamento saudável e duradouro entre os eleitores e seus representantes eleitos.

2. METODOLOGIA

Diante de um procedimento técnico bibliográfico, foi escolhido como objeto de estudo exploratório, as ações e estratégias de relacionamento do político brasileiro o Vereador Alan Guedes, do município de Dourados no Estado do Mato Grosso do Sul. Bem como, analisar as estratégias de marketing de relacionamento na internet e pontuar suas potencialidades dentro do universo político sul-mato-grossense.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. CONCEITO DE MARKETING DE RELACIONAMENTO

Dentro da esfera política, o relacionamento entre o político e o eleitor pode ser, se bem articulado, uma das chaves principais para o sucesso. Cultivar um relacionamento aberto, saudável e em duas

vias (político-eleitor e eleitor-político) passa a ser importante na efetivação constante do político com sua base eleitoral. Estreitar estes laços e fortalecer é um desafio a ser superado todos os dias pelo político. Kotler & Armstrong (2013, p. 4) confirmam esta ideia quando escrevem que “las relaciones con los clientes y el valor son especialmente importantes en la actualidad.”¹

No ano de 1983, Berry trouxe ao mundo acadêmico e de negócios o termo ‘marketing de relacionamento’. Dentre as suas considerações, pode-se destacar:

“[...] desenvolver um serviço principal sobre o qual será construído o relacionamento; personalizar o relacionamento para clientes individuais; ampliar o serviço principal com benefícios extras; estipular preços para estimular a lealdade do cliente; e comunicar-se com os funcionários para que eles, em retribuição, tenham melhor desempenho com os clientes.” (Berry, 1995 p. 236 apud Barreto & Crescitelli 2013: p. 10)

Berry desbravou a ideia em não mais considerar os clientes de uma maneira uniforme e conjunta, e sim, passando a demonstrar uma atenção para cada consumidor, entender e sanar seus desejos, e conquistá-lo individualmente, levando-o a lealdade com a marca. Barreto & Crescitelli (2013, p. 11) descrevem que “o objetivo do ‘marketing de relacionamento’ não é vender mais para o maior número de clientes, e sim vender mais para cada cliente atual”. Isto é, o

¹ “As relações com os clientes e o valor são especialmente importantes na atualidade”. (Tradução nossa)

foco aqui é identificar quais as necessidades comuns e por meio de ações específicas atingirem o maior número possível de clientes de maneira customizada e individualizada.

Kotler & Keller (2014, p. 18) descrevem que “o 'marketing de relacionamento' tem como objetivo construir relacionamento de longo prazo mutuamente satisfatórios com seus componentes-chaves, a fim de conquistar ou manter negócios com eles”. Nesta visão, pode-se considerar que criar e cultivar relacionamento profundo, intenso e contínuo com o maior número de clientes pode, direta ou indiretamente, resultar no sucesso dos objetivos gerais de marketing. Considerando o ambiente político, trata-se de trabalhar um relacionamento de longo prazo: antes, durante e pós-campanha eleitoral, e principalmente, se o candidato for eleito, trabalhar o relacionamento com seus eleitores durante todo o tempo do mandato político.

Os gerentes de marketing têm investido e ampliado ações de 'marketing de relacionamento' em seus negócios, dada a importância desta temática para o consumidor final. A utilização da tecnologia tem ajudado a buscar informações para articular melhor um plano ativo da empresa com o cliente. Kotler & Keller colocam que:

“as empresas também têm moldado ofertas, serviços e mensagens específicas para clientes individuais, baseadas em informações sobre as transações anteriores de cada cliente, seus dados demográficos e

psicológicos, bem como suas preferências por meios de comunicação e distribuição”. Kotler & Keller (2014, p. 19)

Para Grönroos (1990, p. 311. apud Strauss & Frost, 2012, p. 270), define que “o 'marketing de relacionamento' consiste em estabelecer, manter, aperfeiçoar e se relacionar com o cliente por meio do cumprimento total da promessa feita pela empresa aos seus clientes”. Já Strauss & Frost (2012, p. 270-271) complementam esta ideia explicando que o “cumprimento total da promessa significa que quando as empresas fazem suas ofertas em seus programas de comunicação e de marketing, as expectativas dos clientes serão satisfeitas por meio de experiência reais com a marca”. Esta visão é interessante para o meio político, pois o candidato quando está em campanha eleitoral faz promessas, cria expectativas e vende uma linha de trabalho partidária em favor da população. E quando este é eleito e passa a integrar e reger o seu mandato, é cobrado pelo eleitorado quanto ao cumprimento das promessas de campanha, e a sociedade o acompanha em suas decisões políticas, se estas estão de acordo com a linha de trabalho partidária vendida na campanha política eleitoral. Quando isto não acontece, há uma ruptura causando uma insatisfação por parte do eleitor, resultando em uma real dificuldade na manutenção do relacionamento entre o político e seu eleitorado durante todo o seu mandato; o que pode levar o eleitor a ficar frustrado com a marca política, e, conseqüentemente, não mais dar o seu voto para o candidato em futuras eleições. Torquato (2014, p. 185)

afirma que “a sabedoria do eleitor está na virtude da observação e no poder da análise”. Isto mostra que o cliente-eleitor vota no candidato que melhor atender às suas expectativas.

“O eleitor está à procura de um candidato com as seguintes qualidades: experiência; honestidade; vida limpa e passado decente; assepsia; equilíbrio e poderação; preparo; coragem e determinação; autoridade (não confundir com autoritarismo). O eleitor quer ver perfis mais identificados com suas grandes demandas: segurança, saúde, educação, melhoria das condições de vida nas regiões, nos bairros, nas ruas. Quem apresentar propostas mais condizentes com as necessidades do eleitor terá melhor condição de ser escolhido.” Torquato (2014, p. 271)

A relação político-eleitor é construída devido a uma demanda social e jurídica. Vivemos em uma sociedade ordenada por leis e regimentos que induzem a necessidade de gestores públicos, para articular todo o caminhar da nação. Pessoas são colocadas em cargos de autoridade na finalidade de gerir o progresso e o bem social. Portanto, o marketing político trabalha neste meio, para eleger e sustentar pessoas em cargos públicos de poderes e de governos políticos.

“O candidato é o elo entre as causas públicas e o eleitor. É a primeira vitrine dos partidos, das ideologias, das estratégias de marketing e de seus ideais. O candidato é o conteúdo, um contexto amplo entre partido,

ideologia, vida e suas participação na vida social.” Dantas (2010, p. 40)

Dantas mostra que o valor está agregado na informação transmitida e o conjunto de habilidades pessoais e partidárias levam ao convencimento do eleitor pelo político, e assim, começa a nascer o relacionamento, principalmente durante uma campanha eleitoral. Contudo, o autor ressalta que o relacionamento não se sustenta sozinho, e por haver esta característica, ele deve ser assistido, monitorado e aperfeiçoado constantemente.

“Na verdade, existem muitas formas para a concretização dessa relação, mas nada será viável se o candidato não possuir um substrato real que seja o elo de vinculação com o mercado que se quer atingir, fidelizar e manter para futuras campanhas (reeleição ou postulação a outros cargos).” Dantas (2010, p. 41)

Os autores Kerin, Hartley & Rudelius (2014, p. 12), escrevem que “a fin de vender un producto, el marketing de relaciones supone una relación personal y continua entre la organización y sus clientes individuales, que comienza antes de la venta y continúa después de esta.”¹ Isto confirma que o político precisa trabalhar o ‘marketing de relacionamento’ para construir, satisfazer e angariar força a fim de perpetuar a proximidade e receber o voto do seu

¹ A fim de vender um produto, o marketing de relacionamento supõe uma relação pessoal e contínua entre a empresa e seus clientes individualmente, que inicia antes da venda e prossegue após esta fase.” (Tradução nossa)

eleitorado. Como Kotler (2003, p. 85) explica que “estas relaciones valen, en muchos de los casos, más que los activos físicos de la empresa. Las relaciones determinan el valor futuro de una compañía.”¹ Desta feita, transpondo para dentro do marketing político, o ‘marketing de relacionamento’ dá ao político um acesso a ferramentas importantes para este ter a possibilidade de uma continuidade futura de seu trabalho mandatário com seus clientes-eleitores.

Dave Kurtz (2012) em seu livro *Contemporary Marketing*, afirma que além de todos os benefícios que o ‘marketing de relacionamento’ oferece à empresa, há uma possibilidade de diminuir os custos em ações de marketing, pois é menos custoso manter um cliente do que conquistar um novo cliente. E isso pode ser uma grande arma para o meio político, pois a legislação brasileira tem mudado e as verbas para as campanhas eleitorais foram diminuídas. Sendo assim, o político que mantiver, gerenciar e criar laços relacionais com os seus clientes-eleitores durante o mandato, irá gastar menos para conseguir os votos deles em futuras eleições, pois já conhece, acompanha e se relaciona com seu eleitorado, e por isso, tendem a serem fiéis à marca política.

“Políticos gastam muito dinheiro, saliva e sola de sapato para chegar até os eleitores, pelo menos quando se aproxima as eleições. Quando dezenas de milhões de eleitores decidem aparecer por conta própria, sem precisar ser chamados, a lógica e o bom

senso mandam que sejam tratados com muita consideração, a fim de mantê-los por perto, ouvindo e interagindo. Mas não... As pessoas estão procurando informações e tentam interagir, mas muitas delas dão com a cara na porta.” Medialogue (2016, p. 4)

Barreto & Crescitelli (2013, p. 12) conclui “que o pilar do ‘marketing de relacionamento’ é a busca da continuidade na negociação com os mesmos clientes. Tal esforço procura estimular a fidelidade dos clientes por meio da satisfação de suas necessidades, e desse modo, garantir o lucro”. Traduzindo este conceito para o marketing político, pode-se afirmar que o ‘marketing de relacionamento’ busca a satisfação das necessidades dos clientes-eleitores durante todo o mandato, e não apenas durante a campanha eleitoral; garantindo com que o eleitor se torne fiel ao político e à sua linha partidária, oferecendo o seu voto de confiança nas próximas eleições do candidato.

3.2. MARKETING DE RELACIONAMENTO E TECNOLOGIA

O foco do ‘marketing de relacionamento’ é na visão das necessidades dos clientes, contudo, o desafio é saber como estimular a fidelidade por meio das satisfações atendidas. Para Barreto & Crescitelli (2013, p. 12) existem “variadas formas de ação, (...) dentre as quais se destacam: Trabalho de pós-marketing;

¹ “Estes relacionamentos valem, em muitos casos, mais que os ativos físicos da empresa. Os relacionamentos determinam o valor futuro da organização”. (Tradução nossa)

Relação de aprendizagem com o cliente; e Personalização em massa”.

Neste primeiro momento, Trabalho de pós-marketing, visa o cuidado com o cliente não apenas no processo de antes e durante a venda, mas sim cercar o cliente após estas etapas também. Garantir um contato com o cliente posterior a compra. Para Kotler (2003, p. 85) “el marketing de relaciones, o relacional, conlleva un cambio de paradigma. De pensar solamente en términos competitivos y de conflicto se pasa a pensar en términos de interdependencia mutua y cooperación”.¹ Isto diz respeito à mudança de visão empresarial, o cliente não será abordado apenas para fechar uma venda, ao invés disso, será aberto um relacionamento com o consumidor para manter um contato mais prolongado e ativo entre a empresa e seus clientes. Na política não se deve, então, visionar a utilização do marketing político apenas durante a campanha eleitoral com a finalidade de vender as ideias e o candidato. E caso o candidato seja eleito, não deve deixar de lado as diretrizes de marketing e este passar a governar sem auxílio de um planejamento constante de marketing com a sociedade.

O segundo tópico é a Aprendizagem com o cliente. Aqui é traçado um esquema em que a empresa consegue compreender e distinguir as necessidades individuais de cada cliente. Barreto & Crescitelli (2013, p. 14) expressam que “as empresas precisam

desenvolver uma relação de aprendizagem, em que cada novo contato seu com o cliente possa gerar informações sobre aquilo que ele busca e valoriza”. A tecnologia entra como aliada neste aspecto. É possível criar um banco de dados com informações valiosas para conhecer mais profundamente o cliente e seus hábitos, e assim, dar respostas adequadas às suas necessidades específicas. Mas, isto só ocorrerá quando houver pesquisas para entender os por menores e, principalmente, quando houver uma comunicação eficaz entre as partes envolvidas.

Os autores Lovelock, Wirtz e Hemzo (2014, p. 384) escrevem uma lista com três pontos sobre a tecnologia em favor do ‘marketing de relacionamento’:

1. A tecnologia é usada para identificar e montar um banco de dados de clientes (atuais e potenciais),
2. Entregar mensagens diferenciadas com base nas características e preferências e
3. Rastrear cada relacionamento para monitorar o custo de aquisição e valor do cliente no tempo gerado pelas compras resultantes.

Contudo, os autores ainda ressaltam (Lovelock, Wirtz e Hemzo, 2014, p. 384) mesmo que a tecnologia seja utilizada para personalizar os serviços e atendimento aos

¹ “O marketing de relações, ou relacionamento, envolve uma mudança de paradigma. De pensar apenas em termos de competição e de conflito, passa a se pensar em termos de interdependência e cooperação mutuas.” (Tradução nossa)

clientes, os relacionamentos continuam distantes. Isto porque as pessoas estão conectadas por meios eletrônicos ou por canais de comunicação e não fisicamente presentes.

A tecnologia vem sendo incorporada no meio político de maneira gradual; e a cada ano percebemos mais claramente no período eleitoral. O que faz com que o político amplie as possibilidades de ações de marketing, visibilidade, comunicação e, até, de criar e gerar relacionamentos com os clientes-eleitores. Entretanto, o que temos visto ainda são apenas ações pontuais e passageiras durante as campanhas eleitorais.

“O Brasil é um dos países que mais utilizam a Internet em todo o mundo e as experiências dessa mídia no marketing político já permitem verificar um diferencial positivo no uso para algumas das principais etapas de uma ação política bem sucedida.” Dantas (2010, p. 154).

Os candidatos criam campanhas eleitorais baseadas em mídias eletrônicas – rádio, televisão, internet – como em mídias *offline* – panfletos, *flyes*, *bottons*, adesivos. No entanto, são nas novas mídias eletrônicas digitais ligadas à internet que a grande oportunidade surgiu e formou-se um novo cenário para o político se relacionar com o seu público continuamente. No espaço cibernético o canal de comunicação está sempre disponível e aberto com o cliente-eleitor para interagir, e por meio destas tecnologias o político pode conhecer mais afincado o seu cliente-eleitor.

“Atualmente, o 'marketing de relacionamento' envolve muito mais que o cumprimento da promessa. Isso significa uma comunicação bilateral com os interessados de forma individual. Como uma empresa pode compreender as necessidades individuais de cada cliente ou parceiro sem perguntar quais são essas necessidades e ouvir suas respostas? Felizmente, a mídia social na internet possibilita que as empresas escutem melhor do que nunca.” Strauss & Frost (2012, p. 272)

A internet possibilita que as pessoas se relacionem em um mundo tecnológico criou-se o ciberespaço, onde as distâncias geográficas caem diante das cadeias e redes online. É nesse espaço digital, que as mídias sociais vem crescendo no mundo e no Brasil, em especial. São mais de 111 milhões de usuários brasileiros conectados só no Facebook, é o terceiro no ranking em número no mundo, atrás de Estados Unidos (199 milhões) e da Índia (154 milhões), segundo dados da Owloo.

“As aplicações em mídias sociais são praticamente infinitas. Alguns processos são mais impactados que outros pelas mídias sociais, mas todo têm a oportunidade de estar nelas e receber informações úteis para o seu dia a dia e para o planejamento de ações futuras. A clareza da importância e do impacto multidisciplinar das mídias sociais nos negócios faz do monitoramento (que é capturar e ouvir o que as pessoas dizem nos canais sociais e analisar essas informações para a tomada de decisão) o pré-requisito principal desse novo campo do conhecimento. Se as redes são um diálogo

entre pessoas e empresas, sabemos que não existe conversação sem o ouvir. Depois que o primeiro passo da escuta ocorre, é aquele momento em que a empresa já absorveu o suficiente para saber como se posicionar de forma relevante. A partir daí, ela pode realizar diferentes ações: fazer um atendimento (conhecido como SAC 2.0), colher feedbacks, publicar conteúdos que atendam às necessidades dos clientes e promover campanhas para ativar e aumentar sua percepção nas mídias sociais.” Monteiro e Azarite (2012, p. 12)

Estas tecnologias estão sendo incluídas no meio político para ajudar na divulgação de informações, tal como aproximar o eleitor das ações de cada um deles. Entretanto, na pesquisa realizada pela Medialogue – Político Digital 2016, diz que os políticos do congresso brasileiro mesmo estando nas mídias sociais, eles ainda não possuem um diálogo construído com os seus clientes-eleitores de fato, subutilizam as ferramentas e das possibilidades das redes sociais no plano de marketing de cada um deles.

“O problema é que muitos políticos ainda não notaram que a conversa está mudando de lugar e novos hábitos estão surgindo, entre todas as idades e classes sociais, como já mostraram vários estudos. Segundo a pesquisa da Medialogue, não existe sinal algum de que, vistos em bloco, os parlamentares tenham caprichado mais, ou tenham se esforçado para parecer mais atraentes e interessados em fazer amigos digitais.” Medialogue (2016, p. 4)

Uma das conclusões desse levantamento no uso das mídias sociais, entre os deputados federais brasileiros, é que a grande maioria dos eleitores ficam sem respostas quando entram em contato com os políticos pela internet. Como parte do experimento, a Medialogue enviou uma mensagem simples na página do Facebook, apenas 23% responderam, no ano de 2011; caiu para 20%, em 2013; em 2016, mais uma queda, apenas 18% de respostas concedidas. A empresa destaca em seu relatório final:

“O que devia melhorar, está cada vez pior. O que será que os parlamentares não estão entendendo? (...) responder é fundamental para criar um ambiente de reciprocidade e confiança (...). Ignorar totalmente, sem uma justificativa qualquer, quem envia uma pergunta a um representante público que, por ofício, deve explicações é, no mínimo, um contra senso.” Medialogue (2016, p. 4)

Contudo, a Medialogue constatou que uma pequena parte dos parlamentares está aproveitando melhor os recursos das redes sociais na internet para mobilizar e se relacionar com seus eleitores.

“Embora sejam uma minoria, há um bom número de parlamentares que já aprenderam a construir boas conversas nas redes sociais. É possível identificar claramente os cinco hábitos dos mais influentes: 1. Fornecem informações relevantes sobre o que estão fazendo 2. Posicionam-se com clareza sobre questões de interesse dos eleitores 3. Dão atenção às pessoas, respondem suas perguntas e comentários 4. Formaram uma audiência relevante em seus canais sociais 5. Estão

presentes nas redes e produzem informações diariamente.” Medialogue (2016, p. 4-5)

Hoje, a classe política legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul (MS) contém 03 senadores, 08 deputados federais, e 24 deputados estaduais; e 100% deles possuem canais de comunicação na internet, entre sites e mídia social. Dos 35 políticos do Legislativo do MS, apenas 1 não está articulando e integrando nas mídias sociais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o MS tem mais de 2.6 milhões de habitantes – levantamento de 2014; e o Tribunal Regional Eleitoral do MS, mostra que há mais de 1.8 milhões de eleitores – registro em novembro de 2018. E há em torno de 1.4 milhões de usuários registrados no Facebook, segundo a Owloo; transformando em porcentagem, isso representa que 54,44% dos sul-mato-grossenses estão na plataforma do Facebook e que 74,8% dos eleitores conectados nesta mídia social. São clientes-eleitores potenciais ativos no Facebook que podem ser alcançados por meio de esforços de ‘marketing de relacionamento’ na internet. Um grande fonte de informações – dados geográficos e psicológicos, hábitos e percepção de valores – dos cliente-eleitores está aberta e disponível só nesta rede social.

Outro passo importante é como organizar e orquestrar essas informações dos clientes. É necessário sistematizar esses dados para que sejam utilizados em favor da

empresa para conquistar o cliente. No ‘marketing de relacionamento’ existe a sistemática chamada de CRM – *Customer Relationship Management*, que na prática é uma ação com “foco no cliente, aquisição, transação, atendimento, retenção e construção de relacionamento de longo prazo com clientes. O CRM está baseado em dados, informações, sugestões e conhecimento dos clientes” (Strauss & Frost 2012, p. 272). No meio político o CRM pode ser muito útil na leitura dos desejos sociais para tomadas de decisões políticas e ou regimentais legais. Os políticos podem ouvir sugestões, críticas e os clamores da sociedade e por meio desse canal de comunicação, compilar as informações para dar respostas satisfatórias à população. Por meio desse sistema (CRM) o político tem muito, ainda, a crescer e melhorar no Brasil, em destaque no Estado do Mato Grosso do Sul. Como vimos, ainda existem políticos que não se utilizam de tecnologias para conhecer e se relacionar com os clientes-eleitores durante o seu mandato. E os políticos ainda não criaram ou investiram nessas tecnologias de maneira sistêmica para conhecer e se aproximar de seus eleitores, além de criar sistemas que ajudem a monitorar e transformar os dados obtidos pelas redes sociais ou em outros canais de comunicação em informações preciosas para conquistar e fidelizar a sua base eleitoral. Kotler (2003, p. 85) expressa que com o ‘marketing de relacionamento’ “se centra más en escuchar y aprender que en hablar”¹.

¹ “Foca mais em escutar e aprender do que a falar” (Tradução nossa)

E por fim, ser construído, garantido e realizado o Aprendizado com o cliente, este passa a gerar uma interação real e prática, fazendo do cliente um ativo da empresa, chega-se na terceira abordagem feita por Barreto & Crescitelli, a Personalização em massa.

“De acordo com essa perspectiva, o conceito de 'marketing de relacionamento' está vinculado à incorporação do cliente à organização, de modo que ele participe dos processos de desenvolvimento de novos produtos. Assim, o envolvimento do cliente na formulação e no desenvolvimento do produto e a adaptação desse produto às necessidades de cada cliente ou grupo de clientes (personalização em massa) são características do marketing de relacionamento.” Barreto & Crescitelli (2013, p. 15)

Transpondo para o meio político observamos a importância de se dar ouvidos ao individual para os pedidos que este lhe explica e assim, buscar criar um projeto que contemple as demais pessoas que também passem por esta mesma situação. O grau de acuidade vem do ouvir mais e ali buscar as oportunidades que são relatadas e colocar o cidadão como agente ativo no mandado.

4. CONCLUSÃO

O político pode em muito se beneficiar quando coloca em prática as ferramentas de marketing de relacionamento. Ouvir mais para dar respostas concretas e reais aos clientes-eleitores, e desta forma, articular projetos sociais para serem promovidos

pelos órgãos públicos e ou privados, baseados na ideia do próprio cliente-eleitor, a fim de trazer melhorias satisfatórias nos serviços públicos gerais, como saúde, educação e segurança. E numa etapa final, diante de clamores populares, ou por causa desse contato mais próximo com os eleitores, ao ouvir suas demandas, o político busca satisfazê-las por meio de criações de projetos de leis específicos, emendas constitucionais ou ações parlamentares.

Como exemplo, o vereador Alan Guedes relatou que conseguiu aprovação na câmara municipal de Dourados (MS), em 2013, da lei nº. 60/2013, a primeira que surgiu por meio de sugestão direta de uma eleitora para com ele. Esta obrigação dispõe sobre a reserva de vagas em estabelecimentos em shopping center, centros comerciais, hipermercados para gestante e pessoas com crianças de colo, no município de Dourados (MS). A partir desta, com o canal aberto, muitas outras leis e projetos de leis vieram de demandas por meio das mídias sociais. Assim, é necessário aprender a administrar todas essas questões para compreender os novos anseios do público eleitoreiro. Para o vereador ouvir uma sugestão de um cidadão e por meio do seu trabalho político efetivar uma resposta à esta demanda social, criando-se, assim, uma lei ou em uma ação parlamentar é “algo frutificante e positivo”; pois desta forma, ele consegue fazer com o que o seu mandato chegue na ponta, nas pessoas. É importante salientar que quando o político consegue se relacionar, conhecer e responder aos anseios de seus cliente-eleitores, é possível

desenvolver o valor da marca política positivamente na mente do eleitor.

Este é um exemplo de como os canais de comunicação podem ser utilizados para

trazer uma aproximação entre o eleitor e o político, bem como trabalhados em função do marketing de relacionamento aplicado às diretrizes do marketing político.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAREFOOT, Darren; SZABO, Julie. **Manual De Marketing Em Mídias Sociais**. São Paulo : Novatec, 2010.
- BARRETO, Iná Futino; CRESCITELLI, Edson. **Marketing de relacionamento: como implantar e avaliar resultado**. -1ª ed.- São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.
- CHURCHILL, Gilbert. **Marketing: Criando Valor Para Os Clientes**. São Paulo : Saraiva, 2001.
- DANTAS, Edmundo B. **Marketing Político: Técnicas E Gestão No Contexto Brasileiro**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- GABRIEL, Martha. **Marketing na Era Digital: Conceitos, Plataformas e Estratégias**. São Paulo: Novatec, 2010.
- GRAEFF, Antonio. **Eleições 2.0 – A Internet e as Mídias Sociais no Processo Eleitoral**. Série 21, São Paulo: Publifolha, 2009.
- GORDON, Ian. **Marketing De Relacionamento: Estratégias, Técnicas E Tecnologias Para Conquistar E Mantê-los Para Sempre**. São Paulo: Futura, 2001.
- KERIN; HANTLEY & RUDILEUIS; **Marketing**. 11ª. Edición. Livro Bertrand. México: Mc Graw Hill, 2014.
- KOTLER, Philip. **Dirección de Marketing: conceptos esenciales**. Mexico: Prentice Hall, 2003.
- KURTZ, D. L. **Contemporary Marketing**, 15th Edition. USA, Mason, Ohio: South-Western, 2012.
- LOVELOCK, Christopher; WIRTZ, Jochen; HEMZO, Miguel A. **Marketing de serviços: pessoas, tecnologia e resultados**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014.

- MANHANELLI, Carlos A. **Eleição É Guerra: Marketing Para Campanhas Eleitorais**. São Paulo: Summus Editorial, 1992.
- MONTEIRO, Diego; AZARITE, Ricardo. **Monitoramento e Métricas de Mídias Sociais: do estagiário ao CEO**. São Paulo: DVS Editora, 2012.
- RAMOS, Murilo C.; DEL BIANCO, Nelia R. (Orgs.) **Estado e Comunicação**. Brasília: Intercom / UNB, 2008.
- TORQUATO, Gaudêncio. **Novo Manual De Marketing Político**. 2a. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2014.
- VAVRA, Terry G. **Marketing De Relacionamento (Aftermarketing)**. São Paulo: Editora Atlas, 1993.
- _____. Mídia Social: www.facebook.com/vereadoralanguedes/?fref=ts. Acesso 18/08/2018.
- _____. Mídia Social: www.instagram.com/alanguedes25. Acesso 18/08/2018.
- _____. Site: www.alanguedes.com. Acesso 18/08/2018.
- _____. Site: www.camaradourados.ms.gov.br/vereadores/alan-guedes. Acesso 18/08/2018.
- _____. Site: www.olwoo.com. Acesso dia 22/04/2018.
- _____. **Pesquisa Medialogue Político Digital 2016**. Site: www.medialogue.com.br/politicodigital/2016. Acesso dia 27/08/2018
- _____. Tese: **O Twitter Nas Campanhas Eleitorais: Novos Desafios Para Os Atores Políticos Em Goiás**, do autor Luis Carlos Carmo Fernandes, Faculdades de Ciências Sociais de Goiás – UFG. Goiás, 2014.
<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/3622/5/Tese%20Luiz%20Carlos%20do%20Carmo%20Fernandes%20-%202014.pdf>. Acesso dia 27/08/2018
- _____. Artigo: **Internet, Espaço Público E Marketing Político: Entre A Promoção Da Comunicação E O Slipsismo Moralista**, do autor Bernardo Sorj. CEBRAP, São Paulo, 2006. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002006000300006&script=sci_arttext. Acesso dia 27/08/2018

- _____ . Artigo: **Redes Sociais E Marketing De Inovações**, dos autores Kimura, Basso & Martin. Revista de Administração Mackenzie, Volume 9, nº 1, 2008, São Paulo. Acesso dia 27/08/2018
- _____ . Artigo: **A Comunicação Política Na Era Da Internet**, do autor João Canavilhas. Labcom, 2009. <https://ubithesis.ubi.pt/handle/10400.6/686>. Acesso dia 10/09/2018.

6. NOTAS BIOGRÁFICAS

Oseias da Silva Iapechino

Nascido em Aquidauana (MS) em 1985, reside hoje em Dourados (MS). Publicitário pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (2007). Especialista em Marketing pelo Mackenzie (2008). MBA em Gestão Administrativa e Marketing pela ESAB (2009). MBA em Marketing Político e Comunicação Eleitoral pela FAIARA (2018). Mestrando em Marketing e Direção Comercial, pela Universidade De La Empresa (UDE), Montevideo – Uruguay. Doutorando em Administração de Empresas pela Universidad Columbia, Asunción – Paraguay. Realizou atividades em agências de publicidade e empresas de consultoria de comunicação e marketing no ES. Docente desde 2010, em cursos superiores técnicos em escolas do ES e do MS, como Senai. E também, como professor universitário na UNIGRAN em Dourados (MS). De forma complementar, faz consultorias de comunicação em marketing nos estados de ES, MS, MG e SP, desde 2010; além de trabalhos direcionados ao marketing político do MS.

Paula Moreira Tavares

Nascida em Guanhães (MG) em 1978, contudo residente em São Paulo (SP). Administradora pela UNA - Universidade de Ciências Gerenciais, Belo Horizonte (MG) 2004. MBA em Administração Hoteleira e Gerência de Alimentos e Bebidas - Universidade Federal de Juíz de Fora (MG) em parceria com Senac. Grogotó - Barbacena (MG)2005. Mestrado em Direção e Administração de Empresa (UDE), Montevideu - Uruguay. Docente no curso Técnico de Turismo - Itacaré (BA) 2008 - 2011. Administradora do Hospital Santa Terezinha, Monte Carmelo (MG) 2013 - 2016, Administradora e Sócia da loja Kids Box, São Paulo (SP) 2016 - 2018, hoje de loja física para loja virtual Padá Padá.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CURSO TÉCNICO DE METALURGIA DO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS CAMPUS OURO PRETO

GENILTON JOSÉ NUNES (genilton.nunes@ifmg.edu.br) – Professor do IFMG Campus Ouro Preto, Doutor em educação pela Universidade Americana – PY.

MARIA DE FÁTIMA BELCHIOR SILVA (fafabelch@hotmail.com.br) – Doutora em administração pela Universidade Americana – PY.

RICARDO DE BONIS (ricardo@debonis.com.br) – Cirurgião-Dentista, Doutor em administração pela Universidade Americana –PY, Professor da Disciplina de Saúde e Bioética da Universidade Columbia Del Paraguay.

RESUMO: O presente artigo busca pesquisar as atuais condições dos professores do Curso Técnico de Metalurgia do Instituto Federal de Minas Gerais Campus Ouro Preto, para atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, propondo ações que possibilitem melhorias no processo de ensino-aprendizagem. A metodologia utilizada foi de natureza descritiva com enfoque qualitativo através da aplicação de um questionário junto aos professores. Para a análise dos dados usou-se a técnica de categorização. Os resultados obtidos mostraram a necessidade de uma implementação de melhorias para educação inclusiva, além de uma capacitação junto aos professores. Diante desses resultados foi proposto um conjunto de ações para melhoria da educação inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; Educação Profissional; Curso técnico.

RESUMEN: Este artículo busca investigar las condiciones actuales de los docentes del Curso Técnico de Metalurgia del Instituto Federal de Minas Gerais Campus Ouro Preto, para ayudar a los estudiantes con discapacidades, proponiendo acciones que permitan mejoras en el proceso de enseñanza-aprendizaje. La metodología utilizada fue de naturaleza descriptiva con un enfoque cualitativo mediante la aplicación de un cuestionario a los docentes. Para el análisis de datos, se utilizó la técnica de categorización. Los resultados mostraron la necesidad de mejorar la educación inclusiva, así como la capacitación con docentes. Ante estos resultados, se propuso un conjunto de acciones para mejorar la educación inclusiva.

PALABRAS CLAVES: Educación Inclusiva, Educación Profesional, Curso Técnico.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa apresenta a necessidade de delinear ações no Instituto Federal de Minas Gerais Campus Ouro Preto, no sentido de implementar um melhor atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais regularmente matriculados no Curso Técnico de Metalurgia.

Desde o advento da promulgação da Constituição Federal de 1988, é assegurada a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, que deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Com base nos princípios desse documento, deve haver igualdade de condições para o acesso e permanência dos educandos na escola, e garantida à educação básica obrigatória e gratuita. Além disso, prevê atendimento educacional especializado à pessoa com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Enfatizando a ideia de educação para todos, houve a Conferência de Salamanca em 1994, conferência essa propulsora da educação inclusiva. A partir desta conferência, surgiram outros documentos assegurando a educação as pessoas com deficiência.

Em que se pese já haver decorrido um substancial tempo, três décadas, da

promulgação da Constituição Federal e duas décadas da conferência de Salamanca, tímidos foram os avanços no sentido de capacitar seus profissionais do ensino profissional, para oferecer com qualidade, aos alunos com necessidades educacionais especiais, condições de formação cidadã, qualidade de ensino e permanência nas escolas, em face de não haver investido na formação dos professores.

O presente estudo tem como objetivo pesquisar as atuais condições dos professores do Curso Técnico de Metalurgia do Instituto Federal de Minas Gerais Campus Ouro Preto, para atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, propondo ações que possibilitem melhorias no processo de ensino-aprendizagem.

2. METODOLOGIA

Foi realizada, além da pesquisa bibliográfica, uma pesquisa documental e aplicação de uma entrevista semiestruturada junto aos professores que lecionam as disciplinas técnicas específicas no Curso Técnico de Metalurgia do Instituto Federal de Minas Gerais Campus Ouro Preto para a coleta dos dados sobre a formação dos professores em educação inclusiva além de suas necessidades frente ao aluno com deficiência.

A análise de dados se baseou na categorização que segundo Minayo (2010, p. 71) classifica-as: “As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com

elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em tomo de um conceito capaz de abranger tudo isso”.

3. ASPECTOS CONCEITUAIS

Ao longo de alguns séculos, a pessoa com deficiência era tratada pela sociedade como um indivíduo não dotado de capacidade para gerir sua vida, não eram considerados seus direitos, suas habilidades, sua capacidade de aprendizagem e muitos, por preconceito das famílias, eram internados em nosocômios onde eram submetidos aos mais bárbaros métodos de tratamento.

Foi na segunda metade do século XIX, em paralelo à implantação de hospitais públicos, que o Estado passou a intervir também na área de doenças mentais – tratadas, então, em rigoroso isolamento.

As pesquisas do médico Franco da Rocha, despontaram algo esperançoso, e diferente, uma tentativa de não limitar o auxílio a essas crianças, apenas ao campo médico, aplicando fórmulas químicas ou outros tratamentos mais dramáticos.

Havia já nessa época, uma percepção da importância de educação, oriunda do campo pedagógico, em sistematizar conhecimentos que fizessem dessas crianças sujeitos de escolarização:

“Daí as viabilizações possíveis, desde a formação dos hábitos de higiene, de alimentação, de tentar se vestir etc. necessários ao convívio social. Elas

colocam de forma dramática o que se vai estabelecendo na educação do deficiente: segregação versus integração na prática social mais ampla” (JANNUZZI, 2004, p.38).

Essa política segregacionista que imperou até alguns anos atrás, não possibilitou o convívio com o diferente, gerando uma falta de conhecimento nas questões relacionadas à inclusão da pessoa com deficiência.

Segundo MANTOAN, (2005, p. 26): “Nosso convívio com as pessoas com deficiência nas escolas comuns é recente e gera ainda muita apreensão entre os que a compõe”.

A mudança de olhar, recentemente ocorrida é uma dicotomia numa zona fronteira entra a aceitação e respeito à diferença do meio, aborda debates, propostas consideradas legais ao atendimento e entendimento sobre a diferença, como nos aponta Lima (2006, p. 17) apud (Gomes, 2007, p. 19)

“A diversidade é uma norma humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam, ainda, diversidade biológica. Algumas dessas diversidades provocam impedimentos da natureza distinta no processo de desenvolvimentos das pessoas (os comumente chamados de “portadores de necessidades especiais”)”.

A diversidade humana é o aspecto primário ao entendimento da inclusão, pois trata-se de um processo social, humano e singular dos indivíduos.

O grande marco da educação inclusiva aconteceu através da Conferência de Salamanca no ano de 1994, na Espanha com ajuda da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Na história da educação inclusiva, até então, não havia um documento que maior repercutisse no mundo. Formalizava-se o conceito de “educação para todos”, onde apontava critérios básicos para acessibilidades das pessoas com deficiência e ou com modalidade reduzida. Pode-se dizer que aqui se consolidou a educação inclusiva.

A educação inclusiva ganhou uma ferramenta importante, no que diz respeito às cobranças sociais, educacionais e governamentais, não se pode mais jogar responsabilidades apenas nas escolas, a responsabilidade é de todos pela interação das PCD na educação e no meio social, sobretudo, seria uma maneira de lembrar aos representantes políticos suas responsabilidades sobre esses membros da sociedade.

A partir de então, são travadas lutas constantes para a inserção social das pessoas com deficiência em todos os espaços sociais. Numa percepção mais ampla, podemos dizer que se muda o conceito de cidadania, e coloca ao meio novos sujeitos

sociais, quebra-se uma hierarquia de poder e impera novas possibilidades de ensino-aprendizagem à educação especial.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), o Plano Nacional de Educação (PNE), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério Público Federal (MPF), o Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S), entre outros, são contribuintes importantes na formação do ensino especializado. As lutas desses membros passaram a ter um mesmo objetivo que era o acesso e permanência tanto na educação fundamental, como na educação superior, garantindo o fortalecimento das escolas públicas e o direito ao acesso e permanência dos alunos com NEE.

Esse desafio tem caminhado lentamente, e tem sido buscado através de construção de debates com os diversos segmentos da sociedade, em especial no ambiente escolar, promovendo um convívio diário com os pares em salas do ensino regular, o que se dá, não apenas nas relações cotidianas da escola, mas também nos diversos ambientes sociais.

Compreender a inclusão é dimensionar o enfoque de uma educação integradora. É também dinamizar, adaptar o currículo às peculiaridades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Nesse sentido, é importante conhecer a história deles, seus aspectos conceituais e indicá-los, confrontá-lo com a sociedade e seus problemas, bem como, com seu processo de aceitação nas redes de ensino.

O processo de inclusão educacional deve favorecer a garantia do direito à “igualdade com equidade de oportunidade. Isto não significa um modo igual de educar a todos, mas uma forma de garantir que cada um aprenda, resguardando-se suas singularidades”.

Considerando o processo histórico, vão se modificando os conceitos, as práticas e metodologias de ensino, a legislação, indicando avanços no que diz respeito a propostas pedagógicas. A isso, ARANTES (2006, p. 35) nos alonga:

“O planejamento e a implementação de políticas educacionais para atender a alunos com necessidades educacionais especiais requerem domínio conceitual sobre a inclusão escolar e sobre as solicitações decorrentes de sua adoção enquanto princípio ético-político, bem como a clara definição dos princípios e diretrizes nos planos e programas elaborados, permitindo a (re)definição dos papéis da educação especial e do locus do atendimento desse alunado”.

A Educação Inclusiva exige também uma maior competência profissional dos professores e projetos educativos mais amplos e diversificados, que possam adaptar-se às distintas necessidades de todos os educandos. Requer uma maior flexibilidade e diversificação da oferta educativa de modo que todos os educandos desenvolvem as competências básicas estabelecidas no currículo escolar, por meio de diferentes propostas e alternativas quanto às situações de aprendizagem.

Sugere também, o desenvolvimento de um currículo expressivo para todos, pois a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais não se limita a socialização, mas deve garantir-lhe aprendizagens significativas, o que implica em mudanças estruturais do sistema educacionais como um todo.

Muitos são os desafios frente à transformação do sistema educacional atual em sistemas educacionais inclusivos, considerando que toda e qualquer transformação gera desconforto, medo, insegurança e requer tempo para a estruturação das mudanças.

Além disso, outro desafio que se impõe para a efetivação de uma nova proposta inclusiva no Curso Técnico de Metalurgia do Instituto Federal de Minas Gerais Campus Ouro Preto, refere-se ao oferecimento de um ensino de qualidade que garanta um atendimento de habilidades e competências dos alunos com necessidades educacionais especiais, a partir da implementação de ações que visem a eliminação do maior número de barreiras que impeçam o desenvolvimento pleno dos educandos com necessidades educacionais especiais, iniciando pela formação/capacitação dos professores.

Por força da legislação, o Instituto Federal de Minas Gerais Campus Ouro Preto, vem recebendo os alunos com necessidades educacionais especiais nas salas de ensino regular sem, contudo, haver preparado os profissionais para atuarem com as especialidades, diferenças e cuidados que

uma pessoa com deficiência demanda em seu desenvolvimento e aprendizagem.

Ensinar alunos com necessidades educacionais especiais exige do mediador da aprendizagem, habilidades também especiais, não é possível ao professor mediar o conhecimento ao surdo sem dominar libras, ao cego, sem conhecimento de braile, ao Portador de Transtorno de Atenção ou outros Transtornos mentais e deficiências, sem metodologias e formação profissional que lhe apoie no sentido de manter o aluno atento, interessado, envolvido, confortável e seguro. Mais ainda, não é possível em turmas de 30 a 40 alunos, dedicar-se exclusivamente a um em detrimento dos demais.

A aprendizagem demanda planejamento, percepção de comportamentos, psicologia da educação, intervenções pontuais e imediatas, sequência, diagnósticos, avaliações contínuas, ressignificações de conteúdos, e no caso dos especiais, alguma noção de medicina, pois, toda aprendizagem deve ser realizada de maneira responsável, eficaz, com qualidade, de maneira a promover uma formação cidadã.

Inserir um aluno com necessidades educacionais especiais em classes regulares sem a capacitação do profissional do ensino é condená-lo à exclusão, uma das formas mais cruéis de segregação, e ao professor à sensação de impotência frente aos problemas com a aprendizagem do aluno.

Assim sendo, imperativa e emergente se torna a formação/capacitação dos

professores para a atuação com as pessoas com deficiência no Curso Técnico de Metalurgia do Instituto Federal de Minas Gerais Campus Ouro Preto.

4. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Os Institutos Federais entendem por Educação Tecnológica, o processo de transmissão e geração de conhecimentos científicos e tecnológicos que possibilitem ao indivíduo o domínio da atividade intelectual e operativa, como instrumento de conquista da cidadania e do atendimento às necessidades do mundo do trabalho, com a execução das tarefas de forma criativa e crítica com o setor produtivo.

Os Cursos Técnicos de Metalurgia carecem de atualização e melhorias, principalmente visando à melhoria da Educação Inclusiva para o cumprimento dos objetivos do Curso e da identidade das peculiaridades regionais onde se localizam as Instituições de Educação Profissional.

Assim sendo, reafirma-se a necessidade da implementação de melhorias e intensificação das ações no sentido de contribuir para a formação em Educação Inclusiva para os professores que lecionam no Curso Técnico de Metalurgia do Instituto Federal de Minas Gerais Campus Ouro Preto.

A pesquisa foi realizada através da aplicação de questionários coletando os subsídios necessários para a elaboração da proposta de implementação de melhorias no

atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais no Curso Técnico de Metalurgia ministrado no Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Preto.

Os questionários tiveram a finalidade de verificar as concepções dos Professores sobre a necessidade das melhorias na formação em Educação Inclusiva no Curso Técnico de Metalurgia fornecendo-nos subsídios para a elaboração de uma Proposta de melhorias na Educação Inclusiva para o Curso Técnico de Metalurgia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais Campus Ouro Preto.

A pesquisa desenvolveu-se na prática escolar cotidiana, junto aos docentes do Curso Técnico de Metalurgia através da aplicação de questionários seguida da análise das informações coletadas.

Foram analisadas e avaliadas todas as informações obtidas através dos questionários que foram respondidos pelos professores do Curso Técnico de Metalurgia, no sentido de se poder contextualizar a realidade atual da Educação Inclusiva.

Após a aplicação dos questionários para os Professores do Curso verificou-se nas respostas dos mesmos, algumas sugestões com relação a determinados aspectos da Educação Inclusiva no Curso Técnico de Metalurgia.

Assim sendo, foram sintetizadas as informações mais relevantes servindo de subsídio e referencial para a elaboração da proposta de implementação de melhorias na

Educação Inclusiva e formação dos Professores no Curso Técnico de Metalurgia do Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Preto.

Dentre alguns aspectos mais relevantes e pertinentes que foram registrados e levados em consideração na elaboração da Proposta de implementação de melhorias na Educação Inclusiva e Formação dos Professores para o Curso Técnico de Metalurgia, pode ser destacado:

- A pesquisa mostrou realmente a necessidade da implementação de melhorias na Educação Inclusiva e Formação dos Professores do Curso Técnico em Metalurgia;
- Os Professores afirmaram ser necessário uma melhor capacitação bem como a proposição de iniciativas que possam contribuir para melhorias na Educação Inclusiva do Curso Técnico de Metalurgia;
- Os Professores apresentaram algumas sugestões de iniciativas de capacitação e ações para a melhoria da Educação Inclusiva no Curso Técnico em Metalurgia;

Enfim, todas as informações coletadas no desenvolvimento da pesquisa foram levadas em consideração e serviram de subsídios para a elaboração de uma Proposta de implementação de melhorias na Educação Inclusiva no Curso Técnico de Metalurgia do Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Preto.

5. PROPOSTA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORIAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CURSO TÉCNICO DE METALURGIA MINISTRADO NO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS CAMPUS OURO PRETO

O Instituto Federal Minas Gerais Campus Ouro Preto necessita de uma maior integração junto à sociedade, estimulando a interação entre as instituições governamentais, organizações não governamentais e o setor produtivo, por meio de ações que valorizam a educação profissional e tecnológica, com ênfase na Educação Inclusiva.

Assim sendo, no sentido de se implementar melhorias, foi realizado o 1º Simpósio sobre Educação Inclusiva em Ouro Preto.

Este simpósio visou integrar em um único evento as ações de integração com a comunidade local, e todos os envolvidos nos Cursos da Instituição e agências fomentadoras de forma a permitir um maior envolvimento com a Educação Inclusiva.

Neste Simpósio reafirmou-se a proposta da criação de uma representação municipal na cidade de Ouro Preto, da Associação Nacional dos Educadores Inclusivos, que atuam diretamente com inclusão na educação, na saúde e na sociedade de um modo geral, como o

Instituto Federal de Minas Gerais Campus Ouro Preto, sobretudo, numa cidade historicamente excludente, tanto no âmbito da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida quanto pelas questões étnico-raciais e socioeconômicas (SIOP, 2019).

Um dos objetivos do Simpósio foi também a possibilidade de promover uma integração da escola junto à comunidade e, também proporcionar um ambiente de contato entre alunos, servidores e professores com referências em Educação Inclusiva.

Além do Simpósio em Educação Inclusiva em Ouro Preto, o evento contou com a realização de outros eventos concomitantes, como o Encontro de Núcleos de Inclusão de Minas Gerais.

Outro evento paralelo foi o Encontro da Associação Nacional de Educadores Inclusivos do Brasil e o Encontro Nacional de Are-Educação Inclusiva.

O evento teve como tema, “Saúde, educação e diversidade”, contando com um comitê organizador composto por profissionais que estudam, pesquisam e trabalham com minorias, pessoas com deficiência e inclusão social.

Com o tema Educação, Saúde e Diversidade o evento proporcionou o diálogo e levantamento das questões que afetam e contribuem diretamente na atuação dos profissionais, pesquisadores e estudiosos no campo da Educação Inclusiva.

Com isto, pretendeu-se promover o desenvolvimento profissional e intelectual de servidores, alunos e professores com o intuito de melhor qualificá-los para atuarem com alunos com necessidades educacionais especiais.

Na realização deste 1º Simpósio de Educação Inclusiva destacaram-se as seguintes ações:

- Apresentar as características dos cursos da instituição, que buscam uma formação profissionalizante possibilitando a Educação Inclusiva;
- Possibilitar o encontro de representantes de núcleos de Educação Inclusiva;
- Promover o intercâmbio de informações entre organizações e pessoas que atuam no campo da Educação Inclusiva;
- Oferecer aos participantes palestras, conferências e minicursos como forma de contribuir para o desenvolvimento das competências individuais voltadas à Educação Inclusiva;
- Promover a discussão de temas referentes à Educação Inclusiva, envolvendo pessoas e organizações já inseridas no cenário estadual e nacional;
- Expor as informações de interesse na área da Educação Inclusiva;
- Apresentação dos participantes do Simpósio através de Comunicação Oral e apresentação de Banners com informações relacionadas à Educação Inclusiva; por meio de vídeos, folhetos, palestras;
- Divulgação Montagem de stands e painéis para que a instituição de ensino, as organizações e pessoas;
- Divulgação através de vídeos, cartilhas, folhetos sobre Educação Inclusiva;
- Realização de Oficinas com as seguintes temáticas:
 - Atendimento Educacional Especializado;
 - Educação e Aprendizado Profissional;
 - Educação para as Relações Etnico Raciais;
 - Educação e Arte;
 - Educação e Saúde;
 - Educação e Diversidade.

Como público alvo neste Simpósio tivemos a participação de Profissionais da Educação, Gestores Educacionais, Gestores Públicos, Instituições voltadas para a Educação Inclusiva e também a participação de vários estudantes.

A intenção do evento foi possibilitar uma oportunidade de troca de informações e fomento de estudos, pesquisas e práticas voltadas para a inclusão, iniciando um evento local na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais.

Assim sendo assuntos como Educação Inclusiva, Núcleos de Inclusão, Educação Profissional, Aprendizagem Profissional, Trabalho e Renda, Cultura, Arte-Educação Inclusiva e Formação para o melhor atendimento Educacional Especializado foram algumas das Temáticas que serviram e servirão como eixos condutores para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da Educação Inclusiva.

Com isto, a Proposta de implementação de melhorias para a Educação Inclusiva no Curso Técnico de Metalurgia do Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Preto apresenta uma enorme diversidade de ações, criteriosamente elaboradas, em prol de uma educação de qualidade cada vez melhor e na defesa de uma formação integral do cidadão, onde se pretende através dessa proposta, atender as demandas do mercado de trabalho e da sociedade em geral, considerando-se evidentemente as peculiaridades do desenvolvimento

tecnológico, e especialmente proporcionar para as pessoas que desejam que suas diferenças sejam vistas a partir da perspectivada diversidade, e que a sociedade é diversa, e que a diversidade humana contribua para o aprimoramento social.

6. CONCLUSÃO

A proposta de ações visando a implementação de melhorias na Educação Inclusiva no Curso Técnico de Metalurgia do Instituto Federal de Minas Gerais Campus Ouro Preto, se mostra necessária e contribuirá para garantir aos professores do curso melhores condições para atuarem no processo de ensino aprendizagem, proporcionando aos alunos com necessidades educacionais uma qualificação que os prepare para a inserção no mercado de trabalho e atenda as suas necessidades individuais e coletivas de forma autônoma e independente numa sociedade que está em constante transformação.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.
- BRASIL, Senado. **Constituição Federal**, Brasília, DF. 1998
- JANNUZZI, Gilberta de Martino. **Algumas concepções de educação do deficiente**. Campinas, p.38, 2004.
- GOMES, Nilma Lino. (Org.) **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**—Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007, p. 17-47.

- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão**: revista da educação especial. A Hora da Virada. MEC. Brasília: Secretaria da Educação Especial, 2005.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SIOP – **Simpósio Sobre inclusão em Ouro Preto**, 2019. Disponível em:
<http://www.1siop.com.br/apresentacao> Acesso em: 08/08/2019.

8. NOTAS BIOGRÁFICAS

Genilton José Nunes

Professor do IFMG Campus Ouro Preto, Doutor em educação pela Universidade Americana – PY.

Maria de Fátima Belchior Silva

Doutora em administração pela Universidade Americana – PY.

Ricardo De Bonis

Cirurgião-Dentista, Doutor em administração pela Universidade Americana – PY, Professor da Disciplina de Saúde e Bioética da Universidade Columbia Del Paraguay.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

O HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO PENAL BRASILEIRA NO TRATAMENTO DO MENOR DE IDADE

DIEGO VIEIRA CAVALCANTE DA SILVA (diegovieira_adv@hotmail.com) - Mestrando em Ciências Jurídicas Universidade Columbia/Assunção Paraguai. Servidor Público do Governo do Estado do Ceará.

RESUMO: Este artigo destaca a importância do marco histórico nas pesquisas científicas e suas implicações nos resultados. De forma a contribuir com o avanço nos questionamentos dos pressupostos da ciência normativa, buscou-se realizar, neste artigo, uma revisão bibliográfica sobre o histórico legislativo. O objetivo é apresentar pontos principais acerca da responsabilidade penal do menor na legislação brasileira e sugerir uma mudança paradigmática que pode ajudar a transformar relações e modos de interpretar o cuidado dispensado na criança e adolescente. Aborda-se o pensamento segregador a fim de entender e atender as reais demandas da sociedade atual.

PALAVRAS-CHAVE: Criança e adolescente; Histórico; Legislação.

RESUMEN: Este artículo destaca la importancia del marco histórico en las investigaciones científicas y sus implicaciones en los resultados. Para contribuir con el avance en los cuestionamientos de los presupuestos de la ciencia normativa y de los, se buscó realizar en este artículo una revisión bibliográfica sobre el histórico legislativo. El objetivo es presentar puntos principales acerca de la responsabilidad penal del menor en la legislación brasileña y sugerir un cambio paradigmático que puede ayudar a transformar relaciones y modos de interpretar el cuidado dispensado en el niño y adolescente. Se aborda el pensamiento segregador a fin de entender y atender las reales demandas de la sociedad actual.

PALABRAS CLAVES: Niño y adolescente; historia; legislación.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo procura recuperar, através das disposições legais anteriores, a construção normativa da responsabilidade penal do adolescente no país desde o Brasil Colônia até a atual legislação especial utilizada na atualidade, a qual é o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). Pesquisar e refletir sobre novos paradigmas para evolução do desenvolvimento legislativo é um desafio gratificante, uma vez que estudiosos da atualidade estão abrindo novos horizontes para essa problemática

O objeto desta pesquisa é a construção do arcabouço normativo acerca da criança e do adolescente em terras brasileiras. Do início, com base na legislação portuguesa, até os dias atuais com uma legislação criada por nossos representantes no Congresso Nacional. Ademais, torna-se importante conceituar o nosso objeto nos moldes da lei, ou seja, o que é criança e adolescente. Em termos, no artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, *ipsis literis*¹, “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

De acordo com Serra (2008), houve um significativo aperfeiçoamento da lei com objetivo de provocar uma mudança de comportamento a partir da aquisição de novos conhecimentos, conceitos e atitudes. O

efeito mais perceptível desse processo de modificação tem sido a inclusão de inúmeros artigos na Constituição da República Federativa do Brasil sobre a assistência a criança e o adolescente. Há uma contínua e crescente formação de postura crítica, de autoavaliação, de autoformação, de autogestão, para desenvolver, assim, as adaptações necessárias na regulamentação sobre o tema.

2. METODOLOGIA

A pesquisa deste artigo está proposta em uma análise bibliográfica por intermédio de referenciais teóricos de alguns doutrinadores que discorrem acerca da temática sobre o histórico da legislação referente as crianças e os adolescentes

A pesquisa bibliográfica, nos moldes da obra de Alves (2003), é desenvolvida através de buscas e análises por vários instrumentos, dentre os quais, destacam-se os livros, periódicos, artigos, revista e sites. Ou seja, trata-se de fontes fundamentadas que dispensam o dever do pesquisador de abordar diretamente o seu objeto pesquisado. No entanto, torna-se imperioso mencionar que a fonte seja segura e confiável com o assunto tratado no desenvolvimento da abordagem do tema de pesquisa. Ressalta-se, ainda, que uma pesquisa feita por meio de materiais já elaborados por outros pesquisadores corrobora na busca da compreensão dos

¹ Com as mesmas palavras; exatamente da maneira como está escrito; de modo literal; textualmente: o artigo foi transcrito *ipsis litteris* tal como o original.

diferentes tipos de classificações sobre uma mesma norma.

Após a realização de buscas, selecionou-se livros doutrinários e leis que tratam sobre o tema da criança e adolescente com finalidade de conceituar, classificar e entender os objetivos e a imprescindibilidade das legislações na fase de crescimento do menor.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No período do século XVI, após o descobrimento do Brasil, a legislação local era inexistente e esta lacuna foi integrada com as leis lusitanas. Dentre as quais, as ordenações Filipinas adquiriram maior destaque ao estabelecer o início da responsabilidade penal dos menores aos 7 anos e faixas de idade na aplicação da pena. Aos menores entre 7 a 17 anos era vedada a pena de morte, mas qualquer outro tipo de punição, conforme o critério do juiz, era aplicável. A faixa etária entre 17 a 21 anos poderia ser beneficiada com uma diminuição de pena com base nas características do infrator. (THOMPSON, 1982, p.89)

O primeiro código penal brasileiro foi o imperial de 1830. Este fixou a responsabilidade do menor em 14 anos. O menor entre 7 a 13 anos foi concedido a imputabilidade relativa, conforme se extrai do art. 10, caput e §1º e 13 infra:

Art. 10. Também não se julgarão criminosos:

1º Os menores de quatorze annos.

Art. 13. Se se provar que os menores de quatorze annos, que tiverem commettido crimes, obraram com discernimento, deverão ser recolhidos ás casas de correção, pelo tempo que ao Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda á idade de dezasete annos.

Deste modo, o código adotou o sistema biopsicológico na faixa etária entre 7 a 14 anos, pois quem tivesse discernimento era recolhido nas casas de correções pelo tempo que o juiz determinasse até o limite máximo de 17 anos do infrator. No que concerne aos maiores de 14 até 21 anos, destacam-se os menores de 17 anos em função da concessão das penas de cumplicidade. Elas substituíam as penas severas por brandas, tal como a pena de morte por pena de galés descrita por Garrido de Paula (2002). Não obstante, ressalta-se a menoridade como circunstância atenuante. Assim depreende-se do dispositivo abaixo:

Art. 18. São circumstancias attenuantes dos crimes:

10. Ser o delinquente menor de vinte e um annos.

Quando o réo fôr menor de dezasete annos, e maior de quatorze, poderá o Juiz, parecendo-lhe justo, impôr-lhe as penas da cumplicidade.

Cumprido o período do Império, a Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, tornou inviável a vigência da legislação anterior, notadamente a Constituição. Deste modo, em 24 de fevereiro de 1891, o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil foi promulgado. Conhecido como o Código Penal de 1980, algumas disposições permaneceram intactas, tal como a responsabilidade do menor que permaneceu fixada aos 14 anos de idade e a pena de cumplicidade. Já no tocante a imputabilidade relativa do código anterior, idade entre 7 a 14 anos, houve pequenas modificações. Em seu art. 27, §1º, o infrator menor de 9 anos adquiriu uma presunção absoluta (*juris et de jure*¹) quanto a ausência de intenção criminosa em seus atos. Determinou-se, assim, a irresponsabilidade penal plena a seu favor. Portanto, a imputabilidade relativa ficou na faixa etária dos 9 aos 14 anos, conforme o art. 27, §2º. Este artigo trata da presunção *juris tantum*², pois admite prova em contrário na comprovação do discernimento. No tocante as demais disposições sobre o tema, utilizou-se as regras do código imperial. (PINHO, 1973, p. 100)

Conforme análise da legislação, conclui-se que o critério biológico ainda não foi adotado em decorrência da comprovação do discernimento. Os maiores de 9 anos e menores de 14 anos somente serão criminosos se comprovado o discernimento. Entretanto, com o advento da lei 4.242, o

critério biopsicológico foi substituído por um critério puramente objetivo. O artigo 30, §6º da referida lei refuta expressamente qualquer processo em desfavor do menor de 14 anos. Portanto, o legislação criminal fixou a responsabilidade penal com um critério objetivo puro.

No decorrer dos anos, notadamente no início do século XX, o Brasil foi adquirindo uma nova visão das consequências na sociedade de uma criança em condições precárias de vida. O menor etiquetado de abandonado refletia a preocupação com o futuro do país. A frase mais utilizada foi: “salvar a criança era salvar o país”. Nesse contexto ela era vista como “chave para o futuro’ da nação”.

Tornou-se imperioso a discussão acerca da proteção à infância no Brasil. O Decreto nº 16.273, de 20 de dezembro de 1923, foi expedido para reorganizar a Justiça do Distrito Federal e incluiu a figura do Juiz de Menores na administração da Justiça. Trata-se do primeiro juiz de menores da América Latina. Não obstante, essa etapa adquire contornos com o surgimento, além da jurisdição mencionada, das leis especializadas. O objetivo foi tornar a matéria autônoma e independente do direito penal. Nesse sentido, em 1927, o primeiro código de menores é promulgado. Logo no primeiro artigo apresenta a novidade: “o menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de

¹ Estabelecido por lei e considerado por esta como verdade.

² Diz-se da presunção relativa ou condicional que, resultante do próprio direito, e, embora por ele estabelecida como verdadeira, admite prova em contrário.

idade será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código”. Ou seja, a responsabilidade penal foi determinada em 18 anos. Ademais, o Código classificou os menores em duas categorias: abandonado ou delinqüente.

Na faixa etária entre 14 a 18 anos, após a prática de delito, um processo penal, de natureza especial, era instaurado. A legislação previa medidas institucionalizadoras, nos moldes do artigo 68, parágrafo 2º: Se o menor for abandonado, pervertido, ou em perigo de o ser, a autoridade competente promoverá a sua colocação em asilo, casa de educação, escola de preservação, ou o confiará a pessoa idônea, por todo o tempo necessário à sua educação, contanto que não ultrapasse a idade de 21 anos.

A legislação acima indicou detalhadamente as atribuições do juiz e acrescentou uma categoria: “pervertido, ou em perigo de o ser”. Vale ressaltar que o juiz poderia aplicar algumas medidas descritas no artigo 73 mesmo no caso de absolvição: a) entregar o menor aos pais ou tutor ou pessoa encarregada de sua guarda; b) entregar o menor sob condições, como a submissão ao patronato, a aprendizagem de um ofício ou uma arte, a abstenção de bebidas alcoólicas, a frequência de uma escola, a garantia de um bom comportamento, sob pena de suspensão ou perda do pátrio poder ou destituição de tutela; c) entrega a pessoa idônea ou instituto de educação; d) liberdade vigiada. (SHECAIRA, 2015, p. 39)

Nas lições do jurista Sergio Salomão Shecaira (2015), na obra Sistema de Garantias e o Direito Penal Juvenil, a punição para os infratores entre 14 a 18 anos era fruto de uma lei, no mínimo, mal elaborada. Conforme o art. 69, §2º, o menor que não fosse abandonado nem pervertido ou que não estivesse em perigo de o ser deveria ser recolhido a um reformatório por um período de 1 a 5 anos, portanto, nos moldes dessa lei, trata-se de uma internação totalmente desmotivada por considerar as condições pessoais na possibilidade de um delito futuro. Do contrário ocorre no parágrafo 3º do mesmo artigo. Tem-se um prazo de internação para os chamados pervertidos, abandonados ou em perigo, de 3 a 7 anos, em escolas ou reformatórios. Deste modo, O Código de Menores, submetia-se qualquer criança, por sua simples condição de pobreza, à ação da Justiça e da Assistência. A esfera jurídica se transforma assim em protagonista na questão dos menores, por meio da ação jurídico-social dos Juízes de Menores.

A Justiça de Menores tinha como alvo a criança pobre que não era educada pela família de acordo com os padrões de moralidade da época. Essas crianças eram passíveis de intervenção judiciária. Portanto, o Estado retirava-os daquela família e do ambiente para uma instituição a fim de recuperar, educar e preparar para uma profissão. Ou seja, o objetivo deste código, descrito por Irene Rizzini (2008), era a institucionalização da segregação do menor da família como meio de educação.

A intenção do código não se limitava apenas na punição, mas na disciplina e técnicas de formação e submissão do sujeito às regras a fim de regenerar e reabilitar o menor. Na busca de seus objetivos de salvar os jovens criminosos da delinquência e de, conseqüentemente, de ter que lidar no futuro com um adulto infrator, o Estado elaborou diversos mecanismos para mantê-los sob controle, tais como a tutela, a guarda, a vigilância, a reeducação, a preservação, a moralização e o confinamento. (MOREIRA, 2011, p. 132)

No tocante a unidade de recolhimento dos menores, o artigo 86 proibia expressamente a custódia em prisões comuns. Entretanto, nas palavras de Shecaira, a utilização de presídios de adultos era rotineiro. Devido a ausência de uma política específica no atendimento, os menores não tinham unidades específicas e eram, quando muito, separados dos adultos apenas por celas. Foi somente com a entrada em vigor do Código Penal de 1940 que a referida proibição passou a ser devidamente observada (SHECAIRA, 2015, p. 40)

Com o advento do referido Código de 1940 (Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940), o critério puramente biológico, em matéria de responsabilidade dos menores de idade, foi adotado ao fixar a idade de 18 (dezoito) anos, conforme a descrição no dispositivo do artigo 27 do Código: “Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial”. Entretanto, apenas com

a Reforma de 1984 que o artigo 27, transcrito acima, adquiriu essa redação. A Exposição de Motivos, no artigo 23, foi a inspiração para a construção do artigo 27 da Parte Geral do Código ao estabelecer que:

Manteve o Projeto a inimputabilidade penal ao menor de dezoito anos. Trata-se de opção apoiada em critérios de Política Criminal. Os que preconizam a redução do limite, sob a justificativa da criminalidade crescente, que a cada dia recruta maior número de menores, não consideram a circunstância de que o menor, ser ainda incompleto, é naturalmente anto-social na medida em que não é socializado ou instruído. O reajustamento do processo de formação do caráter deve ser cometido à educação, não à pena criminal. De resto, com a legislação de menores recentemente editada, dispõe o Estado dos instrumentos necessários ao afastamento do jovem delinqüente, menor de dezoito anos, do convívio social, sem sua necessária submissão ao tratamento do delinqüente adulto, expondo-o contaminação carcerária.

Nesse sentido, torna-se imperioso mencionar dois aspectos fundamentais. O primeiro trata da adoção do critério biológico no tocante a responsabilidade penal de menores. A aferição dispensa o exame psicológico, ou seja, não há uma análise do grau de desenvolvimento mental do indivíduo e de aspectos criminais. Trata-se de uma presunção absoluta de inimputabilidade a favor dos menores de 18 ao não admitir prova em contrário ou questionamentos acerca da capacidade de discernimento do caráter criminoso do fato.

De forma inédita, a legislação traz a inimputabilidade com um limite de idade de 18 anos na legislação penal do país. Em resumo, o déficit de idade, por si só, faz da pessoa um inimputável.

O segundo é de natureza político-criminal e guarda estreita relação com o artigo 23 da exposição de motivos do código penal mencionado acima. Ele ratifica a ideia de que a adoção da presunção absoluta de inimputabilidade não repousa em aspectos relacionados à incapacidade dos menores de idade compreenderem o caráter ilícito de seus atos. A exposição de motivos justifica a opção invocando critérios de Política Criminal, dentre os quais, destaca-se a não utilização do mesmo sistema de responsabilização dos adultos e as mesmas consequências penais, tal como a privação de liberdade. Trata-se de uma inovação do Código Penal de 1940 e consolidada com a reforma da parte geral em 1984 ao reconhecer a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento.

Este Código de Menores sobreviveu por mais de 60 anos no Brasil até a substituição pelo código de menores de 1979. Tratou-se do segundo documento, oficialmente, que tratou do menor de idade. Contudo, a alteração do documento pelo outro alterou poucos aspectos, pois quanto à criança e ao adolescente praticamente nada mudou. Entretanto, há quem faça elogios, tal como o estudioso Paulo Lúcio Nogueira em comentar em sua obra: “em confronto com o novo Código de Menores, não podemos deixar de reconhecer que, apesar da idade, o

antigo Código de Menores tem uma estrutura mais perfeita, embora desatualizada.” Pode-se ver que o objetivo continuava sendo o da proteção e o da assistência. Reiterando o que estava sendo praticado, o código substitutivo repete o atributo de situação irregular em todas as categorias de crianças e jovens descritas pelo código anterior, excetuando-se os menores com alguma deficiência que seriam conduzidos para uma instituição especializada. As crianças e adolescentes com trajes maltratados em trânsito na rua sem rumo continuavam enquadrados em situação irregular. (NOGUEIRA, 1985, p. 52)

Portanto, a situação irregular mantém-se direcionada às crianças pobres como objeto de intervenção do sistema de administração da Justiça de Menores. Sendo assim, o menor pobre, vítima de maus-tratos e o menor causador de ato infracional eram enquadrados na mesma solução. No caso de crianças ou adolescentes na situação acima, aplicar-se-iam medidas preventivas de escolha pelo Juiz de menores. Tratou-se de uma lei que deixou a solução a mercê dos juízes e foi direcionada para os pobres, abandonados e infratores sem qualquer oportunidade de participação da sociedade. Em resumo, a obra de Artemis Serra, (2008), em seu artigo, salienta e ratifica a função exercida pelo Estado na vigência dos Códigos de Menores:

Nos diferentes códigos de Menores que vigoraram de 1927 a 1990, as crianças e jovens eram passíveis, num momento ou noutro, de serem sentenciados como

“irregulares” e enviados a instituições de recolhimento, triagem, ressocialização ou guarda, a fim de que sua situação irregular cessasse. A lógica era aparentemente simples: se a família falha ou não pode cuidar e proteger seu filho menor, o Estado deve tomar para si essa função. (SERRA, 2008, p.73)

No início dos anos 80, havia um clima propício para novas atitudes no tratamento dos menores. Na tentativa de eliminar o sentimento segregador e preconceituoso predominante no código de menores, os legisladores promulgaram a lei 8.069, popularmente conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente. Tratou-se de um fruto de mobilizações sociais em reação à violência desnecessária a um grupo de segmento de jovens. A referida inovação legislativa demarcou uma mudança profunda na posição social dos jovens, como afirma Serra (2008, p.89): “o ECA representa uma mudança de paradigma e, sem dúvida, é um marco fundamental que veio romper com princípios ideológicos e políticos que marcaram a história da assistência”.

Nesse sentido foi estabelecido 3 pilares. Nas palavras de Gohn, o ECA “se funda em três princípios: o da cidadania, o do bem comum e o da condição peculiar de desenvolvimento”. (GOHN, 1995, p. 127).

No decorrer de seus capítulos, artigos e parágrafos, o estatuto discorre acerca das condições mínimas para o desenvolvimento saudável do menor. Os direitos básicos a ser garantidos, com absoluta prioridade, estão no artigo 4º da lei e, dentre os quais,

destacam-se o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade e ao respeito. Torna-se imperioso mencionar a criação do Conselho Tutelar (CT), pois é órgão responsável por zelar pelos direitos da criança e do adolescente em cada município e formado por pessoas representativas da própria comunidade. “É um órgão que executa funções públicas de interesse local, [...] tem caráter de escuta, orientação, acompanhamento e encaminhamento”. (GOHN, 1995, p. 129).

O Estatuto da Criança e do Adolescente serve de suporte, em seus 267 artigos, para todos os direitos intrínsecos ao desenvolvimento do menor independente da sua classe social. Ele impõe o dever aos governos municipais, estaduais e federal de executar políticas públicas direcionadas às crianças e adolescentes. Dentre os artigos dispostos no diploma, destaca-se o no Art. 5º ao assegurar que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.”

4. CONCLUSÃO

Portanto, após os anos 90, a proteção e cuidado com a infância e juventude é sempre motivo certo na pauta das políticas públicas. Não obstante, torna-se imperioso mencionar a garantia na execução da lei, pois não há

outro caminho para o rompimento com a história melancólica dos jovens brasileiros.

Realizou-se um resgate histórico de como a infância e adolescência foi tratada no Brasil. Trata-se de algo fundamental, pois a compreensão da história de assistência aos jovens invoca problemas que permanecem na atualidade de muitas crianças e adolescentes em nosso país.

Notou-se, com o passar dos anos, muitas melhorias através de questionamentos e institutos que auxiliam no desempenho dos profissionais que trabalham a questão. Não obstante as pesquisas acadêmicas, houve um intenso interesse da sociedade civil pelo tema.

Entretanto, a indagação sobre o que é feito na atualidade é fundamental para redigir um novo começo. A estrutura familiar é fundamental no crescimento de uma criança mas não pode ser obstáculo para o acesso a direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal.

O objetivo do presente artigo foi alcançado ao resgatar a história e incentivar uma reflexão acerca da necessidade de um melhor atendimento a esses jovens. O futuro da nação exige um Estado protetivo e intervencionista no tocante aos direitos das crianças e adolescentes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias: um roteiro passo a passo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20 de abr. 2019
- _____. **Lei nº 8.069**, de 13 de jul. de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em 15 de abr. 2019
- _____. **Decreto nº 847**, de 11 de outubro de 1890. Código Penal Dos Estados Unidos Do Brazil. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 15 de abr. 2019
- _____. **Decreto-lei no 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em 20 de abr. 2019

- _____. **Exposição de motivos do Decreto-lei no 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Exposição de Motivos do Código Penal. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-exposicaodemotivos-148972-pe.html>>. Acesso em 20 de abr. 2019
- _____. **Decreto nº 17.943-a**, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 20 de abr. 2019
- _____. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Manda executar o Código Criminal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em 20 de abr. 2019
- GARRIDO DE PAULA, Paulo Afonso. **Direito da Criança e do Adolescente e Tutela Jurisdicional Diferenciada**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.
- GOHN, Maria Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.
- MOREIRA, Raquel Ribeiro. **Meninos do Cense – as relações de estigmatização, violência e disciplinarização de adolescentes em conflito com a lei, internados**. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28773>>. Acesso em 20 de abr. 2019
- NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Comentários ao Código de Menores**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1985.
- PINHO, Ruy Rebello. **História do Direito penal brasileiro – Período Colonial**. São Paulo: Edusp, 1973.
- RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SERRA, Artemis Soares. **Esqueceram de Mim: Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes; renovação e conservadorismo**. In. Leite, L. , Leite, M., Botelho, A. Juventude, Desafiliação e Violência. Rio de Janeiro: Contra capa, 2008.
- SHECAIRA, Sergio Salomão. **Sistema de garantias e o direito penal juvenil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.
- THOMPSON, Augusto F. G. **Escorço Histórico do direito criminal luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Líber Juris, 1982.

6. NOTA BIOGRÁFICA

Diego Vieira Cavalcante da Silva

Nasceu em 1985 na cidade de Fortaleza. Graduiu-se em Bacharel em Direito em 2009 na Universidade de Fortaleza. Em 2013, no Centro Universitário Christus, também localizado em Fortaleza, realizou especialização no ramo do Direito e Processo do Trabalho com foco nos direitos individuais do trabalho. Iniciou a sua atividade profissional em 2010 como advogado prestador de serviços para escritórios do ramo, onde trabalhou na área de gestão de processos e representação de empresas em audiências. Em 2018, ingressou no quadro de servidores do Governo do Estado do Ceará para, atualmente, dedicar-se em exclusividade na área da Administração Penitenciária.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

A LEITURA EDUCACIONAL DE TRÊS GESTORES DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO AGRESTE PERNAMBUCANO

MARIA LÚCIA ARAÚJO DA ROCHA (lrocha54@yahoo.com.br) - Doutoranda e Mestra em Ciências da Educação pela Universidad Columbia-Py, Professora Titular aposentada da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Sócia efetiva e ativa da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

RESUMO: O artigo tratou sobre uma pesquisa que teve como objetivo comparar a leitura educacional de três gestores ao pensamento de Olga Pombo, no seu artigo: O Insuperável Brilho da Escola. Enfocou a crise da escola, educação e ensino. A pesquisa ocorreu em três escolas municipais de ensino fundamental no agreste pernambucano. Foi utilizada a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, com revelação crítica e a contribuição da educação comparada por aperfeiçoar e desenvolver o currículo. Assim como, a investigação de políticas educacionais e o aprimoramento dos métodos adotados em sala de aula. Teve como resultado a divergência de pensamento entre a filósofa e os gestores por ela acreditar no discurso descentralizador, onde diz que a escola pública, tem poder de superar, por si, a sua própria crise. Enquanto que, a maioria dos gestores afirmaram que um novo discurso surgiu e que a educação, escola e ensino necessitam ser revistos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Escola; Crise; Ensino.

RESUMEN: El artículo trató sobre una investigación que tuvo cómo objetivo comparar la lectura educacional de tres gestores al pensamiento de Olga Pombo en su artículo: El Insuperable Brillo de la Escuela. Se centró en la crisis de la escuela, educación, y enseñanza. La investigación ocurrió en tres escuelas municipales de enseñanza fundamental en el agreste pernambucano. Se utilizó el Análisis de Contenido de Laurence Bardin, con revelación crítica y la contribución de la educación comparada por perfeccionar y desarrollar el currículo. Así como la investigación de políticas educacionales y el aprimoramento de métodos utilizados en el aula. Tuvo como resultado la divergencia de pensamiento entre la filósofa y los gestores por ella crea en el discurso descentralizador, donde dice que la escuela pública, tiene poder de superar por sí mismo su propia crisis. Mientras que la mayoría de los gestores afirmaron que un nuevo discurso surgió y que la educación, escuela y la enseñanza necesitan ser vueltos a ver.

PALABRAS CLAVES: Educación; Escuela; Crisis; Enseñanza.

1. INTRODUÇÃO

Entende-se que a estrutura social de um país se coaduna com o seu sistema escolar. Para compreender essa realidade basta observar o cenário Mundial e o nacional. No Brasil observa - se diferenças sociais muito grandes, onde não se tem observado um reconhecimento efetivo da educação. Mesmo no entendimento de que esta seja uma área que dá embasamento e sustentação à sociedade.

Segundo (Barroso, 2008, p.3),

Há mais de um século, em algumas partes do mundo e com semelhanças, várias tentativas no sentido de melhorá-la, têm sido feitas e o problema continua. Se essas expressões fossem submetidas a uma arqueologia minuciosa não deveria ser difícil constatar que se trata, sempre, de uma crise da mesma escola, secular, elitista, seletiva, meritocrática, contestada e desejada, rejeitada e imprescindível. Sempre as mesmas insatisfações e sempre as mesmas crenças sobre a necessidade de transformá-la.

A dívida que o Brasil tem para com a educação deve ser quitada o mais breve possível, visto que não é concebível um país, que em alguns períodos, se apresenta como sendo forte economicamente não possuir uma educação de qualidade. Situação que perpassa pela valorização dos profissionais da educação, assim como das condições de acesso e permanência na escola. Além de investimentos na formação continuada para

que se tenha um ensino de qualidade. Estes, como condições essenciais para um melhor sistema de ensino.

Ter a educação como prioridade e através de um processo eficiente remete também para um contexto que ofereça condições saudáveis para crianças e jovens, assim como uma remuneração digna aos professores. No entendimento que sempre é tempo de acreditar na educação, não importa às circunstâncias.

Mesmo em meio a tantos impasses, já se observa prenúncios às mudanças no discurso educacional. Essa crise que sempre gerou limitações, hoje, abre possibilidades. O que se observa na questão dos limites é pelo fato do sistema educacional se apresentar como autoritário e reacionário. Tudo pelo fato da escola ainda não ter conseguido acompanhar as mudanças sociais na velocidade em que ocorrem. Dessa forma ela fica sem poder atender as exigências emergentes do contexto contemporâneo. Assim sendo, haverá de ser revisto o seu papel e o dos educadores diante dessas novas exigências. Estas, que abrem possibilidades para o enfrentamento da crise no que tange a oportunidade do conhecimento e utilização das tecnologias da informação e comunicação. No sentido de transformar e melhorar a prática dos profissionais da educação, oferecendo melhores condições de trabalho. Assim como no investimento de políticas públicas de formação continuada para atenuar a crise que vem se arrastando no cenário educacional no decorrer dos tempos.

Tornou-se de fundamental importância recorrer aos estudos comparados pela contribuição que eles possam oferecer para atenuar a crise que se instalou na educação, principalmente no que diz respeito à escola.

Mesmo que o fenômeno da Globalização nos force a pensar que as fronteiras nacionais estão sendo rompidas e ultrapassadas, o “nacional” (e, a reboque, o local/ particular) tem lugar nas novas circunstâncias geradas pela Globalização. Coexistindo com as forças que operam na dimensão supra e transnacional, nota-se que o Estado-Nação continua a induzir a formação de narrativas com o fim de ser ele o gerador da identidade oficial. Trata-se de um controle exercido, especialmente, por intermédio do sistema de ensino. (VITORINO, 2014, p.11).

Dessa forma para a escola e o seu sistema de ensino a contribuição dos estudos comparados pode gerar um aprimoramento que concorrerá para o desenvolvimento do currículo. Como também nas pesquisas de políticas educacionais e melhoramento dos métodos¹ em sala de aula.

A referida pesquisa foi realizada com três gestores de escolas municipais de ensino fundamental no agreste pernambucano. Teve como objetivo comparar a leitura educacional de três gestores ao pensamento de Olga Pombo no seu artigo: O Insuportável Brilho da Escola.

Enfocou a crise da escola, assim como a educação, escola e ensino. A metodologia utilizada foi à de análise de conteúdo na perspectiva de Laurence Bardin, com desvendamento crítico, através da educação comparada local.

O artigo foi dividido em Introdução, Metodologia, Análise dos dados e a discussão dos resultados e Referências Bibliográficas.

Para que se possa compreender a crise da escola pública contemporânea, torna-se necessário que se conheça as ideias pedagógicas que a tem norteado no decorrer dos tempos.

As ideias de renovação do ensino e o modelo de escola elementar direcionado para a escolarização em massa tiveram grande aceitação, sendo adotados em inúmeros países desenvolvidos e em desenvolvimento. O fenômeno da escolarização em massa, configurado a partir da segunda metade do século XIX global, entre eles: a obrigação escolar, a responsabilidade estatal pelo ensino público, a secularização do ensino e da moral, a nação e a pátria como princípios norteadores da cultura escolar, a educação popular concebida como projeto de consolidação de uma nova ordem social. (PEREIRA; FELIPE; FRANÇA, 2012, p.6).

¹ Não considerem apenas coisas materiais, mas também intenções, propósitos e valores, como nos fatos da educação realmente ocorre. FILHO, Manoel L, B, FILHO, Carlos, M. Educação comparada / - 3. ed. – Brasília: MEC/Inep, 2004. 250p. (Coleção Lourenço Filho, ISSN 1519-3225; 7).

Dessa forma, seguindo o modelo europeu e estadunidense surgiam no Brasil grupos escolares com uma filosofia elitista. Primavam pela eficiência através do desenvolvimento intelectual e moral de forma seriada e coordenada por um professor. Posteriormente, sendo inseridos na instrução pública do Estado trabalhadores do setor urbano, sendo relegados os menos favorecidos à condição de marginalizados, ignorantes, aqueles que sabem menos. Neste contexto, a escola fortalece a dominação, tornando reconhecida a marginalização escolar. Além de que a escola tradicional não era referência de sucesso aos que a ela tinham acesso. Dessa forma a escola tradicional dá lugar à Escola Nova. Esta, onde o marginalizado, o ignorante passa a ser o diferente, o rejeitado, o anormal. Que, do âmbito lógico passou ao psicológico estendendo a diferença para o domínio cognitivo.

O centro de atenção que antes era o professor passou a ser o aluno, o professor seria aquele que apenas estimulava e orientava a aprendizagem dos alunos. Não havendo uma preocupação com a disciplina e com a transmissão de conhecimentos. Reduzindo as chances dos mais pobres que tinham a escola como referência para o acesso ao conhecimento letrado. De outra forma elevou a qualidade do ensino para às elites. Atendendo assim aos interesses das classes dominantes.

Diante da frustração que emerge dos meios pedagógicos ante a pedagogia da escola nova surgiu à pedagogia tecnicista,

Inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torna-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico. (SAVIANI, 2008, p.11).

O pensamento de Saviani é direcionado para o entendimento de que o marginalizado passa a ser àquele que fosse considerado ineficiente e improdutivo no mundo do trabalho. Desse modo o professor e o aluno passaram a ser apenas executores a serviço de especialistas no que concerne ao planejamento, coordenação e controle do ensino.

Com a situação agravada, a grande maioria dos países periféricos da América Latina, se viu às voltas com um grande índice de evasão e repetência. Observando-se que por trás dessa desastrosa pedagogia ainda se ocultava interesses comerciais internacionais de países desenvolvidos para a venda de artefatos tecnológicos obsoletos para países dependentes da economia externa.

Com o caos instalado na educação através da pedagogia tecnicista, surgem as teorias crítico-reprodutivistas que remetem para uma educação pautada na dependência da sociedade na qual estão inseridas. Manifestaram-se de várias formas e através de uma moderada quantidade de representantes.

No entendimento de que a escola desde o seus primórdios tinha o encargo de

pregar a igualdade a todos e até então, não tinha superado a sua lógica discriminadora e repressiva - tornou-se evidente o seu papel de reproduzir a sociedade de classes dando suporte ao modo de produção capitalista.

“as teorias que alcançaram maior repercussão [...] foram às teorias do sistema de ensino enquanto violência simbólica, Teoria da escola, enquanto Aparelho ideológico de Estado e a Teoria da Escola Dualista.” (Ibidem, 2008, p.17).

A teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica remete para a ação/autoridade/trabalho pedagógica/o com o fito de inculcar um determinado tema de forma efetiva na compreensão dos sujeitos. Seja através da educação formal ou informal. De modo que, essa teoria se caracteriza pelos grupos dos dominantes sobre os dominados. Onde os dominados, os marginalizados, desprovidos do capital econômico e cultural faz com que a educação passe a ser um instrumento de reforço à desigualdade.

No que a teoria do Aparelho ideológico do Estado remete para o entendimento de que a ideologia se encontra estabelecida em práticas/rituais/ e instituições materiais. Observa-se a expropriação dos trabalhadores pelos capitalistas, tendo a classe trabalhadora como marginalizada no sentido de assegurar e tornar permanente os seus interesses. No que tange a teoria dualista, esta confirma a ideologia do proletariado que se origina e existe fora da escola-como sendo nas massas operárias e em suas organizações.

A contradição principal existe brutalmente fora da escola sob a forma de uma luta que opõe a burguesia ao proletariado: ela se trava nas relações de produção, que são relações de exploração. Como aparelho ideológico de Estado, a escola é um instrumento da luta de classes ideológica do Estado burguês, onde o Estado burguês persegue objetivos exteriores à escola (ela não é senão um instrumento destinado a esses fins). A luta ideológica conduzida pelo Estado burguês na escola visa à ideologia proletária que existe fora da escola nas massas operárias e suas organizações. A ideologia proletária não está presente em pessoa na escola, mas apenas sob a forma de alguns de seus efeitos que se apresentam como resistências: entretanto, inclusive por meio dessas resistências, é ela própria que é visada no horizonte pelas práticas de inculcação ideológica burguesa e pequeno-burguesa. (Ibidem, 2008, p.29).

Dessa forma, na referida teoria, a ideologia proletária é repassada pelo Estado através da escola sob a forma de resistências. Onde a escola exerce o papel de instrumento da luta de classes ideológica do Estado burguês. Enquanto que, as teorias pedagógicas contemporâneas, ancoradas no contexto pós-moderno, vinculadas aos progressos vislumbram outro processo de produção industrial vinculadas aos progressos científicos e tecnológicos. Observando-se uma transformação no perfil da força de trabalho que requer profissionais competentes, pois o conhecimento é um fator preponderante para atender as necessidades do processo de produção na contemporaneidade.

Com o grande avanço da ciência e tecnologia observa-se que as fronteiras nacionais estão sendo desfeitas e o local ganha espaço, mas continua sendo controlado por forças hegemônicas que não são, senão controladas pelo Estado-nação, este que se sobrepõe através de seu sistema de ensino. Necessitando ser revisto e aprimorado para que se possa atenuar a grande crise educacional que sempre acompanhou o processo educacional, seja em nível internacional, nacional regional e local. Para tanto, mesmo escassos, os estudos comparados pode representar uma boa alternativa.

Importante se faz observar que a Educação comparada tornou-se fundamental no que diz respeito ao aprimoramento e desenvolvimento do currículo. Assim como para investigar as políticas educacionais e melhorar os métodos na sala de aula.

Grandes estudos internacionais, como o TIMSS, o PISA, o PIRLS ou o TALIS, tornaram-se, nos tempos de hoje, uma das principais tecnologias de governação. O seu papel é o de fornecer as evidências para a ação política governativa (evidence-based policy), remetendo, para plano secundário, outros aspectos, como o debate democrático sobre as dimensões políticas da Educação. Esses estudos comparativos, especialmente o PISA, passaram a desempenhar um papel chave na regulação das políticas educativas dos Estados nacionais e das regiões onde se inserem, como a Europa e a América Latina [...] impõe-se o seu debate e a sua

análise por um campo como o da Educação Comparada. (TEODORO, 2016, p.1).

Os problemas encontrados no contexto brasileiro são similares aos de outros países, regiões, assim como dentro das próprias regiões, ou seja, locais.

Os estudos comparativos em educação trouxeram grandes contribuições para as políticas educativas, tornando mais evidentes as investigações no sentido de buscar alternativas para atenuar os problemas emergentes nas mesmas.

De acordo com Nóvoa (2007, p.1),

Nos anos 70, foi o tempo da racionalização do ensino, da pedagogia por objetivos [...] nos anos 80[...] grandes reformas educativas, centradas na estrutura dos sistemas escolares e, muito particularmente, na engenharia do currículo; nos anos 90[...] atenção especial às organizações escolares, ao seu funcionamento, administração e gestão. Perto do final do século XX, importantes estudos internacionais, comparados, alertaram para o problema das aprendizagens [...] com a referência a uma nova preocupação social e política que inscreve [...] a profissão docente como uma das grandes prioridades das políticas nacionais [...] duas outras realidades se impuseram como temas obrigatórios de reflexão e de intervenção no campo da educação. Por um lado, as questões da diversidade [...] redefinição das práticas de inclusão social e de integração escolar. A construção de novas pedagogias e métodos de trabalho [...] modelo escolar único. Por outro lado, os desafios colocados pelas novas tecnologias.

Conforme foi observado, as preocupações remetem para pontos comuns no contexto educacional entre outros países e o Brasil. No que diz respeito aos problemas já existentes, em curso e emergentes. Com relação à questão contemporânea, que se concentra no ressurgimento dos professores como que personagens únicos, que não se pode substituir. Com relação à promoção da aprendizagem, com foco nas novas ecologias¹.

”Se é certo que o discurso do professor, enquanto meio de comunicação, não detém a velocidade da luz que caracteriza a tecnologia cibernética, é igualmente um facto que a sua voz e a instantaneidade da sua audibilidade na clareira comunicativa que é o espaço da aula, a poliformia das diversas linguagens de que se serve a temperatura do olhar, a postura corporal, os gestos, à entoação, o ritmo da fala faz dele o meio privilegiado e incontornável de qualquer ensino”. (NÓVOA, 2007 apud, POMBO 1999).

Na intenção de enfatizar o papel e a importância do professor na escola e a contribuição que pode dar nas transformações sociais, tomou-se o pensamento de Olga pombo no seu artigo: O Insuportável Brilho da Escola. Pensamento este, que serviu como parâmetro para comparar com a leitura educacional que foi feita por três gestores de escolas municipais

de ensino fundamental no agreste de Pernambuco.

2. METODOLOGIA

Antes de ter dado início a análise, foi feito o procedimento ético através da solicitação da autorização dos gestores para que a pesquisa fosse realizada.

A metodologia utilizada foi à análise de conteúdo na perspectiva de Laurence Bardin, com um desvendamento crítico.

Na análise dos dados foram feitas abordagens qualitativas, assim como de dados quantitativos. Foram realizadas três entrevistas com três gestores de escolas de ensino fundamental da Rede municipal de Ensino do agreste de Pernambuco. Dois gestores de escolas da periferia e outro da escola polo, no centro da cidade. Os dois primeiros, com experiência em ensino fundamental e o último, no ensino médio.

Foram feitas leituras flutuantes, ou seja, as primeiras leituras de contato com os textos, a escolha dos documentos, sendo os relatos transcritos, questões de estudo e os objetivos relacionados com o tema. Além da referenciação dos índices e elaboração dos indicadores (frequência/ocorrência) e a preparação do material. Com a inferência ou dedução e a interpretação. As entrevistas foram do tipo semiestruturadas com cabeçalhos nos quais continham os espaços

¹ Mudanças de crenças, comportamentos, metodologias, relações entre outros. César Cool fala sobre a influência das TICs na nova ecologia da aprendizagem. Disponível em: <tecnologiaeducacionalenfoco.blogspot.com.br/2014/05/cesar-cool-fala-sobre-influencia-das.html>

para o preenchimento dos dados pessoais e que, em seguida, foram enviadas por e-mail.

Para o tratamento dos dados, foi utilizada a técnica de análise temático-categorial que de acordo com Bardin baseia-se em operações de desmembramento do texto em unidades, ou seja, descobrir os diferentes núcleos de sentido que constituem a comunicação e posteriormente realizar o seu reagrupamento em classes ou categorias.

Como também, a análise documental para facilitar o manuseio das informações. Pois conforme a referida autora, “se constitui uma técnica que visa representar o conteúdo de um documento diferente de seu formato original, agilizando consultas.”

Seguido da exploração do material com a etapa de codificação, na qual foram feitos recortes em unidades de contexto e de registro e a fase da categorização na qual os requisitos para uma boa categoria foram à exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade.

A última fase do tratamento foi à inferência à interpretação permitindo que os conteúdos recolhidos se constituíssem em dados quantitativos assim como em análises reflexivas em observações individuais e gerais das entrevistas.

As entrevistas com cabeçalhos tiveram boa receptividade pelos gestores – o que contribuiu para a concretização desta pesquisa e dos resultados alcançados. Porém, é de fundamental importância que outras

metodologias também sejam utilizadas no campo do objeto de estudo para que se possa expor e utilizar mais resultados no campo da educação e do ensino.

3. ANÁLISE DOS DADOS E A DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nos discursos dos gestores das escolas municipais de ensino fundamental do agreste de Pernambuco, foram observadas as seguintes categorias:

- 1. Perfil Pessoal e Profissional;**
- 2. O Modelo da Escola Atual;**
- 3. Descomprometimento com o Ensino e Educação;**
- 4. Possíveis Soluções para Atenuar os Problemas Educacionais.**

A categoria que apresentou um maior destaque quanto ao número de frequência de depoimentos e unidades de contexto e registro foi à categoria de número 2 (dois). Tendo abaixo as categorias empíricas - temas genéricos seguidos de suas unidades de significação (UR). 9 (nove) categorias ficaram atreladas ao tema-Escola Dispositivo de Reprodução “e 18 (dezoito) unidades de significação.

4. CATEGORIA 2 (DOIS) - O MODELO DA ESCOLA ATUAL

UC - Escola – Dispositivo de “Reprodução social”

UR - Politicagem

UR - Aumento da Demanda de Vagas

UR - Projetos Inexpressivos

UR - Desvio de Recursos

UR - Falta de Prédios Públicos

UR - Criação de Um Novo Modelo de Escola

UR - Péssimas Condições de trabalho

UR - Depósito de Crianças

UR - Capacitação para Professores

UC – Escola Descomprometida

UR - Escola Excludente

UR - Preconceito Docente

UR - Ensino Fragmentado

UC - Responsabilidade Estatal

UR - Pobreza Infantil

UR - Professores Sobrecarregados

UR - Desestrutura Familiar

UR - Violência Doméstica

UC - Recuo na Cultura Científica

UR - Currículo Desarticulado

UR - Necessidade de Apoio

Dessa forma, a categoria 2 (dois), ficou sendo a mais significativa pela sua quantidade de frequência de depoimentos e unidades de contexto. Foram feitas entrevistas a três gestores de Instituições Públicas Municipais-E1, E2 e E3. Sendo que, E1 e E2 são gestores de escolas de pequeno porte e de ensino fundamental I e II. Enquanto que, E3 é gestora de uma escola de grande porte, de ensino fundamental I e II, situada no centro da cidade e com uma clientela mais elitizada.

As entrevistas foram elaboradas com cabeçalhos com o objetivo de conhecer o perfil dos gestores do ponto de vista pessoal e profissional. Só que se fez numa só matriz, com procedimentos que foram semelhantes à linha qualitativa quanto à organização e o reagrupamento. Mesmo assim, buscou-se enumerar por uma questão de uma melhor organização. Na categoria 1 (um) - Perfil Pessoal e Profissional dos Gestores foram organizados os dados da seguinte forma: nome, idade, sexo, profissão, cargo, formação e tempo de serviço.

Observou-se que dois dos entrevistados eram do sexo feminino, o E2 e E3, já o E1, do sexo masculino, com 10 (dez) anos de serviços prestados à educação e experiência no ensino médio com formação e especialização em matemática.

Enquanto que o E2 com 12 (doze) anos de serviços prestados à educação, com experiência em ensino fundamental e médio. Possuindo formação em Letras com especialização em avaliação de ensino. Já o E3, com 10 (dez) anos de Serviço, formação

e especialização em Biologia com experiência em ensino fundamental I e II.

Após a apresentação da categoria mais significativa, passou-se a fazer a discussão.

Buscou-se unir os pontos convergentes e divergentes no discurso da leitura educacional dos gestores, ora investigados e compará-los com o pensamento da filósofa Olga Pombo, expresso no seu artigo - O insuportável Brilho da Escola.

Percebeu-se que os gestores expuseram os seus pensamentos e citaram questões que remeteram para a “falta de seriedade do Estado para com a Educação”; Que por trás “havia questões político-partidárias;” “Desvios de verbas da Educação;” Não havia verbas para construir mais escolas; “Só investiam em projetos inexpressivos”, onde havia “manual para os professores”.

Citaram ainda que, “as escolas estavam cheias de crianças”, “faltava espaço físico”, “as condições de trabalho eram precárias.” Também que os pais jogavam seus filhos como se a escola fosse um “depósito de crianças”.

A autora do artigo acima citado tratou dessas questões afirmando que em relação à politicagem, onde o poder presta um grande desserviço à educação, “a escola é, sempre foi e dificilmente poderá deixar de ser, um poderoso” aparelho ideológico do Estado.”

Quanto ao aumento da demanda de vagas, tratou da “Transferência para a escola das responsabilidades educativas que naturalmente e desde sempre pertencem à família. Sobre os projetos inexpressivos, ela citou que eles “afastam a escola da sua missão insubstituível – ensinar...é porque se diz educativa que a escola não ensina”.

Observou-se que diante dos enunciados anteriores houve uma unanimidade na leitura dos gestores e do pensamento da filósofa, porém, o E3 acreditou que os projetos eram bons porque já “vinha tudo planejado.” Apenas um gestor pensou diferente. Em relação ao desvio de recursos e falta de prédios, e sugeriu a criação de um novo modelo de escola.

Na citação anterior, a filósofa tratou a escola como aparelho ideológico do Estado. Enquanto que o E2 pediu a criação de um novo modelo de escola. No que ela teve como resposta no seu artigo que “não é a escola que tem que mudar”... “Ela é a palavra que inscreve no caminho sempre para diante da condição humana o retorno comovido aos tesouros do passado, mas também o olhar claro e confiante que garante as condições para construir o futuro”. Assim sendo, o pensamento dela e do E2 divergem.

Quando foi feita alusão às “péssimas condições de trabalho”, “escola como depósito de crianças” e capacitação para professores, houve um pensamento equivalente quando a filósofa se refere a projetos inexpressivos. Em outras palavras quer dizer que, a escola estava/está a serviço dos que estão no poder e que representa o

seu pensamento. Quanto à UC-4, que tratou da Escola Descomprometida, onde há em suas unidades de registro ou sentido (UR) - uma escola que exclui. Lugar onde existe preconceito docente, o ensino fragmentado; há uma fala no texto onde se leu 'A escola... Tem que respeitar a sua essência manter-se fiel ao seu destino, sob pena de se desintegrar, de perder todo o sentido. Houve uma convergência no modo de pensar dos gestores e da autora.

Em relação à UC-5 Responsabilidade Estatal, que trata da pobreza infantil, desestrutura familiar, violência doméstica, professores sobrecarregados, encontrou-se mais presente no discurso do E-3, que acreditou que a escola pode solucionar. Houve uma discordância do ponto de vista da Olga quando disse que “não via como pode a escola ser chamada a...” “resolver tanta desgraça”.

Diz que o caso requer “Urgentes e corajosas medidas globais de natureza política econômica e social”.

Na UC-6 Recuos na Cultura Científica, os enunciados do E-1 e E-2 sobre a questão do currículo desarticulado e a da necessidade do apoio da sociedade para com a Educação Básica e a Universidade, há uma unanimidade no pensamento, quando ela disse que à “Escola estivesse atenta às transformações no mapa dos saberes [...] atualizasse seus programas, adaptasse e reconstruísse seus currículos, continuando a preparar tanto para as ciências como para as humanidades”.

Observou-se que mesmo alguns dos gestores tendo pensamentos que se identificaram com a referida autora, dois deles E-1 e E-2, não se enquadraram nos discursos de sinal contrário - Centralizador e Descentralizador e que segundo a autora, “aponta por uma lógica intervencionista de regulação da vida das escolas”... O não enquadramento fica evidente quando o E-1 citou “escola... longe de atender... reais necessidades do nosso país”.

O outro propôs que “outro modelo de escola deveria ser seguido...” logo, mostraram insatisfação em relação ao discurso centralizador. Enquanto que o E-3 concordou quando mostrou satisfação em relação às “novas modalidades de ensino”, prescrito no discurso centralizador. Este, demonstrado quando citou que “haveria capacitação para todos os professores...” “receberão um manual do professor com tudo planejado”.

Em relação ao discurso descentralizador, que segundo a autora, “dá prioridade à escola e não ao sistema”, o E-3 também se identificou quando disse que “a escola pública tinha potencial e por si poderia vencer obstáculos”. O E-3 demonstrou possuir o perfil que se enquadrava nos dois discursos. Porém, o E-1 e E-2 não se enquadraram no perfil de nenhum dos discursos que orientava a lógica intervencionista-centralizador nem o descentralizador - que priorizava a escola.

5. CONCLUSÃO

Observou-se que a maior parte dos gestores não concordou com o discurso descentralizador pregado pela filósofa, No qual, ela acredita que a escola pública tem potencial e por si, só, pode vencer obstáculos. Eles (os gestores) entendem que um novo discurso está surgindo na educação. Onde a educação, a própria escola e o ensino na atualidade necessitam de uma releitura. Esta, pelo fato de que até os dias atuais ainda não se vislumbrou uma mudança que favorecesse de forma efetiva o professor no aspecto profissional, individual e coletivo. Além de que, tanto a escola quanto a família

ainda sentem dificuldades em lidar com a questão da formação de valores. Como também, com as normas culturais frente às diversidades. Ademais, o contexto contemporâneo, necessita de profissionais competentes, comprometidos e em formação permanente. Vinculados às novas tecnologias da informação e comunicação para o progresso da ciência. No entendimento de que possam atender as novas exigências do mercado produtivo contemporâneo.

Espera-se que o resultado dessa pesquisa possa servir de subsídio para futuros estudos no contexto educacional, assim como da Educação Comparada local.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Publicação Plano Nacional de Educação**. 2014-2024. Disponível em: < [www.observatoriodopne.org.br/uploads/.../documento-referencia. pdf](http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/.../documento-referencia.pdf)>. Acesso em: 3/04/2016.
- **Educação comparada: panorama internacional e perspectivas** – Brasília: UNESCO, CAPES, 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís ANTERO Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BARROSO, Geraldo. **Crise da escola ou na escola?** Uma análise de sentido dos sistemas públicos de escolarização obrigatória. Revista Portuguesa de Educação, 2008. Disponível em: <[http : //www.redalyc.org/articulo.oa? id = 37421103](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37421103).> Acesso em: 2/04/2019.
- CARMO, ERINALDO, F.; FILHO, M. G.; MIYIACHI, C.T. **Sistemas Educacionais Sulamericanos: Um estudo comparado entre Chile, Argentina, Brasil e Chile**. Disponível em:<www.periodicos.ufgd.edu.br > Capa > Vol. 4, No10 (2014)> Acesso em: 3/04/2016.

- COOL, César. **Os educadores, as TIC e a nova ecologia da aprendizagem**. Nova Escola. 2014. Disponível em: < <http://novaescola.org.br/formacao/educadores-tic-nova-ecologia-aprendizagem-tecnologia-791971.shtml?page=2#>> Acesso em: 10/6/2016.
- CALDAS, Maria Aparecida et al. **Documentos Acadêmicos: Um padrão de qualidade**. Recife: EDUFEPE, 2006.
- CUNHA, Eudes Oliveira. **A gestão escolar e sua relação com os resultados do Ideb: um estudo em duas escolas municipais de Salvador**. 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2012. Disponível em:
<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9266/1/Eudes%20Oliveira%20Cunha.pdf>>
- CARVALHO, Elma Júlia, G, de. **novos enfoques teórico** – Estudos comparados em educação: novos enfoques teórico- metodológicos. Acta Scientiarum Education 2014, 36 (1). Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=303329914013>>
- DANIEL, Leziany; FERREIRA, António G. **A Abordagem da Educação Comparada na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: Subsídios para a compreensão da Educação nos meados do século XX**. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação. O Ensino e a Pesquisa em História da educação. 5.2008, Sergipe. Disponível em:
<www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/trabalho_completo.php?id=692> Acesso em: 8/04/2016.
- FERREIRA, António G. **O sentido da Educação Comparada: Uma compreensão Sobre a construção de uma identidade**. Educação. Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 124-138, maio/ago.2008. Disponível em:
<revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/2764/2111> Acesso em: 7/04/2019.
- GOLDEMBERG, R, Otutumi, C. **Análise de Conteúdo segundo Bardin: procedimento metodológico utilizado na pesquisa sobre a situação atual da Percepção Musical nos cursos de graduação em música do Brasil**, 2008. Disponível em:
<www.fflch.usp.br/dl/simcam4/anais_simcam4.htm> Acesso em: 25/04/2016.
- NÓVOA, António. **O regresso dos professores**. In: CONFERÊNCIA 'DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE PROFESSORES PARA A QUALIDADE E PARA A EQUIDADE DA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA'. 2007, Lisboa, Anais... 2008. Disponível em: <<https://escoladosargacal.files.wordpress.com>> Acesso em: 10/06/2016.
- OLIVEIRA, Denise, C. **Análise de Conteúdo Temático-categorial: uma proposta de sistematização**. Disponível em: < www.facenf.uerj.br/v16n4/v16n4a19.pdf > Acesso em: 09/05/2016.

- Ó, Jorge Ramos do. **Desafios à escola Contemporânea: um diálogo.** Educação & Realidade. Canoas, 2007. Entrevista concedida a Marisa Vorraber Costa.
- POMBO, Olga. **O Insuportável Brilho da Escola.** In: Olga Pombo - Textos de Olga Pombo - Universidade de Lisboa. 2008. Disponível em:
<webpages.fc.ul.pt/~ommartins/publicacoes%20opombo/textosolgapombo.htm>
- POÇAS, Jaqueline. M. Rosa. **Novos sujeitos, novas práticas de governo.** 2010. 114 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Luterana do Brasil/PPGEDU - Canoas, 2010. Disponível em: <www.ulbra.br/ppgedu>.
- PERRENOUD, Philippe. **A formação dos professores no século XXI.** In As Competências para ensinar no século XXI: A formação dos Professores e o desafio da Avaliação. Artmed Editora S.A. 2007.
- PEREIRA LÍLIAN, A.; FELIPE, D. A.; FRANÇA, F. F. **Origem da Escola Pública Brasileira: A formação do novo homem -** Revista HISTEDBR On-Line, 2012 - Disponível em:
<<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/ac> > Acesso em: 5/06/2016.
- GATTI, Bernadetti. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte...** – unesdoc Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0021/002121/212183por.pdf> Acesso em:12/04/2019.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** Autores Associados. Campinas-SP .2008. Disponível em: <br.librostinta.in/Demerval-saviani-pdf-html.> Acesso em: 5/06/2016.
- SOUZA, Donaldo; B; CASTRO, Donaldo; Dora Fonseca. **Gestão democrática da educação sob perspectiva comparada Brasil-Portugal: entre a exigência legal e a exequibilidade real.** Educação&Sociedade.Campinas,2012. Disponível em:
<www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-7330201200040001> Acesso em: 9/05/2016
- TEODORO, A. CONFERÊNCIA Spce Sec. **‘A Educação Comparada para além dos Números-contextos locais, realidades nacionais e processos transnacionais.** 2016, Lisboa. Disponível em: <<http://www.spce.org.pt/Flyer-Confer%C3%A0nciaInternacional-SEC-SPCE.pdf>.> Acesso em: 8/04/2016.
- VITORINO, A. J. R. **Local, nacional e universal nos estudos históricos da Educação...** Educar em Revista- Editora UFPR, Curitiba. 2014.
- VIDAL. D. G. **História da Educação Comparada.** Pelotas. 2001. Disponível em:
<seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30523> Acesso em: 7/04/2016.

7. NOTA BIOGRÁFICA

Maria Lúcia Araújo da Rocha

Doutoranda e Mestre (Com a máxima qualificação acadêmica), em Ciências da Educação pela Universidade Columbia-Asunción-PY. Especialista em Educação e Estudos Culturais pela Universidade Luterana do Brasil-ULBRA.

Especialista em Língua Portuguesa e Licenciada em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru-FAFICA. Professora Titular aposentada da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco. É Membro Efetivo e Ativo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC desde 1989.

Tem experiência na educação do sistema público na esfera municipal, estadual e federal, assim como no sistema privado, no ensino básico e superior. Exerceu o Cargo de Assessora Executiva da Secretaria de Educação do Município de Belo Jardim-PE, na Gestão Interina de 2017. Atualmente tem se dedicado à pesquisa voltada para Estudos Culturais e de Gênero.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

GESTÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL: INSTRUMENTO FISCAL PARA A MUDANÇA NO PLANEJAMENTO E NA ARRECADAÇÃO DO IPTU NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC

ADEMIR BORGES DA ROSA (ademirbrosa@terra.com.br) - Atualmente exerce a função de advogado tributário – tributos Municipais, palestrante no curso de sua autoria - Curso Básico de ISSQN – Capacitação e Qualificação dos sujeitos Ativos (Prefeituras) e contribuintes (empresas).

RONALDO DO NASCIMENTO CARVALHO (dr.ronaldocarvalho@gmail.com) - Doutorando em Ciências da Educação na Universidad Columbia del Paraguay e docente na Faculdade de Caldas Novas – Unicaldas do Curso de Administração.

RESUMO: Este trabalho foi idealizado com o objetivo de oferecer aos sujeitos da relação tributária: sujeito ativo - município e sujeito passivo - contribuinte, uma nova proposta vinculada ao lançamento do IPTU por homologação, com base na declaração a ser feita pelo contribuinte. Não se tem dúvida, diante dos atos e fatos que, em qualquer relação, existem objetivos opostos, mesmo porque, quando se está diante de vontades no mesmo sentido, entre sinais iguais, não há atração. A ciência muito bem explica que os opostos se atraem, esta é uma lei fundamental. No entanto, pode haver exceções diante da infinidade de combinações. O IPTU arrecadado por todos, embasado nas leis existentes sobre gestão, tem um objetivo social para todas as pessoas. A sociedade é a que escolhe os rumos, o valor do tributo, bem como os seus objetivos, razão pela qual esta mentalidade tem que ser revertida. Talvez exista este distanciamento entre contribuinte e município em razão do atual sistema que há muitos anos perdura. O que se propõe é um novo caminho, uma nova aproximação, uma nova postura do contribuinte e do município. Para isto, sugere-se que o lançamento seja por homologação, pois tal medida irá provocar a diminuição dos custos municipais, aumentará a consciência do seu valor social e a possibilidade de atendimento equivalente a todos os participantes. É o que se propõe.

PALAVRAS-CHAVE: Município. Poder de Tributar. Poder de Contribuir. IPTU. Lançamento por Homologação.

RESUMEN: Este trabajo fue idealizado con el objetivo para ofrecer a los ciudadanos del impuesto de la relación: ciudadano activo - ciudad y ciudadano pasivo - el contribuir, nuevo una oferta exigida a lanzar del IPTU para la homologación, en base del declaración que se hará por el contribuidor. Duda, de los actos y de los hechos no se tiene a continuación que, en cualquier relación, existen los contrarios objetivos, exactamente porque, cuando si está delante de voluntades en la misma dirección, entre las señales iguales, no tiene atracción. La ciencia muy explica que los contrarios si atraiga, éste son bien una ley orgánica. Sin embargo, puede a continuación tener excepciones del infinito de combinaciones. El IPTU recogido para todos, basado en los leyes existentes en la gerencia, tiene un objetivo social para toda la gente. La sociedad es la que elige las rutas, el valor del tributo, así como sus objetivos, la razón de la cual esta mentalidad tiene eso que se invertirá. Quizás este distanciamiento entre el contribuidor existe y la ciudad en la razón del sistema actual que tiene muchos años dura. Cuál si considera es una nueva manera, un nuevo acercamiento, una nueva posición del contribuidor y la ciudad. Para esto, se sugiere tal medida que el lanzar es para la homologación, por lo tanto irá a provocar la reducción de los costes municipales, aumentará la conciencia de su valor social y la posibilidad de atención equivalente a todos los participantes. Es lo que se considera.

PALABRAS CLAVES: Ciudad. Para Poder Gravar. Para Poder Contribuir. IPTU. El Lanzar para la Homologación.

1. INTRODUÇÃO

Diante do contexto social, político e econômico em que se encontram inseridas as políticas tributárias municipais, os órgãos arrecadadores devem ter como objetivo a efetiva arrecadação de todos os tributos pertencentes aos municípios.

Os municípios não devem ser conceituados como entes inferiores dos componentes do Estado brasileiro, que compreende a União, o Distrito Federal e os Estados, mesmo porque, na prática, tal conceito ainda se constata, estando o município incluso como ente de menor expressão e que pode ser gerenciado se observar os procedimentos legais existentes.

No entanto, sabe-se que historicamente os municípios foram dependentes da União e dos Estados, principalmente por falta de uma legislação que lhes possibilitasse buscar seus próprios recursos sem interferência destes antes da instituição da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, denominada de Código Tributário Nacional - CTN.

Mesmo sendo um imposto de fácil tratamento, e da certeza na sua arrecadação, pois incide sobre a propriedade urbana, os métodos aplicados atualmente ainda têm sua origem no século passado. No município de Florianópolis/ SC, no período de Janeiro de 2016 a março de 2016 no departamento imobiliário tramitou 463 processos, com uma projeção anual de 1852 processos e

destes ainda estão pendentes cerca de 70% sem solução aos contribuintes.

Estes processos decorrem de várias situações, como: lançamento que não está de acordo com a lei, pedido de isenção, revisão, imunidade requerida pelos contribuintes. Diante de tais circunstâncias, percebe-se que o tributo carece de uma nova proposta, um novo procedimento, visando, sobretudo, apresentar ao contribuinte uma nova alternativa para pagamento, com menos pedidos de refazimento da formalização do lançamento do imposto. Leandro Paulsen tem o seguinte entendimento quanto a tema, observe:

O lançamento segue o princípio documental. Sua forma dependerá do regime de lançamento do tributo e das circunstâncias nas quais é apurado o tributo. Certo é que estará documentado e que seu instrumento terá de conter os elementos indispensáveis à identificação inequívoca da obrigação surgida, (...) (PAULSEN, 2001, p.705).

O lançamento por homologação permite que a autoridade administrativa, através da lei, imponha ao contribuinte o dever de apuração do lançamento, a obrigação de prestar todas as informações pertinentes ao referido tributo, bem como exija a apresentação do valor do tributo devido e da antecipação de seu recolhimento.

Atualmente, o IPTU é considerado um lançamento direto, pois se trata de um lançamento de ofício por excelência, quando todos os procedimentos efetuados visando à

composição para efeitos de base de cálculos são feitos pela autoridade administrativa, sendo o sujeito ativo da relação tributária denominado de contribuinte.

Com os procedimentos atuais, constatam-se muitos pedidos de revisão, pois a possibilidade de erros nos lançamentos é grande, uma vez que se parte da hipótese de que o trabalho realizado no município, visando constituir o valor do IPTU, abrange todos os contribuintes.

Não há mais razões para o município absorver responsabilidades diante de fatos complexos e com ampla defesa do lado dos contribuintes quando o poder público ainda se vale de artifícios morosos e arcaicos. Estes artifícios são a dificuldade que o gestor público enfrenta para alterar uma lei ou instituir mecanismos para o aumento de arrecadação vinculada ao IPTU, mesmo porque, todas estas alterações passam pela Câmara de vereadores, que são os representantes da sociedade.

Este artigo apresentará mecanismos que permitam que o imposto seja pago em janeiro de cada ano, com a responsabilidade do contribuinte de oferecer todos os documentos relativos à constituição do tributo e a possibilidade do sujeito ativo de efetuar a conferência, se necessário for, e ainda a competência de instituir multas caso o contribuinte esteja burlando a lei. É o que se pretende demonstrar mais adiante.

2. METODOLOGIA

Este capítulo que aqui inicia objetiva apresentar o lócus da pesquisa, especificar os recursos e apresentar os procedimentos técnicos a serem adotados pelo pesquisador para a concretização desta investigação, bem como explicar, planejar e delinear a metodologia escolhida e desenvolvida nesta pesquisa científica, classificando e caracterizando os caminhos metodológicos escolhidos.

O homem é fundamentalmente diferente dos animais que evoluíram, tendo por característica não possuir os atributos necessários para sobreviver no reino animal (garras e dentes poderosos), mas, sobretudo, está dotado de algo mais poderoso: a consciência e a capacidade de pensar. A principal ferramenta de sobrevivência do homem é a sua mente que, em seu processo evolutivo, passa por três etapas: (a) a fase dos reflexos primordiais; (b) a fase do saber; (c) a fase da ciência (RICHARDSON, 2012).

Portanto, a pesquisa científica torna-se um “procedimento racional e sistemático”, cujo objetivo é proporcionar respostas aos problemas propostos. Como a pesquisa é uma atividade científica que objetiva a busca da verdade para responder à pergunta do problema, apresenta-se a principal inquietude de motivação desta construção científica. De qualquer sorte, a mudança de planejamento para a arrecadação do IPTU é uma alternativa viável pautada no lançamento por homologação para o Município de Florianópolis. Sob este ponto

de vista, apresenta-se como linha de pesquisa a motivação no processo com certeza de eficiência na arrecadação do IPTU, bem como a diminuição dos custos tributários.

Para manter a ética quando da realização da pesquisa, foi solicitado o consentimento da Diretoria de Tributos Imobiliários, bem como o consentimento de utilização de todos os arquivos e dos processos que tramitam na Prefeitura Municipal de Florianópolis. Todos os registros e arquivos são públicos, mas protegidos em razão do sigilo fiscal, por isso, teve-se o cuidado de proteger os nomes dos contribuintes, não havendo, no estudo, identificação individual que permita identificar os contribuintes. Apenas foram constatados dados para fins estatísticos, visando fundamentar o presente trabalho.

2.1. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Para um melhor planejamento do pesquisador, as ações foram focadas nos procedimentos efetuados para a arrecadação do IPTU pelo Município de Florianópolis. Apresentar-se-ão os estudos pautados nas dificuldades encontradas, desde a elaboração dos cálculos, os percentuais, a elaboração dos carnês, a emissão aos contribuintes, bem como a quantidade de unidades retornadas à sede do município. Além disso, focar-se-á a quantidade de processos que entra anualmente, quando o contribuinte utiliza a

ampla defesa e questiona vários itens (isenção, imunidade, alíquota, base de cálculo, índice de reajuste indevido), tornando-se, assim, um grande empecilho para a arrecadação. Consequências: baixa arrecadação e muito mais trabalho para todos os servidores do município.

A pesquisa foi efetuada tendo por base os dados públicos contidos nos registros municipais existentes, em razão de o município não ter alternativa para corrigir as distorções encontradas.

2.2. QUANTO À ESTRATÉGIA INVESTIGATIVA

Para Appolinário (2012), esta talvez seja a mais importante de todas as dimensões classificatórias de uma pesquisa científica, que se refere à estrutura básica da investigação. O autor explica que o pesquisador busca descrever uma realidade, sem nela interferir, apresentando a situação em que o objeto de estudo se encontra, assim como apresentando as causas e as consequências dessa situação, razão pela qual dá a ela o nome de **pesquisa de sondagem** (não experimental). Diante das ações metodológicas que serão desenvolvidas nesta investigação, esta pesquisa se classifica como “pesquisa de sondagem” e “não experimental”, pois não terá como objetivo principal intervir em uma realidade existente.

Assim, o objetivo será analisar os dados existentes e as decisões tomadas pelo Município de Florianópolis quanto aos

procedimentos utilizados para apresentar o valor do IPTU aos contribuintes. Acredita-se que a mudança de procedimentos, em plena era tecnológica, deve ser iminente, pois a perda na arrecadação é uma realidade, e ainda se convive com a baixa arrecadação e o descumprimento das leis que envolvem a administração pública, principalmente a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04 de maio de 2000, no seu art. 4º.

2.3. QUANTO À NATUREZA

Faz-se necessário esta classificação, uma vez que as pesquisas diferem quanto ao tipo de busca pelo “novo”, quando o pesquisador estabelece uma busca por novos conhecimentos que tenham a finalidade de uso imediato. Assim, ao se fazer o levantamento de dados e novidades com aplicabilidade de intervenção em uma situação, visando à contribuição imediata, para o avanço das ciências, diz-se que esta pesquisa se classifica como aplicada.

Este estudo terá como objetivo básico propor uma alteração na forma de lançamento do IPTU, o lançamento por homologação, quando o contribuinte declara ao fisco o valor do tributo com base nas informações exigidas pela norma. Após o recebimento do documento de arrecadação municipal, o cidadão efetua o pagamento sob a forma de parcela única ou em várias parcelas, cabendo à municipalidade a conferência dos procedimentos realizados pelo contribuinte para efetuar a homologação do imposto. Terá o Município

o prazo de 05 anos, nos termos do artigo 175 do CTN, para homologar o valor do IPTU apresentado pelo contribuinte, caso contrário, tacitamente será considerado correto o valor do IPTU daquele contribuinte.

2.4. QUANTO À ABORDAGEM

Em todas as dimensões de classificação das pesquisas, esta é, sem dúvida, a mais polêmica e que gera muitas discussões. São duas as classificações das pesquisas quanto a sua abordagem: qualitativa e quantitativa, lembrando que é muito difícil que uma pesquisa seja totalmente direcionada a apenas uma das duas características, isso devido ao fato de as pesquisas reunirem dados tanto qualitativos quanto quantitativos.

Segundo Godoy (1995), as pesquisas quantitativas buscam transformar a realidade em dados que permitam sua interpretação, utilizando-se de dados matemáticos, técnicas estatísticas e modelos de levantamento de dados que sejam orientados pela contagem, possibilitando a mensuração das variáveis, buscando verificar e explicar a influência de uma variável sobre a outra.

Já as pesquisas qualitativas tentam compreender o fenômeno pela ótica do sujeito, assim, nem tudo é quantificável, visto que a interação entre o sujeito e o meio é única, exigindo uma análise individualizada, que tem como principais características a descrição dos dados, os significados que as pessoas dão ao fenômeno investigado, o

enfoque indutivo do pesquisador e a impossibilidade de extrair previsões e leis que possam ser extrapoladas para outros fenômenos além daquele que está sendo pesquisado.

Percebe-se que os pesquisadores estão combinando o uso dessas duas abordagens para melhor compreensão dos resultados, e esta combinação é denominada pesquisa mista ou quantitativa E QUALITATIVA, pois possibilita que a busca por novos conhecimentos passe tanto pela esfera exata quanto pela subjetiva.

2.5. POPULAÇÃO - AMOSTRA

Appolinário (2012) explica que sujeito da pesquisa vem a ser o objeto da investigação (unidade observacional), trata-se da unidade funcional daquilo que será pesquisado, podendo ser uma pessoa, um animal, um metro quadrado de cana de açúcar, uma empresa, um tipo de peça utilizada na fabricação de automóveis etc.

As planilhas a seguir apresentam os sujeitos que fizeram parte da pesquisa.

Os sujeitos são imóveis a venda em vários bairros do Município de Florianópolis. Ao se percorrer as principais ruas e avenidas do município, constataram-se imóveis a venda onde havia placas com o número do telefone exposto.

Após ter constatado o valor dos imóveis à venda, o autor compareceu buscou o registro da municipalidade para verificar os valores que estavam sendo considerados para efeitos do lançamento do IPTU.

Constatou que os valores que a prefeitura lançou no ano de 2014/2015 constavam na coluna "valor venal - Lanc. PMF". Assim, fazendo um comparativo entre o valor constatado para venda e o valor lançado pelo PMF, constatou-se uma diferença expressiva, e então se pode concluir que há perdas muito grandes em relação ao IPTU, ao se vincular com o artigo 233 da Lei Complementar n. 007/97 que diz que a base de cálculo do IPTU é o valor venal.

Os prejuízos ainda são maiores quando se leva em conta que a Planta Genérica de Valores foi atualizada em 2014 e ficou por mais de 09 anos sem ser atualizada. Assim, sofreu os reflexos desta desatualização por 10 anos, e os prejuízos por falta de gerenciamento e atualização para a cobrança do imposto, por este período, inviabiliza qualquer investimento na área tributária.

Assim sendo, entende-se por amostragem um subconjunto de sujeitos extraídos de uma população com quantidade definida, por meio de alguma técnica de amostragem. Esta amostra deve representar quantitativamente a sua população, para que o pesquisador possa supor que tudo que for concluído acerca dessa amostra será válido também para toda a população. Nesta pesquisa, o "cálculo amostral" não é necessário, pelo fato de o pesquisador trabalhar com 100% das populações definidas, mas verificar a efetividade dos valores pesquisados, pois a tendência é considerar verdadeiros os demais valores não pesquisados.

2.6. INDICADORES DE ESTUDO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a viabilização do lançamento do IPTU por homologação no Município de Florianópolis, que gera uma relação de poder sobre os sujeitos pesquisados (Prefeitura Municipal de Florianópolis), podendo influenciar ou não na motivação desses sujeitos, delimitados pelo poder público municipal nos termos apresentados. Neste estudo, faz-se necessário dividir a temática em vários indicadores, para auxiliar no direcionamento da coleta dos dados e sua interpretação. São eles:

- O tipo de gestão praticada no Município de Florianópolis;
- O tipo de relação de poder que esta gestão proporciona na arrecadação;
- O nível de motivação nos investimentos dos contribuintes frente à relação de poder ocasionada pelo tipo de gestão.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Diante das atuais circunstâncias por que passam as economias globais, interagindo com os municípios, especialmente com o Município de Florianópolis, se constata a importância da gestão tributária. Os impostos, por sua vez, são as bases para a manutenção de toda a estrutura do Município. É através dos impostos, alavancado pelos munícipes, que o

município realiza as obras necessárias à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Não se pode negar que o responsável pela organização de uma cidade é o seu gestor, que é denominado prefeito e que no atual sistema político é eleito pelo povo através de eleições diretas e por meio do voto direto e secreto. Grande parte dos recursos, que se identifica como receita tributária advém dos impostos, em especial, do IPTU. Nesse sentido, é necessário que a estrutura e o gerenciamento deste imposto acompanhem a evolução dos tempos e da informática, que se aperfeiçoem perante as normas, principalmente diante da Constituição Brasileira, que os sujeitos da relação tributária trabalhem em parceria no sentido de evitar custos e utilizar a tecnologia em seu benefício, pois do contrário, perdem-se valores e qualidades diante do objetivo social do imposto.

3.2. AS INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE O IPTU EM FLORIANÓPOLIS

As circunstâncias que fundamentam o IPTU no município de Florianópolis estão pautadas na Lei Complementar nº 007/97, especificamente a partir do artigo 207 ao artigo 246. A citada norma aduz que o IPTU é um tributo que incide sobre a propriedade imobiliária, incluindo todos os tipos de imóveis, sejam eles residenciais, comerciais e industriais, sejam terrenos e chácaras de recreio.

A lei divide o cadastro fiscal em cadastro imobiliário e cadastro dos prestadores de serviços de qualquer natureza, ou seja, são cadastros diferenciados, incomunicáveis, em se tratando de contribuintes dos impostos IPTU e ISSQN.

O Cadastro Imobiliário tem por fim o registro das propriedades prediais e territoriais urbanas, localizadas no município de Florianópolis, as existentes e as que vierem a existir, bem como dos sujeitos passivos das obrigações tributárias que as gravam dos elementos que permitem a exata apuração do montante dessa obrigação (Art. 209 Lei Complementar 007/97).

3.3. O CADASTRO IMOBILIÁRIO

A Prefeitura Municipal de Florianópolis possui um sistema de cadastro, com informações dos contribuintes, as quais, no entanto, servem apenas para efeitos de tributação. O que se constata é a ausência de atualização dos dados cadastrais anualmente, uma vez que os dados do contribuinte, que se inscreve, por meio da aquisição de um imóvel, permanecem para sempre, não sofrem nenhuma atualização cadastral.

O sistema cadastral do município é alterado pelo ingresso de novos contribuintes à medida que se lançam novos empreendimentos, e as alterações de compra e venda, entre as pessoas, muitas

vezes, permanecem por longo tempo com o antigo proprietário.

As informações devem ter seu início no contribuinte, por meio de uma inscrição, e ao transferir o imóvel, o proprietário deverá informar o fato, obrigatoriamente, à municipalidade. Ao transferir ou adquirir o imóvel, o atual proprietário, sob pena de ter que pagar multas com alto valor monetário, deverá informar à municipalidade toda a operação de endereço e valor. Portanto, com base nas informações existentes no cadastro imobiliário é que se dá início ao lançamento do IPTU, quando então se relacionam os dados do imóvel com a Planta Genérica de Valores.

Em resumo, ao Município cabe buscar todas as receitas tributárias previstas, porém, para isso, necessita de gestão, pessoal capacitado, atitude diante das normas e das pessoas, visando, sobretudo, reverter essas receitas em benefícios sociais destinados às pessoas que aqui moram ou transitam.

Visivelmente se constata que o atual sistema de recolhimento de IPTU do Município de Florianópolis é bastante ultrapassado, e em consequência, arca com muitos custos agregados que provocam a elevação da inadimplência. Além do que já foi aqui exposto, tem-se ainda a inaplicabilidade de todos os componentes legais em benefícios da gestão tributária, conforme será tratado a seguir.

Considerando os motivos apresentados, vislumbra-se que os Municípios, especificamente, o de Florianópolis, não têm mais possibilidades de insistir no velho método de gerenciar, lançar e arrecadar o IPTU. Os custos necessários para disponibilizar o valor do imposto para o contribuinte assumem forma crescente, e a municipalidade, que faz todo o trabalho, fica vulnerável aos questionamentos daqueles contribuintes que deveriam efetuar seu pagamento de imediato, sendo que nem todos tem esta consciência, por motivos óbvios, pois o imposto já está cercado de vícios, problemas, cálculos incorretos, razão da necessidade do exercício do contraditório pautado na ampla defesa.

3.4.0 LANÇAMENTO DO IPTU POR HOMOLOGAÇÃO

O lançamento do IPTU por homologação é o fundamento básico desta tese, pois entendemos que se trata de um grande avanço a sua utilização. O estudo possibilitará os passos necessários para a sua implantação, pois os atuais dias em que vivemos não há mais possibilidade de uma boa gestão, sem acompanhar a evolução da informática. É necessário, portanto, utilizar

de todos os meios que a tecnologia oferece e com isto se pode galgar bons retornos econômicos. No decorrer deste item iremos estudar os conceitos básicos que se pode utilizar para o lançamento por homologação e ao seu final apresentamos um comparativo entre o que está sendo arrecadado, considerando os custos embutidos e o valor que propomos. Por fim apresentamos uma lei básica, para fins didáticos, e que pode ser alterada naquilo que melhor convier.

3.5.0 FLUXOGRAMA SOBRE O TEMA PROPOSTO

As pessoas físicas e jurídicas, em relação aos imóveis localizados no município de Florianópolis ou em qualquer outro Município, sejam proprietários, possuidores ou detentores do domínio útil, serão obrigados a inscreverem-se com dados que identifiquem o imóvel e a sua pessoa.

A Lei é a regra básica que irá determinar os mecanismos para que permita a identificação do contribuinte, bem os procedimentos para elaborar, quando adquirir ou já possuir imóvel, para a apresentação da declaração e em seguida efetuar os pagamentos totais ou parciais do IPTU. Assim, apresenta-se um resumo nos termos do fluxograma a seguir:

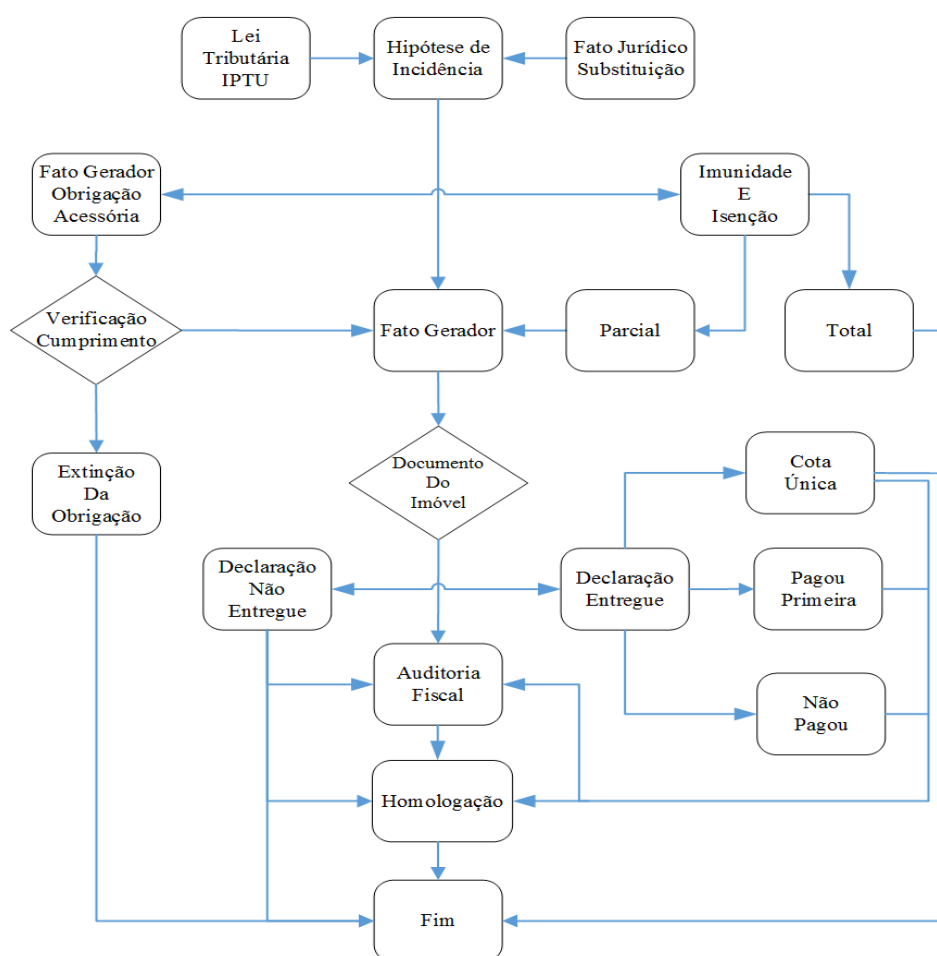


Figura: Fluxograma sobre o lançamento do IPTU por homologação

Fonte: Próprio autor (2016)

O fluxograma nos mostra que tudo começa do à lei, vincula-se diretamente com o fato gerador, em seguida com a documentação possível, até a entrega da declaração. Toda a relação está vinculada as pessoas devidamente competentes para o seu gerenciamento, que se tratam dos Auditores Fiscais, quando então possuem competência para homologar ou efetuar as devidas correções para após homologar o lançamento.

Na sua ausência das suas conferências, os valores vinculados ao IPTU serão homologados tacitamente, quando então a

relação estabelecida com o contribuinte, mesmo diante dos débitos perante a fazenda pública será extinta sua obrigação. Caso de ajuizamento dos débitos por iniciativa da fazenda o processo seguirá seus trâmites, mas de competência do Judiciário.

Evidente que o processo na sua plenitude poderia constar vários outras opções extinção do crédito, compensação, exclusão do crédito, ou ainda as etapas da prescrição ou decadência do crédito tributário. Poderia ainda se estender a processo caso o contribuinte opte por esta possibilidade.

Porém, optamos por apresentar um fluxograma de forma resumida e que contenham os principais procedimentos básicos vinculados ao tema proposto que se trata do lançamento do IPTU por homologação com base na declaração a ser apresentada pelo contribuinte.

Assim, de forma bem resumida procuremos apresentar os principais caminhos que devem ser observados na hipótese de buscar o recurso do lançamento por homologação do imposto que incide sobre o patrimônio imobiliário de competência municipal.

Não basta o município instituir a possibilidade do lançamento por homologação, é necessário apresentar todos os passos vinculados a relação que se estabelece com as iniciativas da lei, para que toda a população possa tomar conhecimento do projeto. Após, sim, instituir a lei, a qual a seguir apresentaremos como um modelo a ser criado.

4. CONCLUSÃO

Em todo o período da existência da humanidade constatam-se diversas etapas e mensagens que impõem aos seres humanos que sejam a cada dia bem melhores. Tem-se certeza de que a história não apenas traz muitas notícias sobre o passado e tudo que cerca o homem, mas serve como uma alavanca para se viver o hoje e o amanhã de forma muito melhor.

Em 05 de outubro de 1988, com a promulgação da Constituição brasileira, tem-se o marco derradeiro da confirmação do imposto devido aos Municípios, incidente sobre a propriedade predial e territorial urbana e podendo ser progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade. Esta possibilidade da progressão foi ignorada pela municipalidade.

O que se propõe é uma verdadeira mudança no sistema de lançamento. A ideia é fazer com que o contribuinte preste informações referentes ao seu imóvel para a municipalidade. É deixar que o proprietário ou possuidor fale do seu imóvel e que o município efetue a confirmação ou não desta informações. Assim, tem-se a certeza de que os benefícios serão os melhores possíveis, principalmente para aqueles contribuintes que são cumpridores das suas obrigações junto à sociedade e ao Município em que vivem.

Em seguida, dever-se-á observar e cumprir todas as audiências públicas para que se tenha como objetivo fim esclarecer a população da viabilidade do projeto. Estas audiências deverão alcançar todos os segmentos da sociedade: os conselhos comunitários existentes, os conselhos regionais, de contabilidade, a Ordem de Advogados do Brasil, o Conselho Regional de Administração, Conselho Regional de Economia, Conselho Regional de Odontologia, Conselho Regional de Medicina, Conselho Regional de Engenharia Civil e Arquitetura, enfim, todos os segmentos da sociedade civil.

O novo modelo de lançamento por homologação com base na declaração apresentada pelo contribuinte, com o valor venal do seu imóvel, poderá gerar mais conforto, segurança e acima de tudo, a sua contribuição será instantânea, no momento da entrega da sua declaração. Ganha o cidadão e muito mais o Município.

A proposta de lançamento por homologação para o IPTU no Município de

Florianópolis foi efetuada com base nas experiências acumuladas pelo autor em mais de 25 anos de serviços prestados com exclusividade para o Município, inicialmente na área do Imposto Sobre Serviços de qualquer Natureza (ISQN), posteriormente na área do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e por fim, no setor do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- BRASIL, C. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/ DF: Senado, 1988.
- BRASIL, Constituição - 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília/DF, Senado, 1988.
- BRASIL, **Constituição Política do Império de Brazil de 25 de março de 1824;** (Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824).
- BRASIL, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de Julho de 1934.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade (2001)**, organizado por José Guilherme Soares Filho, - Rio de Janeiro, DP&A, 2001.
- BRASIL, Planalto, **Lei nº 4.320 de 16 de março de 1964** Estatuí Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- BRASIL, **Lei nº 6.830 - Lei de Execução fiscal**, de 22 de Setembro de 1980.
- BRASIL, **Lei nº 7.711** de 22 de Dezembro de 1988 Dispõe sobre formas de melhoria da administração tributária e dá outras providências.
- BRASIL, **Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000**, Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

- **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988:** promulgada no dia 05 de Outubro d 1988, 50ª Edição, Editora Saraiva, São Paulo, 2016.
- FLORIANÓPOLIS, **Consolidação das Leis Tributárias do Município de Florianópolis**, Lei Complementar nº 007/97, 15 de Janeiro de 2010.
- GODOY, Arilda. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, mar./abr. 1995.
- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2010.
- **LISTA DE MUNICÍPIOS DO BRASIL POR POPULAÇÃO.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_do_Brasil_por_popula%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 06 Ago. 2016.
- PAULSEN, Leandro. **Direito Tributário - Constituição e Código Tributário à Luz da Doutrina e da Jurisprudência.** 3ª Edição: Esmefe, Porto Alegre/RS, 2001.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 2012.

6. NOTAS BIOGRÁFICAS

Ademir Borges da Rosa

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina; Graduado em Direito pela – Universidade do Sul de Santa Catarina; Pós-graduado em Auditoria Contábil pela Universidade Federal de Santa Catarina; Pós-graduado em Direito e Processo Tributário pela Universidade do Vale do Itajaí; Pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho Faculdade Anita Garibaldi; Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidad Americana Asunción PY; Doutor em Direito Tributário pela Universidad Americana – Asunción PY. Atualmente exerce a função de advogado tributário – tributos Municipais, palestrante no curso de sua autoria - Curso Básico de ISSQN – Capacitação e Qualificação dos sujeitos Ativos (Prefeituras) e contribuintes (empresas).

Ronaldo do Nascimento Carvalho

Graduado em Administração na Universidade Guarulhos – UnG, com especialização em Finanças e Gestão de Negócios no Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa IPEP, mestre em Administração pela Universidad Americana/PY, doutor em Administração pela Universidad Americana/PY e Pós-doutor pela Universidade Íbero-Americana/UNIBE-PY. Doutorando em Ciências da Educação na Universidad Columbia del Paraguay e atualmente é docente na Faculdade de Caldas Novas – Unicaldas do Curso de Administração.

A EMERGÊNCIA DE UM NOVO PARADIGMA: A CIÊNCIA PÓS-MODERNA E OS EFEITOS NO CONHECIMENTO

MÁRCIA LOPES LEAL DANTAS (marcialldantas@gmail.com) - Doutora em Ciências da Educação na Universidad Colúmbia (UC) – PY. Servidora Pública do Município do Rio de Janeiro - RJ. Parte da tese do doutorado da autora. Orientadora: Prof.^a.Dra. Maria Aparecida Monteiro da Silva.

RESUMO: Neste artigo, realizou-se uma revisão da literatura através de uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de elucidar sobre a emergência do novo paradigma da ciência pós-moderna e os efeitos no conhecimento. Iniciou-se conceituando o termo paradigma pela concepção de autores que tratam sobre esse assunto. Posteriormente, trouxe uma apresentação do novo paradigma da ciência, da história e efeitos no conhecimento. Por fim, expôs as abordagens do paradigma cartesiano (tradicional) e o sistêmico. Baseou-se pela fundamentação teórica de Bertalanffy, Morin, Kuhn, Maturana, Varela, Santos e Vasconcellos do que tratam o novo paradigma da ciência. Utilizaram-se as bases de dados *Scielo*, Portal da Capes e *Google Acadêmico* com as seguintes palavras-chave: “Paradigma da Ciência”, “Pensamento sistêmico”, “Educação”, juntamente com os livros dos teóricos supracitados. Depreendeu-se que o novo paradigma da ciência rompe a fragmentação para o todo, trazendo a importância de considerar dimensões como a complexidade, instersubjetividade e a instabilidade nos diversos conhecimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Paradigma da ciência. Pensamento sistêmico. Educação.

RESUMEN: En este artículo, se realizó una revisión de la literatura a través de una investigación bibliográfica, con el objetivo de elucidar sobre la emergencia del nuevo paradigma de la ciencia posmoderna y los efectos en el conocimiento. Se inició conceptuando el término paradigma por la concepción de autores que tratan sobre ese asunto. Posteriormente, trajo una presentación del nuevo paradigma de la ciencia, de la historia y efectos en el conocimiento. Por último, expuso los enfoques del paradigma cartesiano (tradicional) y el sistémico. Se basó en la fundamentación teórica de Bertalanffy, Morin, Kuhn, Maturana, Varela, Santos y Vasconcellos de lo que tratan el nuevo paradigma de la ciencia. Se utilizaron las bases de datos *Scielo*, Portal de Capes y *Google Académico* con las siguientes palabras clave: "Paradigma de la Ciencia", "Pensamiento sistémico", "Educación", junto con los libros de los teóricos citados. Se desprende que el nuevo paradigma de la ciencia rompe la fragmentación para el todo, trayendo la importancia de considerar dimensiones como la complejidad, instersubjetividad y la inestabilidad en los diversos conocimientos.

PALABRAS CLAVES: Paradigma de la ciencia. Pensamiento sistémico. Educación.

1. INTRODUÇÃO

Na conceituação, no sentido etimológico, o termo paradigma vem do grego (*parádeigma*), e no latim (*paradigma*), tem um significado comum: modelo, padrão.

Na ciência, o mesmo vocábulo foi usado pela primeira vez por Thomas Kuhn (2001). Tal conceito surgiu para designar mudanças radicais, por ele observadas na ciência normal. Na obra de Kuhn (2001), a *Estrutura das Revoluções Científicas*¹, o termo paradigma aparece bem como sendo a expressão comunidade científica, ou seja, um paradigma é o que os membros de uma comunidade científica partilham – não sendo possível a posse de um paradigma por um indivíduo isolado. Reciprocamente, é a respectiva posse de um paradigma comum que constitui uma comunidade científica. Para o autor, a palavra paradigma representa um conjunto de crenças comunitariamente partilhadas pelos cientistas, teoria dominante, referência, programa de pesquisa, uma maneira de solucionar problemas, conjunto de hábitos, guia para elaboração de conceitos, teorias e modelos. Desta forma, dentre outros, compreende-se por que inúmeros discursos que desse termo é feito tornam-se quase incompreensíveis.

Para Capra (1996), paradigma representa uma constelação de concepções, valores, percepções e práticas subjacentes de comunidade científica que dá forma à uma visão de realidade, a qual, constitui a maneira em que a comunidade se organiza. Conforme Edgar Morin, destaca que os paradigmas são considerados os princípios dos princípios, algumas noções mestras que controlam os espíritos, comandam as teorias, sem que estejamos conscientes de nós mesmos (MORIN, 2005).

Segundo o autor, o paradigma encontra-se situado no núcleo das teorias e controla a própria lógica; de que os sistemas de ideias são organizados em virtude dos paradigmas e que os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo os paradigmas enraizados culturalmente neles (MORIN, 1992).

Vasconcelos (2006), por sua vez, afirma que o paradigma é o filtro e a seleção do que se percebe e reconhece, e, desta forma, recusa e distorce os dados que não combinam com as expectativas que tenham sido criadas. Segundo a autora, todos veem o mundo por meio dos próprios paradigmas.

Outrossim, os indivíduos têm suas ações e reações influenciadas pelos seus próprios paradigmas, acreditando que a perspectiva ou ideia sobre algo é a forma “correta” de ser considerada. Neste sentido,

¹ Para Kuhn a Revolução Científica é nada mais nada menos que uma passagem de paradigma para o outro. Para o autor, as Revoluções Científicas são necessárias para as revoluções como mudança de concepção de mundo, ou seja, tanto uma superação dos valores e dos paradigmas a partir de uma crise. KUHN, S. Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007

ocorrem dificuldades pelos próprios indivíduos em aceitar transições e mudanças.

Nota-se que características como flexibilidade e vontade em aceitar por um ângulo diferente o que já tem sido estabelecido como padrão, torna-se necessário para que paradigmas sejam desfeitos e/, ou reconstruídos.

A própria história revela que os paradigmas científicos são constantemente alterados no mundo, deste modo, surge a partir da abertura à novas possibilidades de informações e inovações. Segundo Assmann (1998), não existe paradigma definitivo, pois eles são historicamente substituíveis, relativos e naturalmente seletivos. Essa seleção, substituição e relação estão totalmente relacionadas com a intersubjetividade presente nos indivíduos. Cada pessoa apresenta uma verdade obtida a partir de uma realidade única, partindo de preceitos construídos por si ou socialmente.

Desta forma, ocorrem dificuldades de mudanças de paradigmas que envolvem construção baseada em fundamentos “rígidos” no seu surgimento e desenvolvimento. Isso fica claro principalmente em grupos que apresentam um mesmo ideal, a exemplo, os seguidores de uma religião, tal qual o Islamismo, ou ainda pela luta de direitos específicos, como o movimento feminista.

Além dos aspectos que são considerados “verdades absolutas” para muitos indivíduos ao absorverem em seu ambiente social e cultural, há também a

compreensão que se algo foi internalizado, não pode ser questionado.

Conforme esclarece Rifkim (1980), em obra de sua autoria “Entropia: Uma Visão Nova Do Mundo”, o autor apresenta a forma como o paradigma atua na vida do homem:

Uma visão de mundo funciona, na medida que é tão internalizada, desde a infância, que permanece não questionada. (p.5) [...] somos tão presos no nosso paradigma que todos os outros modos de organizar nossos pensamentos parecem totalmente inaceitáveis. (RIFKIM, 1980, p. 56).

Isso se torna compreensível, pois, o indivíduo é um ser sociocultural que baseia sua vivência no que vê, através de conhecimentos adquiridos e experiências vividas na sociedade que está inserido. Nesse sentido, as convicções são construídas e a tendência é que ocorra a incorporação destas certezas.

Maturana e Varela (1995, p. 61), por sua vez, apresentam a importância da resistência à tentação das certezas. Conforme os autores:

[...] Toda experiência cognitiva envolve aquele que conhece de uma maneira pessoal, enraizada em sua estrutura biológica. E toda experiência de certeza é um fenômeno individual, cego ao ato cognitivo do outro, em uma solidão que, como veremos, é transcendida somente no mundo criado com esse outro. (grifo da autora).

Contudo, as circunstâncias ou algumas mudanças, que podem ser de cunho social, cultural, intelectual ou geográfico possibilitam a conscientização acerca daquilo que não se percebia anteriormente. Segundo Vasconcellos, (2006, p. 35) “[...] as mudanças de paradigmas só podem ocorrer por meio de vivências, de experiências, de evidências que nos coloquem frente com os limites de nosso paradigma atual”.

Vasconcellos ainda acrescenta:

[...] ao conjunto de crenças e valores subjacentes à prática científica que quando os fenômenos não se encaixam dentro deste padrão ou modelo, ocorrem as anomalias, gerando crise na ciência, condições para as revoluções científicas. Decorrentes do sinal de maturidade científica surgem as novas descobertas que podem gerar o surgimento de um novo paradigma. (VASCONCELLOS, 2006, p. 35).

1.1. UMA BREVE APRESENTAÇÃO DO NOVO PARADIGMA

Para que se compreenda a emergência de um novo paradigma, torna-se necessário o entendimento das ligações e redes de forma interdisciplinar que ocorrem na biologia, cibernética, física, química,

economia e ciências sociais, as quais são ligadas e estudadas na compreensão dos sistemas e da complexidade que envolve todo esse processo.

Ao começar pela obra “Teoria Geral dos Sistemas” do biólogo austríaco Ludwing Von Bertalanffy, (1901-1972¹), é imprescindível e importante lidar com as diversidades que envolvem os indivíduos como “típicos de sistemas”, atentando aos contornos, seus componentes e as relações entre as partes.

O autor ainda desenvolve seu discurso com a ideia da elaboração de uma disciplina que tenha como propósito fundamental a pesquisa de isomorfismos² de conceitos, leis e modelos em áreas distintas; e o apoio nas transferências úteis entre os campos, proporcionando a unicidade das ciências (BERTALANFFY, 2008).

Segundo esclarece Bertalanffy, existe uma oposição que ele distingue em duas vertentes teóricas, a uma ele chama de “mecanicista” e a outra de “organicista.” (BERTALANFFY, 2008).

De acordo com Vasconcellos (2006, p. 186-187) acerca da tendência:

[...] Organicista, destacada por Bertalanffy, está associada à sua Teoria Geral dos Sistemas, enquanto a tendência mecanicista está associada à Teoria

¹ Durante as duas décadas seguintes à morte do autor, em 1972, uma concepção sistêmica de vida, mente e consciência começou a emergir, transcendendo fronteiras disciplinares e, na verdade, sustentando a promessa de unificar vários campos de estudo que antes eram tratados separadamente.

² Isomorfismo vem de isomorfo (=que tem forma idêntica) + sufismo nominal-ismo (que exprime as ideias de fenômeno linguístico, sistema, doutrina, etc). Disponível em: <<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/etimologia-isomorfismo/6479>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

Cibernética, do matemático americano Norbert Wiener. A Teoria Cibernética seria mecanicista por sua associação com as máquinas, ou sistemas artificiais, e a Teoria geral dos Sistemas seria organicista por sua associação com os organismos ou sistemas naturais – biológicos e sociais.

Na década de 1950, Maturana e Varela, a partir do entendimento de sistema, na área da Biologia, estabelecem indagações sobre como operar a natureza. Tais questionamentos são apresentados desde então, e que a perspectiva tradicional das ciências não tem possibilidade de responder.

De acordo com os autores, torna-se importante conhecer qual a organização do ser vivo, do sistema nervoso e a organização básica de todo sistema social. (MATURANA; VARELA, 1995)

Diante de tais proposições, surgem reflexões teóricas e epistemológicas que conduzem os autores a dedicar-se à formulação do conceito da teoria de autopoiese. Nela, apresenta a justificativa da capacidade dos seres vivos de produzirem a si próprios, e, com isso, a conservação da vida, ao distinguir o que desejam para viver, desta maneira, estabelecendo mudanças estruturais.

Essas mudanças que são realizadas, além das experiências pelos processos cognitivos, trazem a autonomia no conhecimento e a compreensão de que “[...] conhecer, fazer e viver não são coisas separáveis e a realidade, assim como nossa identidade transitória são companheiros de uma dança construtiva” (VARELA, 1996, p.

60). Segundo Vasconcellos, (2006, p. 249) a Teoria da Autopoiese:

[...] apesar de ser uma teoria biológica, tem implicações não só epistemológicas, mas também ontológicas. Nossa crença ou pressuposto epistemológico sobre o “como conhecemos” traz consigo necessariamente uma nova resposta para a pergunta ontológica “o que conhecemos?”. Conhecemos o que constituímos. Ou seja, o que conhecemos emerge das distinções que fazemos: constituímos uma realidade ao distingui-la e nomeá-la.

Segundo Maturana, existe uma relação de estrutura ínfima no entrelaçamento do ser vivo e o meio, a qual necessita da existência do primeiro. Nesta relação, uma perturbação no meio não possui em si mesma uma determinação das consequências sobre o ser vivo, é este em sua estrutura que caracteriza sua respectiva transformação diante a tal perturbação. Esta propriedade das unidades autopoieticas denomina-se determinismo estrutural. (ROSAS; SEBASTIÁN, 2008, p. 65). Nesse sentido, o ser vivo é uma máquina autopoietica definida estruturalmente.

1.2. A HISTÓRIA DOS PARADIGMAS DA CIÊNCIA E SEUS EFEITOS NO CONHECIMENTO

Durante toda a história da humanidade, de tempo em tempo, observaram-se transições e mudanças de

paradigmas. Desta forma, o homem apresenta em sua linha histórica concepções e crenças que influenciam no conhecimento, na cultura e na própria ciência.

Na época da pré-história, os deuses eram valorizados e reconhecidos por serem responsáveis por toda manifestação ocorrida no meio ambiente. A verdade sobre os fatos que envolvia tais fenômenos era respondida por explicações místicas oriundas das crenças e apresentadas como princípios de vida.

Naquele período, a criação do universo, da Terra e do homem não eram temas de estudo dos intelectuais, uma vez que a explicação da teologia satisfazia suficientemente. Rosa (2012, p. 33), em abordagem acerca do tema, afirma que naquele tempo esses assuntos “[...] eram tidos como verdadeiros dogmas, isentos, portanto, de análise objetiva”.

Ainda naquela era, os mitos influenciavam o conhecimento e tinham valor social e cultural. Segundo Vasconcellos (2006, p.54), “O mito (*mythós*)¹ é uma forma de conhecimento cuja narrativa é inspirada pelos deuses e em que se fala sem nenhuma preocupação de prova dos acontecimentos”.

Visando conceituar aquele período, Cardoso (1995, p. 56) assim o define:

[...] A humanidade constrói seu primeiro paradigma da ciência, no qual acredita ser capaz de explicar e organizar a natureza, a vida social e o mundo psíquico, tendo como bases paradigmáticas à existência de dois mundos: o mundo real e outro sobrenatural.

Após breve análise do período histórico, avançando para o século VIII a.C., os gregos tiveram um papel imprescindível na substituição do mito, estabelecendo respostas para tudo através da compreensão da racionalidade ou pensamento racional, isto é, a constatação de que a razão pode ser uma ferramenta para absorção de conhecimento.

Rosa (2012, p. 103) mostra que o pensamento crítico encontra espaço ao afirmar “[...] a tradicional visão do Mundo, oriunda dos tempos neolíticos, seria profunda e radicalmente alterada pelos filósofos gregos, que adotariam uma atitude crítica sobre as explicações de um Mundo governado e dirigido por divindades [...]”.

Na perspectiva dos filósofos Platão e Sócrates, o mito não é um meio de se obter o conhecimento, mas sim, através da razão, por isso eles não consideram confiáveis fatos ou discursos que utilizam tais elementos como base das explicações.

¹ *Mythós* é uma palavra de origem grega, que tinha muitos significados dentro de uma ideia básica: discurso, mensagem, palavra, assunto, invenção, lenda, relato imaginário. Modernamente está fixada nestes últimos sentidos. Consultório Etimológico. Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/mito/>>. Acesso em: (22 set. 2017).

Durante o período medieval, os pressupostos abordados pela razão são considerados inferiores a toda apresentação de verdade que a fé expressa. Para o filósofo grego Aristóteles, o mundo é eterno em si mesmo, mas, para o cristianismo, o mundo nasce através de uma criação divina a partir do nada, *ex nihilo*,¹ desta forma sendo efêmero, e findável.

Naquele período, os maiores filósofos e teólogos afirmam que a razão necessita das influências do poder divino para ser revelar e desenvolver. Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino apresentam a razão como algo incerto, e que ela só pode avançar na proporção que não refute as prerrogativas divinas.

Diante desta realidade, a dualidade entre razão e fé esbarram em conceitos e bases fundamentais, tornando difícil conciliar a reflexão racional com a ideologia teológica. Conforme Vasconcellos, (2006, p. 59) “[...] a *episteme* medieval é atravessada por uma antinomia e que ela se propõe a uma empresa contraditória.”

A transição da idade média à idade moderna é repleta de significativas mudanças que marcam os contextos políticos, sociais, econômicos e científicos. A necessidade de construir uma nova forma de pensamento, sem os paradigmas da teologia,

traz um novo modelo de pensar e agir que repercute em todos os âmbitos da sociedade.

No que tange ao surgimento da ciência moderna, Capra (2000, p. 25) aborda:

[...] Foi precedido e acompanhado por um desenvolvimento do pensamento filosófico que conduziu a uma formulação extrema do dualismo espírito-matéria. Esta formulação apareceu no século XVII na filosofia de René Descartes, que fundava a sua visão da natureza numa divisão fundamental em dois domínios separados e independentes: o da mente (*res cogitans*) e o da matéria (*res extensa*).

Neste período, ocorre a constatação de que a ciência pode caminhar separada da filosofia. Esta ruptura é demonstrada por meio da matemática que deixa de ser vista no âmbito abstrato e passa estar relacionada à experiência.

Vasconcellos (2006, p. 59), por sua vez, aborda que “Descartes enfatizou que o método da filosofia seria a especulação ou o método reflexivo,” já o da “ciência [...] seria a experimentação ou o método matemático. O espírito científico [...] é entendido como matematismo e não simplesmente como logicismo”.

Outro fator relevante é que a partir desta era, nasce a compreensão da necessidade de atentar para o conhecimento conquistado pela legitimidade das

¹ Essa expressão não é original de Tomás de Aquino, uma vez que fora utilizada em 1215, no IV Concílio de Latrão, para definir o dogma da fé católica de que Deus criou o mundo do nada e no início do tempo. Disponível em: <<https://www.prp.unicamp.br/pibic/congressos/xviiiicongresso/cdrom/FSCOMMAND/pdfN/594.pdf>>. Acesso em: (25 set. 2017).

evidências. Em razão dessa realidade, a razão e a fé não são o bastante para trazer o que são consideradas verdades absolutas. Torna-se necessário a apreciação de técnicas e métodos que justifiquem o conhecimento adquirido.

Na percepção de Santos (2008), esse período se dá por volta dos séculos XVI e XVII, onde aparece um novo paradigma denominado paradigma dominante ou newtoniano-cartesiano. O autor atribui o seu surgimento ao crescimento na área da física e astronomia, provocando a substituição do paradigma “espiritual” por uma concepção mais precisa e de cunho científico.

O autor supracitado (2008) também afirma que o paradigma dominante é um modelo de racionalidade, o qual teve origem no séc. XVI com a Revolução Científica e com a ascendência das ciências naturais. Logo, no século seguinte, estendem-se as ciências sociais emergentes. Desta forma, constitui-se um padrão global de racionalidade científica.

Nesta perspectiva, tudo que está fora dos modelos metodológicos e epistemológicos não é reconhecido como científico. Com isso, estudos que apresentam o senso comum e abordagem humanística não são aceitos como científicos.

1.3.0 PARADIGMA CARTESIANO

Ao entender de que forma o paradigma tradicional ocorre através dos tempos, torna-se necessário a compreensão também dos fenômenos desse paradigma na ciência e de tudo que envolve e é desencadeado desse processo.

Nessa conjuntura, os pensadores da idade moderna apresentam o paradigma da simplicidade¹ como a interpretação e análise fragmentada do ser humano e do meio que o envolve. Isso inclui aspectos físicos, biológicos, geográficos e sociais, inserindo o homem, a natureza, e o próprio sistema planetário.

Segundo esclarece Capra (2000, p. 26):

[...] Espelha a nossa perspectiva do mundo «de fora», visto como uma multiplicidade de objetos e acontecimentos separados. O meio ambiente é encarado como se se tratasse de partes separadas a ser exploradas por diferentes grupos de interesses. A visão fragmentária estende-se à sociedade, dividida em diferentes nações, raças, religiões e grupos políticos. A convicção de que todos estes fragmentos — em nós próprios, no nosso meio ambiente e na nossa sociedade estão, de facto, separados pode ser tomada com a razão fundamental para as presentes séries de crises sociais, ecológicas e culturais.

¹ Este termo foi apresentado por Vasconcellos (2006, p.69) para descrever uma das dimensões do paradigma tradicional.

O autor ainda afirma que todo esse processo e ações fragmentadas proporcionam o distanciamento do homem, como ser social, do seu meio ambiente e das relações construídas com os seus semelhantes. Desta forma, possibilitando que ocorra uma “[...] injusta distribuição das riquezas naturais, criando conflitos econômicos e políticos; uma onda de violência crescente [...], espontânea e institucionalizada, [...] onde a vida se tomou muitas vezes física e mentalmente pouco saudável.” (CAPRA, 2000, p.26)

Ciente que há, hoje, o paradigma complexo sendo apresentado, faz-se compreensível a assimilação de como é o delineamento do paradigma tradicional¹ da ciência. Segundo Morin (2005), para que ocorra a compreensão do paradigma da complexidade é essencial saber que há um paradigma de simplicidade.

Nesse sentido, Vasconcellos (2006) afirma que o paradigma tradicional se diferencia em três dimensões: simplicidade, estabilidade e objetividade.

O pressuposto da simplicidade separa o mundo complexo em partes, etapa necessária para a compreensão do todo, ou seja, o pressuposto de que “o microscópio é simples².” Dessa suposição, entro outros

fatores, emergem a análise e a pesquisa das relações casuais. Tal dimensão retira o objeto de estudo dos contextos que o envolvem, trazendo prejuízos no entendimento das relações ocorridas entre o objeto e o todo.

Ademais, esse cenário, na ação da ciência, também leva “[...] às separações entre os fenômenos: separa os físicos dos biológicos, os biológicos dos psicológicos e dos culturais, e assim por diante” (VASCONCELLOS, 2006, p. 75).

Segundo Morin (2005, p. 59), o paradigma simplificador coloca ordem no universo e tira dele a desordem. “A ordem se reduz a uma lei, a um princípio. A simplicidade vê o uno, ou o múltiplo, mas não consegue ver que o uno pode ser ao mesmo tempo, múltiplo”.

No que tange à especialização do âmbito do conhecimento, observa-se que o trabalho é realizado de acordo com a absorção sistemática conquistada e é executada de forma isolada. Não é apresentado espaço perante tais especialistas para compartilhamento e associação com outros profissionais, o que permitiria a ocorrência da interdisciplinaridade. Segundo Morin, (2003, p. 151) “O conhecimento especializado é em

¹ Vasconcellos (2006, p. 69) aborda que o termo “tradicional” se refere a algo que tem uma origem muito remota, mas não a algo que já tenha desaparecido e/ou substituído. Ela acrescenta que a ciência tradicional continua ativa, apesar de ela ter em sua história mais de 400 anos.

² Este termo é apresentado por Vasconcellos (2006) ao explicar que quando o cientista se depara com o conhecimento, ele percebe que tudo é complexo. Porém, ele acredita que por trás dessas aparências complexas, existe a simplicidade, e que, para descortinar este universo, seu trabalho deve ser de transcender essas aparências complexas. Depreende assim, o objeto simples no complexo, ordem subjacente ao caos aparente, e com isso, parte para a simplificação.

si mesmo uma forma particular de abstração”.

Outro fenômeno apresentado por Vasconcellos (2006, p. 81) ao delinear o paradigma tradicional da ciência, é o que autora chama de pressuposto de estabilidade, “[...] ou seja, a crença em que o mundo é estável, em que o mundo já é, e em que nelas coisas se repetem com regularidade”.

O último pressuposto epistemológico apresentado por Vasconcellos (2006) consiste na objetividade, que se traduz na “[...] crença de que é possível conhecer objetivamente o mundo, ‘tal como ele é na realidade’, e o estabelecimento da objetividade como critério de cientificidade.” Já, segundo Morin (1983, p. 17), “O mundo que a ciência tradicional quer conhecer tem que ser um mundo objetivo, independente do seu observador.”

O conhecimento objetivo é para o senso comum, o estudo exato, irrefutável. Desta forma, apresenta-se com veracidade e sendo inquestionável. O conhecimento científico é objetivo, pois estabelece, em condições específicas, a determinação do acontecimento de algum fenômeno. O mundo científico delinea uma relação de causa e efeito e apresenta uma lei, no âmbito da ciência, objetiva, que resulta uma teoria sobre o mundo, e o que é estabelecido, torna-se independente do sujeito que observa, porém, possibilita a aprendizagem do mesmo.

1.4. O PARADIGMA SISTÊMICO

Primeiramente, busca-se a compreensão do que vem a ser a palavra sistema. Isto se torna compreensível devido à necessidade de entender a diferença entre um aglomerado de itens e a definição que envolve as características sistêmicas.

Nesse sentido, Vasconcellos (2006, p. 199) afirma “Um conjunto de elementos, no qual não se evidenciam as interações entre as partes, não pode ser considerado como um sistema e é então comumente chamado de um amontoado.” Contudo, a autora procura demonstrar que o termo sistema como a integralidade de partes com suas “inter-relações, constitui-se [...] não só a característica constitutiva do sistema, não é um simples somatório das características dos elementos, como também as características dos elementos dependem das relações específicas no interior do complexo.”

As relações supracitadas, possibilitam a conexão de todo o sistema, “[...] conferindo-lhe um caráter de totalidade ou globalidade, uma das características definidoras do sistema.” (VASCONCELLOS, 2006, p. 199).

Bertalanffy (2008), por sua vez, entende sistemas como um conjunto de vários elementos inter-relacionados, partes de um todo, que buscam realizar atividades com a mesma finalidade. O mesmo autor afirma que a integração do todo é mais complexa que a soma do comportamento das partes, de forma que os acontecimentos

parecem implicar mais que meramente as decisões ou ações individuais.

O pensamento sistêmico surge no século XX, após as propostas apresentadas por Ludwing Von Bertalanffy. O biólogo apresenta como ideal o abandono da prática do reducionismo e da fragmentação na busca de encontrar uma maneira unificada de fazer ciência.

Inicia-se a apresentação deste paradigma ao quebrar a continuidade com o paradigma tradicional, que trabalha o conhecimento e o sujeito pelo pressuposto da simplicidade, estabilidade e objetividade, e, por buscar uma visão ampla e integradora, atentando para todos os elementos envolvidos no contexto, sobrepondo uma visão do orgânico e inorgânico das pesquisas científicas realizadas sobre natureza e a cultura.

Desta forma, o paradigma dominante vive sua crise e torna-se irreversível, sendo “o resultado interativo de uma pluralidade de condições.” (SANTOS, 2008, p. 41).

Santos, por sua vez, aborda algumas observações acerca dos fatos que proporcionam tal crise. Segundo o autor, a primeira seria “[...] é que a identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno é o resultado do grande avanço no conhecimento que ele

propiciou”. O autor acrescenta ainda “[...] o aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda.” (SANTOS, 2008, p. 41)

A inspiração acerca do aparecimento da segunda condição teórica consiste “carácter local das medições e, portanto, do rigor do conhecimento que com base nelas se obtém, a mecânica quântica.” Nesse sentido, Santos afirma “[...] A ideia de que não conhecemos do real senão o que nele introduzimos, ou seja, que não conhecemos do real senão a nossa intervenção nele [...]” (SANTOS, 2008, p. 43-44).

Na abordagem da terceira colocação, Santos menciona o teorema da incompletude de Gödel¹:

[...] Sobre a impossibilidade, em certas circunstâncias, de encontrar dentro de um dado sistema formal a prova da sua consistência vieram mostrar que, mesmo seguindo à risca as regras da lógica matemática, é possível formular proposições indecidíveis, proposições que se não podem demonstrar nem refutar, sendo que uma dessas proposições é precisamente a que postula o carácter não contraditório do sistema. (SANTOS, 2008, p. 45).

Por último, ao apresentar a quarta condição teórica, Santos toma como exemplo as pesquisas realizadas pelo físico-químico

¹ Godel provou resultados fundamentais sobre sistemas axiomáticos (conjunto de axiomas, que podem ser usados para a derivação lógica de teoremas), mostrando em qualquer sistema matemático axiomático, existem proposições que não podem ser provadas ou refutadas dentro dos axiomas, que são denominadas como verdades universalmente válidas.

Ilya Prigogine¹ sobre a teoria das estruturas dissipativas e o princípio da ordem “através das flutuações e que se estabelecem em sistemas abertos, ou seja, em sistemas que funcionam nas margens da estabilidade [...]” (SANTOS, 2008, p. 47)

No olhar de Vasconcellos (2006, p. 126), o que Prigogine mostrou nas suas distinções, possibilitou como consequência, propiciar uma afluência significativa entre as várias disciplinas da ciência, “uma possibilidade de ultrapassar a compartimentação instalada pela ciência tradicional, e a consequente dificuldade de comunicação entre os cientistas.”

Cumprir destacar que a crise do paradigma dominante abre caminhos para reflexões epistemológicas sobre o conhecimento científico e que apresentam dois lados: a primeira “é levada a cabo predominantemente pelos próprios cientistas, por cientistas que adquiriram uma competência e um interesse filosófico para problematizar a sua prática científica”. A segunda aborda situações que são tratadas pelos sociólogos, “a análise das condições sociais, dos contextos culturais, dos modelos organizacionais da investigação científica, antes acantonada no campo estanque da sociologia da ciência” passa ter sua importância na reflexão epistemológica (SANTOS, 2008, p. 50-51).

Toda essa reflexão contribui para a conscientização acerca da necessidade de ruptura do pensamento tradicional para o pensamento sistêmico, o qual se dá de forma gradual, muitas vezes seguido de quebras de paradigmas que até então eram tidos como verdades absolutas.

Vale mencionar ainda que em oposição aos pressupostos do paradigma cartesiano, Vasconcellos (2006) apresenta no novo paradigma da ciência, o sistêmico as dimensões da complexidade, a instabilidade e a intersubjetividade. Nesse contexto, tais elementos precisam ter interconexão, possibilitando integração e recursividade em que um dependa, de alguma forma, do outro na sua utilização, pois, a relação congruente e dinâmica das partes no processo estabelece a estrutura da formação do todo.

Do que trata o pressuposto denominado instabilidade, apresenta que o mundo está em processo contínuo e inacabado, tendo sempre a possibilidade de intervenções do ser humano de uma forma consciente e responsável, gerando assim possibilidades de transformações.

Na próxima dimensão apresentada por Vasconcellos, (2006, p.151) denomina-se intersubjetividade. Ela ocorre quando o observador reconhece sua exclusiva parcela na formação “da ‘realidade’ com que está

¹ Todo o trabalho de Prigogine tem por objetivo demonstrar que a seta do tempo cria estruturas e que há uma teleologia nos processos aleatórios, da qual o tempo é elemento fundamental. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5315/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-20Maria%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20Rodrigues%20dos%20Santos%20-%202010.pdf>> Acesso em: 3 out. 2017.

trabalhando, e ao validar as possíveis realidades instaladas por distinções diferentes, o observador se inclui no sistema que distinguiu, com o qual passa a se perceber em acoplamento estrutural”.

E o no último, a autora supracitada explana que a dimensão da complexidade que apresenta o ser humano como um ser que não se divide, e que faz parte da formação do conhecimento e que não se estabelece apenas na razão, porém, é construído pela compreensão que sentimentos, emoções e intuições fazem parte desse processo.

2. METODOLOGIA

O presente estudo realizou-se uma revisão da literatura por meio de pesquisa bibliográfica sobre a avaliação educacional a partir de uma abordagem sistêmica.

Primeiramente, buscou-se na literatura científica estudos sobre o novo paradigma da ciência e seus efeitos no conhecimento publicados nas bases de dados *Scielo*, Portal da Capes e *Google Acadêmico*. Toda a seleção do conteúdo de forma *on-line* ocorreu no período de agosto a novembro de 2017. Utilizaram-se as seguintes palavras-chave: “Educação”, “Pensamento sistêmico”, “Paradigma da ciência”. As publicações foram pré-estabelecidas pelos títulos, os quais deveriam conter a fundamentação teórica de Bertalanffy, Capra, Kuhn Morin, Maturana, Varela, Santos e Vasconcellos do que tratam

o novo paradigma da ciência e os efeitos no conhecimento.

Ciente dos diversos autores que fundamentam sobre o novo paradigma da ciência e os efeitos sobre o conhecimento, a pesquisa utilizou o recorte teórico e epistemológico das principais abordagens dos livros dos autores supracitados.

Desta forma, posteriormente a busca, uma leitura exaustiva dos pressupostos teóricos e o fichamento do material colhido, foram selecionados os seguintes pontos: definição de paradigma, apresentação do novo paradigma da ciência, o paradigma cartesiano, o paradigma sistêmico e a história dos paradigmas da ciência e os efeitos no conhecimento.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Através dos paradigmas que os cientistas procuram respostas para os problemas apresentados pelas ciências. Desta forma, os paradigmas são os pressupostos das ciências. O desenvolver prático da ciência ao promover teorias, explicações, aplicações e leis constroem modelos que estimulam as tradições científicas. De acordo com o físico e filósofo da ciência Thomas Kuhn, em obra de sua autoria “*A estrutura das revoluções científicas*”, apresenta o termo como “[...] as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo,

fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 2001, p. 13).

Ao abordar acerca do novo paradigma da ciência, Maturana, juntamente com Francisco Varela, através da obra *“A árvore do conhecimento; as bases biológicas da compreensão humana”*, mostram uma visão extensa para refletir a condição do ser humano. Os autores apresentam uma análise epistemológica no tocante a biologia do conhecer, isto é, procura entender de que forma os seres vivos conhecem o mundo e de que forma se estabelece o conhecimento.

Além desse trabalho, os autores supracitados demonstram um entretecer perdurável e constante entre o social, o cultural e o biológico ao abordarem que não se podem ver os seres vivos e o mundo que o cerca separados, mas em contínua interação, ou seja, “[...] Os indivíduos em suas interações constituem o social, mas o social é o meio em que esses indivíduos se realizam como indivíduos, [...] não há contradição entre o individual e o social, porque são mutuamente gerativos.” (MATURANA; VARELA, 1997, p. 43).

Trata-se de um ser que não recebe simplesmente informações, mas age e reage ser vivo autônomo. O mesmo autor aborda que a vida é constituída como um eterno processo de conhecimento, com a compreensão de que o mundo não está pronto nem acabado, entretanto, é composto pelo homem numa ação dinâmica e constante. Da mesma maneira, todo conhecimento é o resultado da absorção

diária que se vive e se conquista do mundo e das interações desenvolvidas no âmbito social, cultural e biológico.

Apesar de Maturana e Varela darem importância à estrutura e formação biológica do homem, eles ressaltam que aspectos sociais não podem desprender-se no desenvolvimento do indivíduo, afirmando assim que o ser humano tem uma abordagem como indivíduo único e pessoal, mas defendem também em seu ser, o fenômeno social.

Para os autores, apesar da genética preparar o homem, não o define sem o social, pois “[...] o altruísmo biológico natural e a necessidade que temos como indivíduos de fazer parte de grupos humanos e de operar em consenso com eles, fenômenos que se dão em todos os seres cuja existência transcorre num meio social”. E que “[...] há o poder de transformação do próprio mundo de que dispomos, graças à nossa colossal faculdade que é a reflexão consciente” (MATURANA; VARELA, 1995, p. 23).

Desta forma, segundo os autores, ocorre o romper da genética como algo predeterminado, incluindo-a como uma possibilidade. Parte-se da preposição de que os indivíduos são capazes de serem condicionados geneticamente, mas não estabelecidos em seu próprio desenvolvimento, uma vez que necessitam de outros elementos para se transumanar: a educação e a cultura.

Do que trata ao paradigma cartesiano, vale mencionar o que Morin apresenta sobre

a ação de dividir, separar, fragmentar. Segundo o autor:

A especialização abstrai, ou seja, extrai um objeto de um campo dado, rejeita suas ligações e intercomunicações com seu meio, o insere num setor conceitual abstrato que é o da disciplina compartimentada, cujas fronteiras rompem arbitrariamente a sistemicidade (a relação de uma parte com o todo) e a multidimensionalidade dos fenômenos; ela conduz à abstração matemática que opera automaticamente uma cisão com o concreto, por um lado ao privilegiar tudo o que é calculável e formalizável, por outro ao ignorar o contexto necessário à inteligibilidade de seus objetos. (MORIN, 2003, p. 151).

Nessa perspectiva, tem-se a importância da contextualização. Conforme Bastien (1992 apud Morin, 2003, p. 151), "[...] a evolução cognitiva não vai ao sentido do emprego de conhecimentos cada vez mais abstratos, e sim, ao contrário, no sentido de sua colocação em contexto". O autor ainda acrescenta: "A contextualização é uma condição essencial da eficácia (do funcionamento cognitivo)."

Desta forma, nota-se que o significado e absorção de qualquer conhecimento estão relacionados com tudo que envolve esses elementos cognitivos. O pensamento quando está fragmentado, separado e isolado, possibilita que os especialistas desenvolvam a destreza e a habilidade em áreas do conhecimento não complexos; entretanto "[...] a lógica a que eles obedecem estende sobre a sociedade e as relações humanas as

coerções e os mecanismos inumanos da máquina artificial [...]", sendo os mesmos que têm uma "[...] visão determinista, mecanista, quantitativa e formalista, oculta ou dissolve tudo o que é subjetivo, afetivo, livre, criador." (KERN; MORIN, 2003, p. 153)

Ainda sobre a visão dos especialistas, Kern e Morin (2003, p. 153) acrescentam:

[...] Os espíritos particularizados e tecnoburocratas são cegos às interretro-ações e à causalidade circular, e consideram com frequência os fenômenos segundo a causalidade linear; percebem as realidades vivas e sociais segundo a concepção mecanista/ determinista, válida apenas para as máquinas artificiais. De maneira mais ampla e profunda, há incapacidade do espírito tecnoburocrático tanto de perceber como de conceber o global e o fundamental, a complexidade dos problemas humanos.

A causalidade mencionada pelos autores é demonstrada quando se observa como as várias disciplinas científicas, na expectativa de entender o universo e seus objetos de estudo, escolhem trabalhar "[...] com situações que admitem um estado de equilíbrio. Esses sistemas são concebidos como sistemas simples, como agregados mecanicistas de partes em relações causais separadas umas das outras." E, ao conjecturar todo o processo "[...] as supostas forças estão interagindo aos pares, o cientista vai variando, um de cada vez, os supostos fatores casuais do fenômeno que quer entender, a fim de encontrar as leis

simples de funcionamento desses sistemas” (VASCONCELLOS, 2006, p. 76).

Ao entender a perspectiva da ciência tradicional sobre a causa de algum fenômeno, parte-se da ideia que ela só aceita a chamada causa eficiente ¹, não admitindo as elucidações teleológicas ² de qualquer análise do que está sendo estudado, observando os fatos pelas causas finais.

Segundo Morin (2009, p. 77), “É preciso aprender a ultrapassar a causalidade linear causa – efeito. Compreender a causalidade mútua inter-relacionada, a causalidade circular (retroativa, recursiva), as incertezas da causalidade[...]” Nesta abordagem, observa-se que causas idênticas não produzem necessariamente os mesmos efeitos.

Também é ciente que o conhecimento objetivo não leva em consideração as experiências subjetivas do sujeito. O paradigma tradicional mostra que a verdade é construída pelo observador, independentemente da participação do mesmo. Desta forma, há uma relevância primordial para constituição de provas que tragam clareza e verdade sobre os fatos ou fenômenos.

Vasconcellos (2006, p. 91) esclarece “[...] que a objetividade perpassa toda a ciência tradicional, em suas disciplinas: os

resultados não podem estar contaminados pela subjetividade do pesquisador.” A autora ainda acrescenta que o “critério de cientificidade implica também a exigência de um relato impessoal.”

No paradigma sistêmico as dimensões denominadas como complexidade (o indivíduo não se divide), intersubjetividade (transdisciplinaridade) e instabilidade (o mundo está em processo contínuo e inacabado) abordadas por Vasconcellos (2006) reportam claramente de que forma os conhecimentos, os sujeitos e o meio onde estão inseridos estão relacionados.

Desta forma, o novo paradigma da ciência rompe da fragmentação para o todo, para o complexo, trazendo a necessidade de considerar tais dimensões apresentadas pela autora supracitada, na compreensão de que forma se deve apreender os diversos conhecimentos e como tudo que os envolvem.

4. CONCLUSÃO

Percebe-se que o processo transitório do paradigma cartesiano-newtoniano para o sistêmico está relacionado com o entendimento das redes que existem com todos os elementos que envolvem o indivíduo. O ser humano não pode mais ser visto com um ser único, estanque do meio

¹ A causa eficiente é aquela que explica como a matéria recebeu determinada forma. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/filosofia/metafisica.htm>> Acesso em: 30 set. 2017.

² O termo teleologia provém de dois termos gregos, telos (fim, meta, propósito) e logos (razão, explicação), ou seja, uma explicação ou ‘razão de algo em função de seus fins’ ou, ‘explicação que se serve de propósitos ou de fins’. Villa, M. M. (coord.). Dicionário de Pensamento Contemporâneo. São Paulo: Ed. Paulus, 2000, p. 723-725.

que o envolve e da ciência da interação de tudo que o compõem.

O novo paradigma da ciência, o sistêmico, traz a clareza que dimensões como a instabilidade, a intersubjetividade e a complexidade estão totalmente associados à compreensão de uma perspectiva de totalidade, de conjunto, de sistemas conectados e concatenados.

Da mesma forma, os diversos conhecimentos precisam ser compreendidos não mais de uma forma fragmentada, mas sim, o trabalhar em conjunto, buscando realizar a transdisciplinaridade, como uma perspectiva pluralista do conhecimento, desenvolvendo um olhar múltiplo, trazendo a possibilidade de um movimento de reflexões contínuas, gerando que o homem entenda seu papel no mundo e sua interação com o universo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSMANN, Hugo. **Metáforas novas para reencontrar a educação**. São Paulo: Unimep, 1998.
- BASTIEN C. **Le décalage entre logique et connaissance**: Courrier du CNRS, Sciences cognitives, nº79. Bedford T., Cooke R, 1992.
- BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas: Fundamentos, desenvolvimento e aplicações**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CAPRA, Fritjof. **O tao da física: um paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental**. São Paulo: Cultrix, 2000.
- CARDOSO, C. M. **A canção da inteireza: uma visão holística da educação**. São Paulo: Summus, 1995.
- KERN, Anne-Brigitte; MORIN, Edgar. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- KUHN, S. Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 16.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- MATURANA, R. Humberto; VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano**. Campinas: Editorial Psy II, 1995.

- MATURANA, R. Humberto; VARELA, Francisco J. **Ontologia da realidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1997.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2009.
- MORIN, Edgar. **Da necessidade de um pensamento complexo**. In: MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. (Org.). **Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992/ 2005.
- MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa: Publicações Europa- América, 1983.
- RIFKIN, Jeremy. **A entropia: uma visão nova do mundo**. Trad. Henrique de Barros. Santelmo: CRL, 1980.
- ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da Ciência: da antiguidade ao renascimento científico**. 2. ed. Vol. I. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- ROSAS, R. Y.; SEBASTIÁN, C. **Piaget, Vigotski y Maturana: constructivismo a tres voces**. Buenos Aires: Aique, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso sobre as Ciências**. Porto: Afrontamento, 2008.
- VARELA, F. **Ética y acción**. Santiago do Chile: Dolmen Ediciones S. A., 1996.
- VASCONCELLOS, Maria José Esteves. **Pensamento sistêmico: novo paradigma da ciência**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2006.

6. NOTA BIOGRÁFICA

Márcia Lopes Leal Dantas

Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Columbia – PY, Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Iberoamericana – PY – Revalidação do diploma de Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialista em Língua Portuguesa, Literaturas e Semiótica, Licenciatura em Língua Espanhola e Bacharel em Comunicação Social, Regente de Língua Portuguesa da Rede Pública Municipal do Rio de Janeiro. Professora de Língua Portuguesa da Rede Pública Municipal do Rio de Janeiro - RJ.

A INDISCIPLINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTEXTO ATUAL

CELMA ELIETE DE QUADROS PADILHA (celma_padilha@yahoo.com.br) - Licenciatura em Pedagogia formada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa no ano 2016, Bacharel em Enfermagem formada pela Faculdade Campo Real ano 2016. Mestranda em Ciências da Educação - Universidade Columbia/Assunção-Paraguai.

RESUMO: O presente trabalho fundamenta-se em uma revisão bibliográfica de artigos e teses encontrados no portal da CAPES, Plataforma Sucupira e Revista Qualis, tendo como palavras-chave: indisciplina+educação infantil, referentes aos anos de 2008 à 2019, na área de educação. É uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, que tem como finalidade analisar o contexto da indisciplina na educação infantil, um dos grandes desafios para a comunidade escolar e a sociedade em geral, na atualidade. A partir das leituras e reflexões afins, constatou--se que há a necessidade de mudanças nas formas e métodos educacionais, bem como, a inserção de novos posicionamentos e atitudes, principalmente, no que tange a formação profissional e social. É imprescindível, através do conhecimento, ampliar-se o olhar acerca da indisciplina e usar isso em benefício do alunado, orientando os educadores e a sociedade como um todo, na formação de cidadãos participativos, autônomos e democráticos.

PALAVRAS-CHAVE: Indisciplina, Educação Infantil, Escola, Sociedade Atualidade.

RESUMEN: El presente trabajo se fundamenta en una revisión bibliográfica de artículos y tesis encontrados en el portal de la CAPES, Plataforma Sucupira y Revista Qualis, teniendo como palabras clave: indisciplina + educación infantil, referentes a los años 2008 a 2019, en el área de educación. Es una investigación cualitativa, descriptiva y exploratoria, que tiene como finalidad analizar el contexto de la indisciplina en la educación infantil, uno de los grandes desafíos para la comunidad escolar y la sociedad en general, en la actualidad. A partir de las lecturas y reflexiones afines, se constató que hay la necesidad de cambios en las formas y métodos educativos, así como la inserción de nuevos posicionamientos y actitudes, principalmente, en lo que se refiere a la formación profesional y social. Es imprescindible, a través del conocimiento, ampliarse la mirada acerca de la indisciplina y usar eso en beneficio del alumnado, orientando a los educadores ya la sociedad como un todo, en la formación de ciudadanos participativos, autônomos y democráticos.

PALABRAS CLAVES: Indisciplina, Educación Infantil, Escuela, Sociedad Actual.

1. INTRODUÇÃO

A indisciplina na educação infantil é, atualmente, um dos grandes desafios para a comunidade escolar e a sociedade em geral. Neste contexto, o presente estudo busca uma compreensão mais ampla sobre a questão. Saber orientar a criança de forma adequada na educação infantil, influenciará positivamente em sua formação social, visto que nesse período a mesma está em processo de formação da personalidade, interrelacionando aspectos sociais, cognitivos, emocionais e físicos. Por ser o ambiente escolar, geralmente, o lugar onde os pequenos têm os primeiros contatos sociais e coletivos mais regrados, é nessa fase que começam a desenvolver noções de valores sociais e morais de forma mais nítida e compreensível e, em contrapartida, começam a demonstrar também, comportamentos de rebeldia, gerando indisciplina.

Neste contexto, “Como compreender a indisciplina na atualidade?” A autora Franzoloso (2011), afirma que a criança identifica-se com o meio social em que vive, o que reforça o caráter socializador essencial na etapa de ensino da Educação Infantil e, ao mesmo tempo, nos lembra que é neste campo de relações sociais e interações entre crianças de mesma idade, de idades próximas, ou mesmo entre elas e os professores que conflitos podem aparecer.

Nessa fase, a indisciplina se manifesta de forma bem particular, diferente do que

ocorre em idades mais avançadas, no entanto, ao contrário do que alguns possam pensar, ela já existe desde que a criança entra na escola e vira uma das maiores preocupações dos professores desta etapa, que estão focados na estimulação do desenvolvimento da criança como um todo e na educação para a cidadania. (FRANZOLOSO, 2011).

Segundo Zandonato (2004), um fator bem preocupante nessa questão, é o acesso indiscriminado das crianças aos meios de comunicação em massa, os quais acabam influenciando o comportamento das crianças, por focar abertamente, a criminalidade, a violência sexual e as drogas, ou seja, estes acabam dando muita ênfase a atos criminosos como positivos, o que influencia na formação da personalidade da criança, que ainda não tem maturidade para distinguir o real do fictício, se não tiver ajuda para tanto.

Neste contexto, cabe aos educadores e a comunidade escolar como um todo, dar aos pequenos, noções de disciplina que devem estar presentes na vida escolar destes, a educação infantil. Acredita-se que nesta fase, deve-se sim, pensar na prevenção da indisciplina, pois ao atuar no processo de formação da criança, sendo um mediador de conhecimento, o professor poderá orientá-la, fazendo-a entender sua função social como um ser autônomo, porém, com valores sociais preestabelecidos, dessa forma, futuramente, teremos menos problemas com alunos ‘dito’ indisciplinados.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa ora redigida, classifica-se como um estudo de revisão bibliográfica descritiva, exploratória e com abordagem qualitativa, de artigos e teses encontrados no portal da CAPES, Plataforma Sucupira e Revista Qualis. Os quais tratam-se de estudos sobre indisciplina na educação infantil, tendo como palavra-chave: indisciplina+educação infantil, referentes aos anos de 2008 à 2019 na área de educação, os quais utilizamos como objeto de estudo.

3. INDISCIPLINA NA ATUALIDADE

Segundo Santos et al.(2011), O conceito de indisciplina escolar não é fixo, tem evoluído junto com a sociedade e, na atualidade, devemos compreendê-lo para além das questões comportamentais, diferenciando-o de violência escolar. Indisciplina é um assunto muito complexo que sempre rondou o ambiente escolar, hoje, em função de diversos fatores, está em constante discussão entre acadêmicos e no próprio ambiente escolar. A autora afirma que os tempos mudaram e que a sociedade em geral mudou, assim sendo, o conceito de indisciplina também tem novas características. Não há como fecharmos os olhos perante essa realidade que permeia as relações escolares.

Segundo Franzoloso (2011), a indisciplina escolar é um dos maiores

bloqueios do processo de aprendizagem e suas manifestações são marcadas por uma variedade de causas, tipos e entendimentos diferentes, fazendo deste tema, uma das questões mais intrigantes do âmbito social e educacional na atualidade, estando cada vez mais presentes nas pesquisas e debates educacionais, que buscam uma compreensão mais ampla para poder atuar na intervenção e prevenção. Em determinados casos, segundo a autora, as manifestações de indisciplina exprimem uma espécie de descontentamento, insatisfação com o meio social em que se está inserido, tanto familiar como escolar, demonstrando assim, desinteresse, desatenção, resistência, desrespeito e falta de empatia.

No ambiente escolar, a própria sala de aula, o professor, a metodologia de ensino e a relação pedagógica podem desencadear a indisciplina. Na educação infantil, no entanto, as manifestações de indisciplina parecem mais improváveis em função, mesmo, da metodologia, permeada por situações de jogos, atividades dinâmicas, brincadeiras, lanche e higiene, recreio e educação física, o que constitui o ambiente que a criança necessita para desenvolver todas as suas competências e aprender a conviver com o coletivo, ou seja, diversas maneiras de atuar no desenvolvimento físico e intelectual da criança, para que se obtenha um desenvolvimento global. Entende-se nesse processo, encontra-se o desenvolvimento moral, com um processo de conscientização de regras, conduzindo a criança à autonomia e à autodisciplina.

Zandonato, (2004) relata que a escola é um espaço institucional que deve se preocupar com a formação integral do indivíduo. É claro que entendemos que a escola não deve ocupar o lugar da família na formação do indivíduo, pois os pais são os espelhos dos filhos, principais responsáveis na construção social e moral destes, porém, por mais que o papel da família e da escola não esteja bem definido e mesmo que a família não o esteja cumprindo, a escola deve cumprir o seu.

Neste contexto, ao se deparar com a indisciplina, que interfere em seu objetivo, que é promover a educação, a escola deve manifestar preocupação em apresentar caminhos que apontem soluções e amenizem problemas. Para Silva (2013), a indisciplina origina-se pelo agir do sujeito no cotidiano escolar e se confronta com o sistema institucional escolar através do choque de cultura e da falta de diálogo e negociação na participação social do alunado sobre eventos que aconteçam na escola. A indisciplina ocorre quando o cerceamento da liberdade e a violência simbólica tentam enquadrar os estudantes nos padrões sociais capitalistas.

A autora afirma que é preciso incorporar o aspecto do reflexo da desigualdade social e suas disputas de poder nas discussões, para que os processos ligados à indisciplina sejam sociologicamente pensados e pedagogicamente utilizados para a transformação social. E se o indisciplinado compartilha das mesmas relações, dos mesmos processos de reconhecimento,

possuem as mesmas necessidades, reivindicações e convive igualmente com as mazelas sociais e econômicas, ele é o estudante em outra forma de ação. Portanto, O indisciplinado não existe porque é uma categoria artificial definida pela negação de um “dever ser” impossível de ser seguido à risca, porque vai de encontro aos padrões culturais, tanto dos grupos sociais de origem, quanto da juventude, e com os princípios das redes de significação do cotidiano escolar. São todos, porque se irmanam nos interesses, nos valores e nas relações e todos buscam dentro da escola aquilo que tantos outros grupos humanos já buscaram quando em situações de opressão: reconhecimento, justiça e igualdade.

Kakazu (2009), relata que a falta de limites e valores morais têm produzido a indisciplina na sala de aula, tendo como responsáveis a família, a escola, o professor e o próprio aluno, e todos estão inseridos em um meio social. Um grupo de estudos formado por professores permitiu que compreendessem que o fenômeno da indisciplina ocorre com todos, não sendo, infelizmente, privilégio de nenhum deles. Ao tomarem consciência disso, perceberam que desconheciam o que realmente vem a ser indisciplina e suas causas. A partir da análise dos textos e das técnicas de grupo aplicadas, estes tiveram a oportunidade de repensar sua prática pedagógica e seu papel na produção do conhecimento e, também, da indisciplina. Concluíram que, além do domínio de conteúdo, precisam ser firmes em suas atitudes, mas necessitam ao mesmo tempo, ter preocupação com a construção

diária de relacionamentos positivos entre professor e aluno, contribuindo então para a formação deste que, por sua vez, é o responsável pela transformação da sociedade, na qual todos tenham mais sensibilidade, dignidade, limites e moralidade.

Segundo Trevisol et al. (2008), a indisciplina representa, no contexto escolar, um dos principais geradores de inúmeras dificuldades, e nem a escola, nem a família, estão conseguindo lidar com esse problema. Após análise realizada através de entrevistas com profissionais da gestão escolar, entende-se que a questão indisciplina está longe de ser consensual. O que chama a atenção nos dados coletados é que grande parte dos profissionais pesquisados, relaciona as manifestações de indisciplina, com maior ênfase, à postura do aluno. Enquanto a visão dos profissionais estiver voltada a mudança de comportamento do aluno para eliminar a indisciplina, deixa de considerar fatores constituintes do problema, os quais estão relacionados ao sistema de ensino e à organização escolar.

Segundo a autora necessário se faz, continuar investindo na melhoria da qualidade do ensino em nossas escolas, para tanto, é fundamental um maior interesse das políticas públicas na educação, incentivando a formação e aperfeiçoamento do quadro docente, além de contar com a participação efetiva da família e da comunidade. Só com o conhecimento profissional sobre indisciplina hoje, poderemos iniciar um processo de intervenção.

Sobrinho (2014) apud Vasconcellos (2000), elenca a proposta de uma escola democrática que lida com a questão da indisciplina para a formação da cidadania, para tanto, propõe uma dialética, com a qual é possível compreender a construção da disciplina por meio da interação do sujeito com o seu meio social, até chegar em seu autodomínio, relata que é necessário um adestramento a serviço da lógica da exploração capitalista no processo educativo, com uma aprendizagem significativa, crítica e duradoura. O mesmo, relata que a função do professor, no que tange à (in)disciplina, é organizar o trabalho coletivo em sala de aula e combinar, de forma construtiva, as diferenças entre os alunos, em detrimento da padronização de comportamento. Afirma, ainda, que o nascer de cada ser humano possui uma dupla dimensão, a do nascimento e a da natalidade. A escola seria uma das instituições formativas que acolhem os novos seres no mundo, e neste processo de acolhimento, encontramos a figura do professor, que na medida em que a criança não tem familiaridade com o mundo, deve introduzi-la aos poucos nele, na medida em que é nova, deve-se cuidar para que isso chegue à fruição em relação ao mundo como ele é, em todos os seus contextos.

O professor é uma das peças chave no assujeitamento promovido pela escola: ele é o principal ator no exercício de uma técnica de poder que regula o modo de agir do aluno, que conduz suas condutas, que o governa. Sem perder de vista a arte de governo pedagógica desenvolvida na escola, é possível afirmar que a função do professor

nesta instituição é de, em última análise, formar os alunos como sujeitos aptos para a vida em uma sociedade regulada pela racionalidade biopolítica, atingindo desde a adequação de suas aptidões ao mercado de trabalho, até a sua acomodação aos valores, crenças, ideias e normas de condutas vigentes (SOBRINHO 2014).

Gaspar (2014) relata, precisa-se desmistificar a ideia de que o estudante não possui poder de discernimento nas tomadas de decisões e reivindicações sobre o cotidiano escolar. Para tanto, a escola precisa estar mais aberta para ouvir e levar a sério as posições e decisões de seus discentes. É compreensível que não há como desmontar um sistema escolar, já enraizado, e mudá-lo a curto prazo, o que podemos fazer enquanto educadores é contribuir para com os estudantes na construção de relações de diálogo, nas tomadas de decisões sobre o ambiente escolar, posicionando-nos contra as desigualdades sociais, na defesa de um ensino crítico, democrático e de qualidade. Devemos agir como mediadores de reflexões e representantes ideológicos. É preciso, no entanto, incorporar o aspecto do reflexo das desigualdades sociais e suas disputas de poder nas discussões, para que os processos ligados à indisciplina sejam sociologicamente pensados e pedagogicamente utilizados para a transformação social.

Gaspar (2014), afirma que a disciplina traz consigo uma maneira específica. Baseado nas ideias Foucaultiana, ressalta que há uma maneira falha de se analisar tudo

o que está inadequado às regras. Estas reflexões estão muito presentes, quando analisamos os processos de disciplinarização dos corpos, voltados para a prática pedagógica na Educação Infantil pública. Na medida em que os educadores fazem respeitar os seus comandos, seja por uma lei, um regulamento ou um programa, e explicitar em qual deles estão pautados para direcionar esta forma de punição. A partir destas evidências, a punição e a disciplina, em suma, advertem que no regime de poder disciplinar a arte de punir não visa nem repressão, nem mesmo expiação. Compreende-se que o poder da norma funciona facilmente dentro de um sistema de igualdade formal e de uma homogeneidade que é a regra, ou seja, ele introduz que um imperativo útil é resultado de uma mudança imperceptível e contínua das diferenças individuais.

Segundo Aquino (2011), as queixas disciplinares referem-se a queixas apresentadas por parte das gerações mais velhas, sobre a complexidade de como educar nos tempos atuais, gerando uma acentuada crise escolar, causada pelos conflitos entre seus protagonistas, seja no quadrante empírico, teórico, na atmosfera institucional ou no contexto civil da escolarização brasileira.

Segundo Zandonato (2004), os meios de comunicação contribuem negativamente na questão da indisciplina e da violência no ambiente escolar, ao passo que acabam por promover situações afins, colaborando para uma banalização destas. Mesmo a escola

questionando esses valores morais transmitidos a eles, os mesmos são incorporados e, apesar de os professores manifestarem preocupação quanto a esse fator, não conseguem apresentar soluções imediatas eficazes, responsabilizando a instituição familiar e a violência social. Enquanto isso, a mídia reproduz uma sociedade de valores dispersos e, por vezes, contraditórios; tendo um impacto significativo na formação da identidade desses sujeitos. A autora afirma que escola se vê envolta por situações de indisciplina e violência e, demonstra claramente, sua dificuldade em lidar com esses fenômenos, parecendo não ter claro qual é o seu papel.

3.1.0 CONTEXTO INDISCIPLINA, NECESSITA DE NOVOS MUDANÇAS EDUCACIONAIS

Segundo Garcia (2009), a indisciplina e a violência que geram desafios nas escolas na atualidade, referem-se a dois contextos: um mais recente, com a implementação da reforma educacional que está se realizando em nosso país, e outro que predomina a tempos, relacionado a conceitos, que trazem inúmeros males para a comunidade escolar, sendo considerado uma preocupação mundial.

O autor relata que essa questão pode estar relacionada a crise em relação a alguns conceitos como a questão ética em sala de aula e a autoridade do professor que não pode ocorrer mais de forma tradicional,

imposta, e sim precisa ser uma autoridade legítima, ou seja, os docentes precisam demonstrar uma competência para ensinar, bem como competência interpessoal em sala de aula, pois ainda para muitos educadores persiste a disciplina como ideia de controle e punição, com objetivo de manter a ordem. Portanto, se desejamos transformar os quadros de indisciplina e violência nas escolas, será necessário repensar em conceitos, modelos e práticas sociais que ali têm sido exercidos. Para tanto, esse cenário deve ser analisado não somente como um problema, mas como um estudo de transformação nas escolas. É nesse sentido que nos parece importante pensar nesse avanço como uma mudança de paradigma.

A questão de mudanças de paradigmas, segundo o autor, tornou-se bastante usual nas últimas décadas, sendo um conceito subjacente que remete teoria e prática, valores e visões, compartilhadas em comunidade científicas que buscam um processo de transição à crise através de mudanças de paradigmas, com transformação profunda de um grupo social, através de novos estudos, com novas metodologias e estratégias que sejam baseadas em lógicas, voltadas não somente aos procedimentos, mas sobretudo, às racionalidades subjacentes às ações empreendidas nas escolas, precisamos de novas linhas de ações pedagógicas, capazes de transformar cenários na escola e originar soluções, segundo novas perspectivas educacionais.

Um dos pontos importantes a se investir é a capacitação dos professores, pressupondo que em suas mãos reside o eixo da solução dos problemas de indisciplina e violência na escola, estes precisam estar atentos ao enfrentamento desses problemas, portanto, a formação precisa enfatizar práticas educacionais com base em superar as abordagens comportamentalistas, comprometidas com a questão de controle e punição que visam afetar a autonomia dos estudantes. Com o tempo, a maturação biológica e a qualidade das relações que a criança experimenta, ela vai se conscientizando e compreendendo as regras morais, faz então uma construção interior, constituindo assim, uma disciplina.

Um outro aspecto a se destacar, reside no avanço necessário em direção a práticas preventivas, que devem assumir um papel de predominância nas escolas. Essa reflexão deriva de observações realizadas a propósito do modo como as escolas desenham os projetos de formação continuada dos seus educadores, pautadas, principalmente, em solução de problemas e não em sua prevenção. Há ainda, um outro ponto importante e este refere-se a relação família e escola, a qual precisa funcionar de forma positiva através de novos paradigmas e maior engajamento dos pais, o que não ocorre talvez, devido a forma como as escolas assumem posições pouco democráticas. Necessária se faz uma mudança de visão e de ação, estabelecendo relações com o Projeto Político Pedagógico da escola para que os procedimentos

adotados assumam a natureza de atos efetivamente formativos (GARCIA 2009).

Afirma a autora que a complexidade que assumem as chamadas indisciplina e violência, requer uma gestão baseada no diálogo entre escola e comunidade escolar como um todo, com visão compartilhada, que direcione um esforço coletivo e oriente um conjunto de práticas a serem desenvolvidas na escola. A existência de uma visão compartilhada, torna possível e veicula um nível de articulação, entendimento e conjugação, realmente capazes de fazer a diferença nas práticas educacionais, compostas de princípios, orientações e atribuições.

Segundo Franzoloso (2010), explorando conceitos e revendo a teoria piagetiana, entendemos que a disciplina é um conceito social e externo, mas que sua conscientização e prática dependem do desenvolvimento psicológico do sujeito, que está relacionado com suas interações no meio em que vive. Esta é uma construção interior que passa por diferentes estruturas no processo de maturação psicológica, sendo parte do processo de desenvolvimento moral da personalidade do sujeito. Assim, sob uma visão desenvolvimentista e piagetiana, entendemos a disciplina como parte do processo de constituição do ser humano e seu desenvolvimento e internalização se dão através de um processo gradativo, onde participam o indivíduo e o meio em que ele está inserido. Inicialmente, a disciplina é normativa, apresentada para criança como forma de

garantir segurança e respeito à leis universais que é interna na criança, a autodisciplina. Longe de pensar a questão da disciplina sendo imposta pela autoridade e da indisciplina tentando ser administrada pelo controle de comportamentos e punições, a construção da disciplina pela criança, para que pense e pratique a autonomia em suas relações de cooperação e se autogoverne, sem a necessidade de obstruir a sua convivência social.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Santos et al. (2011), relata que o conceito de indisciplina não é fixo, ao contrário, tem evoluído junto com a sociedade, os tempos mudaram e a sociedade em geral mudou, assim sendo, o conceito de indisciplina também tem novas características. Não há como fecharmos os olhos perante a realidade da escola atual. Nesse contexto, encontramos relatos que explicam a função da escola que indicam que a mesma precisa de mudanças imediatas nas ações relacionadas a questão comportamental e social; novas visões. Há a necessidade, ainda, do apoio de políticas públicas na formação de docentes e outras ações afins, para que a escola e sociedade saibam distinguir seus papéis e caminhem juntas na formação de cidadãos autônomos e democráticos que saibam lutar por seus direitos e cumpram seus deveres, na busca por igualdade social. Zandonato (2004),

observa que a escola é um espaço institucional que deve preocupar-se com a formação do indivíduo e que ao se deparar com a indisciplina que interfere em seu objetivo, que é o de promover a educação, deve manifestar preocupação em apresentar caminhos que apontem soluções e amenizem problemas, sem interferir na função da família.

De acordo com Franzoloso (2011), a indisciplina apresenta-se como um dos principais bloqueios no processo de ensino aprendizagem e está, cada vez mais, exigindo-se estudos acerca do assunto, na busca de se ter uma compreensão mais ampla para poder agir tanto na intervenção quanto na prevenção. Como é na educação infantil que a criança necessita de maior estímulo, é de suma importância a inserção de novas práticas metodológicas nesse período, oportunizando um espaço escolar no qual a criança possa desenvolver competências necessárias ao convívio social, seu desenvolvimento global, conduzindo-a a autonomia e a autodisciplina.

Silva (2013), afirma que a indisciplina se origina pelo agir da criança no cotidiano escolar ao confrontar-se com o sistema educacional, originando choque de ideais, falta de comunicação e participação social. É preciso mudar os padrões de ação da escola frente aos processos ligados à indisciplina, para que estes sejam sociologicamente pensados e pedagogicamente utilizados para a transformação social. Para Kakazu (2009), o fenômeno indisciplina ocorre em todos as instâncias escolares e os professores,

apenas em estudos teóricos, não entendem realmente o que vem a ser indisciplina, assim, precisam refletir acerca do assunto em situações reais, perante as quais terão a oportunidade de repensar sobre suas práticas pedagógicas, seu papel na produção do conhecimento e perceber que, além do domínio de conteúdo, precisam ser firmes em suas atitudes e, ao mesmo tempo, necessitam ter preocupação com a construção diária de relacionamentos positivos entre professor e alunos, contribuindo de forma positiva para a formação destes, que são os responsáveis pela transformação da nossa sociedade, para que esta seja um espaço onde todos tenham mais sensibilidade, dignidade, limites e moralidade.

De acordo com Trevisol (2008), nem a escola e nem a família está sabendo lidar com o contexto indisciplina, a partir das leituras realizadas, percebeu-se que grande parte dos profissionais relacionam as manifestações de indisciplina somente à postura dos alunos, enquanto essa visão profissional prevalecer não há como se ter evolução. É gritante a necessidade de se entender a indisciplina como meio a ser explorado no contexto escolar, com novas formas de entendimento e uma visão mais ampla acerca do assunto. É preciso também que haja mais apoio através de políticas públicas voltadas à formação continuada e ao aperfeiçoamento do quadro docente, em consonância com as realidades vigentes na sociedade. Sobrinho afirma que o professor é uma das peças chave no assujeitamento promovido pela escola, ele é o principal ator

no exercício de uma técnica de poder que regula o modo de agir do aluno, que conduz suas condutas, que o governa. Sem perder de vista a arte de governo pedagógica desenvolvida na escola, é possível afirmar que a função do professor nesta instituição é de, em última análise, formar os alunos como sujeitos capacitados, habilitados e conformados para a vida em uma sociedade regulada pela racionalidade biopolítica, atingindo desde a adequação de suas aptidões ao mercado de trabalho, até a sua acomodação aos valores, crenças, ideias e normas de conduta vigentes.

Gaspar (2014) relata que precisamos desmistificar o ato de que o estudante não possui poder de discernimento nas tomadas de decisões e nas reivindicações sobre o cotidiano escolar. Para tanto, a escola precisa estar mais aberta para ouvir e levar e considerar as posições e decisões de seus discentes. Entende-se que não há como desmontar um sistema escolar, já enraizado, e transformá-lo a curto prazo, o que podemos fazer enquanto educadores é contribuir para com os estudantes na construção de relações de diálogo, nas tomadas de decisões sobre o ambiente escolar, posicionando-nos contra as desigualdades sociais, na defesa de um ensino crítico, democrático e de qualidade.

Aquino (2011), comenta que as queixas disciplinares mais comuns referem-se as apresentadas por parte das gerações mais velhas, sobre a complexidade de como educar nos tempos atuais em todos os contextos sociais e lidar com a indisciplina e

a violência na atualidade, o que requer, além de outras medidas, um trabalho baseado em novas competências profissionais. Mas se os educadores precisam exercer novas formas de relacionamento e liderança no ambiente escolar, precisam, também, atuar mais segundo um senso pedagógico coletivo, contextualizado pelo Projeto Político Pedagógico das instituições onde atuam.

Franzoso (2010), que explora uma visão desenvolvimentista e piagetiana, entende que a disciplina depende de fatores externos, de conscientização e práticas, e de um amadurecimento psicológico, através da interação social com o meio em que a criança vive, desenvolvendo-se, assim, um processo gradativo de autodisciplina. Para Gaspar, o conceito de indisciplina na educação infantil baseia-se nas ideias Foucaultiana de processos de disciplinarização dos corpos, voltados para a prática pedagógica na Educação Infantil pública, onde existe regras que são introduzidas através de determinados contextos existentes.

Segundo Zandonato (2004), a mídia reproduz uma sociedade de valores dispersos e, por vezes, contraditórios, na qual o foco principal a ser divulgado é a criminalidade e o desrespeito ao ser humano e seus valores, trazendo um impacto negativo, bastante significativo na formação da identidade do sujeito. Mesmo a escola questionando esses valores transmitidos, estes são incorporados e ajudam a formar a identidade desses indivíduos, de forma distorcida, e apesar dos professores manifestarem preocupação em

relação ao citado, não conseguem apresentar soluções imediatas eficazes, responsabilizando a instituição familiar, por muitas vezes não entender claramente seu papel frente a essa realidade, pautada na ficção.

Garcia (2009), relata que com a crise dos padrões tradicionais, percebe-se que a educação precisa rever seus conceitos, construir novos paradigmas que busquem auxiliar os profissionais, os pais e até mesmo a sociedade em geral, afim de que entendam que a educação mudou, e, assim sendo, não podemos a olha com os mesmos olhos, ou seja, são novos tempos, que exigem outras formas de educar, com um olhar mais amplo e de acordo com as mudanças sociais. Para tanto, precisamos de novas metodologias, novos conhecimentos, novas ideias através do aperfeiçoamento profissional para que os educadores possam atuar sem interferir no desenvolvimento do alunado e sim, auxiliando-os em sua formação integral.

5. CONCLUSÃO

Através dos estudos realizados, compreendeu-se que a indisciplina se faz presente no cotidiano escolar, já desde a educação infantil, sendo um dos focos em estudo na atualidade. Há muitas controversas quanto ao assunto e, tanto a escola, quanto os pais e a sociedade como um todo, não estão sabendo lidar com as situações que se impõem atreladas a contextos de indisciplina.

Estamos passando por uma determinada crise, relacionada ao fato de que os tempos mudaram, a sociedade mudou e as formas e métodos educacionais continuam estagnados. Neste contexto, devem ser analisados de forma crítica e objetiva, com novos posicionamentos de educadores, pais, comunidade escolar como um todo e, até mesmo, de políticas públicas, para que se possa intervir nessa realidade, adequando-a ao novo contexto mundial. Isso ocorrerá, através da formação dos profissionais da educação e de uma mudança de visão da sociedade em geral, pois o que se observa é a aplicação de métodos tradicionais. Portanto, necessário se faz rever o conceito “dito” indisciplina, baseando em estudos e aperfeiçoamento

profissional na área da educação, visto que entende-se que os valores morais não nascem com a criança, e sim, são impostos pela família, a escola e a sociedade na qual ela se insere, que impõe e molda seu conhecimento e o que ela internalizará como princípios e valores éticos e morais.

Sabe-se que uma mudança de paradigma requer tempo e dedicação, em contrapartida, no entanto, entende-se que com o apoio de todos é possível sim, solucionar o problema da indisciplina, tão latente na educação e em demais contextos sociais, contribuindo assim, para a formação de cidadãos críticos e participativos, capazes de intervir positivamente no meio em que estão inseridos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GARCIA, Joe. **Indisciplina e violência nas escolas: algumas questões a considerar.** Revista Diálogo Educacional, Curitiba, 2009.
- SOBRINHO, L. M. F. **Um Olhar sobre a Indisciplina Escolar: O que ela nos revela da educação moderna.** Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Filosofia e Ciências Campus de Marília. MARÍLIA/SP 2014
- ZODONATO Zilda Lopes. **Indisciplina Escolar e Relação Professor – Aluno, uma Análise sob as Perspectivas Moral e Institucional.** Campus de Presidente Prudente Universidade Estadual Paulista – UNESP faculdade de ciências e tecnologia, 2004.
- TREVISOL, Maria Teresa Ceron. et. al. **A (in)disciplina na escola: sentidos atribuídos por profissionais da educação** - UNOESC.EDUCERE. 2008.
- AQUINO Júlio Gorpa. **Da (contra) Normatividade do Cotidiano Escolar: Problematizando Discursos sobre a Indisciplina Discente.** Caderno de pesquisa. V.41 N.143. 2011.

- FRANZOLOSO, Mariana Ribeiro. **Disciplina e Indisciplina na Escola: ‘Uma Visão Piagetiana’**. VI Seminário Indisciplina na Educação Contemporânea – UTP. 2010.
- SANTOS, L.G. et al. **A Violência na Sociedade e a Indisciplina Escolar**. – UTP. X Congresso Nacional de Educação EDUCERE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná-Curitiba, 2011.
- KAKAZU, Elena Harumi Watanabe. **Indisciplina: Carência de Limites e Valores Morais?** Programa de Desenvolvimento Educacional, SEED/PR. 2009
- SILVA, Flávia Macêdo. **Indisciplina e suas Redes de Significação no Cotidiano Escolar: Olhares sobre uma Escola de Nova Iguaçu São Gonçalo**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro Centro de Educação e Humanidades. São Gonçalo 2013.
- GASPAR, Deivid Beckhauser. **Genealogia das Práticas Pedagógicas e a Disciplinarização dos Corpos na Educação Infantil Pública de Urubici**. Universidade do Planalto Catarinense - Urubici (SC) Lages (SC) 2014.
- FRANZOLOSO, Mariana Ribeiro. **Existe Indisciplina na Educação Infantil?** – UT. X Congresso Nacional de Educação. EDUCERE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná - 2011.

7. NOTA BIOGRÁFICA

Celma Eliete de Quadros Padilha

Nascida no município de Cantagalo, Paraná, no ano de 1983, brasileira, casada, segundo grau normal e profissionalizante (Magistério) em 2002. Concursada como professora estatutária no município de marquinho, PR. desde o ano de 2006. Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no ano 2016, Graduada em Bacharelado em Enfermagem pela Faculdade Campo Real de Guarapuava PR, ano 2016. Mestranda pela Universidade Columbia del Paraguai PY. (2019).



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

EMPREENDEDORISMO SOCIAL NO COMBATE A FOME: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A EMPRESA MBOJA'O LOCALIZADA EM ASSUNÇÃO NO PARAGUAI

ANGÉLIKA LOUISE NASCIMENTO COSTA (nascimentoangelika@gmail.com) – Mestranda em Administração na Universidad Columbia del Paraguay – PY, Coordenadora de Programas e Projetos na Sec. Municipal de Educação de São Sebastião-AL.

RESUMO: Este artigo objetivou mostrar uma solução empreendedora para combater a fome e que ao mesmo tempo pudesse ser aplicada em diversos lugares. De que forma o empreendedorismo social pode contribuir no combate a fome? Esta foi a problemática abordada. Materiais e métodos: trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada. Quanto aos objetivos caracteriza-se como pesquisa descritiva. Destacam-se entre os procedimentos técnicos utilizados a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso sobre a empresa Mboja'o. As informações foram coletadas por meio de entrevista realizada com questionário de perguntas abertas. Conclusão: Verificou-se que a estratégia utilizada pela empresa para combater a fome foi a redução do desperdício de alimentos e que o modelo de negócio pode ser aplicado em diversas localidades. Além disso foi verificado que a empresa contribui com a ampliação do pensamento sistêmico onde atua.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo Social, Fome, Desperdício de alimentos.

RESUMEN: Este artículo objetivó mostrar una solución emprendedora para luchar contra el hambre y que al mismo tiempo pudiera ser aplicada en diversos lugares. ¿De qué forma el emprendedurismo social puede contribuir en la lucha contra el hambre? Esta fue la problemática abordada. Materiales y métodos: se trata de una investigación cualitativa, de naturaleza aplicada. En cuanto a los objetivos se caracteriza como una investigación descriptiva. Se destacan entre los procedimientos técnicos utilizados la investigación bibliográfica y el estudio de caso sobre la empresa Mboja'o. La información fue recogida por medio de entrevista realizada con cuestionario de preguntas abiertas. Se verificó que la reducción del desperdicio de alimentos fue la estrategia utilizada en la lucha contra el hambre, el modelo de negocio puede ser aplicado en diversas localidades e que la empresa contribuye con la ampliación del pensamiento sistémico donde actúa.

PALABRAS CLAVES: Emprendedurismo Social, Hambre, Desperdicio de alimentos.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a FAO et al. (2018) há 821 milhões de pessoas estão desnutridas no mundo; 39 milhões na América Latina e Caribe; 20,7 milhões na América do Sul e 0,8 milhões no Paraguai. Há quantidade considerável de pessoas que simplesmente não tem o que comer ou não tem acesso a quantidade necessária de nutrientes para viver com saúde. Entre as principais causas apontadas pela FAO para o aumento da fome no mundo estão a variabilidade e as condições extremas do clima. De acordo com a Secretaría Técnica de Planificación del Desarrollo Económico y Social (2018) essas mudanças climáticas tem relações com o modelo de produção agrícola vigente. O Paraguai tornou-se o 6º maior desmatador do mundo destruindo cerca de 400.000 hectares de floresta anualmente. A Secretaria também aponta que a produção de carne levou o país a dobrar a emissão de gases de efeito estufa nos últimos 20 anos e que o país enfrentou eventos climáticos severos nos últimos anos incluindo inundações, secas e tempestades.

A FAO et al. (2018) aponta que o agronegócio é responsável por pelo menos 70% do desmatamento existente na América Latina e que isso interfere nas mudanças climáticas devido a contribuição para o aquecimento global, ou seja, afeta as regiões no aspecto extremos climáticos. Mediante os fatos abordados acima torna-se clara a gravidade do problema da fome não só no Paraguai, mas em todo o mundo uma vez que

desmatamento, aquecimento global, agronegócios e mudanças climáticas são coisas que existem em diversas localidades.

Um outro ponto a ser lembrado é a questão do desperdício de comida. Observemos que de acordo com a FAO (2018) enquanto há 821 milhões de pessoas atravessam as dificuldades de não ter o necessário para se alimentar de forma que superem o estado de desnutrição 1 terço de toda produção alimentar do mundo é desperdiçada diariamente. Estima-se que que o que é descartado para o lixo anualmente chega a 1,3 bilhões de toneladas de comida. Atrelado a isso vem consequências como emissão dos gases nocivos a camada de ozônio entre outras.

No Fórum Permanente “Perdas e desperdícios de alimentos: contribuição da tecnologia pós-colheita e um olhar para o futuro”, ocorrido em 10 de Outubro de 2018 na Universidade Estadual de Campinas Alan Bojanic (representante da FAO no Brasil) ao comentar a questão do desperdício ressaltou que há um consumo de recursos e de energia na produção e que um terço de tudo isso se perde. Essa afirmação, de forma simples, gera uma noção imediata de como é sério o impacto gerado pelo desperdício de alimentos.

De acordo com Fabi & English (2018) o objetivo do Sustainable Development Goal (SDG) 12 é "Garantir a sustentabilidade padrões de consumo e produção ", dentre as metas formuladas para cumprir tal objetivo encontra-se a meta 12.3 que visa até 2030, “reduzir pela metade o desperdício global

per capita de alimentos nos níveis de varejo e de perdas ao longo da cadeia de produção e de fornecimento, incluindo perdas pós-colheita”. Nessa perspectiva a FAO desenvolveu o Global Food Loss Index (GFLI) que é um indicador criado para monitorar a perda de alimentos em um nível global.

Diante de uma realidade complexa como essa e levando em conta que Empreendedorismo Social através da inovação atua justamente no enfrentamento de problemáticas sociais gerando impactos positivos, optou-se por trabalhar a problemática da fome através deste tipo de empreendedorismo. O trabalho presente “O Empreendedorismo Social no combate a fome: um estudo de caso sobre a empresa MBOJA’O localizada em Assunção no Paraguai” teve como objetivo geral mostrar uma das soluções que podem ser adotadas para o combate a fome e que ao mesmo tempo pode ser aplicada em diversos lugares. Foram os objetivos específicos: conceituar empreendedorismo social, apresentar dados sobre o problema da fome tanto localmente quanto mundialmente, selecionar uma unidade que combate a fome em meio a várias empresas empreendedoras, fazer um estudo sobre o caminho utilizado pela empresa para combater a fome.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho é um artigo científico original. Quanto ao tipo trata-se de pesquisa qualitativa. Quanto a natureza caracteriza-se como uma pesquisa aplicada.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013) a pesquisa aplicada busca geração de conhecimento direcionado para solução de problemas específicos através da aplicação prática. Quanto aos objetivos caracteriza-se como uma pesquisa descritiva. “Nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles.” (PRODANOV e FREITAS, 2013, p.52)

Quanto os procedimentos técnicos foram utilizados: a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso.

Para Gil (2002, p. 72-73), os procedimentos da pesquisa bibliográfica se definem mediante os seguintes passos: **a)** determinar os objetivos; **b)** elaborar um plano de trabalho; **c)** identificar as fontes; localizar as fontes e obter o material; **d)** ler o material; fazer apontamentos; **e)** confeccionar fichas; e **f)** redigir o trabalho. (GIL, 2002, p72-73)

Após a elaboração da problemática e dos objetivos foi realizada uma pesquisa sobre a fome através de relatórios e publicações que fossem capazes de trazer uma noção de como está a situação atual, após essa etapa foram pesquisados conceitos de empreendedorismo social através de livros e artigos científico. Obtidos os conceitos chaves para identificar a existência de empreendedorismo social iniciou-se mais uma etapa que consistia em identificar uma empresa que se enquadrasse nessas características e ao mesmo tempo estivesse envolvida com o combate a fome

para ser a unidade estudada. De acordo com Prodanov e Freitas (2013) O estudo de caso pode ser qualitativo e/ou quantitativo no aspecto tipo. O objeto do estudo de caso é uma unidade e essa unidade é investigada de forma aprofundada através da coleta e análise de informações. A unidade pode ser um indivíduo um grupo, uma comunidade, uma família, um indivíduo etc... Neste estudo a unidade é uma empresa.

Para chegar a essa unidade foi primeiro realizada uma pesquisa de campo sobre empresas que geram impacto social no Paraguai por ser este um fator essencial ao empreendedorismo social. A alternativa escolhida para viabilizar essa investigação foi a Certificação B, uma vez que as empresas que possuem esta certificação a obtém justamente pelo comprometimento com a melhoria contínua e a geração de impacto social e ambiental positivo.

Dentro do conjunto das empresas que possuem Certificação B no Paraguai buscou-se identificar uma que lidasse diretamente com a problemática da fome. Apenas uma foi identificada e por isso escolhida como objeto deste estudo de caso: a empresa Mboja'ó, da qual foram coletadas as informações que posteriormente foram analisadas sobre como a empresa utiliza o empreendedorismo social no combate a fome. As informações foram coletadas por meio de entrevista elaborada por meio de questionário de perguntas abertas. Foi possível contar com a colaboração da Fundadora e Diretora da Mboja'ó Ximena

Mendonza para obter as informações e esta fase foi concluída em 15 de Abril de 2019.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na tarefa de buscar apresentar uma solução empreendedora que possa ser realizada em diversos lugares para combater a fome foi encontrada a empresa Mboja'ó conforme tópico anterior. Inicialmente a empresa será apresentada e em seguida uma análise da mesma perante a literatura existente sobre empreendedorismo social.

3.1.MBOJA'Ó

De acordo com as informações de Ximena Mendonza Fundadora e Diretora da Empresa a palavra Mboja'ó significa: “compartir, partir, repartir” e é proveniente do Guaraní que é um dos idiomas oficiais do Paraguai juntamente com o espanhol. Segundo ela o guaraní está arraigado na cultura paraguaya e esta escolha proporciona além da identificação com o Paraguai a transmissão da ideia de compartilhar. Nas palavras dela: “que lo compartido se multiplica”, ou seja, o que é compartilhado se multiplica.

A Mboja'ó é uma empresa social localizada em Assunção no Paraguai, que acredita no triplo impacto e busca transformar realidades. Oferece aos restaurantes, hotéis e cafés um serviço de

coleta de alimentos que são descartados diariamente para a venda, mas que estão em perfeitas condições para consumo. Coleta os alimentos e entrega em lugares onde a comida é dada para pessoas desfavorecidas. Dessa maneira a empresa contribui na luta contra a fome, contra o desperdício de alimentos e ajuda as pessoas que estão num estado de vulnerabilidade. Missão: “Contribuir en la lucha contra el hambre, volviendo a introducir en la cadena de valor a los alimentos que hoy están siendo desperdiciados.” Tradução da Missão: Contribuir na luta contra a fome, reintroduzindo na cadeia de valor os alimentos que hoje estão sendo desperdiçados. Visão: “Construir un Paraguay con cero hambre y cero desperdicio.” Tradução da Visão: Construir um Paraguai com fome zero e desperdício zero.

3.2. EMPREENDEDORISMO SOCIAL E MBOJA'O

Seres humanos e natureza estão ligados, o que afeta um afeta o outro, o que afeta uma região muitas vezes afeta outra principalmente quando se trata de postura mediante ao consumo e a produção. O desenvolvimento de visão e ação sistêmica é essencial para a sobrevivência das futuras gerações. ANASTACIO (2018) compreende o surgimento do campo do empreendedorismo social e da inovação social como ferramenta que direciona os esforços para gerar bem comum. Na medida ações solidárias são realizadas de ser

humano para ser humano e de ser humano para com a natureza no intuito de solucionar problemas a sociedade vai deixando uma postura inclinada a predominância de egocentrismo, individualismo, e ambição para uma postura ecossistêmica. Isso conduz a visualização do todo de forma sistêmica.

Para Oliveira (2004) o empreendedorismo social se constitui como um novo paradigma de intervenção social pois reflete uma nova forma de percepção, marcada pela compreensão da relação assim como também da integração entre os vários atores e seguimentos da sociedade. Conforme a compreensão das pessoas sobre as ligações entre as diversas partes (indivíduos, grupos, natureza...) aumenta, o desenvolvimento de uma visão sistêmica vai se tornando mais presente.

No aspecto visão sistêmica a empresa Mboja'o possui uma certificação concedida pela organização B Lab, isso significa que leva em conta o triplo impacto, mensura como resultado o impacto social e ambiental gerado a partir da sua rentabilidade. De acordo com Mendonza (2019) “Atualmente, existem mais de 2.778 empresas certificadas em todo o mundo, 450 na América Latina e 10 no Paraguai.” Observemos que quando o serviço de coleta de alimentos é oferecido pela empresa Mboja'o aos hotéis restaurantes, hotéis e cafés... está sendo oferecida também uma forma organizada de engajamento e integração entre os vários atores e seguimentos da sociedade para direcionar esforços para o bem comum.

Quando estes se engajam automaticamente sua decisão os torna participantes de uma atividade sistêmica. Pois estão reduzindo a emissão dos gases nocivos a camada de ozônio gerada pelo desperdício de alimentos e reduzindo a fome. A participação ajuda a desenvolver visão sistêmica, além disso a Mboja'o tem realizado um trabalho conscientização em empresas, universidades e colégios.

3.3.CARACTERIZANDO EMPREENDEDORISMO SOCIAL

O empreendedorismo social nasce da vontade de solucionar problemas que afetam alguma população e utiliza a mensuração de impacto gerado para nortear o sucesso das atividades. A mensuração de impacto proporciona o conhecimento do quanto as ações já resolveram o problema alvo. Quanto aos problemas, estes podem ser dos mais variados tipos. “Empreendedorismo social é o processo pelo qual cidadãos constroem ou transformam instituições para promover soluções para problemas sociais como pobreza, doença, analfabetismo, destruição ambiental, abuso dos direitos, humanos e corrupção, com o objetivo de tornar a vida melhor para muitos. (BORNSTEIN; DAVIS, 2010, p.12-13) Um dos pontos importantes a serem observados na escolha da ideia empreendedora e que seja algo realizável. É desanimador o desperdício de esforços, recursos e pessoal em ideias

cheias de “boa vontade”, porém com pouca aplicabilidade. É imprescindível pensar na melhor maneira de se alcançar a solução desejada para o problema alvo e isso é uma questão de estratégia.

Vejamos a seguir a seguinte definição para conhecer as características de empreendedorismo social:

“se trata, antes de tudo, de uma ação inovadora voltada para o campo social cujo processo se inicia com a observação de determinada situação-problema local, para a qual se procura, em seguida, elaborar uma alternativa de enfrentamento. Observamos também que essa idéia tem de apresentar algumas características fundamentais, tais como: 1.º) ser inovadora; 2.º) ser realizável; 3.º) ser autosustentável; 4.º) envolver várias pessoas e segmentos da sociedade, principalmente a população atendida; 5.º) provocar impacto social e permitir que seus resultados possam ser avaliados. Os passos seguintes são: colocar essa idéia em prática, institucionalizar e gerar um momento de maturação até que seja possível a sua multiplicação por outras localidades, criando, assim, um processo de rede de atendimento ou de franquias social, até se tornar política pública.” (OLIVEIRA, 2004, p.15)

Observemos a seguir a análise da empresa relacionada com a literatura acima.

Tabela 1 – Identificação do Problema e ideia de solução

| | |
|---------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PROBLEMA OBSERVADO | Fome Desperdício de Alimentos |
| IDEIA DE SOLUÇÃO | Coletar alimentos que seriam descartados diariamente e que estão em perfeitas condições para consumo e em seguida entrega-los para lugares que os distribuirão para pessoas desfavorecidas. |

Tabela 2 – Caracterização da ideia

| CARACTERÍSTICAS DA IDEIA | |
|--------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 - Ser Inovadora | O aspecto mais inovador de Mboja'ó é o modelo de negócio. Conseguiu posicionar-se como uma empresa social que trabalha com clientes do setor gastronômico, onde pagam uma taxa mensal por fazer parte da rede Mboja'ó. Além de mudar os paradigmas dos excedentes de alimentos que normalmente são descartados, conseguiu fazer com que os clientes visualizassem o valor agregado ao fazerem parte da rede #CeroDesperdicio (Zero Desperdício), pagando uma taxa por isso, o que torna esse negócio tão importante, tanto no aspecto social quanto no aspecto ambiental além de ser sustentável e rentável. A plataforma possibilita medir em tempo real quantos quilos de alimentos estão sendo recuperados para que os clientes possam ter conhecimento sobre seu impacto. |
| 2 - Ser realizável | Para que a ideia seja colocada em prática basta que haja um cliente (restaurante, hotel...) e que haja um local (ex: entidade) para receber a comida “comedor beneficiário” e para repassar para as pessoas. A empresa social faz essa ponte entre os dois lados “doador” e “recedor”. Conforme o número de clientes vai crescendo a capacidade de ajudar a mais locais beneficiários vai aumentando e o desperdício de alimentos diminuindo nos lugares onde a empresa atua. |
| 3 - Ser autossustentável | <p>Impacto Social: Reduz o desperdício de alimentos, ajuda na alimentação de pessoas em situação de vulnerabilidade, treina e conscientiza pessoas para evitar o desperdício.</p> <p>Impacto Ambiental: Ao reduzir o desperdício de alimentos a empresa está contribuindo para a redução de gases nocivos a camada de ozônio e está evitando o desperdício de água e recursos utilizados na produção dos alimentos.</p> <p>Impacto Econômico: Mboja'ó cobra uma taxa mensal aos estabelecimentos gastronômicos conectados à rede para todo o serviço de recuperação, e mais benefícios que envolvem fazer parte da rede.</p> |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>4 - Envolver várias pessoas e segmentos da sociedade, principalmente a população atendida</p> | <p>A ideia de negócio envolve o setor gastronômico, entidades, como lares adotivos, casas de repouso, refeitórios e fundações e as pessoas em condições vulneráveis. Além de envolver empresas que fazem e/ou farão parte das alianças, como atualmente a Unilever que tem uma aliança com a empresa. A empresa apoia iniciativas do Banco de Alimentos, da FAO e do WWF o que demonstra interação nacional e internacional com demais participantes na luta contra a fome.</p> |
| <p>5 - Provocar impacto social e permitir que seus resultados possam ser avaliados</p> | <p>Até agora, a empresa já conseguiu resgatar mais de 80.000 quilos de comida em perfeitas condições. Mais de 1000 pessoas em condições vulneráveis foram beneficiadas com esses alimentos, incluindo crianças, adolescentes e idosos. Os alimentos são distribuídos em 15 diferentes entidades, como lares adotivos, casas de repouso, refeitórios e fundações. Além disso, uma campanha liderada pela Unilever e Mboja'o, entregou com sucesso vários produtos para a preparação de mais de 20.000 refeições.</p> |
| <p>6 - Colocar essa ideia em prática</p> | <p>O projeto começou a ser executado em meados de 2017.</p> |
| <p>7 – Institucionalizar e gerar um momento de maturação até que seja possível a sua multiplicação por outras localidades</p> | <p>Embora já tenham sido contactados pelo interior do país a equipe, compreende que antes da expansão é necessário é sistematizar bem todos os processos bem como fortalecer a marca e a empresa. Decisão acertada levando em conta o fato de estarem no mercado há pouco tempo.</p> |

De acordo com Ximena “Neste momento estamos vivendo em uma era com um ecossistema de empreendedorismo em plena floração. Há muitas oportunidades para serem vistas e para crescer rapidamente, especialmente em um país como o Paraguai, que não é muito grande e onde tudo pode ser feito.” Ximena também ressalta que, para aqueles que querem realizar atividades sociais, é importante não se limitar ao computador ou um escritório fechado. É mais fácil encontrar as respostas quando o empreendedor vai até aqueles que estão sendo afetados por algum problema e conversas com eles. Assim passa a identificar e entender seus problemas e necessidades.

3.4. OPERAÇÕES

O contato com os clientes é feito através das redes sociais, e-mails e telefone, para posteriormente em reunião firmarem alianças. A comunicação da empresa é feita através das redes sociais. A participação em eventos também contribuiu com o aumento da visibilidade. Já participaram de La Comilona de Teletón, Feira Gastronômica, Feira TATA e após essas participações abriram portas para clientes de evento.

A distribuição do serviço é feita da seguinte forma: rotas diárias são seguidas e

um telemóvel passa em cada local (estabelecimento gastronômico) para receber a comida e depois entrega-la a nos locais onde serão distribuídos. Há rotas tanto de manhã como no período da tarde. Em relação a avaliação do estado da comida embora a empresa não conte com um nutricionista permanente, conta com vários voluntários que possuem treinamento em nutrição. O manual de boas práticas foi elaborado por um tecnólogo alimentar voluntário na empresa. Dentre os voluntários há uma nutricionista que também contribui com palestras em empresas e escolas. Os alimentos não vão para um ponto intermediário para checagem (isso foi testado anteriormente e a equipe verificou não ser produtivo), a checagem é feita diretamente nos dois locais o que doa e o que recebe. Ambos orientados através do Manual de boas práticas.

4. CONCLUSÃO

Um dos pontos mais importantes da pesquisa realizada, é o fato de que esta ideia de negócio é aplicável em diversas localidades e que a estratégia utilizada para o combate a fome foi a redução do desperdício de alimentos. Qualquer localidade que possui empresas do setor gastronômico e ao mesmo tempo entidades que prestem assistência a pessoas em condições vulneráveis tem potencial para a realização de um trabalho semelhante, isso poderia ser realizado por exemplo com a abertura de uma filial com as vantagens de contar com um modelo já organizado e testado.

A empresa Mboja'ó tem sistematizado seus processos, trabalhado no fortalecimento da marca e capacitado sua equipe constantemente. A equipe tem sido também uma multiplicadora de informações nas esferas em que atua, através das palestras, propagando informações de relatórios mundiais, informações de nutrição, de boas práticas entre outras. Dessa maneira produz uma ampliação de consciência sobre a situação da fome no mundo e a importância de agir em relação a isso dentro de sua localidade.

Outro ponto relevante na pesquisa é a importância do contato (conversa, visita...) com aqueles que são afetados por problemas sociais, para melhor identificação dos problemas e necessidades. O contato com outras pessoas que já lidam com o mesmo problema também pode facilitar bastante as ações de empreendedorismo social.

A maneira sistematizada de agir (das empresas sociais) promovem engajamento entre várias pessoas e seguimentos da sociedade na luta pelas soluções para problemas sociais facilitando a ação destes. Há situações em que pessoas e/ou grupos querem ajudar e não sabe como. Então a empresa social pode inseri-los numa rede e explica-los exatamente como ajudar. A troca de ideias, a troca de informações, o engajamento, a interação são todos efeitos motivadores nesse processo para aqueles que querem juntos impactar positivamente o mundo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANASTACIO, M.R [et.al.], **Empreendedorismo social e inovação no contexto brasileiro** /; Curitiba: PUCPRESS, 2018
- BORNSTEIN, David; DAVIS, Susan. **Social entrepreneurship: what everyone needs to know**. New York: Oxford University Press, 2010. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1157134/>>. Acessado em 16/04/2019
- FABI, Carola and ENGLISH, Alicia, **Methodological proposal for monitoring SDG target 12.3. The Global Food Loss Index design, data collection methods and challenges, SDG 12.3.1: Global Food Loss Index**, Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome, 2018
- FAO et al.. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo. Fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición**. FAO, Roma. 2018
- FAO, **Graziano da Silva fala de metodologias contra perdas e desperdícios em Fórum na UniCamp**, em 12 de Outubro de 2018 GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MENDONZA, Ximena. **¡somos una empresa b certificada!** 01 de Março de 2019. Disponível em <<http://mbojao.com.py/blog/somos-una-empresa-b-certificada>> acessado em 19/04/2019
- OLIVEIRA, Edson Marques, **Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias** Rev. FAE, Curitiba, v.7, n.2, p.9-18, jul./dez. 2004
- PRODANOV, Cleber Cristiano, FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** – 2. ed. ISBN 978-85-7717-158-3 – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em <<https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>> Acesso em 02/03/2019
- Secretaría Técnica de Planificación del Desarrollo Económico y Social **Desnutrición afecta a 800.000 paraguayos según la FAO** 13 de Set de 2018 Disponível em <<http://www.stp.gov.py/v1/desnutricion-afecta-a-800-000-paraguayos-segun-la-fao/>> Acesso em 18/03/2019.

6. NOTA BIOGRÁFICA

Angélica Louise Nascimento Costa

Graduou-se em Administração pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 2015. Em 2019 concluiu o MBA em Administração Financeira Orçamentária pela Faculdade Cidade Verde FCV em nível de especialização. É servidora pública no município de São Sebastião-AL onde atuou como Assistente Administrativo, Coordenadora de Comunicação Social e Coordenadora de Programas e Projetos. Também trabalhou na função de Gerente de Marketing na Consulti Jr (Empresa Júnior do curso de Administração da Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca).



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE NO ENSINO DE ESTATÍSTICA

MAGDA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA (magda.oliveira@gmail.com) – Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidad Columbia del Paraguay/PY e Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Columbia del Paraguay – PY.

RESUMO: Este artigo parte da origem de interdisciplinaridade, sua divisão no contexto educacional e o surgimento da transdisciplinaridade de acordo com suas características. Em seguida, traz a distinção entre interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, como também, suas correlações com a área da educação. Com isso, a transdisciplinaridade pretende ultrapassar os limites da disciplinaridade para proporcionar a aprendizagem prática através do protagonismo do aluno. Além disso, mostra-se disponível para dialogar com todas as demais teorias do conhecimento, considerando o método transdisciplinar como norteador dessa abordagem. Nessa perspectiva, foi desenvolvido com os alunos do 3º ano turma C, Ensino Médio, do Colégio Estadual Thiago Vidal Fernandes a transdisciplinaridade em projeto interdisciplinar, observando a complexidade dos pressupostos epistemológicos proposta pela matriz curricular no ensino de estatísticas e problemas sociais. Em suma, sendo educação um processo contínuo e inacabado da vida humana e com metodologia apropriada na discussão epistemológica, o ensino transdisciplinar caminha para estimular ações integradoras que completam a complexidade atual.

PALAVRAS-CHAVE: Interdisciplinaridade, Transdisciplinaridade, Epistemologia.

RESUMEN: Este artículo parte de la origen de la interdisciplinariedad y su división en el contexto educacional y el surgimiento de la transdisciplinariedad de acuerdo con sus características; en seguida trae la distinción entre interdisciplinariedad y transdisciplinariedad y sus correlaciones con la área de la educación. La transdisciplinariedad pretende ultrapasar los límites de la disciplinariedad para proporcionar el aprendizaje práctica a través del protagonismo del alumno. Se muestra disponible para dialogar con todas las demás teorías del conocimiento, considerando el método transdisciplinar como norteador de esta abordaje. En esta perspectiva fué desarrollado con los alumnos del tercer año de la pandilla C, de la enseñanza media del colegio Estatal Thiago Vidal Fernandes la transdisciplinariedad en proyecto interdisciplinar obervando la complejidad de los presupuestos epistemológicos propuesta por la matriz curricular en el ensino de estadística y problemas sociales. Siendo la educación uno proceso contínuo e inacabado de la vida humana y con metodología apropiada en la discusión epistemológica el ensino transdisciplinar camina para estimular acciones integradoras que completan la complejidad actual.

PALABRAS CLAVES: Interdisciplinariedad, Transdisciplinariedad, Epistemología.

1. INTRODUÇÃO

A prática da interdisciplinaridade (Capra, 1984) teve origem na Grécia antiga onde se reinava uma visão monista¹ e orgânica tendo certa unidade do saber. Nesse período, a filosofia de Heráclito pregou a crença em um mundo de mudança perpétua, na qual eterna conversão e a dura oposição de Parmênides contra Heráclito marcou ruptura desta unidade.

Com o surgimento do cartesianismo na idade média e que se perdura até os dias de hoje, a investigação é apoiada na verdade através da ciência, que se inicia a divisão disciplinar, ou seja, decomposição do todo em partes.

A divisão cartesiana com a visão de mundo mecânico Newtoniana dominou a ciência e resultou em uma fragmentação interna do homem refletindo sua consciência do mundo como uma infinidade de objetos e eventos separados. Este, por sua vez, implicou na construção da imagem do mundo como se compusesse de partes separadas para ser explorada por diferentes grupos especializados de interesses.

Para comprovar tal aspecto, cita-se Wallerstein (1996, p. 4), que afirma que interdisciplinaridade resulta do "desenvolvimento de um conhecimento secular sistemático sobre a realidade que tem algum tipo de validação empírica" isto, leva a observar que é um processo de construção, e que aos poucos vêm rompendo

as muralhas da resistência e falta de informação para atuar frente à problemática social.

Em vista disso, a divisão disciplinar própria da consolidação da ciência moderna teve como precedente o domínio de uma concepção interdisciplinar, holística, mesmo os da carreira hoje. Dessa maneira, primeiro foi a interdisciplinaridade, seguida da disciplinaridade e agora a interdisciplinaridade novamente. Isto indica que a interdisciplinaridade não é apenas uma questão nova e momentânea, porém tem sido decisiva na construção do conhecimento.

Ademais, o que difere a interdisciplinaridade sucedeu de fato e de direito, ou seja, foi estabelecido um texto em comemoração ao primeiro Congresso Mundial da transdisciplinaridade realizada no Convento Arrábida (Portugal), em 1994, titulada carta da transdisciplinaridade, assinado por grandes intelectuais, entre eles Edgar Morin, figura emblemática que aposta na interdisciplinaridade a partir de sua proposta de pensamento complexo.

Atualmente, interdisciplinaridade não só é possível, mas necessária. Portanto, hoje é inconcebível e inadmissível o pesquisador em ciências sociais trabalhar ignorando os resultados de outras disciplinas.

Além de que, a história intelectual do século XIX, principalmente, foi marcada pela disciplinização e profissionalização do conhecimento, isto é, a criação de estruturas

¹¹ <http://www.gilsonfreire.med.br/index.php/ubaldianos/breve-história-do-monismo>

institucionais permanentes designadas para produzir novos conhecimentos com o propósito de reproduzir os produtores desses. Dessa forma, a criação de várias disciplinas partia da crença em que a investigação sistemática requeria na concentração hábil e nas múltiplas áreas separadas da realidade, que tinham sido racionalmente divididas em distintos grupos de conhecimento.

Do mesmo modo, a abertura para interdisciplinaridade na ciência teve como pano de fundo não só as transformações sócio-políticas, mas também, como já foi visto, as ordens epistemológicas; porque os avanços na física como disciplina paradigmática têm motivado transformações nas demais disciplinas, na concepção da investigação, no processo de construção de objetos de conhecimento, na noção de objetividade científica, na relação epistemológica (Sujeito-objeto) e visão de mundo.

Em outras palavras, o atual desenvolvimento da ciência é uma disposição necessária transdisciplinar, na qual inclui uma atitude aberta aos mitos e a religiões, pois não há um lugar privilegiado onde, se possam julgar outras culturas e saberes, como também deve haver um respeito absoluto das alteridades unidas pela mesma vida em comum sobre uma só terra.

Indubitavelmente, a Interdisciplinaridade, aliada ao trabalho em torno de problemas de investigação se apresenta com diferentes perspectivas

disciplinares para a compreensão dos objetos. Enquanto, a transdisciplinaridade acrescentaria, além da interdisciplinaridade, a qual implica no envolvimento da presença com consideração de diferentes perspectivas disciplinares, cuja concorrência tem efeito sobre disciplinas convocadas modificando sensivelmente seu modo de compreensão e aproximação dos objetos.

Segundo Frigotto (1995, p. 26), a interdisciplinaridade ressalta a atuação do "homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social" o que possibilita a articulação entre as disciplinas com o objetivo de trabalhar um contexto tendo em vista uma maior compreensão de um tema ou assunto através da socialização de método desvendando e encontrando soluções, o que emerge a necessidade de novos paradigmas para exercitar a transdisciplinaridade que tem uma visão holística.

Em resumo, a transdisciplinaridade vai além, perpassa todas as disciplinas buscando as conexões entre elas, e foi usada pela primeira vez por Piaget em 1970. Ela reconhece as diferentes realidades, mas também promove interação das mesmas, restituindo o sujeito a sua integridade.

Epistemologicamente a transdisciplinaridade se faz necessária para compreensão do mundo atual fazendo um diálogo constante com todo tipo de pesquisa promovendo reflexão e conhecimento sobre os fenômenos da vida.

Assim, o pensamento transdisciplinar facilita as interações de caráter heterogêneo no campo da subjetividade da produção do conhecimento.

Em suma, este artigo tem como objetivo apresentar a aplicação dos conteúdos interdisciplinar envolvendo a disciplina de matemática, língua portuguesa e sociologia promovendo a transdisciplinaridade para conscientizar os alunos de seus direitos e deveres de cidadão na participação com democracia e principalmente a contextualização com aplicabilidades desses conteúdos.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Após trabalhar os conhecimentos estatísticos como cálculo de porcentagem, frequência absoluta, frequência relativa, média aritmética e ponderada, desvio padrão, gráficos e tabelas, foram discutidos com os alunos a aplicabilidade dos valores estatísticos no dia a dia, surgindo a ideia de desenvolver um projeto transdisciplinar, de caráter educativo, sem a pretensão de validar ou promover pesquisa eleitoral, mas de promover a participação e envolvimento dos alunos de forma democrática.

Pela característica do projeto, optou em adotar como amostra apenas um por cento do eleitorado para atender o objetivo proposto e utilizar dos conhecimentos das disciplinas de matemática, língua portuguesa e sociologia fazendo-se uso de uma abordagem quantitativa e utilizando como instrumento de pesquisa o questionário estruturado com perguntas fechadas.

Quanto à escolha da turma para o desenvolvimento do projeto, foi objetivada pela interação, disponibilidade e participação nas atividades em sala e extra sala.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Em decorrência do período eleitoral, os alunos demonstraram interesse e curiosidade a respeito do processo de pesquisas eleitorais, no qual foi discutido os procedimentos e debatidos ainda sobre questões éticas, corrupção do candidato bem como corrupções dos eleitores, e em meio a esse debate os alunos manifestaram o interesse em tornar o conhecimento prático e real.

Para tanto, seria necessário um projeto estruturado e direcionado onde envolvesse mais professores e que as etapas pudessem ser mensuradas e avaliadas durante o processo.

Após elaboração, o projeto foi apresentado e direcionado aos professores de sociologia e língua portuguesa, pois esses estavam na escola quando a ideia surgiu. Assim, após conversar com os mesmos sobre a proposta de um projeto interdisciplinar e transdisciplinar, eles manifestaram o interesse em participar; uma vez que os conteúdos que estavam trabalhando em sala também corresponderiam a ações do projeto que em seguida foi apresentado e discutido com alunos do 3º ano, turma C, do ensino médio do turno vespertino para análise e ajustes.

Para validar o trabalho pedagógico, o projeto foi apresentado e discutido com o grupo gestor (diretora, coordenadora geral e coordenador pedagógico) que apoiaram a ideia e principalmente se dispuseram para atuar no desenvolvimento e execução.

Com o objetivo de desenvolver e aplicar os conteúdos de forma interdisciplinar nos conteúdos Estatísticos; Carta aberta e Desenvolvimento Social de forma transdisciplinar, e conscientizar os alunos de seus direitos e deveres de cidadão em busca da democracia, o projeto foi dividido em 05 momentos.

No primeiro momento, após a formalização, o projeto foi apresentado ao grupo gestor, alunos do 3º ano, turma C, do turno vespertino, e professores de língua portuguesa e sociologia que o desenvolveram, conforme cronograma estabelecido.

No segundo momento, a atividade prevista foi desenvolvida pela professora da disciplina de sociologia que trabalhou com alunos questões Sociais, demanda política e perfil dos candidatos. Em seguida, a turma foi dividida em três grupos proporcionais ao número de candidatos a prefeito. Nessa etapa os grupos elaboraram o portfólio da coligação identificando cada candidato pelo nome e registro de candidatura, sexo, idade, escolaridade, programa de trabalho e números de eleitores do Município.

Essa etapa deu suporte para que os alunos conhecessem o perfil de todos os candidatos, o que facilitou a elaboração do

questionário com oito perguntas fechadas. Nesta fase, o trabalho foi desenvolvido com o professor da disciplina de matemática, autora do projeto e também deste artigo, que direcionou os alunos na elaboração do questionário e em seguida distribuiu 10 formulários para cada um dos 21 alunos do 3º ano do Ensino Médio, turma C, do turno vespertino, que tiveram um tempo de 15 dias para aplicá-lo na comunidade.

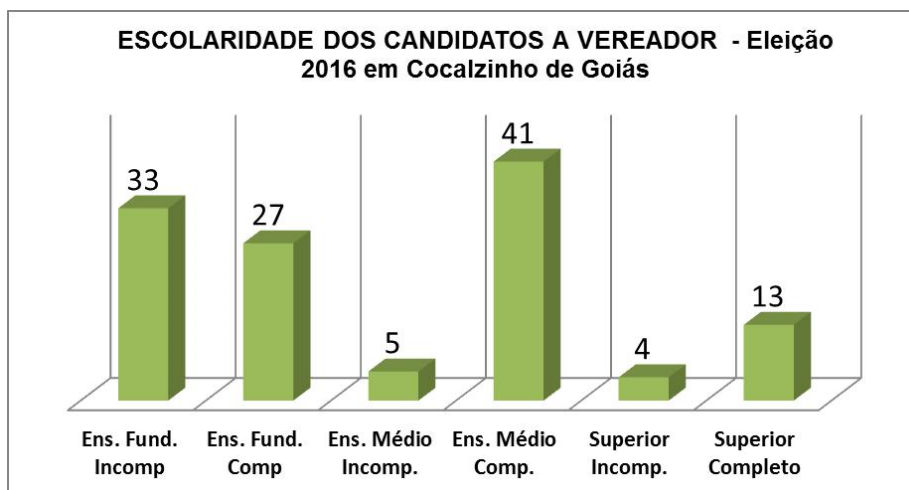
A pesquisa foi de abordagem quantitativa, com aplicação de questionários estruturados, tendo como universo os possíveis eleitores do Município de Cocalzinho de Goiás, com idade a partir dos 16 anos, que foram aplicados de forma aleatória neste Município, Distrito de Edilândia e Assentamento.

Após a aplicação do instrumento de pesquisa, ainda nas aulas de matemática, os alunos condensaram as informações para iniciar o processo de tabulação dos dados fazendo uso de tabelas e gráficos que melhor informassem os resultados obtidos, conforme orientação do professor de matemática, e, que ao final, foi apresentado as conclusões para a turma.

Dentre as informações obtidas no portfólio e questionário aplicado, os alunos consideram como relevantes analisar o índice de escolaridades dos candidatos a vereadores (gráfico 1), percentual de candidatos que tinham proposta de trabalho consolidada (gráfico 2), e problemas que preocupam a população do Município de Cocalzinho de Goiás (gráfico 3).

Gráfico 1

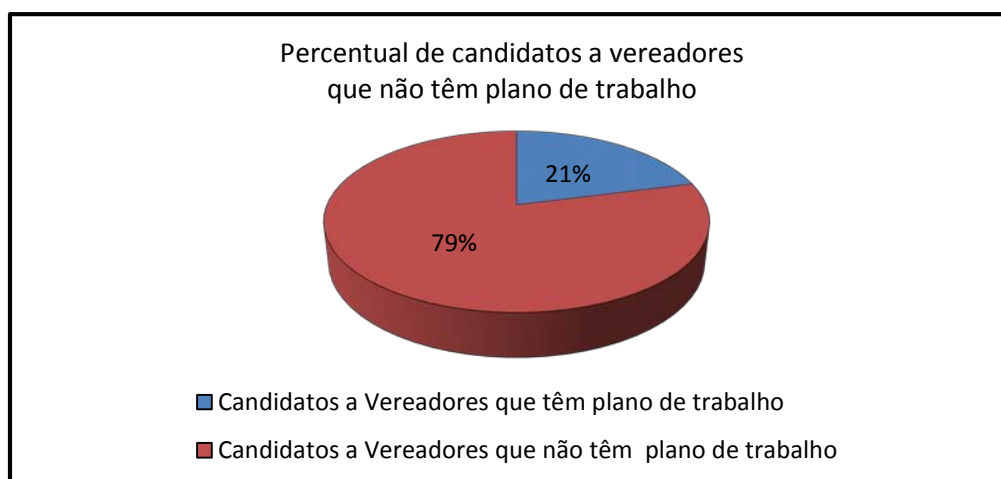
Escolaridade dos candidatos a vereador do Município de Cocalzinho de Goiás.



Fonte: pesquisa realizada pelos alunos do 3º ano do ensino médio do Colégio Estadual Thiago Vidal Fernandes – Cocalzinho de Goiás. Agosto/2016.

Gráfico 2

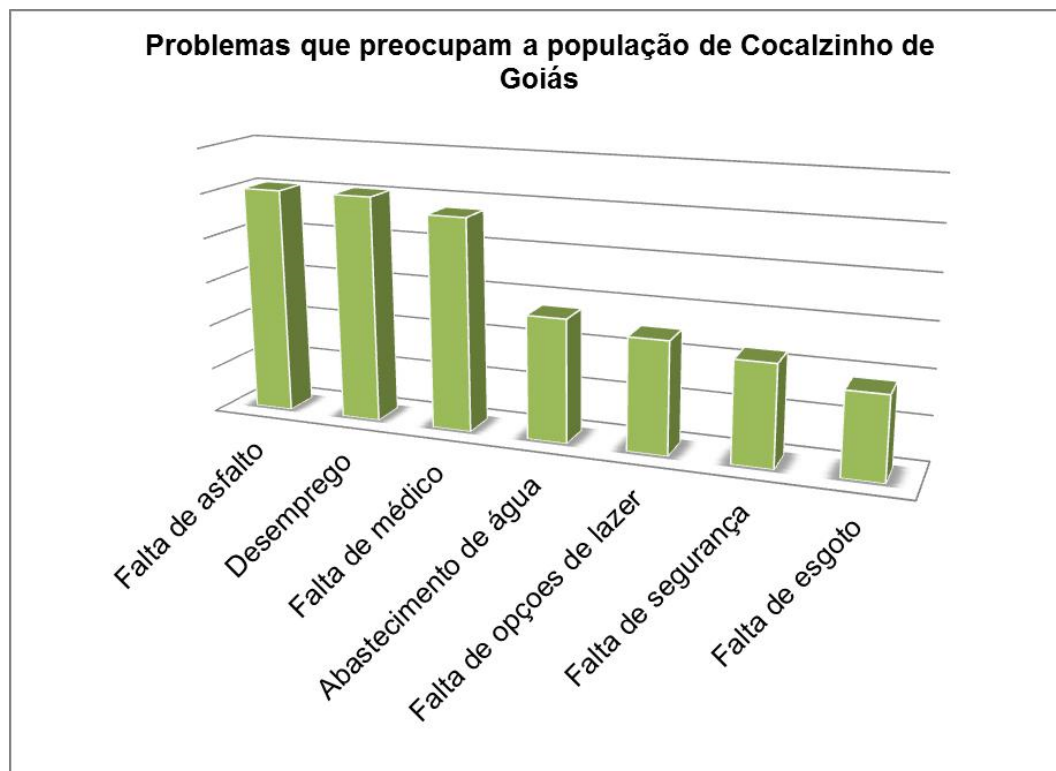
Percentual de candidatos que apresentaram planos de trabalho.



Fonte: pesquisa realizada pelos alunos do 3º ano do ensino médio do Colégio Estadual Thiago Vidal Fernandes – Cocalzinho de Goiás. Agosto/2016.

Gráfico 3

Problemas que preocupam os moradores do Município de Cocalzinho de Goiás.



Fonte: pesquisa realizada pelos alunos do 3º ano do ensino médio, do Colégio Estadual Thiago Vidal Fernandes – Cocalzinho de Goiás. Agosto/2016.

A análise dessas conclusões foi fundamental para que os alunos elaborassem o quarto momento da execução do projeto. Foi uma etapa que gerou discussões e interpretação dos resultados, até mesmo porque a amostra foi composta por um número muito insignificante do eleitorado.

A discussão dos resultados obtidos foi essencial para que os alunos analisassem também o comportamento dos eleitores, onde muitos repudiam a corrupção, mas que

ao escolherem seus representantes, alguns disseram esperar algo em troca de voto, ou que escolhem os candidatos considerando o grau de conhecimento ou parentesco, entre outros questionamentos. Enfim, os alunos concluíram que a eficácia de uma pesquisa envolvem fatores éticos e morais por parte do entrevistado.

O quinto momento do projeto foi a realização da mesa redonda com os candidatos a prefeito mediado pelos alunos P e F, que estabeleceram critérios para

apresentação das propostas feito por eles. Para responder estas perguntas, nessa oportunidade, foi apresentado pelos alunos os resultados mais relevantes abordados na pesquisa.

Esta foi uma das etapas mais polêmicas, pois um dos candidatos procurou o Juiz Eleitoral para impedir o processo. Ao analisar o projeto e regras de apresentação, o Juiz não observou nada que impedisse a realização da mesa redonda e sugeriu a formalização de termo de aceite para que todos os candidatos participantes validassem as regras apresentadas. O curioso foi a participação desse mesmo candidato na mesa redonda.

Nessa etapa os candidatos apresentaram suas propostas de trabalho e responderam as perguntas direcionadas pela aluna A:

“Pesquisa realizada verificou que um dos problemas que mais preocupa a população de Cocalzinho é a falta de emprego. Sabemos que a oportunidade de emprego está relacionada com a política administrativa de nossos gestores. Nós jovens pretendemos continuar com nossos estudos e para isso precisamos ter uma fonte de renda e perspectiva de trabalho para permanecermos em nossa cidade. Qual a proposta dos senhores para ofertar à comunidade oportunidades de emprego? Dos 211 entrevistados, 48% escolhem seus candidatos pela proposta de trabalho; dos 133 candidatos a vereador, 79% não têm proposta de trabalho, e 43% têm nível médio completo ou mais. O que esperar de nossos futuros Legisladores, se a maioria não tem

proposta de trabalho e ainda tem baixo nível de escolaridade, e, que foram convidados pelos senhores para fazerem parte de sua equipe?” (Aluna A)

Nessa etapa, os candidatos responderam, ainda, perguntas direcionadas pelos representantes dos grupos que elaboraram o portfólio.

“Qual a proposta dos senhores para preservação das nascentes?” (Aluno B)

“O que os senhores propõem a desenvolver para proporcionar aos jovens e moradores oportunidades de emprego?” (Aluno C) “O que será feito para criar e valorizar a cultura local?” (Aluno D)

No momento final e culminância do projeto, tendo como base os resultados da pesquisa da mesa redonda e do portfólio, os alunos produziram carta aberta com o objetivo de reivindicar e apresentar ações consistentes para a melhoria da infraestrutura da cidade, e, em seguida, elas foram encaminhadas aos candidatos a prefeito do Município de Cocalzinho de Goiás.

“... Portanto, a nosso ver, é urgente que o futuro prefeito se dedique ao máximo, procurando solucionar as várias problemáticas. Sabemos que várias obras dependem de recursos do governo estadual e federal, mas cabe ao prefeito buscar as verbas para a execução da mesma. [...] Assim, nós, jovens, esperamos que após a eleição de 02 de outubro, quando for chamado para assumir o cargo de prefeito do município de Cocalzinho de Goiás, possa pensar com carinho e

realmente venha a atender, não apenas as nossas reivindicações, mas de toda a população” (carta aberta de estudantes do 3º ano C do Ensino Médio aos candidatos a prefeito)

Com a realização desse projeto, observa-se que a finalidade da transdisciplinaridade está na compreensão do mundo atual, uma vez que sua epistemologia diz respeito ao que está simultaneamente emergente nas disciplinas, e, que através da pesquisa educacional, pode ser mudado de acordo com uma visão e nova postura perante o saber e a natureza.

Morin (1997), em sua obra *O Método*, busca caracterizar o conceito de transdisciplinaridade. Em seguida, ao discorrer sobre a teoria da complexidade, aponta a necessidade de aplicação prática deste conceito, que se justifica na epistemologia apresentada.

Inegavelmente, a educação contemporânea requer a transdisciplinaridade, a qual iniciou seu desenvolvimento no século XX, segundo (Nicolescu, 1999), almejando conectar o campo universitário ao restante da sociedade, contradizendo a tendência cartesiana, abordada no livro da UNESCO (1999). Por isso, é necessário uma formação do homem em sua inteireza com uma bagagem mais ampla e mais preparada para enfrentar a competitividade.

Acresce que as pesquisas disciplinares e transdisciplinares não são opostas, elas se completam, de acordo com (Morin,1997),

onde a primeira é mais restrita a um nível da realidade, ao passo que a segunda alimenta-se da primeira trazendo uma nova abordagem, levando a categorizá-la no nível da realidade, da lógica do terceiro incluído, e da complexidade como pilares da pesquisa transdisciplinar.

Neste viés, a aplicação dos pilares nas pesquisas transdisciplinares gera diferentes graus de transdisciplinaridade que se aproximará em graus distintos da multidisciplinaridade (no caso da ética), da interdisciplinaridade (e da epistemologia) e da disciplinaridade.

Consequentemente, a educação é um processo contínuo e inacabado da vida humana e com metodologia apropriada na discussão epistemológica, o ensino transdisciplinar caminha para estimular ações integradoras que completam a complexidade atual.

4. CONCLUSÃO

Vivemos em um período de transição, na tentativa de “juntar os pedaços” que as concepções positivistas do século XX deixaram, fazendo-nos acreditar na dualidade corpo-mente, pensamento-sentimento, ciência-espiritualidade. O desenvolvimento de determinado setor não pode implicar perdas irreversíveis para outros setores de igual importância para o bem-estar da humanidade. É questão de sobrevivência buscar novos caminhos que confluem para uma profunda transformação nas relações do homem com o homem, do

homem com a natureza e do homem com as suas criações, sem que uma se sobreponha à outra.

Nessa concepção de mundo transdisciplinar, o desafio parece ser grande, mas necessário, para poder transitar pela diversidade dos conhecimentos com espírito livre e sem fronteiras epistemológicas rígidas. Isso requer postura adequada ao conceito, mesmo que necessite mudar a forma de fazer as coisas e fazê-las de um jeito diferente em tempos modernos.

A transdisciplinaridade apresentada por Morin, interliga conhecimentos que jamais se concluem. Uma epistemologia adequada a contribuir com a dialógica nas teorias educacionais e organizações do trabalho. Sempre que se desejar constituir

instrumentos reflexivos de continuidade para a dinâmica natural do comportamento humano e organizacional, considerando que a educação, também, pode ser observada como organização do trabalho educacional, e, por isso se configura como objeto de investigações futuras e emergentes.

Mediante ao exposto, foi um momento oportuno de aplicar os conteúdos interdisciplinares, envolvendo as disciplinas de matemática, língua portuguesa e sociologia, para promoção da transdisciplinaridade de forma a conscientizar os alunos de seus direitos e deveres de cidadãos na participação com democracia, e, principalmente, a contextualização com aplicabilidades desses conteúdos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo, Cultrix. 1984.
- FREIRE, Gilson. **Breve História do Monismo**
<http://www.gilsonfreire.med.br/index.php/ubaldianos/breve-historia-do-monismo>. Acessado em 27 de outubro de 2016.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais**. In: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucidio (Orgs.). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 1995.
<http://www.scielo.br/scielo.php?> Acesso, 22/05/2019.
- MORIN, Edgar. **O método: A natureza da natureza**. 2ª ed. Editora: Publicações Europa-América. Portugal. 1997.
- NICOLESCU, Basarab. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. Triom : São Paulo, 1999.

- Wallerstein, I. et al. **Para Abrir as Ciências Sociais**, Cortez, São Paulo, 1996
- PONCHIROLLI, Osmar. SILVA, Juarez Francisco da. – **A epistemologia transdisciplinar nos pressupostos da teoria da complexidade e no contexto da organização do trabalho**. 2011.
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoremas_da_incompletude. Acessado em 27 de outubro de 2016.
- <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127511por.pdf>. Acessado em 27 de outubro de 2016.
- <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0288.html>. Acessado em 27 de outubro de 2016.
- <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/07.pdf>. Acessado em 27 de outubro de 2016.

6. NOTA BIOGRÁFICA

Magda da Conceição Oliveira

Graduada em Ciências Habilitação em Matemática pela Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão, Anápolis/Go. Especialista em Administração Educacional pela Faculdade Salgado de Oliveira/RJ. Especialista em Educação Matemática pela Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão Anápolis/Go. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes/Goiânia e Especialista em Gestão Pública pela Faculdade UNISABER- Brasília/DF. Brasília/DF. Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Columbia Del Paraguay/PY; dissertação com o título: Desafios do Ensino da Matemática no Ensino Fundamental. Doutoranda e Ciências da Educação pela Universidad Columbia Del Paraguay/PY e Professora de matemática na rede pública estadual e municipal de Cocalzinho de Goiás/Go.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA HOSPITALIZADA: UM DESAFIO PARA ENFERMAGEM

SÔNIA ISABEL CRISPIM CANDIDO DOS SANTOS (sonia_c.candido@hotmail.com) – Mestranda em Gestão da Saúde Pública pela Universidade Columbia- Paraguai, Especialista em Saúde Pública e Enfermagem Obstétrica Enfermeira graduada pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC).

VALESKA REGINA SOARES MARQUES (valeska_br@hotmail.com) – Doutora em Saúde Pública pela Universidad Americana, Pós-graduada em Docência do Ensino Superior; Pós-graduada em Gestão e Marketing, Graduada em Medicina Veterinária pela UFRRJ.

ANDREA SILVA CALDAS MOREIRA (andreascm@hotmail.com) – Mestranda em Gestão da Saúde Pública pela Universidade Columbia- Paraguai, Especialista em Saúde Pública e Enfermagem Obstétrica Enfermeira graduada pelo Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

RESUMO - Introdução: Muitos desafios ainda precisam ser enfrentados quando se fala da implantação da linha de cuidado de saúde da criança, assumindo o compromisso de reduzir a mortalidade infantil e a promoção da qualidade de vida e da equidade **Objetivo:** O presente estudo objetivou descrever evidências da literatura sobre como a enfermagem precisa conhecer as peculiaridades da criança hospitalizada que vão muito além da doença, incluindo-a no processo, valorizando seus desejos, contribuindo assim para a motivação das equipes em desenvolver a implementação da humanização do cuidado à criança hospitalizada. **Método:** Trata-se de uma revisão integrativa, realizada a partir do levantamento bibliográfico de artigos publicados entre 2007 e 2015, nas bases de dados LILACS e BDENF. Foram utilizadas três palavras chaves: Enfermagem Pediátrica; Atenção à criança hospitalizada; cuidados de enfermagem. **Resultados:** Foram analisados 11 artigos, a maioria descritivos com abordagem qualitativa. Verifica-se a relevância da inclusão da família, da comunicação e do gerenciamento do cuidado de enfermagem, o qual é iniciado na admissão da criança, representando um possível momento de interação que possibilita a identificação das necessidades de cuidado que irão nortear o planejamento da assistência. **Conclusão:** O estudo revelou que continua sendo um desafio, superar o modelo atual de assistência de enfermagem. Faz-se necessário apreender as demandas do binômio criança-família, cujo enfoque seja o cuidado integral.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem Pediátrica, Saúde da Criança Hospitalizada, Cuidado de Enfermagem.

RESUMEN - Introducción: Muchos desafíos aún de ben ser enfrentados cuando se habla de la implantación de la línea de cuidado de La salud Del niño, asumiendo El compromiso de reducir La mortalidad infantil y La promoción de La calidad de vida y de La equidad. **Objetivo:** El presente estudio objetivo describir evidencias de la literatura sobre cómo La enfermería necesita conocer las peculiaridades Del niño hospitalizado que van mucho más allá de La enfermedad, incluyendo en el proceso, valorizando sus deseos, contribuyendo así a La motivación de los equipos end es arrollar La implementación de La humanización del cuidado al niño hospitalizado. **Método:** Se trata de una revisión integrativa, realizada a partir Del levantamiento bibliográfico de artículos publicados entre 2007 y 2015, en las bases de datos LILACS y BDENF. Se utilizaron três palabras claves: Enfermería Pediátrica; Atención al niño hospitalizado; cuidados de enfermería. **Resultados:** Se analizaron 11 artículos, La mayoría descriptivos com abordaje cualitativo. Se puede notar La relevancia de La inclusión de La familia, de La comunicación y de La gestión del cuidado de enfermería, El cual se inicia em La admisión Del niño y constituye un momento de interacción que posibilita la identificación de las necesidades de cuidado que orientar La planificación de La asistencia. **Conclusión:** El estudio reveló que sigue siendo un desafío, superar el modelo actual de asistencia de enfermería. Se hace necesario aprehender las demandas Del binômio niño-familia, cuyo enfoque sea alcanzar el cuidado integral.

PALABRAS CLAVES: Enfermería Pediátrica, Salud Del Niño Hospitalizada, Cuidado de Enfermería.

1. INTRODUÇÃO

Apesar de avanços no Sistema Único de Saúde – SUS, muitos desafios ainda precisam ser enfrentados quando se fala em busca da integralidade da atenção, para a implantação da linha de cuidado de saúde da criança, assumindo o compromisso de reduzir a mortalidade infantil, e a promoção da qualidade de vida e da equidade. (SESP, 2015)

Nesse contexto, o Ministério da Saúde - MS (2015), instituiu a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) com a Portaria nº 1.130, a qual sintetiza de maneira clara e objetiva, os eixos de ações que compõem a atenção integral à saúde da criança, apontando estratégias para articular os serviços de saúde, a fim de facilitar sua implementação pelos gestores e pelos profissionais de saúde.

A hospitalização é uma situação crítica e delicada na vida de qualquer ser humano, e tem contornos especiais quando se trata de um acontecimento na vida de uma criança, podendo ser traumática para a criança, a família e até mesmo para o profissional de saúde quando este não está capacitado para o atendimento. (FAQUINELLO; HIGARASHI; MARCON. 2007)

A hospitalização infantil é um acontecimento estressante e traumatizante, as crianças ficam imersas em um ambiente novo, coberto de restrições e rotinas, com pessoas desconhecidas e, sendo submetidas

a procedimentos que geram medo e dor. (SOUSA, et al. 2011)

A criança e o adolescente veem a hospitalização como um sentimento de ameaça, agressão, medo do desconhecido, pois é nesse momento que ocorre a separação de todos os objetos significativos de sua segurança. (AQUINO, 2008)

Segundo Gomes (2012 *apud* Almeida, 2008) os profissionais de enfermagem necessitam não só ter conhecimento e cuidar dos aspectos patológicos da criança, mas também perceber seus aspectos emocionais e sociais e se utilizar de técnicas adequadas de comunicação e de relacionamento.

A intercomunicação entre o enfermeiro e a criança pode ser aliada do cuidado. Entretanto segundo Bedin, Ribeiro e Barreto (2005), os avanços tecnológicos, científicos e a modernização de procedimentos vinculados à necessidade de se estabelecer o controle, acabam modificando a forma de se prestar assistência à criança hospitalizada. O prognóstico tendo como foco a doença tem se tornado progressivo, mas em contrapartida esses novos equipamentos e dispositivos acabam distanciando o cuidado e o inter-relacionamento dos profissionais com seus pacientes.

Diante disso, vem surgindo à necessidade de resgatar os valores humanísticos da assistência de enfermagem, através do desenvolvimento de uma nova concepção de assistência integral ao indivíduo, na qual suas responsabilidades e

especialidades dão ênfase ao aperfeiçoamento das técnicas e rotinas diárias, não banalizando o indivíduo e seus sentimentos, agregando o bem-estar da criança e sua reabilitação em prol de um período de internação mais curto e menos traumático (SANTOS, 2016).

No entanto, essa forma do cuidar é um desafio para a Enfermagem, pois é preciso conhecer e compreender as necessidades da criança e de sua família e adaptá-las aos cuidados. (DANTAS, SILVA, NÓBREGA, 2018).

Na busca em afirmar a relevância desse estudo primeiramente realizou-se uma revisão integrativa da literatura, esta possui a finalidade de reunir e sintetizar o conhecimento existente sobre a temática proposta construindo uma conclusão (POLIT; BECK; HUNGLER, 2011). Esse apanhado possibilita a síntese do estado epistemológico de um determinado assunto, além de apontar lacunas desse conhecimento (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

O presente estudo objetivou descrever evidências da literatura internacional de como a enfermagem precisa conhecer as peculiaridades da criança hospitalizada que vão muito além da doença, incluindo-a no processo, valorizando seus desejos, contribuindo assim para a motivação das equipes em desenvolver a implementação da humanização do cuidado à criança hospitalizada.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa cuja metodologia proporciona a síntese do conhecimento sobre um determinado assunto. Foi realizada a partir do levantamento bibliográfico de artigos publicados entre 2007 e 2017 indexados na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS).

Para a elaboração desta pesquisa foram determinadas as seguintes etapas metodológicas: estabelecimento da questão norteadora; seleção e obtenção dos artigos (critérios de inclusão e exclusão); avaliação dos estudos pré-selecionados; discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa. (SOUZA, 2010)

Para conduzir a revisão de literatura, o presente estudo apresentou a seguinte pergunta norteadora: “Quais as evidências científicas sobre a visão da enfermagem acerca das peculiaridades da criança hospitalizada?”

A coleta e análise dos dados se deu entre Fevereiro e Março de 2018, onde foi realizada a seleção dos artigos, por meio de busca das publicações da literatura científica, no período de Janeiro de 2007 a Dezembro de 2017, publicados na língua portuguesa, na base de dados BVS, onde é possível realizar uma busca simultânea das publicações nas principais bases de dados científicos no campo nacional e internacional: Lilacs (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Medline (Literatura Internacional em Ciências da Saúde) e BDEF (Base de Dados em Enfermagem).

Para seleção dos artigos, foram utilizados como critérios de inclusão: ser artigo original; estar no idioma português, ter como tema central percepção da enfermagem com a criança hospitalizada e ter sido publicado entre 2007 e 2017. Consideraram-se critérios de exclusão os artigos que não respondiam à questão norteadora, artigos que não possuíam resumo e estudos repetidos na base de dados.

Para a busca dos artigos foram utilizadas três palavras chaves indexadas nos Descritores em Ciências da Saúde (DECS). Os descritores da língua portuguesa utilizados foram: “enfermagem pediátrica”; “saúde da criança hospitalizada” e “cuidado de enfermagem”.

Em cada base foram feitos os cruzamentos de descritores, aos pares e com todos juntos utilizando –se os ícones AND/OR.

Foi realizada uma leitura analítica de cada estudo, onde foram categorizados em tópicos mais incidentes e posteriormente analisados e discutidos a partir de seus respectivos temas.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Realizados os cruzamentos entre os descritores, foram encontrados 375 artigos para análise, os quais passaram por uma pré-seleção de filtragem, sendo selecionados 41 publicações. Das 41, foram selecionados de modo a identificar a adequação dos mesmos aos critérios de inclusão destinados a esta revisão. Procedeu-se uma leitura dos

resumos, sendo selecionados, os que tiveram relação com o objetivo de estudo. Após essa etapa foram excluídos 27, destes, 04 encontravam-se em duplicidade nas bases de dados, os 14 artigos que restaram foram lidos na íntegra. Finalmente, após a avaliação do texto completo, foram selecionados os artigos que eram capazes de responder a pergunta norteadora da revisão, totalizando uma amostra final de 11 artigos.

Para a extração dos dados dos estudos selecionados foi utilizado o instrumento proposto e validado por Ursi no ano de 2005, que permitiu a sistematização da coleta de dados e a organização dos resultados, sendo composto por: título, autor, ano, objetivos, metodologia e principais resultados (URSI; GAVÃO, 2006). Os artigos foram classificados de acordo com os níveis de evidências propostas por Stetler et al. (1998): (1) revisão sistemática ou metanálise; (2) ensaios clínicos randomizados; (3) ensaios clínicos sem randomização; (4) estudos de coorte e de caso-controle; (5) revisão sistemática de estudos descritivos e qualitativos e (6) único estudo descritivo ou qualitativo (7) evidências oriundas de opinião de autoridades e/ou relatório de comitês de especialistas.

Para análise dos achados foi construído um quadro-síntese contendo as principais informações dos artigos que permitissem a avaliação e comparação dos estudos. São elas: título, autores, país (cidade), ano, base de dados, periódico, métodos, nível de evidência, objetivos e principais considerações.

Quadro 1 – Características dos estudos da revisão integrativa

| Nº | Título / Autores / País (cidade) / Ano /Base de dados/ Periódico/ Métodos / Nível de evidência | Objetivos / Principais Considerações |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 01 | <p>O trabalho de enfermagem na alta de crianças hospitalizadas: articulação da atenção hospitalar e básica (OLIVEIRA SILVA, RVG; RAMOS, FRS) – Brasil</p> <p>Porto Alegre (2011)</p> <p>BDEFN</p> <p>Rev. Gaúcha de Enferm. Vol 32 (2)</p> <p>Estudo exploratório-descritivo com análise qualitativa de dados</p> <p>Nível - 6</p> | <p>Objetivo: Conhecer a atuação do enfermeiro no processo de alta hospitalar de crianças, na articulação entre a atenção hospitalar e básica na perspectiva da integralidade do cuidado.</p> <p>Principais Considerações: Assistir à criança em processo de alta está inserido como parte do cuidado do enfermeiro, como um elemento que favorece a integralidade da assistência e promoção da saúde.</p> <p>Ainda existe uma grande lacuna no seguimento da pós-alta, por não haver uma articulação entre a atenção básica e hospitalar. Precisa existir uma maior reorganização do processo de trabalho.</p> |
| 02 | <p>Percepções dos profissionais de uma unidade de internação Pediátrica sobre a alta de crianças ostomizadas (BARRETO, LCL; et al)</p> <p>Brasil – Porto Alegre (2008)</p> <p>Lilacs</p> <p>Rev Gaúcha Enferm. Vol. 29(3):438-45</p> <p>Estudo qualitativo, de cunho estratégico, configurando um estudo de caso</p> <p>Nível – 6</p> | <p>Objetivo: Conhecer as percepções de uma equipe multidisciplinar de assistência às crianças ostomizadas acerca do processo de alta.</p> <p>Principais Considerações: Houve um reconhecimento da importância do trabalho em equipe para se prestar uma assistência de qualidade ao paciente e família, mas ainda temos alguns desafios como por exemplo: a comunicação.</p> <p>Precisa-se sistematizar o processo de alta hospitalar e envolver os três níveis de atenção direcionado ao cuidado continuado.</p> |

| Nº | Título / Autores / País (cidade) / Ano /Base de dados/ Periódico/ Métodos / Nível de evidência | Objetivos / Principais Considerações |
|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 03 | <p>Significado atribuído pelo enfermeiro ao cuidado prestado à criança doente crônica hospitalizada acompanhada de familiar (SILVA, JB; KIRSCHBAUM, DIR; OLIVEIRA, I)</p> <p>Brasil – Porto Alegre (2007)</p> <p>Lilacs</p> <p>Revista Gaúcha de Enfermagem, V. 28 (2) – 250</p> <p>Estudo exploratório de abordagem qualitativa</p> <p>Nível – 6</p> | <p>Objetivo: Compreender qual é o significado para a enfermeira, do cuidar de uma criança portadora de doença crônica hospitalizada, acompanhada por um familiar, em um hospital escola de caráter público.</p> <p>Principais Considerações: Há evidências de que os agentes não conhecem o processo de trabalho na íntegra, o que, de certa forma, desfavorece a construção de uma assistência integral à criança, o que incluiria também envolver sua família nesse processo de cuidar, ora como doadora de cuidado à criança doente, desde que a família tenha esse desejo, ora como receptora de cuidado (objeto de trabalho do profissional). Nesta forma de produção de cuidados, com foco na doença, as enfermeiras, enquanto agentes de trabalho, atendem à lógica de funcionamento da instituição hospitalar e submetem as crianças doentes crônicas e seus familiares a normas e rotinas rígidas, em detrimento de suas necessidades particulares.</p> |
| 04 | <p>Crianças hospitalizadas com Fibrose Cística: percepções sobre as múltiplas hospitalizações (GABATZ, RIB; RITTER, NR)</p> <p>Brasil- Brasília (2007)</p> <p>BDEFN</p> <p>Revista Brasileira de Enfermagem. V.6 n1</p> <p>Estudo descritivo de abordagem qualitativa</p> <p>Nível – 6</p> | <p>Objetivo: Conhecer as percepções da criança portadora de Fibrose cística sobre as múltiplas internações.</p> <p>Principais Considerações: O cuidado humanizado quando realizado por toda a equipe de saúde auxilia as crianças e os familiares a superarem suas angustias, diminuindo o impacto que a hospitalização causa na vida da criança e sua família. Foi ressaltado a importância da recreação e da aula para a criança durante a hospitalização.</p> |

| Nº | Título / Autores / País (cidade) / Ano /Base de dados/ Periódico/ Métodos / Nível de evidência | Objetivos / Principais Considerações |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 05 | <p>As implicações da hospitalização para a criança, sua família e equipe de enfermagem. Um estudo exploratório descritivo. (ROSSI, CS; RODRIGUES, BMRD)</p> <p>Brasil – Rio de Janeiro- (2007)</p> <p>LILACS</p> <p>Revista Online Brazilian Journal of Nursing, V. 06 n.3</p> <p>Estudo Exploratório Descritivo</p> <p>Nível - 6</p> | <p>Objetivo: Analisar a produção de enfermagem que abordasse a questão da inserção do familiar no cuidado à criança hospitalizada.</p> <p>Principais Considerações: É de extrema importância a inclusão da família no cuidado à criança durante seu período de hospitalização. Além dos cuidados técnicos, ela necessita de cuidados psicológicos e afetivos, de forma que o cuidado não seja meramente tecnicista ou biologicista e sim integralizado, atendendo às suas necessidades biológicas, sociais, emocionais e cognitivas. Cabe aos profissionais de enfermagem funcionarem como facilitadores deste processo, identificando deficiências, compartilhando saberes, viabilizando este cuidado da família, sem, porém, delegar funções. Só assim se consegue prestar um cuidado mais completo e mais humano.</p> |
| 06 | <p>O enfermeiro e o cuidar da criança com câncer sem possibilidade de cura atual. (MONTEIRO, ACM; RODRIGUES, BMRD; PACHECO, STA)</p> <p>Brasil- Rio de Janeiro – (2012)</p> <p>BDENF</p> <p>Revista Anna Nery Vol 16 – nº 4</p> <p>Estudo descritivo de abordagem qualitativa</p> <p>Nível - 6</p> | <p>Objetivo: Analisar compreensivamente o cuidado do enfermeiro à criança hospitalizada portadora de doença oncológica fora da possibilidade de cura atual.</p> <p>Principais Considerações: Ao cuidar de criança com doença oncológica fora de possibilidade de cura atual, o enfermeiro realiza uma ação intencional, possibilitando uma assistência voltada para o ser humano-criança, cujas ações estão centradas em suas necessidades, a partir das experiências vivenciadas no contexto da hospitalização. Também foi possível evidenciar que o seu cuidar é fortemente direcionado para o familiar ali presente, com o intuito de apoiá-lo nesse momento especial de adoecimento de sua criança.</p> |

| Nº | Título / Autores / País (cidade) / Ano /Base de dados/ Periódico/ Métodos / Nível de evidência | Objetivos / Principais Considerações |
|----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 07 | <p>Dificuldades da enfermagem na utilização do lúdico no cuidado à criança com câncer hospitalizada. (DEPIANTI, JRB; et al)</p> <p>Brasil – Rio de Janeiro – 2014</p> <p>LILACS</p> <p>Rev. Pesq. Cuid. Fundam. 6 (3): 1117-1127</p> <p>Pesquisa descritiva com abordagem qualitativa</p> <p>Nível – 6</p> | <p>Objetivo: Descrever as dificuldades enfrentadas pela equipe de enfermagem na utilização do lúdico durante o cuidado à criança hospitalizada.</p> <p>Principais Considerações: O brincar é importante para qualquer criança, especialmente quando está acometida por uma doença como o câncer e necessita ser hospitalizada. Nesse sentido, com o uso do lúdico, a equipe de enfermagem pode ter um instrumento valioso no cuidado a essas crianças, entretanto, a pesquisa apontou que ainda existem dificuldades para utilizá-lo no cotidiano de um setor de internação. As dificuldades apontadas foram ausência dos brinquedos e a pouca valorização dessa prática pode ser decorrente do modelo de cuidado vigente, pautado no paradigma biomédico, que é focado no tratamento da doença.</p> |
| 08 | <p>Abordagem assistencial à criança hospitalizada: perspectiva da equipe de enfermagem. (HOFFMANN, MV)</p> <p>Brasil – Rio de Janeiro – (2012)</p> <p>BDENF</p> <p>Tese Apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Enfermagem Anna Nery</p> <p>Estudo de natureza qualitativa, tipo estudo de caso</p> <p>Nível - 6</p> | <p>Objetivo: Descrever as características da assistência prestada à criança na unidade de internação pediátrica e analisar a abordagem assistencial adotada pela equipe de enfermagem.</p> <p>Principais Considerações: Este estudo permitiu entender a abordagem assistencial da equipe de enfermagem à criança numa Unidade de Internação Pediátrica, com as particularidades referentes à estrutura física para o atendimento à criança em diferentes faixas etárias, à prática assistencial da equipe de saúde, em destaque a de enfermagem, e ao cotidiano do cuidado de enfermagem à criança e sua família. A equipe de enfermagem destaca as suas limitações, ela não tem poder de decisão. A família pode ajudar a equipe de enfermagem, prestando cuidados simples que não ponham em risco a vida da criança hospitalizada, mais isso não deve ser visto como uma obrigação. Torna-se necessária a capacitação dos membros da equipe de enfermagem com vistas à adoção da família da criança no cotidiano da prática assistencial de enfermagem.</p> |

| Nº | Título / Autores / País (cidade) / Ano /Base de dados/ Periódico/ Métodos / Nível de evidência | Objetivos / Principais Considerações |
|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 09 | <p>Gerenciamento do cuidado de enfermagem à criança em condição crônica hospitalizada. (SILVA, TP; et al)</p> <p>Brasil – Rio de Janeiro – 2015</p> <p>BDEFN</p> <p>Revista Brasileira de Enfermagem 64(4): 641 -8</p> <p>Estudo descritivo de abordagem qualitativa</p> <p>Nível – 6</p> | <p>Objetivo: Compreender as interações do enfermeiro na prática do gerenciamento do cuidado de enfermagem a criança em condição crônica hospitalizada.</p> <p>Principais Considerações: O gerenciamento do cuidado de enfermagem é possibilitado por múltiplas interações sendo as conexões intersubjetivas, a multidimensionalidade da criança e do familiar aliada às situações de ordem e desordens, responsáveis por caracterizar essa prática como complexa. No gerenciamento do cuidado de enfermagem à criança em condição crônica hospitalizada constam ações de dimensionamento de pessoal de enfermagem, gerenciamento de recursos materiais, liderança, supervisão dos cuidados do familiar, bem como atendimento de suas necessidades.</p> |
| 10 | <p>Interação entre equipe de enfermagem e família na percepção dos familiares de crianças com doenças crônicas. (RODRIGUES, PF; et al)</p> <p>Brasil – Rio de Janeiro (2013)</p> <p>LILACS</p> <p>Revista Esc. Anna Nery vol.17 n.4</p> <p>Estudo Descritivo de natureza qualitativa</p> <p>Nível – 6</p> | <p>Objetivo: Investigar a interação da equipe de enfermagem com a família da criança hospitalizada com doença crônica, sob a ótica dos familiares.</p> <p>Principais Considerações: A interação e vínculo podem ser ferramentas importantes no fortalecimento das relações humanas. A escuta atenta e as atitudes de empatia podem tornar a assistência humanizada. O presente estudo traz contribuições no sentido de mapear como o fenômeno comunicação interfere na relação entre enfermagem e família e a necessidade premente da mudança do modo como tem sido produzido o cuidado em pediatria no ambiente hospitalar ao binômio criança-família. Portanto, torna-se essencial o desenvolvimento de estratégias que permitam a inclusão sistemática da família no processo de cuidar em saúde e o aperfeiçoamento das intervenções de enfermagem.</p> |

| Nº | Título / Autores / País (cidade) / Ano /Base de dados/ Periódico/ Métodos / Nível de evidência | Objetivos / Principais Considerações |
|----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 11 | <p>Significado do cuidar da criança e a percepção da família para a equipe de enfermagem. (PINTO, MCM; et al) Brasil – São Paulo - (2009) LILACS Revista Einstein, 7 (1 Pt 1): 18-23 Estudo Descritivo de natureza quantitativa Nível – 6</p> | <p>Objetivo: Descrever o significado de cuidar da criança e a percepção da família para a equipe de enfermagem.</p> <p>Principais Considerações: A enfermagem está muito impregnada pelo modelo hospitalocêntrico, de caráter individualista e centrado na doença, no qual a família é apenas fonte de informação a respeito do paciente. Deve-se refletir sobre o papel da enfermagem como membro facilitador do cuidado da criança e família, buscando estratégias que proporcionem uma atenção centrada na criança e família.</p> |

O MS (2008), no contexto da Política Nacional de Humanização já nos traz como um desafio a necessidade de uma gestão compartilhada, no qual os trabalhadores, os gestores e os usuários do Sistema Único de Saúde sejam e sintam-se co-responsáveis e protagonistas no processo de produção de saúde. Após a categorização observou-se que os principais temas abordados foram a inclusão da família como parceiros no processo do cuidado, fazendo com que a enfermagem reflita sobre o modelo hospitalocêntrico, centrado nas ações técnicas, individualista e sim incluir criança e o contexto social que ela se insere. Pois a criança hospitalizada, não necessita apenas de cuidados técnicos, ela necessita também de cuidados psicológicos e afetivos, tornando assim a hospitalização menos traumática. (HOFFMANN, 2012; PINTO; *et al*,

2009; RODRIGUES; *et al* 2013). Cabe aos profissionais de enfermagem funcionarem como facilitadores deste processo, identificando deficiências, compartilhando saberes, viabilizando este cuidado da família, sem, porém, delegar funções, mas sim, com o intuito de apoiá-lo nesse momento especial de adoecimento de sua criança. Só assim se consegue prestar um cuidado mais completo e mais humano. (ROSSI; RODRIGUES. 2007; MONTEIRO; RODRIGUES; PACHECO. 2012)

Alguns estudos relataram a comunicação, como um dificultador do processo. Para Hoffman, (2012) a comunicação é um instrumento importante para o fortalecimento das relações na unidade de pediatria, auxiliando a família na compreensão do processo de hospitalização, contudo ela está cada vez mais breve e

impessoal. Segundo Barreto; *et al* (2008), a comunicação é considerada um desafio, na coordenação do cuidado continuado, devido à rotatividade da equipe, aliada à fragmentação do processo. Gabatz; Ritter (2007) e Barreto; *et al* (2008), destacaram o trabalho em equipe. O cuidado humanizado quando realizado por toda a equipe de saúde, auxilia as crianças e os familiares a superarem suas angustias, diminuindo o impacto que a hospitalização causa na vida da criança e sua família.

É de grande relevância o reconhecimento pela equipe de enfermagem que o lúdico, o ato de brincar pode facilitar o processo, auxiliando as crianças a enfrentarem o período de hospitalização, pois isso pode gerar uma redução nos agentes estressores durante a realização de alguns cuidados prestados a esses pacientes. Contudo, algumas dificuldades são apontadas pela equipe como a ausência dos brinquedos e a pouca valorização dessa prática pode ser decorrente do modelo de cuidado vigente, pautado no paradigma biomédico, que é focado no tratamento da doença. (DEPIANTI; *et al* 2014)

Outro artigo falou sobre gerenciamento do cuidado de enfermagem que é iniciado na admissão da criança, sendo este um possível momento de interação que possibilita a identificação das necessidades de cuidado que irão nortear o planejamento da assistência. Salienta-se que a implementação dessa atividade parece estar fundamentada predominantemente na perspectiva biologicista que embora

importante em um primeiro momento, se mostra insuficiente para atender o binômio criança/familiar na sua complexidade. (SILVA *et al*, 2015)

Um outro artigo abordado, e não menos importante, nos traz o seguinte desafio: a hospitalização e o processo de alta hospitalar. Após a alta hospitalar precisa haver a continuidade da assistência, para promover a sua recuperação efetiva, mas ainda nos deparamos com a falta de comunicação entre os diversos níveis de atuação. O enfermeiro da atenção hospitalar consegue, na maioria das vezes, atuar na perspectiva da integralidade durante a permanência da criança no hospital. Entretanto, no seguimento pós-alta, identifica-se uma fragilidade no cuidado integral por praticamente não existir uma articulação da atenção hospitalar e básica nesse processo. Os próprios profissionais reconhecem que existem limitações em suas atuações nessa articulação, bem como, uma lacuna na assistência, que necessita ser preenchida por uma reorganização do processo de trabalho. (OLIVEIRA SILVA; RAMOS, 2011)

4. CONCLUSÃO

Os achados desta revisão integrativa revelam, que para a construção da assistência à criança hospitalizada com qualidade, é necessário que a equipe de enfermagem reflita sobre suas práticas, reorganizando seus processos de trabalhos, a partir do trabalho em equipe. Isto implica dizer que quem trabalha com crianças

necessita estar preparado para trabalhar com sua família e o mundo que a envolve. Precisa compreender a complexidade desta unidade social e a diversidade dos aspectos que a envolvem.

Ainda se observa um distanciamento entre o processo de trabalho de enfermagem e a experiência de doença da família. Portanto, torna-se essencial o desenvolvimento de estratégias que permitam a inclusão sistemática da família no processo de cuidar em saúde e o aperfeiçoamento das intervenções de enfermagem.

Já em relação à comunicação, foi verificada a necessidade de haver uma interação entre a equipe interdisciplinar que cuida do paciente, assim como, com a família e o paciente. Quando esta é efetiva, se promove a segurança do paciente.

Foi destacada também a importância da preservação do ambiente infantil, enfatizando o lúdico. Assim, estimular brincadeiras com as crianças hospitalizadas é reconhecer as especificidades da infância, uma vez que é através das brincadeiras que a criança se comunica e expressa seus sentimentos, ansiedades e frustrações.

Continua sendo um desafio, superar o modelo atual de assistência de enfermagem. Faz-se necessário apreender as demandas do binômio criança-família, cujo enfoque seja o cuidado integral, envolvendo acolhimento, resolutividade, estabelecimento de vínculos e responsabilizações, pela interação, pelo trabalho em equipe, centrado nas tecnologias leves, e envolver a família em todo o processo do cuidado, especialmente na tomada de decisões.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, F. M. et al. A produção científica nacional sobre os direitos da criança hospitalizada. **Rev. Elet. Enf.** v 10, n. 3, p.: 796-804; 2008.
- BARRETO, LCL; et al. Percepções dos profissionais de uma unidade de internação Pediátrica sobre a alta de crianças ostomizadas. **Rev Gaúcha Enferm.**,v. 29, n.3; p.: 438-45. Porto Alegre; 2008.
- BEDIN, E.; RIBEIRO, L.B.M.; BARRETO, R.A.S.S. Humanização da assistência de enfermagem em centro cirúrgico. **Revista Eletrônica de Enfermagem.** [on-line] 2005. Disponível em: http://www.fen.ufg.br/revista/revista7_1/revisao_04.html .
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria GM nº 1130, de 5 de agosto de 2015.** Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União 2015; 5 ago. [Links]

- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política nacional de Humanização. **Humaniza SUS**: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2008.
- DANTAS, AMN; SILVA, KL; NÓBREGA, MML. Validação de diagnósticos, resultados e intervenções de enfermagem na Clínica Pediátrica. **Rev. Bras. Enferm.** vol.71 no.1 Brasília Jan./Feb. 2018.
- DEPIANTI, JRB; et al. Dificuldades da enfermagem na utilização do lúdico no cuidado à criança com câncer hospitalizada. **Rev. Pesq. Cuid. Fundam.** v.6, n. 3, p.: 1117-1127. Rio de Janeiro; 2014.
- FAQUINELLO, P; HIGARASHI, IH; MARCON, SS. O atendimento humanizado em Unidade Pediátrica: Percepção do acompanhante da criança hospitalizada. **Texto Contexto Enferm.**; v 16, n. 4, p: 609-16. Florianópolis, Out-Dez, 2007
- GABATZ, RIB; RITTER, NR. Crianças hospitalizadas com Fibrose Cística: percepções sobre as múltiplas hospitalizações. *Revista Brasileira de Enfermagem.* v.6 n1; Brasília, 2007
- GOMES, ILV; et al. A hospitalização no olhar de crianças e adolescentes sentimentos e experiências vivenciadas. **Cogitare Enferm.** v. 17 n. 4. Curitiba; Out/Dez. 2012
- HOFFMANN, MV. **Abordagem assistencial à criança hospitalizada: perspectiva da equipe de enfermagem.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Enfermagem Anna Nery. Brasil; Rio de Janeiro; 2012
- MENDES, K.D.S., SILVEIRA, R. C. de C. P., GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 17, n.4, p.: 758–764, 2008.
- MONTEIRO, ACM; RODRIGUES, BMRD; PACHECO, STA O enfermeiro e o cuidar da criança com câncer sem possibilida. e de cura atual. **Revista Anna Nery** v 16, n. 4. Rio de Janeiro; 2012
- OLIVEIRA SILVA, RVG; RAMOS, FRS. O trabalho de enfermagem na alta de crianças hospitalizadas: articulação da atenção hospitalar e básica. **Rev. Gaúcha de Enferm.** v. 32, n. 2. Porto Alegre;2011
- PINTO, MCM; et al. Significado do cuidar da criança e a percepção da família para a equipe de enfermagem. **Revista Einstein**, v. 7, n. 1 Pt 1), p.: 18-23. São Paulo; 2009.

- POLIT, D. F.; BECK, C. T., & HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**. Métodos, avaliação e utilização. (7a ed.). Porto Alegre (RS): Artmed. 2011
- RODRIGUES, PF; et al. Interação entre equipe de enfermagem e família na percepção dos familiares de crianças com doenças crônicas. **Revista Esc. Anna Nery** v.17 n.4. Rio de Janeiro; 2013
- ROSSI, CS; RODRIGUES, BMRD. As implicações da hospitalização para a criança, sua família e equipe de enfermagem. Um estudo exploratório descritivo. **Revista Online Brazilian Journal of Nursing**, v. 06, n.3. Rio de Janeiro- 2007
- SANTOS, P. M. D. et al. Os cuidados de enfermagem na percepção da criança hospitalizada. **Rev. Bras. Enferm, Brasilia**, v. 69, n. 4, p. 646-653, 2016.
- SESSP-SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE DE SÃO PAULO. **Manual de Acompanhamento da Criança**. São Paulo. Agosto, 2015
- SILVA, JB; KIRSCHBAUM, DIR; OLIVEIRA, I. Significado atribuído pelo enfermeiro ao cuidado prestado à criança doente crônica hospitalizada acompanhada de familiar. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 28, n.2 – 250. Porto Alegre; 2007.
- SILVA, TP; et al. Gerenciamento do cuidado de enfermagem à criança em condição crônica hospitalizada. **Revista Brasileira de Enfermagem** v. 64, n.4, p.: 641 -8. Rio de Janeiro; 2015.
- SOUSA, L; GOMES, G; SANTO, C; SILVA, M; SILVA, C. A família na unidade de pediatria: percepções da equipe de enfermagem acerca da dimensão cuidadora. **Rev. Cienc. enferm.** v.17 n. 2 Concepción, 2011.
- SOUZA, MT; SILVA, MD; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**; v. 8, n. Supl. 1, p.:102-106; 2010.
- STETLER, C.;et al. Utilization-focused integrative reviews in a nursing service. **Appl Nurs Res**,v. 11, n. 4, p.: 195–206, 1998.
- URSI, Elizabeth Silva; GAVÃO, Cristina Maria. Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 1, p. 124-131, 2006.

6. NOTAS BIOGRÁFICAS

Sônia Isabel Crispim Candido dos Santos

Mestranda em Gestão da Saúde Pública pela Universidade Columbia- Paraguai, Especialista em Saúde Pública e Enfermagem Obstétrica Enfermeira graduada pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC).

Valeska Regina Soares Marques

Doutora em Saúde Pública pela Universidad Columbia, Pós-graduada em Docência do Ensino Superior; Pós-graduada em Gestão e Marketing, Graduada em Medicina Veterinária pela UFRRJ.

Andrea Silva Caldas Moreira

Mestranda em Gestão da Saúde Pública pela Universidade Columbia- Paraguai, Especialista em Saúde Pública e Enfermagem Obstétrica Enfermeira graduada pelo Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

BRASIL, UMA NAÇÃO DE HERÓIS ESQUECIDOS: SOCIEDADE QUE MACULA SUA CULTURA MARGINALIZANDO OS NEGROS E DESVIRTUANDO SEUS MÉRITOS

SANDRA SIQUEIRA SANTOS (profsandrageo@yahoo.com.br) – Pós-doutoranda em Educação pela Universidad Iberoamericana - PY; Doutora em Ciências da Educação pela Universidade San Carlos – PY; Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Del Norte – PY; Professora e Coord. Acadêmica Stricto sensu na Faculdade de Candeias – BR; Professora de Geografia da Rede Pública-BR; Professora Convidada, Orientadora de Classe: UTIC - PY; Universidad San Carlos-PY e UNISAL-PY. **Orientador:** Prof. Dr. José Mauricio Diascânio.

RESUMO: Este estudo trata da contribuição dos escravos africanos na formação dos costumes, hábitos alimentares, culinária, religiosidade, musicalidade e cultura brasileira e como esse legado afeta a formação da identidade e do nacionalismo. Pela natureza da pesquisa utilizou-se a metodologia exploratória do tipo descritivo, transversal, com revisão da literatura disponível em livros, artigos científicos e consultas às bases historiográficas que tratam de temas como a construção da nacionalidade, heróis nacionais esquecidos, participação escrava nos conflitos internos e internacionais que marcaram a história do país. Os resultados mostram fortemente que o brasileiro não foi educado como cidadão de uma nação multicultural e multiétnica, que existem dezenas de personalidades, passagens históricas e obras relacionadas à cultura afrodescendente que foram construídas com explícita parcialidade e má-fé pela historiografia oficial.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo, Escravo Africano, Heróis Esquecidos, Identidade, Nacionalismo.

RESUMEN: Este estudio trata de la contribución de los esclavos africanos en la formación de las costumbres, hábitos alimentarios, gastronomía, religiosidad, musicalidad y cultura brasileña y cómo ese legado afecta la formación de la identidad y del nacionalismo. Por la naturaleza de la investigación se utilizó la metodología exploratoria del tipo descriptivo, transversal, con revisión de la literatura disponible en libros, artículos científicos y consultas a las bases historiográficas que tratan temas como la construcción de la nacionalidad, héroes nacionales olvidados, participación esclava en los conflictos internos e internacionales que marcaron la historia del país. Los resultados muestran fuertemente que el brasileño no fue educado como ciudadano de una nación multicultural y multiétnica y que existen decenas de personalidades, pasajes históricos y obras relacionadas con la cultura afro descendiente que fueron construidas con explícita parcialidad y mala fe por la historiografía oficial.

PALABRAS CLAVES: Racismo, Esclavo Africano, Héroes olvidados, Identidad, Nacionalismo.

1. INTRODUÇÃO

O esquecimento de personagens que foram importantes para a construção da história e cidadania do povo brasileiro é uma realidade incontestável. Este artigo tendo como pressuposto os estudos sobre o ensino de história e a construção da memória nacional levanta algumas questões relativas à presença dos ícones da história nacional como a figura de Tiradentes, considerado por muitos historiadores como um herói nacional presente na memória coletiva da nação e outros.

Não se trata da identificação de um conceito de herói que está associada aos feitos e acontecimentos tais como se enunciam na história positivista; a maioria deles homens de cor branca e ligados à classe social dominante no país; heróis consagrados nacionalmente cujos nomes estão ligados às datas comemorativas nas escolas, nomes estes, repetidos por gerações seguidas de alunos.

O conceito de herói representado similarmente em vários dicionários da língua portuguesa como a ideia de uma pessoa que possui atributos extraordinários e diferentes dos demais indivíduos pode ter passado por profundas transformações e ter sido ressignificado em termos conceituais. Nos tempos atuais já não se restringe a Homem notável por suas realizações ou sua bravura; indivíduo que suporta sofrimento ou que arrisca sua vida em benefício de outrem; figura central de um acontecimento ou período; personagem principal de uma

obra de literatura ou cinematográfica; dramaturgia; protagonista de uma obra literária, homem notável por seu valor ou pelos feitos guerreiros. Trata-se de uma visão que é, ou está a caminho de ser reconceituada, ressignificada.

As definições criadas em circunstâncias históricas específicas carregam o peso do cenário espaço-temporal e cultural, as definições de heroísmo estão inexoravelmente associadas à cultura e limitadas ao tempo. “Toda cultura, portanto toda sociedade e mesmo todos os níveis de uma sociedade complexa, possui o seu imaginário” (LE GOFF, 2009:11). As bravuras e nomes dos heróis nacionais foram postos ao público leitor para serem repetidas e decoradas. Elas foram elaboradas com um fim que já não se liga aos fins das novas gerações que tem as especificidades do tempo atual com sujeitos históricos também específicos.

Existem diferentes abordagens de nacionalismos e de conceitos de nação, sendo que para uma população ser definida como nação, há uma série de elementos constitutivos que precisam ser bem estabelecidos, como: seus ancestrais fundadores, uma história que estabeleça a continuidade da nação, uma língua, monumentos culturais e históricos, heróis nacionais, lugares de memória, paisagem típica, folclore, modo de vestir, gastronomia, entre outros (THIESSE, 2001, p.08).

Pensar nesses elementos é importante justamente para se entender os processos de construção das identidades nacionais, pois é

nessas características, como a língua, a cultura, o folclore, que os indivíduos de cada nação compõem a sua história. Tendo em vista esses elementos imprescindíveis na construção das nações e das identidades nacionais, e que as nações e os nacionalismos são concebidos na modernidade, se irá debater como ocorrem as construções das identidades nacionais e dos nacionalismos.

Nele, o autor afirma que nação é uma comunidade política imaginada, sendo limitada e ao mesmo tempo soberana. “Ela é imaginada porque mesmo os membros das mais minúsculas das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2008, p.32).

A nação, diferentemente de um agrupamento da população definido pela sujeição a um mesmo monarca, coloca-se como independente da história dinástica e militar: ela preexiste e sobrevive a seu príncipe. O que constitui a nação é a transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável. A criação das identidades nacionais consistirá em inventariar este patrimônio comum, isto é, de fato, em inventá-lo (THIESSE, 2001, p. 08).

A transmissão de uma herança coletiva, através das gerações, ou seja, o que torna a nação a ser designada como tal é um conjunto de elementos que passa por gerações e ganha um caráter próprio. Essa herança coletiva é composta, segundo Anne-

Marie, de uma lista de elementos identitários composta por ancestrais fundadores, uma história que estabeleça a continuidade da nação através da história, uma galeria de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, lugares de memória, paisagem típica, folclore, e outros elementos como modo de vestir, gastronomia, dentre outros.

O povo “é um museu vivo dos grandes ancestrais, depositário dos vestígios de sua cultura original” (THIESSE, 2001, p.09).

O Objetivo geral deste estudo foi analisar o reconhecimento dos brasileiros à contribuição deixada pelos escravos africanos na formação dos costumes, hábitos alimentares, culinária, religiosidade, musicalidade e cultura. E por objetivos específicos verificar como os livros didáticos se reportam aos atos de coragem e bravura demonstrada pelos escravos negros nos conflitos internos e internacionais que foram protagonistas e como esse legado, afeta na formação da identidade e nacionalismo.

2. IDENTIDADE NACIONAL: HERÓIS, MITOS E REGIONALISMOS

A questão das identidades nacionais, de suas construções e desenvolvimentos, passam por uma série de elementos constitutivos, sendo alguns recorrentes e outros particulares de cada nação. Algo que costuma ocorrer em muitos casos é a criação de mitos e heróis, que como diz Carvalho (2003), requer uma grande dose de “esquecimento” e de “erros históricos”.

Para Carvalho (2003), “os mitos nacionais, especialmente os mitos de origem, e os heróis nacionais são alguns dos instrumentos mais poderosos para a construção das identidades nacionais”. Afirma que os heróis nacionais servem de imagem e de modelo à nação, e que este processo de construção de uma memória nacional, de mitos e de heróis ajuda as nações a organizar o passado, tornar o presente inteligível e encarar o futuro.

O Brasil tem poucos heróis políticos nacionais, sendo que as figuras públicas, para as quais foram construídos monumentos e estátuas, são de pouco significado para os administradores e a população.

Segundo Carvalho (2003) D. Pedro I, foi o primeiro candidato a herói nacional, mas sua candidatura não vingou devido a seu comportamento despótico após a independência, pela oposição republicana e estar mais preocupado com o funcionamento do sistema político do país.

Ainda de acordo com Carvalho (2003) o único nome que foi consenso entre a maioria e que se aproxima do status de herói nacional brasileiro é o de Tiradentes, um líder que apresentava tendências religiosas e que liderou uma rebelião antimonarquista foi visto como adequado para ocupar este espaço até então vago. Para isso, Tiradentes foi transformado na figura de um novo Cristo, com retratos de seu rosto modificados para parecer-se com o do líder cristão, com a mesma forma de entregar a própria vida por uma causa, fator que contribuiu à aceitação

de Tiradentes como herói nacional pela população que o associou à Jesus.

Fatores presentes no imaginário popular tornam plausível a aceitação de líderes nacionais, como a religião, o esporte, a morte.

A dificuldade em se criarem heróis nacionais políticos pode estar ligada à descrença geral nessa classe. A falta de identificação dos brasileiros com sua própria história é equiparada à falta de confiança nos líderes políticos, e mesmo pela sua clara rejeição a eles, incluindo aqueles eleitos para os mais altos cargos. A desconfiança nos políticos é um dos mais consistentes resultados nas pesquisas de opinião pública (CARVALHO, 2003, p.412).

O brasileiro não cultua um sentimento de nacionalismo tão forte, se comparado a outros povos. Situações de regionalismos fortemente acentuados contribuem para esta ausência de um sentimento nacional. “O regime federativo permitiu grande desenvolvimento econômico aos estados, garantindo o desenvolvimento global e exacerbando o espírito regionalista” (ARRONE, 2012, p.170).

A dificuldade em criar heróis, a descrença dos brasileiros em seus líderes políticos, e os casos de regionalismos no país são alguns dos fatores que levam a mostrar que no Brasil, a construção destas identidades ocorre de forma dificultada e tumultuada.

Os heróis, Super-heróis e mitos criados em circunstâncias históricas ou específicas carregam o peso do cenário espaço-temporal e cultural e suas definições de heroísmo estão inexoravelmente associadas à cultura e limitadas ao tempo. “Toda cultura, portanto toda sociedade e mesmo todos os níveis de uma sociedade complexa, possui o seu imaginário” (LE GOFF, 2009:11). As bravuras e nomes dos heróis nacionais foram postos ao público leitor para serem repetidas e decoradas com uma finalidade que já não se liga aos fins das novas gerações detentoras de especificidades do tempo atual com sujeitos históricos também específicos.

Para Hermes, Spigariol e Sperandio (2017) conhecer ou relembrar personagens que contribuíram para dar esperança de liberdade ou justiça resgatam sentimentos de confiança é fundamental para a formação do caráter nacional, porém muitos destes heróis, pessoas reais que representaram num determinado espaço de tempo dentro da história nacional, a única esperança de resgate da liberdade e dignidade de um povo, uma raça foram relegados ao esquecimento.

Segundo Hermes, Spigariol e Sperandio (2017) de presidente da República, advogados, escritores, jornalistas consagrados mestre jangadeiro, líderes da resistência antiescravagista a símbolo da tolerância religiosa, protagonistas na formação cultural brasileira, conhecer ou relembrar personagens como estes, muitos deles esquecidos, é dar ao negro brasileiro um papel longe do tradicional sujeito oculto

e passivo na história do país, mas de figura atuante e decisiva nos rumos da nação. Não resta dúvida que uma mera burocracia como feriados municipais é incapaz de abarcar com precisão o papel desempenhado por determinadas figuras ao longo da formação histórica brasileira.

Lamentavelmente todos os heróis negros compõem um quadro de segunda categoria em livros didáticos, literatura e nos meios de comunicação. Não se dá aos mesmos o espaço necessário para a fruição de outro entendimento do período escravocrata que não seja o da história oficial. Quem foram os maleses que consolidaram uma revolta histórica na cidade de Salvador, em janeiro de 1835? Quem foi Luísa Mahin e qual o seu papel neste episódio? Não há visibilidade aos feitos de nossa negritude histórica, em particular as de Palmares.

3. OS HERÓIS DESCONHECIDOS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A história do Brasil, assim como de outros países que sofreram com o processo de colonização exploratória, tem dívidas de gratidão pelas pessoas que protagonizaram num determinado espaço de tempo dentro da história nacional, a única esperança de resgate da liberdade e dignidade de um povo, uma raça e foram relegados ao esquecimento. Entre esses personagens, homens e mulheres, aqueles de origens indígena e africana ou com características desta etnia o esquecimento foi mais evidenciado.

De acordo com Santos (2018) os primeiros afro-brasileiros fizeram mais do que sofrer. Forjaram alianças, planejaram combates, usaram táticas de guerrilha e até implantaram modelos de governo inspirados em suas nações originais. Mas mesmo os líderes desses movimentos quase caíram no esquecimento – e não faz muito tempo que seus nomes voltaram à tona, graças a investigações profundas sobre esse passado.

Aquiltune fazia parte da nobreza do Reino do Congo, escravizada e comprada no Brasil, trazida para a Capitania de Pernambuco, vítima dos corriqueiros estupros sofridos pelas escravas fugiu para a região de Palmares, atual Alagoas que, na época, era só um protótipo do quilombo que viria a ser. Teve três filhos: Sabina, Ganga Zona e Ganga Zumba. Esse último assumiu a liderança do Quilombo que no seu ápice, reuniu cerca de 20 mil pessoas, entre negros, caboclos e índios, sua sede era o Cerro dos Macacos, o maior dos assentamentos que formavam o conglomerado de Palmares. As demais regiões eram lideradas, em geral, por seus descendentes – entre eles, seu sobrinho Zumbi, filho de Sabina.

Zumbi, sobrinho do rei Ganga Zumba, com a morte do tio ascendeu ao trono para passar mais de 20 anos em guerra contra os portugueses, líder de uma comunidade livre e que acolhia pessoas perseguidas, como judeus, muçulmanos, mulheres acusadas de bruxaria e índios. Palmares continuava a ser um refúgio para os perseguidos. Segundo Funari (2019) “Com todas as limitações da época, constitui um

exemplo de convivência que pode nos inspirar ainda hoje”, apud Marton (2019).

Dandara dos Palmares foi uma grande guerreira na luta pela liberdade do povo negro. No século XVII, conquistou espaço de liderança nas lutas palmarinas, companheira de Zumbi seguia ao seu lado sem perder o protagonismo feminino. Ela morreu em 1694 durante uma batalha para defender o Quilombo dos Macacos.

Tereza de Benguela foi uma liderança quilombola no século XIII, assumiu o comando do Quilombo do Piolho em Mato Grosso depois da morte do seu marido. Posteriormente, comandou o Quilombo do Quaritê que cresceu sob sua guarda e inclusive agregou índios bolivianos e brasileiros. Tereza foi presa pela Coroa Portuguesa e cometeu suicídio por negar a escravidão.

Em meados de 1690, chega ao Brasil Zacimba Gaba, vinda da nação Cabinda, hoje parte de Angola. Ela desembarcou no Espírito Santo e foi enviada para a Fazenda José Trancoso. De natureza rebelde, Zacimba teria sido exposta a uma série de castigos e violentada pelo dono da fazenda. A presença de Zacimba na Casa Grande, apesar da violência, lhe deu uma oportunidade de liberdade (ou, ao menos, de vingança). Ela passou a planejar um envenenamento com o chamado “pó de amansar sinhô”. O plano era administrar pequenas doses de veneno aos poucos, para não levantar suspeitas.

O escritor Goulart (2018), que compilou as técnicas mais usadas pelos escravos

rebeldes, menciona um diagnóstico da época chamado “quebranto”: sintomas de fadiga e desânimo que se abatiam sobre senhores de escravos. Na maioria das vezes, diz o autor, o quebranto era resultado desse tipo de envenenamento de longo prazo.

O veneno escolhido por Zacimba foi provavelmente o “pó de preguiçosa”, veneno extraído de jararaca. Ele até podia ser ingerido poucas vezes sem causar mal, fato útil caso alguém desconfiasse do plano.

Quando o senhor finalmente caiu, Zacimba liderou uma fuga em grupo e fundou um quilombo às margens do Riacho Doce. Boa parte do seu tempo, no entanto, era dedicado à construção de canoas e à organização de ataques noturnos no porto próximo à aldeia de São Mateus (ES), libertando tantos negros recém-chegados quanto possível.

No Brasil, em 1880 o sistema escravagista já dava sinais de falência. As revoltas seguiam e, no Nordeste, um dos ícones desse período foi Chico da Matilde – o apelido de Francisco José do Nascimento, líder descendente de escravos que trabalhava como jangadeiro e aderiu à luta abolicionista em 1881. A Sociedade Cearense Libertadora propôs em assembleia uma greve dos jangadeiros. Qualquer comércio que necessitasse de embarque e desembarque nas praias do Ceará dependia deles – inclusive o tráfico de escravos.

Foi quando Chico da Matilde assumiu a liderança do movimento. Há relatos de um protesto que impediu que duas escravas, de 12 e 42 anos, embarcassem para serem vendidas no Sudeste. Por sua participação, Chico foi demitido – o que só serviu para oficializar sua liderança à frente da resistência popular. Ele passou a ser conhecido como Dragão do Mar. Em 1884, a escravidão no Ceará começou a cair: primeiro no município hoje batizado de Redenção, e depois na província inteira. Quatro anos antes da Lei Áurea, o Ceará já tinha abolido a escravatura em todo o seu território.

Quando a lei que proibiu a escravidão em todo o Brasil foi finalmente assinada, boa parte dos escravos, na realidade, já estava livre. E muito disso deve-se à insurgência de heróis como os que você conheceu aqui – e de tantos outros cuja contribuição permanecerá para sempre anônima. Fazer História com H maiúsculo, afinal, depende de uma boa dose de rebeldia. (SANTOS, 2018)

Segundo Ruy (1978) inconformado com a situação de opressão que Portugal estabelecera na Capitania da Bahia, em 1798, o povo se organizou visando a independência e o fim da escravidão. Seus líderes haviam assimilado os princípios liberais da Revolução Francesa e desejavam usar essa ideologia libertária como princípio condutor da rebelião. A essa conjuração juntaram-se artesãos, soldados, alfaiates, sapateiros, entre outros. Além da conclamação, os conspiradores preparavam-se para o movimento militar.

De acordo com Jancsó (1996) como era de se esperar, d. Fernando José de Portugal e Castro, governador geral da Bahia, imediatamente ordenou que fosse aberta uma devassa para se descobrir o (s) autor (es) de tão odiosa empresa:

“Ó vós povos (...) sereis livres para gozardes dos bens e efeitos da liberdade; Ó vós povos que viveis flagelados com o pleno poder do inimigo coroadado, esse mesmo rei que vós criastes; esse mesmo rei tirano é quem se firma no trono para vos vexar, para vos roubar e para vos maltratar. Homens o tempo é chegado para a vossa ressurreição, sim, para ressuscitardes do abismo da **escravidão**. A liberdade consiste no estado feliz, no estado livre do abatimento; a liberdade é a doçura da vida, o descanso do homem com igual paralelo de uns para outros, a Liberdade é o repouso, a bem-aventurança do mundo.” (JANCSÓ, 1996, p. 35)

Este era o teor dos cartazes manuscritos colados nos muros na Bahia, em 1798, que marcaram a história do nosso país. O movimento político-social era liderado por pardos escravos e livres, negros escravos e negros forros. A jovem plebe rebelde visava à emancipação do Brasil.

Segundo Valim (2007) por meio de exame de comparação de letras provaram que o autor dos manuscritos era Luís Gonzaga das Virgens e Veiga, homem pardo e soldado do Primeiro Regimento de Linha de Salvador e Quarta Companhia de Granadeiros. Ainda de acordo com a autora o esboço de uma República Bahiense, abortada pelas autoridades foi uma jura que morreu

sem oração na manhã de 08 de novembro de 1799, quando quatro homens livres, pobres e pardos foram enforcados e esquartejados na Praça da Piedade, em Salvador. Condenados como as cabeças da projetada revolução, os alfaiates Manuel Faustino e João de Deus do Nascimento, e os soldados Lucas Dantas do Amorim e Luís Gonzaga das Virgens e Veiga foram considerados os protagonistas de um evento histórico conhecido até os dias e hoje como Conjuração Bahiana de 1798.

Segundo Hasse e Kollinga (2006) o país experimentou a força, habilidade e perícia dos escravos africanos nas forças republicanas que enfrentaram o exército imperial, em terras meridionais do Brasil, entre os anos de 1835 a 1845, num conflito que ficou conhecido como a Guerra dos Farrapos. Os lanceiros negros, aguerrido grupamento militar era formado inicialmente por cerca de cem escravos que lutavam no lugar dos filhos de seus donos contra o Império do Brasil. Por dez anos, os Lanceiros Negros protagonizaram participações decisivas nas batalhas ao lado dos farrapos. A guerra contra as tropas imperiais, no entanto, se tornou cada vez mais inviável.

De acordo com os autores as negociações de paz avançaram, mas um dos principais impasses era justamente a situação dos Lanceiros Negros. O Império Brasileiro não aceitava a existência de homens negros em liberdade e armados, experientes em combate. O abolicionismo havia sido declarado como um ideal

farroupilha e era condição exigida pelos revolucionários para que a paz fosse selada. Em novembro de 1844, conforme combinado entre os líderes militares, o general farroupilha David Canabarro e o imperial Barão de Caxias, foi por Canabarro ordenado que a tropa de Lanceiros Negros fosse desarmada e se dirigisse até o cerro de Porongos e lá montasse acampamento. A Caxias coube ordenar às tropas imperiais para que também se deslocassem até o local para combater os farroupilhas que lá estivessem. Desarmados e pegos de surpresa às 2h da madrugada, os negros farroupilhas foram dizimados pelos soldados imperiais. O massacre resultou na morte de centenas de lanceiros.

A presença forte do homem negro não ficou circunscrita apenas à participação nas rebeliões contra a escravidão e a opressão de Portugal, de acordo com Izecksohn (2009) a invasão do desconhecido território paraguaio, em abril de 1866 pelos aliados, Brasil, Argentina e Uruguai, ocorreu de forma desarticulada e a derrota dos aliados na batalha de Curupaiti, em setembro, evidenciou a necessidade de recrutamento de novos soldados. Nesse contexto o Imperador D. Pedro II editou no dia 6 de novembro de 1866, o decreto nº 3.725, que concedia alforria aos escravos que se dispusessem a lutar na guerra contra os paraguaios. Assim, repentinamente estes homens adquiriram junto com a sua liberdade, um uniforme e a missão de defender a pátria que até então lhes negava a cidadania.

4. A INFLUÊNCIA AFRICANA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CULTURA

O racismo é um assunto que ainda não foi totalmente superado pelos brasileiros, em diversas partes do país, atitudes racistas contra parte da população afro-brasileira ainda são presenciadas. Parte desse preconceito é oriunda do período da escravidão, no qual os negros africanos viveram subjugados pela elite portuguesa e brasileira. A presença de negros no território brasileiro contribuiu sistematicamente para a formação de uma sociedade miscigenada.

O escravo africano era um elemento de suma importância no campo econômico do período colonial sendo considerado "as mãos e os pés dos senhores de engenho porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente" (ANTONIL, 1982, p.89). Contudo, a contribuição africana no período colonial foi muito além do campo econômico, uma vez que, os escravos souberem reviver suas culturas de origem e recriarem novas práticas culturais através do contato com outras culturas.

Nota-se que o intercâmbio cultural entre os negros africanos, indígenas e portugueses foram intensos, notadamente na língua, costumes, modos, comidas, forma de pensar e práticas religiosas. De acordo com Paiva (2001, p. 185) As trocas culturais e os contatos entre povos de origem muito diversa é algo que, então, fazia parte do dia - a - dia colonial, desde a chegada dos

portugueses. Isto, porque, era ampla a vivência cultural da população negra no Brasil colonial, refletindo amplamente na sociedade do período.

Sobre a influência africana, Freire (2001, p. 343) destaca que:

Quantas "mães-pretas", amas de leite, negras cozinheiras e quitandeiras influenciaram crianças e adultos brancos (negros e mestiços também), no campo e nas áreas urbanas, com suas histórias, com suas memórias, com suas práticas religiosas, seus hábitos e seus conhecimentos técnicos? Medos, verdades, cuidados, forma de organização social e sentimentos, senso do que é certo e do que é errado, valores culturais, escolhas gastronômicas, indumentárias e linguagem, tudo isso conformou-se no contato cotidiano desenvolvido entre brancos, negros, indígenas e mestiços na Colônia.

Ainda de acordo com Freyre (2001, p. 346), a nossa herança cultural africana é visível no jeito de andar e no falar do brasileiro, pois:

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou

o primeiro bicho- de- pé de uma coceira tão boa. De que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama- de- vento, a primeira sensação completa de homem. Do muleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo. (FREYRE, 2001, p. 348)

Observa-se que de acordo com a citação acima a influência africana foi além da cozinha e da mesa, chegando até a cama, pois era comum a iniciação sexual do "senhorzinho" branco ocorrer com uma escrava. Comum também era a prática de feitiços sexuais e afrodisíacos pelos escravos, pois foi na "perícia e no preparo de feitiços sexuais e afrodisíacos que deu tanto prestígio a escravos macumbeiros juntos a senhores brancos já velhos e gastos." Freyre (2001, p. 343).

Porém o negro e o mestiço dificilmente conseguiam igualar-se ao homem branco. O "mundo da senzala" sempre esteve muito distante do "mundo da casa grande". Para alcançar pequenas regalias, fosse como escravo ou como homem livre, os descendentes de negros precisavam ocultar ou disfarçar seus traços de africanidade, já que o homem branco era apresentado como padrão de beleza e de moral. (CARNEIRO, 2003, p.15).

5. RACISMO PRESENTE NOS LIVROS DIDÁTICOS

O ambiente escolar é um local que exerce influência intelectual e cidadã sobre um indivíduo, afetando a formação da identidade dos alunos. Identidade a qual é

definida pelos comportamentos, atitudes e costumes de um indivíduo e se modifica com a convivência entre sujeitos, ou seja, se constrói tendo o Outro como referência (GOMES, 1996). Por conseguinte, o fato de o tema da diversidade étnico-racial não ser abordado na sala de aula, acarreta na não valorização da pessoa negra pela sociedade, contribuindo para que os alunos negros percebam as suas diferenças como aspectos negativos.

Conforme Gomes (1996, p. 88) o processo de construção da identidade “[...] é um dos fatores determinantes da visão de mundo, da representação de si mesmo e do outro”. Além disso, ocorre que a identidade da criança está, continuamente, em construção, podendo ser afetada por nosso meio social, ou seja, é formada ao longo do tempo e não algo inato, existente na consciência desde o momento do nascimento. Assim, ela permanece sempre incompleta, está sempre sendo formada, numa interação entre o eu e a sociedade e modificada num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem.

Segundo Silva (2002), as representações observadas no cotidiano de crianças constituem-se no seu senso comum, elaborado a partir de imagens, crenças, mitos e ideologias, vindas a formar, então, a identidade cultural. Sendo assim, o fato de, muitas vezes, os livros didáticos utilizados em sala de aula retratar o negro de uma forma estigmatizada origina danos ao aluno, que acha normal o racismo e a discriminação contra as pessoas negras, reforçando-se, então, ideias racistas dentro e fora da escola.

Silva (1995, p. 47) explica que, nos Livros Didáticos há, normalmente, uma melhor representação de pessoas brancas em relação às negras, sendo conferida àquelas uma importância maior do que aos negros. Ou seja, os Livros Didáticos passam a ter papel fundamental na reprodução de ideologias, uma vez que expandem visões estereotipadas dos segmentos oprimidos da sociedade.

Devido às denúncias da presença do racismo em Livros Didáticos pelo Movimento Negro e por pesquisadores interessados em estudar o racismo brasileiro (SILVA, 1995; ROSEMBERG, 2003) já existem vários estudos realizados, entre os quais se podem citar a pesquisa de Dante Moreira Leite, intitulada “Preconceito racial e patriotismo em seis livros didáticos primários brasileiros” (ROSEMBERG, 2003). A partir desta e de outras pesquisas, pôde-se constatar que muitos Livros Didáticos veiculavam estereótipos e expressões de inferioridade natural do negro, o que prejudicava a construção da identidade dos alunos, como:

[...] a não representação de personagens negros na sociedade descrita nos livros; a representação do negro em situação inferior à do branco; o tratamento da personagem negra com postura de desprezo; a visão do negro como alguém digno de piedade; o enfoque da raça branca como sendo a mais bela e a de mais poderosa inteligência (ROSEMBERG, 2003, p. 133).

Todavia, de acordo com Rosenberg (2003, p. 136), são muitas as ilustrações que, ainda, apresentam “[...] o negro escravo, vinculando-o à passagem daquela condição à de marginal contemporâneo, pouco trabalhando a diversidade de sua condição”.

Considerando tudo isto e percebendo-se que o processo de construção da identidade se dá, também, na escola, local que representa um papel central na formação da identidade social de um indivíduo, de acordo com alguns pesquisadores (GOMES, 1996; CAVALLEIRO, 2001; SILVA, 2005), as discriminações que se dão com os estudantes negros os estigmatizam, minando as suas identidades, porque aprendemos a ser quem dizem que somos e a pensar do outro aquilo que dele imaginamos, sem ter para isso nenhum motivo real.

Entre as imagens que desvalorizam o negro, destaca uma que ilustra afrodescendentes trabalhando em cargos inferiores, como se a eles restassem, apenas, os trabalhos manuais e não se comunicassem seguindo a norma-padrão da língua portuguesa e, aos brancos, os cargos superiores. Além disso, a ilustração de uma pessoa negra trabalhando numa construção acompanha a música *Construção*, de Chico Buarque de Holanda, a qual traz um verso que se repete durante toda a letra, o que, assim como explica o material (2006, p. 24), contribui para a representação da monotonia da colocação dos tijolos, um a um, num trabalho repetitivo. Esse personagem não possui nome próprio e é comparado a

uma máquina: “Subiu a construção como se fosse máquina”.

Rosenberg (2003, p. 134), reporta a pesquisa na qual constatou que os afrodescendentes eram representados em um contexto invariavelmente pobre e sem nome próprio. Assim, a ilustração perpetua o estereótipo de que negro é sempre pobre e trabalha em posições de trabalhos inferiores e manuais, em comparação aos do branco. Dessa forma, esta imagem inferioriza este personagem criado pelos autores e envia mensagens negativas aos alunos, bem como pode estar mostrando uma prática de racismo por parte dos autores e da editora deste Livro Didático.

O racismo é adquirido pelos indivíduos em seu meio social, durante a formação da sua identidade, a qual está sempre em construção (HALL, 2002). Ou seja, não nascemos com nossa identidade definida, esta é formada durante nossa convivência, recebendo influências de pessoas que nos cercam.

6. METODOLOGIA

A metodologia adotada neste artigo é exploratória, classificando-se como uma pesquisa do tipo descritivo, transversal. O trabalho foi estruturado em levantamento bibliográfico com a utilização de livros, artigos científicos e consultas a bases de dados importantes no contexto historiográfico a fim de buscar informações relevantes que demonstrem o esquecimento da importante contribuição que milhões de

africanos desempenharam na formação e delineamento da identidade cultural afro-brasileira (Marconi; Lakatos, 2012).

Para sua realização levou-se a efeito revisão da literatura científica disponível por subsídios teóricos que ajudassem a fundamentar o estudo proposto. Desse modo, sua abordagem é de natureza qualitativa, sabendo-se esse tipo de abordagem comporta uma multiplicidade de outras abordagens, constituindo-se em um movimento de saberes, de práticas e de políticas articuladas para produção de conhecimento, sob novos paradigmas (Minayo, 2013).

Como critério de seleção das fontes da pesquisa convencionou-se que as publicações fossem livros, artigos científicos e demais publicações que tratassem de temas como a construção da nacionalidade, heróis nacionais esquecidos e a contribuição dos povos africanos na construção da nossa pátria. Como critério de exclusão convencionou-se que não seriam utilizadas aquelas fontes de pesquisa que não tivessem os descritores acima citados. A busca se deu entre os meses de abril e maio de 2019. A análise das publicações ocorreu a partir do conteúdo dos dados coletados por meio da leitura minuciosa de cada literatura selecionada e observada a sua adequação ao tema, sua relevância, originalidade e profundidade. Esta análise de conteúdo se constitui em uma espécie de metodologia de pesquisa capaz de descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos (Bardin, 2012).

7. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A construção da identidade nacional e do nacionalismo levantam discussões profundas por se tratar de um tema complexo envolvendo diferentes opiniões entre os pesquisadores. Alguns elementos necessitam de muita reflexão, como a concepção moderna das nações e dos nacionalismos, que apresentam extrema complexidade e ao mesmo tempo, um material com muita profundidade à pesquisa historiográfica. Seus elementos, quando estudados de acordo com uma nação específica e sendo concebidos na modernidade, mostram como este assunto está presente no dia-a-dia desse povo, e exerceram e continuam exercendo influência, em suas formações e construções, e também na realidade atual.

A exposição analítica da realidade do povo de origem negra mostra que, apesar de terem contribuído para que o descendente de sua etnia, atualmente, possa andar com dignidade no tocante à liberdade, respeito e aceitação em qualquer ambiente da sociedade, esse sacrifício foi pouco vislumbrado. Podemos elencar várias concepções de cunho racista, de valores direcionando os conteúdos educacionais para um viés carregado de preconceito que rompem as possibilidades de destaque pautado no não reconhecimento de associar vitórias, força intelectual e glórias de representatividade social a um cidadão que fuja do estereótipo, ou seja, o cidadão branco.

O estudo mostra que o caráter individualista da sociedade atual leva o cidadão a esquivar-se da celebração do culto ao estado ou à nação, abandonando a ideia de que é produtor reverenciar a um sujeito vindo de fora que possa resolver seus problemas ou realizar uma ação do grande homem que a todos salva. As pessoas no campo individual e familiar tem lutado dia após dia pela salvação da própria estrutura física e psicológica, criando com isso dimensões subjetivas de reconhecimento das forças ativas que estão próximas de suas próprias vidas, quer seja pela luta da sobrevivência individual ou coletiva do grupo familiar. As pessoas tem se distanciado cada vez mais dos tempos em que um cidadão colocava sua força física a serviço da nação ou da religião de forma que contribua para a criação de um patrimônio coletivo.

Do estudo depreende-se que o fato de o tema da diversidade étnico-racial não ser abordado na sala de aula acarreta na não valorização da pessoa negra pela sociedade, contribuindo para que os alunos negros percebam as suas diferenças como aspectos negativos. A constatação de que os afrodescendentes são representados em um contexto invariavelmente pobre e sem nome próprio perpetua o estereótipo de que negro é sempre pobre e trabalha em posições de trabalhos inferiores e manuais, em comparação aos do branco. Dessa forma, esta imagem inferioriza este personagem criado pelos autores e envia mensagens negativas aos alunos, bem como pode estar

mostrando uma prática de racismo por parte dos autores e das editoras de Livros Didáticos.

8. CONCLUSÃO

Entender o que leva as pessoas a buscar no nacionalismo uma forma de suprir sua crise de identidade faz-se importante, principalmente na pós-modernidade, em que valores antes definidos hoje parecem estar em crise, como a identidade, por exemplo. Assim sendo, os processos de construção das identidades nacionais no Brasil merecem atenção especial, pela especificidade em que são baseadas. Ao contrário de outros países, em que há uma quantidade maior de heróis nacionais, e que estes são vistos, de fato, com reverência pelos seus habitantes, no caso brasileiro, há uma grande dificuldade em se criar heróis, sendo Tiradentes o único que se aproxima desta classificação.

Reverenciar a memória dos seus heróis é aceitar o seu legado de luta e desafio contra as discriminações, os preconceitos e a opressão. A história oficial marginaliza os heróis negros, mas também o próprio povo negro se esquece deles. Heróis que deram suas vidas em causas nobres, como igualdade de direitos, dignidade e liberdade, na Guerra dos Farrapos, em território brasileiro, e no maior conflito bélico da América do Sul – a Guerra do Paraguai, onde estiveram envolvidos Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

O povo brasileiro não recebeu e ainda não recebe educação como uma nação multicultural e pluriétnica são imprescindíveis concentrar esforços para ampliar o olhar para além do negro escravo e reconhecer o valor daqueles afrodescendentes em segmentos como a literatura, a música, as artes cênicas, as artes plásticas, as ciências, a medicina, o jornalismo, a diplomacia, a guerra, a política, a religião, etc. Isto significa que o conhecimento da história real ainda precisa ser resgatado. Há dezenas de personalidades, passagens históricas e obras relacionadas à cultura afrodescendente que, se conhecidas, mudarão a perspectiva que temos sobre o povo brasileiro e que foram construídas com explícita parcialidade e má fé pela historiografia oficial.

Precisamos buscar referências, pesquisar, demandar, estudar, perceber o nosso entorno, ir além dos livros didáticos, observar e ouvir a expressão da vida e da cultura nas várias formas em que ela se apresenta em nosso meio. Repito, vivemos em uma sociedade multicultural, onde convivem inúmeras etnias e já não é mais aceito que só os conhecimentos proporcionados pela visão de mundo eurocêntrica, branca, católica e masculina estejam representados na maneira como montamos os currículos escolares. A escola é um espaço que é direito de todas as raças. Mas esse é um direito que para ser respeitado não basta a presença física de seus descendentes na escola.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Luciano Aronne de. **A construção da nação no Brasil: conservadorismo e autoritarismo político**. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; HEINSFELD, Adelar (orgs.). Estados Americanos: trajetórias em dois séculos. Passo Fundo: Ed. Da Universidade de Passo Fundo, 2012.
- ANDERSON, Benedict R. O'G. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BRASIL. Lei No. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira**. MEC. Brasília. 2003.
- BREUILLY, John. **Abordagens do Nacionalismo**. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Coord.). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- CAVALLEIRO, Eliane. **Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor**. In CAVALLEIRO, Eliane (ed.) **Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2001, p. 141-160.

- CARVALHO, José Murilo de. **Nação imaginária: memória, mitos e heróis**. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FUNARI, Pedro Paulo apud MARTON, Fábio. **Confira quem são os 10 Homens mais Importantes da História do Brasil**. AH Aventuras na História. 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/38653181/confira-quem-sao-os-10-homens-mais-importantes-da-historia-do-brasil>. Acesso em 03.06.2019.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade**. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossas escolas**. São Paulo: Summus, 2001.
- GOULART, José Alípio. **Os Heróis Desconhecidos da Escravidão**. KANOAMBO – Coisa de Negro! 2018. Disponível em: <https://www.kanoambo.com.br/2018/10/27/os-herois-desconhecidos-da-escravidao/> Acesso em 02.06.2019.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomas Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.
- HASSE, Geraldo & KOLLING, Guilherme. **Lanceiros Negros**. Já Editores. Porto Alegre. 2006.
- HERMES, Felipe; SPIGARIOL, André & SPERANDIO, Luan. **7 Personagens Negros da História do Brasil mais Importantes que Zumbi**. Disponível em: <https://spotnik.com/7-personagens-negros-da-historia-do-brasil-mais-importantes-que-zumbi>. Acesso em 02.06.2019.
- IZECKSOHN, Vitor. **A guerra do Paraguai**. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org). *O Brasil Imperial II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- JANCSÓ, István. **Na Bahia Contra o Império**. História do Ensaio de Sedição de 1798. São Paulo/Salvador: Hucitec/Edufba, 1996.
- LE GOFF, J. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Tradução de Stefhania Matousek. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- ROSEMBERG, Fluvia; BAZILLI, Chirley & SILVA, Vinícius Baptista da. **Racismo nos livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura**. Educação e Pesquisa, 2003, v. 29, n. 1, p. 125-146.
- RUY, Affonso. **A Primeira Revolução Social Brasileira**. São Paulo. Cia. da Editora Nacional. Coleção Brasiliana. Vol.217. 1978.
- SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- SANTOS, Ale. **Os Heróis Desconhecidos da Escravidão**. Revista Super Interessante. Editora Abril. 2018.
- SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CEAO, CED, 1995.
- _____. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou?** [On-line] Available at: . Last accessed: 11 th December 2002: 8 p.
- SILVA, Maria Aparecida da. **Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial**. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossas escolas**. São Paulo, Summus, 2001.
- SILVA, Rosângela Souza da. **Racismo e discriminação racial no cotidiano de uma escola pública de nível médio**. In: PINTO, Regina Pahim; OLIVEIRA, Iolanda de (Org). **Negro e educação: escola, identidades, culturas e políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa, Anped, 2005.
- THIESSE, Anne Marie. **Ficções Criadoras: as identidades nacionais**. Anos 90. Porto Alegre: n,15, 2001/2002.
- VALIM, Patrícia. **Da Sedição dos Mulatos à Conjuração Baiana de 1798: a construção de uma memória histórica**. Dissertação de Mestrado, DH/FFLCH/USP, 2007.

10. NOTA BIOGRÁFICA

Sandra Siqueira Santos

Pós-doutoranda em Educação pela Universidad Iberoamericana - PY; Doutora em Ciências da Educação pela Universidade San Carlos – PY; Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Del Norte – PY; Especialista em Gestão Ambiental e Graduanda em Direito pela FANESE-BR; Licenciada e Bacharel em Geografia pela UFS-BR; Professora e Coord. Acadêmica Stricto sensu na Faculdade de Candeias – BR; Professora de Geografia na Rede Pública-BR; Professora Convidada e Orientadora de Classe na UTIC- PY, Universidad San Carlos-PY e UNISAL-PY. Residente à Rua Alagoas nº 2000, Bloco 08, Apto. 203. Bairro José Conrado de Araújo, Aracaju, Sergipe – Telefone +55 (79) 98117-5443.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

MATERNIDADE VIVENCIADA ATRÁS DAS GRADES: DESAFIOS E SUPERAÇÕES

JANETE SILVA DOS SANTOS (janysds@bol.com.br) – Discente da Universidade Salvador-UNIFACS-Salvador/BA.

JOVENTINA JULITA PONTES AZEVEDO (jovenjuly@gmail.com) – Mestranda em Administração e Gestão em Saúde Pública- Universidad Columbia del Paraguay- Asunción-Py. Enfermeira e docente da Universidade Salvador- UNIFACS.

VIVIANE DA CONCEIÇÃO DO ESPIRITO SANTO DA CRUZ (viviane.cesc@gmail.com) – Discente do Curso de Enfermagem da Universidade Salvador-UNIFACS. Extensionista do Pró-Hansen pela Unifacs. IC-Fapesb: Reações de Químicas observadas pelo microondas e ultrassom no- IFBA-Salvador/BA.

RESUMO: Descrever os impactos gerados na relação mãe-filho no sistema prisional brasileiro. Metodologia: recorte temático de estudo com base no trabalho de conclusão de curso “Nascer nas Prisões: Realidades vivenciada às sombras da liberdade” com vista a responder à questão norteadora: Quais são os impactos vivenciados pela díade no sistema prisional brasileiro? Resultados: A maternidade vivenciada no cárcere repercute no desenvolvimento psicossial da criança, a amamentação é prejudicada devido ao desmame precoce, a exposição do binômio em condições insalubres nos presídios afeta o vínculo afetivo entre os termos. Conclusão: Diante disto, é possível descrever que exercer a maternagem e maternidade no sistema prisional tem como consequência a desconstrução da relação afetiva entre mãe-filho desde sua concepção após o confinamento da genitora.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade. Prisões. Binômio. Impactos.

RESUMEN: Describir los impactos generados en la relación madre-hijo en el sistema penitenciario brasileño. "Metodología: recorte temático de estudio con base en el Trabajo de Conclusión de Curso" Nacer en las prisiones: Realidades vivenciadas a las sombras de la libertad "con el fin de responder a la cuestión orientadora: ¿Cuáles son los impactos vivenciados por El dúo en el sistema penitenciario brasileño? Resultados: La maternidad vivenciada en la cárcel repercute en el desarrollo psicosocial del niño, la lactancia es perjudicada debido al destete precoz, la exposición del binomio en condiciones insalubres en los presídios afecta el vínculo afectivo entre los términos. Conclusión: Ante esto, es posible describir que ejercer la maternidad y maternidad en el sistema penitenciario tiene como consecuencia la desconstrucción de la relación afectiva entre madre-hijo desde su concepción tras el confinamiento de la genitora.

PALABRAS CLAVES: Maternidad. Prisiones. Binomial. Impactos.

1. INTRODUÇÃO

No final do século XVIII, a maternidade, passou por mudanças significativas no convívio familiar que sugere ao papel de mãe, cuidadora, descentralizando o papel paterno da época. Exercer a maternagem no sistema penitenciário é um assunto de controvérsias, referente a que tipo tratamento, a permanência da criança, aos vínculos afetivos envolvidos, a separação entre mãe-filho, além dos fatores sociais que questiona o “ser mãe” no cárcere e a exposição da criança neste ambiente (VALENTE; HADLER; COSTA, 2012).

Em algumas unidades prisionais mesmo com a inserção de atividades educativas e psicoterápicas, não é um local adaptado para o nascimento e permanência desta criança. O ambiente externo e emocional da genitora afeta o desenvolvimento psíquico e físico do feto, que responde aos estímulos externos. É de suma importância que a mãe seja acompanhada por assistência psicológica, os traumas vivenciados na fase gravídopuerperal marcam a primeira infância, nas suas experiências pré-natais (SOUZA; FERREIRA, 2012).

A amamentação é um fator importante para o vínculo do binômio mãe-filho. A maternidade é marcada pela nutrição estabelecida pela genitora com seu bebê. O ato de amamentar produz uma linguagem que legitima o laço afetivo e psicossocial. Tal direito é garantido até os seis meses de idade,

porém, algumas reclusas relatam que “amamentar seus filhos, representa dar atenção exclusiva a eles”. E, a posteriores o desligamento com a separação (FREITAS, 2017).

O estresse materno e as emoções vividas pela mãe atingem a vida do feto, e conseqüentemente, o progresso até os 9 meses de gestação. Estes fatores emocionais podem gerar aborto espontâneo, bebês prematuros, hiperativos, dificuldade no sono. A ansiedade desta mulher no ambiente prisional desencadeia com o sofrimento fetal que reverbera em problemáticas na psique, personalidade, comportamentos após o nascimento (SOUZA; FERREIRA, 2012).

Os distúrbios psíquicos vividos por estas mulheres reclusas tendem a ser mais relevantes, principalmente em fase gestacional. O estabelecimento prisional com infraestrutura precária, déficit na higiene, má acomodação, dormindo com pessoas estranhas e desconhecidas, sem escolhas para alimentação, horários regulares para alimentação, privada dos desejos pessoais neste período de gravidez reflete na vida uterina deste bebê (SOUZA; FERREIRA, 2012).

A visita íntima para estas mulheres privadas de liberdade é assegurar o direito da sexualidade e reprodução, além do acesso a saúde. Este acesso refere-se aos métodos contraceptivos, exames, ginecologista entre outros. No que se refere à visita íntima feminina existia certo bloqueio devido à possibilidade de gravidez, mais encargos.

Contudo, os laços familiares com seu companheiro, cônjuge, elevam a autoestima e ameniza o sofrimento vivenciado neste período de reclusão (SOUZA; FERREIRA, 2012). Atualmente, há iniciativas de Unidades da Federação em garantir este benefício (DELZIOVO et al. 2014).

Os cuidados maternos no cárcere e a saída da criança do ambiente é uma privação de afeto familiar em 1º grau. Visto que, a situação mais comum é o patriarca também estar em cumprimento de pena. A criança será educada por terceiros, parentes, morando em abrigos entre outros. O incentivo a pesquisa neste contexto da maternidade em ambiente prisional é importante, porque, estas mulheres representam o papel familiar e não são apenas infratoras das leis (RIBEIRO et al. 2013).

2. METODOLOGIA

Realizou-se um recorte temático de pesquisa descritiva e qualitativa, com base no trabalho de conclusão de curso “Nascer nas Prisões: Realidades vivenciada às sombras da liberdade” com abordagem qualitativa e descritiva. A pesquisa descritiva é um tipo de estudo, que procura descrição de fatos e fenômenos determinantes da realidade, e exige várias informações do investigador sobre a pesquisa. Exemplos de pesquisa descritiva: estudos de caso, análise documental, pesquisa ex-post-facto (TRIVIÑOS, 1987). Diante disto, a abordagem qualitativa

consiste em proporcionar um modelo de entendimento profundo de ligações entre elementos, direcionado à compreensão da manifestação do objeto de estudo (MYNAIO, 2007).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Silva, Luz, Cecchetto (2011) enfatizam que a maternidade vivenciada no cárcere consiste em um sofrimento para estas mulheres devido à inadequação do espaço prisional para o desenvolvimento da criança, repercutindo assim, na relação mãe-filho. Relataram ainda, que a maternidade é uma fase de fortalecimento de vínculo que deve ser desenvolvido no contexto do pré-natal, que por sua vez, não garante o êxito do sucesso no aleitamento materno. Desta forma, é necessário acompanhar estas mulheres na assistência de saúde para promover a maternagem no aspecto do aleitamento materno. Contudo, a discussão do vínculo mãe-bebê é uma temática polêmica devido ao ambiente prisional ser inadequado para o desenvolvimento e crescimento da criança e por outro lado, há o sofrimento materno na separação do binômio.

Seguindo a mesma linha de pensamento Monteiro et al.(2011) relatam que na fase gestacional surgem sentimentos de medo, angústia e insegurança relacionado a construção familiar, ou seja, o trinômio (mãe, pai e filho). No entanto, a confirmação da gravidez traz resignificação do conceito de família. Estas mulheres relatam que há

uma rede de solidariedade entre as companheiras de cela no cuidado com os filhos. Sendo assim, a educação destas crianças tem um caráter coletivo, porém, o convívio no ambiente prisional possui condições inapropriadas de higiene e integridade física para o binômio. Os autores abordam que as reclusas que não amamentaram seus filhos expressaram arrependimentos, porém, as nutrizes relataram em seu discurso que a amamentação proporcionou alegria, satisfação e contentamento. Sendo assim, é primordial salientar que, o significado da genitora nesta experiência e o contexto social vivenciado nesta prática resultam na boa qualidade e duração eficiente do ato de amamentar. Os autores verificaram que algumas mulheres entrevistadas eram usuárias de drogas ilícitas mesmo gestantes e amamentando, repercutindo assim em danos à saúde física e emocional das mulheres e dos filhos.

Os autores França, Silva (2016) afirmam que as prisões femininas não impedem que as reeducadas vivenciem as fases do ciclo reprodutivo, inclusive a gestação, o parto e a amamentação. O ato de parir, gestar e cuidar de um filho pode gerar perspectivas de futuro no amadurecimento emocional e pessoal. Vale ressaltar as compreensões da maternidade, do contexto social e das experiências vivenciadas não abrangem todas as mulheres, países e culturas, mesmo com a construção idealizada de maternidade ocidental contemporânea. Sendo assim, estudar estes

fatores permite minimizar negligências referente: ao suporte emocional, a realização do pré-natal, de exames, o direito ao aleitamento materno, ao convívio, entre outros.

Os autores Barros et al. (2016) e Fochi, Silva, Lopes (2014) comungam com a ideia de que o pré-natal é de suma importância para a mulher na gestação. Sendo assim, é primordial que o atendimento seja realizado de forma humanizada com a promoção, prevenção e assistência à saúde da gestante. Segundo Barros et al. (2016), ao analisar os dados reprodutivos foi possível identificar que a maioria das mulheres privadas de liberdade não realizaram o pré-natal, por consequência, poderá surgir complicações, como abortos.

Fochi, Silva, Lopes (2014), ainda evidenciam que o ambiente prisional como um local de insegurança, medo, angústia. Desta forma, a assistência pré-natal deve proporcionar os cuidados direcionados da fase gestacional com condutas humanizadas que favoreçam à gestante e o conceito suporte para o parto e o pós-parto. Na pesquisa, os autores verificaram também, que as gestantes realizaram o pré-natal e o acompanhamento dos problemas de saúde progrediu. Todavia, com exceção dos cuidados de saúde mental devido ao profissional se desvincular da unidade naquele período.

Segundo o Ministério da Saúde (2014), a Rede Cegonha é uma estratégia do Ministério que visa implementar uma rede

de cuidados para às mulheres assegurando o planejamento reprodutivo, o pré-parto e nascimento, o puerpério e atenção integral à saúde da criança e o sistema logístico (transporte sanitário e regulação). Visto que os partos são realizados em unidades hospitalares em todo o território brasileiro, embora não há atendimento de qualidade na atenção do pré-natal e no puerpério de mulheres reclusas. Desta maneira, é necessário avaliar os dados epidemiológicos sobre essa população de gestantes, homogeneidade na condução do pré-natal, parto, puerpério e da atenção à criança nascida no sistema prisional; controlar a profilaxia referente à sífilis e à prevenção da transmissão congênita de sífilis; do HIV e das hepatites virais assegurando assim a realização dos exames previstos para o período da gravidez; adoção de adequado itinerário terapêutico nos casos de gestação de alto risco. Sugere ainda que a equipe de atenção básica prisional ou a equipe responsável de saúde do território (USF) da unidade prisional são responsáveis por ofertar os cuidados com diáde.

Seguindo o mesmo ponto de vista, Barros et al. (2016) enfatizam que neste período o enfermeiro pode constatar intercorrências, minimizando assim os índices de mortalidade materna e perinatal. Além de que a estratégia de atenção à saúde da mulher presume a realização do controle do câncer cervico-uterino, de mama e do pré-natal.

Silva, Luz, Cecchetto (2011) confirmaram que a maternidade é uma fase de fortalecimento de vínculo que deve ser desenvolvido no contexto do pré-natal, que por sua vez, não garante o êxito do sucesso no aleitamento materno. Desta forma, é necessário acompanhar estas mulheres na assistência de saúde para promover a maternagem no aspecto do aleitamento materno. Contudo, a discussão do vínculo mãe-bebê é uma temática polêmica devido ao ambiente prisional ser inadequado para o desenvolvimento e crescimento da criança e por outro lado, há o sofrimento materno na separação do binômio. Seguindo a mesma linha de pensamento Oliveira, Miranda, Costa (2015) relatam que os contatos entre os pais e filhos são irregulares ou inexistentes após o encarceramento favorecendo a quebra de vínculos. É importante salientar que, algumas mulheres por reconhecerem o sofrimento dos filhos no ambiente prisional optam por não estreitar laços afetivos com seus filhos.

As autoras Santos, Bispo (2018) reforçaram ainda que o vínculo afetivo é importante para a construção do desenvolvimento saudável da criança na formação da sua personalidade e no estabelecimento da confiança com sua genitora. Ainda reiteram que o desenvolvimento psicossocial das crianças é prejudicado neste ambiente de péssimas condições de higiene, superlotado, com a facilidade de propagação de doenças infectocontagiosa e a fragilidade das redes de apoio.

Os autores Soares, Cenci, Oliveira (2016) diferem sob o aspecto de que algumas gestantes privadas de liberdade submetem as instituições precárias e renunciam as penitenciárias com mais recursos e afastadas, para não perderem os vínculos com os seus familiares. No entanto, coincide com Santos, Bispo (2018) no que tange ao desenvolvimento emocional e psicológico da criança que é estabelecido pelo olhar que os cuidadores tratam as emoções das crianças. Desta maneira, o primeiro ano de vida é um período importantíssimo em que a criança começa a se autorregular através das figuras significativas.

Do mesmo modo, Oliveira, Miranda, Costa (2015) depreenderam que o contato entre os pais e filhos, muitas vezes, são irregulares ou inexistentes após o encarceramento, fortalecendo com a ideia de que o aprisionamento gera consequência como a quebra de vínculos, além distorcer, o papel da mãe, esposa, filha e, por conseguinte repercutindo na fragmentação familiar que perpassa o período de encarceramento sendo comum, o abandono familiar.

Segundo Diuana, Corrêa, Ventura (2017) relatam que estas mulheres apenas antes da condenação, muitas vezes, eram responsáveis pela criação dos filhos, manutenção da família. Conseqüentemente, após a prisão da mesma, as condições de sobrevivência da família fragilizaram vínculos e transtornos são gerados na

organização familiar. No entanto, a relação mãe-filho é desempenhada concomitantemente com a vivência simultânea da separação futura.

De acordo Félix et al. (2017) relatam que a maternidade vivenciada no sistema prisional constitui um sofrimento para as confinadas, devido ao exercício verdadeiro do papel da genitora, somados aos direitos violados, a precarização da assistência à saúde que dificulta ainda mais o convívio com os filhos. Ademais, o sentimento materno de afeto é pautado em uma construção diária, ou seja, deve ser conquistado. No entanto, o encarceramento não proporciona este ambiente satisfatório para o desenvolvimento do vínculo entre mãe-filho. Vale ressaltar, que o pré-natal humanizado é importante para assegurar o acolhimento do bem-estar materno e neonatal analisando as peculiaridades de cada gestante.

4. CONCLUSÃO

Em suma, compreender o ambiente do cárcere feminino será importante para promover o desenvolvimento da criança, sem danos no seu contato com as genitoras. A investigação deste local não depende apenas do que é garantido por lei deve-se haver uma equipe multidisciplinar no acompanhamento desta gestação com integração profissional, saúde e bem-estar na construção da formação psicossocial da mesma.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS et al. Situação socioeconômica e reprodutiva de mulheres presidiárias. **Revista Fundamental Care online**. Piauí, v.8, n.4, p.4980-4985, out./dez.2016. Disponível em: <file:///C:/Users/154142176/Downloads/4400-29757-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a **Rede Cegonha**. Diário Oficial República Federativa do Brasil, 27 jun. 2011; Seção 1:109. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html>. Acesso em: 11 de abr. 2018.
- DELZIOVO, Carmem Regina et al. Curso: **Atenção à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade**. Florianópolis. 2014. 90 slides. Apresentação em Power-point. Disponível em: <file:///C:/Users/154142176/Downloads/Saude_Mulher.pdf-CARMEM>. Acesso em 20 mar. 2018.
- DIUANA, Vilma; CORRÊA, Marilena C.D.V.; VENTURA, Miriam. Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 27, n. 3, p.727-747, jul. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v27n3/1809-4481-physis-27-03-00727.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- FÉLIX, Rayane Saraiva et al. O enfermeiro na atenção pré-natal às mulheres em sistema carcerário. **Revista de Enfermagem UFPE online**. Recife, v.11, n.10, p.3936-3947, out.2017. Disponível em: <file:///C:/Users/154142176/Downloads/15187-69709-1-PB.pdf>. Acesso em: 22 set. 2018.
- FRANÇA, Alba Maria Bomfim de; SILVA, Jovânia Marques de Oliveira e. **A mulher em situação de prisão e a vivência da maternidade**. Rev. Enferm UFPE online , Recife, v. 10, n. 5, p. 1891-1894, mai. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/154142176/Downloads/13571-34712-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.
- FREITAS, ThaináRosalino de. **A produção da maternidade: laços desfeitos e vínculos construídos**. In: MUNDOS DE MULHERES & FAZENDO GÊNERO 11. 13. 2017, Florianópolis. Anais...Rio de Janeiro: Women's Worlds Congress, 2017. p.1 - 15. Disponível em: <http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499470763_ARQUIVO_Modelo_Texto_completo_MM_FGthainajuju.pdf> Acesso em: 25 mar. 2018.

- FOCHI, Maria do Carmo Silva; Silva, Agnes Raquel Camisão da; Lopes, Maria Helena Baena de Moraes. **Pré-natal em unidade básica de saúde e gestante em situação prisional.** Rev. Rene, São Paulo, v.15, n.2, p.371-377, mar./abr. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/154142176/Downloads/3175-5940-1-SM.pdf>. Acesso em: 22 set. 2018.
- MINAYO, M.C.S.: **Pesquisa Qualitativa em O Desafio do Conhecimento Saúde.** 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p.
- MONTEIRO, Estela Maria Leite Meirelles et.al. Aleitamento materno no sistema penitenciário Fonte. **Rev. enferm.** UFPE on line, [sI], v.5, n.8, p.1970-1978, out. 2011.
- OLIVEIRA, Lannuzya Verissimo e; MIRANDA, Francisco Arnaldo Nunes de; COSTA, Gabriela Maria Cavalcanti. Vivência da maternidade para presidiárias. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, [s.l.], v. 17, n. 2, p.1-10, jun. 2015. Disponível em: <https://www.fen.ufg.br/revista/v17/n2/pdf/v17n2a20.pdf>. Acesso em: 26 de ago. 2018.
- RIBEIRO, Samila Gomes et al. Experiência do amamentar por mães privadas de liberdade: estudo exploratório descritivo. **Enfermagem em Foco**, Ceará, v. 4, n. 2, p.84-87, mai. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/154142176/Downloads/532-1383-1-SM.pdf>. Acesso em: 15 de abr. 2018.
- SANTOS, Janete Silva dos; AZEVEDO, Joventina Julita Pontes; CRUZ, Viviane da Conceição Espírito Santo da. 2018. **Nascer nas Prisões: Realidades vivenciada às sombras da liberdade.** 44 f. Monografia (Graduação) - Curso de Enfermagem - Universidade de Salvador - Unifacs, Salvador, 2018.
- SILVA, Eveline Franco da; LUZ, Anna Maria Hecker.; CECCHETTO, Fátima Helena. Maternidade atrás das grades. **Enfermagem em Foco**, Rio Grande do Sul, v.2, n. 1, p.33-37, jan.2011. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/71/58>. Acesso em: 15 de mai. 2018.
- SOARES, Indiara Ribeiro; CENCI, Claudia Mara Bosetto; OLIVEIRA, Luiz Ronaldo Freitas de. Mães no cárcere: Percepção de vínculo com os filhos. **Estudo e Pesquisas em Psicologia.** Rio de Janeiro, v, 16, n.1, p.27-45, jul.2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v16n1/v16n1a03.pdf>. Acesso em: 19 de ago. 2018.
- SOUZA, Raisa Gabriela C.; FERREIRA, Ana Mônica Medeiros. O amor atrás das grades: um estudo sócio-jurídico sobre a maternidade nas prisões. **Revista da FARN**, Natal, v.11, n. 1/2, p. 133-163, jan/dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistaunirn.inf.br/revistaunirn/index.php/revistaunirn/article/view/297.>. Acesso em: 20 de mai. 2018.

- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.
- VALENTE, Dirce Lima; HADLER, Oriana Holsbach; COSTA, Luciano Bedin. Por uma Clínica Cartográfica: A Experiência da Maternidade em Mulheres em Privação de Liberdade. **Revista de Psicologia da Imed**, [s.l.], v. 4, n. 2, p.681-691, dez. 2012. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5155047.pdf>>. Acesso em 24 de mar. 2018.

6. NOTAS BIOGRÁFICAS

Janete Silva dos Santos

Discente da Universidade Salvador – UNIFACS-Salvador/BA.

Joventina Julita Pontes Azevedo

Enfermeira e docente da Universidade Salvador- UNIFACS. Mestranda em Administração e Gestão em Saúde Pública- Universidad Columbia del Paraguay- Asunción-Py. Pós-Graduação em Saúde Pública com ênfase em PSF- Centro de Pós-Graduação São Camilo- Salvador/BA. Habilitação em Obstetrícia e Graduação em Enfermagem- Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia de Sobral-Fundação Vale do Acaraú – Sobral/CE.

Viviane da Conceição do Espirito Santo da Cruz

Discente do Curso de Enfermagem da Universidade Salvador-UNIFACS. Extensionista do Pró-Hansen pela Unifacs. IC-Fapesb: Reações de Químicas observadas pelo microondas e ultrassom no – IFBA-Salvador/BA.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

O ACOLHIMENTO COMO VERTENTE DE HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE DO HOMEM

ARLETE NUNES (nunesribeiro.ar@gmail.com) – Psicóloga e Mestranda em Administração e Gestão em Saúde Pública - Universidad Columbia Del Paraguay, UCP, Paraguai.

VALESKA REGINA SOARES MARQUES (valeska_br@hotmail.com) – Pós-Doutora pela UNIBE, Doutora em Saúde Pública pela Universidade Americana. Mestre em Saúde Pública pela Universidade Americana em 2015. Graduada em Medicina Veterinária pela UFRRJ - RJ em 1996.

RESUMO: O artigo aborda, por meio de revisão de literatura, o acesso do homem à saúde pública, após a implementação das diversas políticas públicas, criadas pelo SUS, dentre elas a Política Nacional de Humanização (PNH) e a Política Nacional de Atenção Integral da Saúde do Homem (PNAISH), que tem como diretriz o acolhimento, como forma de troca de experiências com as diferentes especialidades para a promoção da saúde do homem, por intermédio da prevenção e do incentivo ao autocuidado. Foram realizadas buscas nos bancos de dados SCIELO e LILACS e selecionados artigos que se aprofundaram no tema proposto. Os resultados demonstram que as práticas de acolhimento ao homem em suas necessidades, ainda não foram concretizadas nas unidades de saúde pesquisadas. Apesar das políticas públicas voltadas para a população masculina, com cerca de uma década de existência desde a sua criação, é possível perceber que o engajamento do homem no tratamento preventivo da saúde ainda é deficitário, muitas campanhas realizadas com intuito de incentivar e promover a busca pelo atendimento preventivo, continuam por eleger as mulheres, as crianças e os idosos como seu foco principal.

PALAVRAS-CHAVE: Acolhimento. Humanização. Saúde Do Homem. Saúde Pública.

RESUMEN: El artículo aborda, por medio de revisión de literatura, el acceso del hombre a la salud pública, después de la implementación de las diversas políticas públicas, creadas por el SUS, entre ellas la Política Nacional de Humanización (PNH) y la Política Nacional de Atención Integral de la Salud (PNAISH), que tiene como directriz la acogida, como forma de intercambio de experiencias con las diferentes especialidades para la promoción de la salud del hombre, por intermedio de la prevención y del incentivo al autocuidado. Se realizaron búsquedas en los bancos de datos SCIELO y LILACS y seleccionados artículos que se profundizaron en el tema propuesto. Los resultados demuestran que las prácticas de acogida al hombre en sus necesidades, aún no se concretar en las unidades de salud investigadas. A pesar de las políticas públicas dirigidas a la población masculina, con cerca de una década de existencia desde su creación, es posible percibir que el compromiso del hombre en el tratamiento preventivo de la salud todavía es deficitario, muchas campañas realizadas con el propósito de incentivar y promover la búsqueda por la atención preventiva, continúan por elegir a las mujeres, los niños y los ancianos como su foco principal.

PALABRAS CLAVES: Acogida. Humanización. Salud Del Hombre. Salud Pública.

1. INTRODUÇÃO

Com o surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela lei nº 8.080/90, que tem como diretriz o atendimento público e como princípios doutrinários: a universalidade, a integralidade e a equidade.

O princípio da universalidade garante o direito à saúde para todos os brasileiros, sem acepção ou discriminação, de acesso aos serviços de saúde oferecidos pelo SUS; O princípio da integralidade assegura que todos os cidadãos devam ser tratados, com respeito aos direitos de cada um, de acordo com suas diferenças; O princípio da equidade assegura o atendimento do indivíduo em qualquer região do país e que as ações e serviços devem ser oferecidos aos cidadãos em todos os níveis de complexidade.

Apesar do SUS preconizar a universalidade, a igualdade e a equidade do atendimento em saúde, percebeu-se que a saúde do homem não era priorizada entre as políticas públicas de saúde. Diante desse cenário, houve a necessidade de uma maior atenção a essa população, uma vez que, foi constatado que o homem tem maior resistência em procurar atendimento na atenção básica, se inserindo no sistema de saúde pelo atendimento especializado, ou seja por meio do atendimento secundários e terciários, o que eleva os casos de agravos com morbidade que poderiam ser evitados, caso estivessem sendo acompanhados pela rede primária de atenção à saúde (REIS, 2014).

A partir da implementação do SUS, outras políticas públicas foram surgindo entre elas a Política Nacional de Humanização (PNH), lançada em 2003, também conhecida como “Humaniza SUS”, que traz como proposta de gestão do cuidado e dos processos de trabalho, a inserção de trabalhadores, usuários e gestores, assim como, tem o objetivo de inserir nos serviços de saúde, os princípios do SUS, de forma a produzir mudanças necessárias na forma de gerir e de cuidar. A transversalidade da PNH, requer que a pessoa que está sendo assistida possa interagir e trocar suas experiências com as diferentes especialidades e práticas de saúde, essa prática deve estar presente e inserida em todas as políticas e programas do SUS (BRASIL, 2015).

Dentro desse conceito foi inserido o acolhimento, um dos princípios da PNH e que estará presente de forma muito significativa em outras Políticas Públicas que surgiram posteriormente, dentre elas, a Política Nacional de Atenção Integral da Saúde do Homem (PNAISH), que foi criada em 2009 pelo Ministério da Saúde, tendo como objetivo principal, promover a saúde do homem, através da prevenção e do incentivo ao autocuidado, partindo da premissa de que a saúde é um direito de todo cidadão, incluindo aqui, o público masculino, além da busca pela valorização dos profissionais de saúde.

Acolher é legitimar a necessidade de saúde do outro em sua singularidade, deve surgir para sustentar as relações existentes

entre equipes e usuários. Sendo construído de forma coletiva a partir do que foi verificado nos processos de trabalho, tendo como foco principal, a construção de vínculos, comprometimento e relações de confiança entre as equipes e os serviços; o trabalhador e a equipe; o usuário com sua rede social e afetiva (BRASIL, 2015).

O acolhimento surge como proposta central de reorientação da atenção à saúde. Sendo visto como uma estratégia fundamental na reorganização da assistência nos diversos atendimentos de saúde do país, com a intenção de inverter o modelo assistencial e técnico existente até então, de forma a incluir o princípio da universalidade no atendimento e na reorganização dos processos de trabalho (REIS, 2014).

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar os impactos e a influência do acolhimento, a partir do surgimento das políticas públicas, dentre elas a PNH e a PNAISH, na saúde dos usuários de sexo masculino, atendidos nas diversas unidades de saúde pública, buscando evidenciar se a humanização no atendimento, principalmente no tocante ao acolhimento do homem em suas necessidades, tem atingido as metas propostas.

2. METODOLOGIA

Para a síntese de conhecimento científico produzido e publicado nas principais mídias eletrônicas, as buscas foram realizadas nos bancos de dados

SCIELO e LILACS, tendo como palavras chaves os seguintes descritores: “Acolhimento”, “Humanização”, “Saúde pública” e “Saúde do Homem”. Os limites de busca foram publicações de artigos científicos em revistas, sites e livros, durante o processo de análise foram selecionados 8 artigos que se aprofundam no tema sobre a influência que o acolhimento exerce sobre a saúde do usuário do sexo masculino, a partir da inserção de novas políticas públicas do SUS.

Os estudos incluídos para análise obedeceram aos seguintes critérios: artigos, monografias, livros e teses relacionados com a temática proposta, publicados entre os anos de 2007 a 2019, em português e indexado em periódicos eletrônicos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de resultados que constataram que os homens tinham uma expectativa de vida mais baixa, assim como apresentavam taxas de mortalidade elevadas, comparadas com as mulheres, foi criada a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem (PNAISH), pelo Ministério da Saúde, com o intuito de promover ações de saúde voltadas para o usuário do sexo masculino, com prevenção de riscos e agravos, assistência, recuperação e redução dos índices de morbimortalidade evitáveis e aumento da expectativa de vida dessa população (BRASIL, 2009).

Os dados revelados por pesquisadores com o intuito de analisar os benefícios

obtidos pelos usuários a partir do surgimento da PNAISH e dos profissionais de saúde que realizam esse atendimento, revelam que o homem continua buscando atendimento em saúde, somente quando os sintomas e a doença se encontram em estágio avançado, levando a um diagnóstico de grande gravidade e por conseguinte, um aumento da taxa de mortalidade dessa população. A procura pela assistência médica, sofre resistência por parte do homem, uma das hipóteses para essa realidade, seria a falta de compreensão da necessidade de prevenção, uma vez que o estereótipo de gênero induz o homem a pensar que um corpo forte e viril, não adoeceria (BOTTON; CÚNICO; STREY, 2017).

Os homens não são ensinados a praticarem o autocuidado, assim como, os serviços de atenção primária se mostram despreparados para o atendimento ao usuário do sexo masculino. Muitos profissionais da saúde, ainda trazem formas de pensar, sentir e agir, pautados em crenças e valores machistas do que é ser homem, numa cultura machista, assim surge um círculo vicioso que invisibiliza e exclui a população masculina dos discursos de promoção e prevenção da saúde. É importante frisar que julgamentos e comportamentos estereotipados por parte desses profissionais, vão contra às práticas de cuidado humanizado defendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), tornando ainda mais grave as desigualdades de saúde, através da inadequação do atendimento por ausência de uma escuta qualificada e do acolhimento necessário, respeitando a

diversidade dos homens, enquanto seres singulares e os estilos de masculinidades (BOTTON; CÚNICO; STREY, 2017).

A questão da saúde do homem vem sendo discutida em vários estudos, na tentativa de compreender as diversas causas dos altos perfis de morbimortalidade dos homens. Essas taxas elevadas, são atribuídas por alguns autores, ao processo de socialização do homem, onde são considerados os atributos de força e poder como característicos do homem, o que resulta em posturas que pré-dispõem ao acometimento de doenças e de mortes. De acordo com outros autores, o homem não valoriza o cuidado com a saúde, além de reprimirem suas necessidades e apresentarem dificuldades em demonstrá-las, tornando a busca pelos serviços de saúde, menor, comparado com as mulheres (FIGUEIREDO; SCHRAIBER, 2011).

Além das questões de gênero, algumas pesquisas apontam que outros fatores, que estão intrínsecos às atividades dos serviços de saúde, são possíveis causas de impedimento ao acesso dos homens a essas unidades de atendimento, entre eles: à acessibilidade, os aspectos relacionados ao trabalho, às características das equipes profissionais e a estrutura de funcionamento desses serviços (GOMES; NASCIMENTO; ARAÚJO, 2007).

Estudos apontam que a adoção de práticas de autocuidado podem ser dificultadas por amarras culturais, advindas do masculino aprisionado no imaginário de ser homem, uma vez que a procura pelo

serviço de saúde, de forma preventiva, poderia indicar fraqueza, medo e insegurança, contrariando a visão de que o homem é viril, invulnerável e forte, aproximando-o das representações do universo feminino, causando dúvidas acerca dessa masculinidade socialmente instituída, além do medo da descoberta de uma doença grave, a vergonha em expor o corpo ao profissional de saúde, em particular a região do ânus, para realização do exame de prevenção do câncer de próstata. Outro fator importante, que contribui para a baixa procura do público masculino, é a falta de unidades de atendimento especializado para tratamento da saúde do homem (GOMES; NASCIMENTO; ARAÚJO, 2007).

Os serviços de saúde se mostram despreparados no atendimento ao homem, apesar das várias políticas públicas que foram implementadas, através do SUS. A própria organização de suas unidades não incentivam a busca do homem pelo serviço de saúde, assim como as campanhas de saúde pública não são direcionadas aos usuários do sexo masculino (GOMES; NASCIMENTO; ARAÚJO, 2007).

Foi realizado um estudo com gestores do SUS de municípios do interior de Santa Catarina, de como o serviço de atendimento básico, pode se estruturar para ser porta de entrada do homem, assim como, das demais populações, foram perguntados aos gestores sobre o conhecimento da PNAISH e sua implementação.

A conclusão que obtiveram foi que havia fragilidades nas respostas sobre o

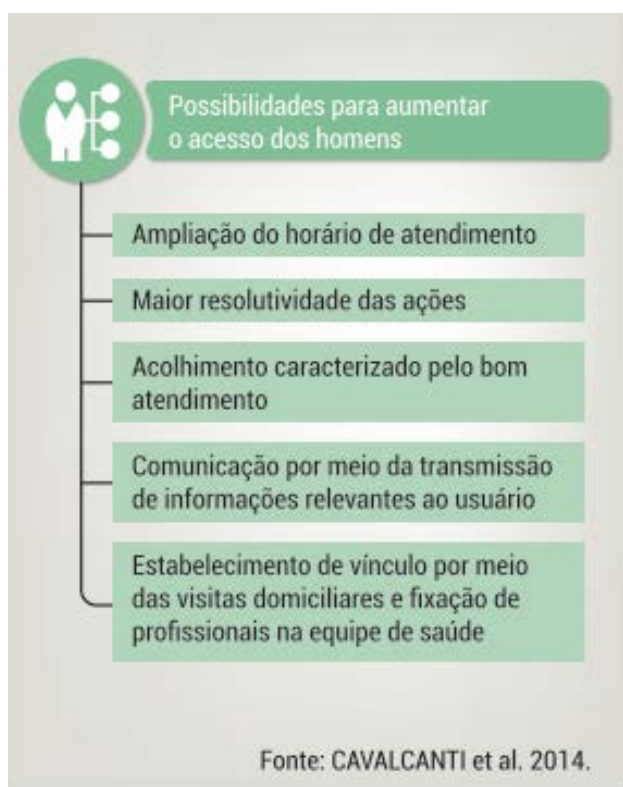
conhecimento das políticas e também sobre outros dispositivos que norteiam a Atenção Básica no País.

O estudo apontou que as medidas adotadas pelos gestores dos municípios em questão, foram direcionadas para a detecção do câncer de próstata, aumento do atendimento médico especializado e controle de doenças crônicas. Esse resultado deixa claro, que esses profissionais precisam ser capacitados, para que possam realizar ações de planejamento, ampliação e acompanhamento relativo à saúde do homem (ADAMY et al., 2015).

Após a implantação da PNAISH em cinco municípios do país foi realizado um estudo exploratório, que concluiu que os Planos de Ação Municipal, priorizaram ações voltadas a atenção do aparelho genital masculino e não apresentam descrições precisas para implantação da política (CAVALCANTI et al., 2014).

Foi realizado um estudo com um grupo de homens, que faziam parte de uma igreja católica local, na cidade de Cuité-PB, sendo a maior parte deles trabalhadores rurais, na faixa etária de 42 a 68 anos, com renda familiar variada entre menos de um salário mínimo e mais de três salários mínimos. Concluiu-se que a partir das informações obtidas através de entrevistas, o homem considera que saúde preventiva, está diretamente ligada ao exame preventivo de câncer de próstata. Outro ponto destacado pelos entrevistados foi a necessidade de aumento do número de médicos, uma vez que o atendimento se torna demorado

devido a superlotação, diminuindo a agilidade do atendimento e por conseguinte, aumento do tempo de ausência do homem de suas atividades laborais e como obstáculos encontrados no serviço de saúde a vergonha em se expor e a impaciência da espera pelo atendimento, além da falta de tempo por parte deles e da ausência de resolutividade dos serviços de saúde (CAVALCANTI et al., 2014).



Uma outra pesquisa realizada em um Centro Municipal de Saúde, da cidade do Rio de Janeiro, com enfermeiros que executavam suas tarefas laborais diretamente com o público masculino, esse estudo teve como objetivo fazer uma análise dos discursos

desses profissionais de saúde, através dos resultados obtidos, foi possível concluir que falta infraestrutura organizacional e sistematização dos serviços básicos, acarretando limitações ao atendimento integral à saúde do homem (SILVA et al., 2012).

Por meio desta pesquisa foi observado que os profissionais de saúde, principalmente os profissionais de enfermagem, necessitam aprimorar o conhecimento das políticas públicas, assim como, precisam participar de programas de capacitação, que lhes possibilite oferecer a população masculina atendimento de acordo com as suas demandas específicas. E ainda, faz-se necessário a desconstrução da ideia de que o homem é um ser invulnerável, fazendo com que o mesmo, deixe de buscar o atendimento preventivo nos atendimentos de saúde. O homem precisa ter permissão para expressar seus medos, anseios e fragilidades e dessa forma se sentirem acolhidos em suas necessidades de saúde (SILVA et al., 2012).

Para que haja a produção em saúde é necessário um processo em rede envolvendo sujeitos, processos de trabalho e diferentes saberes. Sendo necessário que se faça reflexões sobre a humanização do cuidado, buscando vencer a separação entre o usuário e o profissional de saúde, assim como, permitir a construção de uma relação mais igualitária (FAUST et al., 2016).

Os homens são tão vulneráveis quanto as crianças, mulheres e idosos, e precisam ter suas especificidades reconhecidas, atendidas e valorizadas. O fato do homem se considerar “forte” em relação à saúde, interferem diretamente no acesso à atenção básica, da mesma forma que as questões

estruturais. A forma de transpor essas barreiras nos serviços de saúde é através do vínculo entre o profissional de saúde e o usuário, possibilitando o rompimento da invisibilidade do homem e a valorização dos princípios de equidade e integralidade do SUS (FAUST et al., 2016).

Quadro 1 - Diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH): conceitos e formas de se colocar em prática.

| Diretriz | O que é? | Como você pode colocar em prática? |
|-----------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Acolhimento | É o reconhecimento do que o outro traz como legítima necessidade de saúde. Sustenta-se na relação entre equipe e usuário, visando à construção de relações de confiança, compromisso e vínculo. | Por meio de uma escuta qualificada, que possibilite ao usuário expor suas demandas em saúde, garantindo o acesso oportuno às tecnologias necessárias e tornando efetivas as práticas de cuidado. |
| Gestão participativa e cogestão | É a inclusão de novos sujeitos nos processos de decisão referentes à gestão. | Alguns grupos de trabalho, tais como colegiados gestores, mesas de negociação, contratos internos de gestão, Câmara Técnica de Humanização (CTH), Grupo de Trabalho de Humanização (GTH), Gerência de Porta Aberta (GPA) são possibilidades de efetivação da cogestão na saúde. |
| Ambiência | Consiste na viabilização de espaços saudáveis, acolhedores, que propiciem mudanças no processo de trabalho e encontros entre as pessoas. | A ambiência pode se efetivar a partir da decisão compartilhada da organização dos espaços físicos, de acordo com as necessidades de ambos, usuários e trabalhadores. Por exemplo, garantir que tenha uma cadeira para o homem no consultório de forma a facilitar a inclusão deste nas consultas e colocar cartazes que incluam os homens. |
| Clínica ampliada | É uma ferramenta que permite a compreensão da singularidade do sujeito, da complexidade do processo saúde-doença e a superação da fragmentação do conhecimento. | Uma forma de colocá-la em prática é a partir da qualificação do diálogo entre profissionais e profissional-usuário, o que desencadeia decisões compartilhadas. |
| Valorização do trabalhador | Consiste no reconhecimento da experiência dos profissionais e sua inclusão nos processos de tomada de decisão. | Buscar espaços de diálogo, para reflexão e análise do que causa sofrimento e adoecimento, bem como do que fortalece o grupo de trabalhadores, qualificando as formas de agir no serviço de saúde. Também é relevante a participação dos trabalhadores nos espaços coletivos de gestão. |
| Defesa dos direitos dos usuários | O direito à saúde é garantido por lei, e os serviços de saúde têm o papel de informar os usuários sobre isso e assegurar que os direitos sejam efetivados. | Assegurar o direito do cidadão de acesso à saúde; mantê-lo informado sobre seu estado de saúde e tomar decisões compartilhadas sobre as intervenções necessárias para o seu cuidado. |

Fonte: Política Nacional de Humanização (BRASIL, 2013).

As necessidades de saúde devem ser definidas pelos profissionais e também pelos usuários, isso é humanização do cuidado. É necessário que o profissional de saúde escute com atenção, dando legitimidade as questões trazidas pelos usuários (FAUST et al., 2016).

O acolhimento, de acordo com a PNH, deve ser assumido pelos profissionais de saúde através de uma postura ética no contato com o usuário, compartilhando saberes, angústias e decisões referentes as

intervenções a serem adotadas. O acolhimento humaniza as relações entre profissionais, serviços de saúde e usuários, produzindo uma relação de escuta e responsabilidades, formando vínculos e compromissos que orientam ações para o cuidado em saúde (FAUST et al., 2016).

A partir do vínculo e do acolhimento estabelecido, o homem tem uma maior percepção das suas necessidades. O reconhecimento por parte dos profissionais de saúde das especificidades da população

masculina e a implementação de ações para atender essas solicitações, na ótica do cuidado continuado e integral, dessa forma os serviços em saúde, se tornam espaços de assistência reconhecidos pelos homens (FAUST et al., 2016).

4. CONCLUSÃO

Embora o SUS tenha implementado as Políticas Nacionais de Atenção Integrada ao Homem – PNAIH, o homem ainda não se sente estimulado a buscar o atendimento de saúde de forma preventiva, sendo necessário a desconstrução da figura masculina como forte, viril e invulnerável que interfere diretamente no acesso à atenção básica. Se

faz necessário, que o homem estabeleça vínculos e seja acolhido pelos profissionais de saúde, considerando suas especificidades e que as mesmas sejam atendidas e valorizadas. O estudo apresentado, demonstra a necessidade de capacitação dos profissionais de saúde e dos gestores, assim como, o aprimoramento do conhecimento das políticas públicas, de forma que possam oferecer um atendimento integral à saúde do homem. As unidades de saúde precisam ser reorganizadas de forma a estimular a procura do atendimento de saúde pelo sexo masculino, sendo fundamental campanhas de saúde pública voltadas ao público masculino, assim como a criação de horários alternativos nos serviços de saúde.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMY, E. K. et al. **Política nacional de atenção integral a saúde do homem: visão dos gestores do SUS**. [s.l.], p. 5361, 2015.
- BOTTON, A.; CÚNICO, S. D.; STREY, M. N. Diferenças de gênero no acesso aos serviços de saúde: problematizações necessárias. **Mudanças - Psicologia da Saúde**, [s.l.], v. 25, no 1, p. 67, 2017. ISSN: 0104-3269, DOI: 10.15603/2176-1019/mud.v25n1p67-72.
- BRASIL. **Ministério da Saúde, Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem PNAISH**. Ministério da Saúde. [s.l.]: [s.n.], 2009. شقوٹ p. ISBN: 9788533416437.
- _____. **Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização - PNH**. Editora do Ministério da Saúde. [s.l.]: [s.n.], 2015.
- CAVALCANTI, J. da R. D. et al. Assistência Integral a Saúde do Homem: necessidades, obstáculos e estratégias de enfrentamento. Escola Anna Nery - **Revista de Enfermagem**, [s.l.], v. 18, no 4, p. 628–634, 2014. ISSN: 1414-8145, DOI: 10.5935/1414-8145.20140089.

- FAUST, S. B. et al. **Acesso e acolhimento na atenção à saúde do homem.** [s.l.]: [s.n.], 2016. 66 p. ISBN: 9788582670835.
- FIGUEIREDO, W. dos S.; SCHRAIBER, L. B. Concepções de gênero de homens usuários e profissionais de saúde de serviços de atenção primária e os possíveis impactos na saúde da população masculina, São Paulo, Brasil Male users' and primary care services health professionals' conceptions of gender. **Ciência e saúde coletiva**, [s.l.], v. 16, no 1, p. 935–944, 2011.
- GOMES, R.; NASCIMENTO, E. F.; ARAÚJO, F. de C. **Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior [Why do men use health services less than women? Explanations by men with low versus higher education].** Cadernos de Saúde Pública, [s.l.], v. 23, no 3, p. 565–574, 2007.
- REIS, C. M. de M. **ACOLHIMENTO HUMANIZADO A SAÚDE DO HOMEM EM UMA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS-BA.** 26 p. 2014.
- SILVA, P. A. dos S. et al. A saúde do homem na visão dos enfermeiros de uma unidade básica de saúde. Escola Anna Nery, **Rev. Enfermagem**, [s.l.], v. 16, no 3, p. 561–568, 2012. DOI: 10.1590/s1414-81452012000300019.

6. NOTAS BIOGRÁFICAS

Arlete Nunes

Psicóloga e Mestranda em Administração e Gestão em Saúde Pública - Universidad Columbia Del Paraguay, UCP, Paraguai.

Valeska Regina Soares Marques

Pós-Doutora pela UNIBE, Doutora em Saúde Pública pela Universidade Americana. Mestre em Saúde Pública pela Universidade Americana em 2015. Graduada em Medicina Veterinária pela UFRRJ - RJ em 1996.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

GESTÃO ASSOCIATIVA E O PROCESSO DECISÓRIO “ESTUDO DE CASO DA ARPA - ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL”. MANAUS, AMAZONAS, BRASIL

ANACLETO BARBOSA GARRIDO (abarbosa43@hotmail.com) – Mestre em Administração pela Universidad de Columbia del Paraguay e Coordenador Geral de Recursos Humanos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas Campus Manaus Zona Leste.

RONALDO DO NASCIMENTO CARVALHO (dr.ronaldocarvalho@gmail.com) – Doutorando em Ciências da Educação na Universidad Columbia del Paraguay e docente na Faculdade de Caldas Novas – Unicaldas do Curso de Administração.

RESUMO: O presente trabalho tem como propósito “Analisar o gerenciamento do processo decisório para a tomada de decisão aplicado na Gestão da ARPA - Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental”, entidade esta que coleta, recicla, comercializa, gera renda, emprego e preserva o ambiente. Na fundamentação literária tem-se como base a leitura crítica, apresentando os recortes sobre os conceitos, princípios, objetivos, tipos, gestão, legislação, perspectivas e desafios do associativismo e processo decisório. Da mesma forma, a participação dos mesmos nos processos decisórios é incipiente, considerando sua transitoriedade na organização em que reconhecidamente foi identificado como associados principais, os sócios fundadores. As associações enfrentam grandes desafios no mercado competitivo em que atuam, por isto, a adoção de um sistema de gestão efetivo é fundamental para o bom desempenho de suas atividades. Nesse sentido, este trabalho busca compreender o sistema de gestão utilizado na ARPA, tendo como embasamento a forma de gestão de associações, discorrendo acerca da importância da gestão associativa para o desenvolvimento social, econômico e cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Associativismo, Gestão e Tomadas de Decisões.

RESUMEN: Las asociaciones son organizaciones en que pasan por procesos de tomadas de decisiones que definen el direccionamiento y la búsqueda de los resultados, para concretizar el esfuerzo cooperativo de reunir personas con el mismo propósito. Este trabajo tiene como propósito “Analizar el gerenciamiento del proceso decisorio para la tomada de decisión aplicado en la Gestión de la ARPA - Asociación de Reciclaje y Preservación Ambiental.”, entidad que coleta, recicla, comercializa, regenera capital, empleo y preservación del medio ambiente. En la fundamentación literaria se tiene como base la lectura crítica, presentando los recortes sobre los conceptos, principios, objetivos, tipos, gestión, legislación, perspectiva y desafíos del asociativismo y proceso de decisión. De la misma forma, la participación de los mismos en el proceso de decisión es incipiente, considerando su transitoriedad en la organización en que reconocidamente fue identificado como asociados principales, los socios fundadores. Las asociaciones enfrentan grandes problemas en el mercado de la competición en que actúan, por esto, a adopción de un sistema de gestión efectivo es fundamental para un buen desempeño de sus actividades. En este sentido, este trabajo procura comprender el sistema de gestión utilizado en la ARPA, teniendo como base la forma de gestión de asociaciones, desarrollando sobre la importancia de la gestión asociativa para el desarrollo social, económico y cultural.

PALABRAS CLAVES: Asociativismo, Gestión, Tomadas de Decisiones.

1. INTRODUÇÃO

Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), também conhecida como Primeira Internacional ou simplesmente **Internacional**, foi uma organização fundada em setembro de 1864. Foi a primeira organização operária a superar fronteiras nacionais, reunindo membros de todos os países da Europa e também dos Estados Unidos. A organização abrigou, em seu seio, trabalhadores das mais diversas correntes ideológicas de esquerda: de comunistas marxistas até anarquistas, além de sindicalistas, reformistas, republicanos e democratas radicais e cooperativistas.

Na cidade de Salvador está localizada a Associação Comercial da Bahia, que foi criada em 15 de julho de 1811, a primeira Associação Comercial do Brasil que se tem notícia.

As associações na região Norte do Brasil é a que menos concentra organizações da sociedade civil sem fins lucrativos com atividades diretamente relacionadas com o meio ambiente. Segundo o IBGE menos de 1% das 291 mil ONGs brasileiras está categorizada como de meio ambiente e somente 120 ONGs das 2.242 com essa classificação estão localizadas na região Norte do país.

Com atuação em meio ambiente as entidades associativistas como ONGs, cooperativas, Ocips defendem diferentes causas na Amazônia. Algumas possuem um

perfil técnico e se dedicam a pesquisas, metodologias e estudos ambientais, semelhantes às empresas de consultoria e órgãos governamentais de pesquisa. Já algumas possuem uma missão social que especifica exatamente para quem e onde dedicam seus esforços.

Como se observa, as associações têm um papel social para criar grupo de pessoas com interesses sociais, visando diminuir ou mitigar as desigualdades sociais não atendidas em sua plenitude pelas políticas públicas governamentais.

As associações têm um papel relevante no contexto socioeconômico, e têm representatividade e amparo jurídico estabelecido: as mesmas são organizações que precisam ser planejadas, para direcionar, executar, controlar e prever suas atividades.

As associações estão regulamentadas tanto na Constituição Federal quanto no Código Civil. Elas não se formam por contrato, e sim por Estatuto, mas pela união de pessoas, sem direitos e obrigações recíprocas (art. 981 da Lei nº 10.406/2002). As associações se propõem a realizar atividades não destinadas a proporcionar interesse econômico aos associados, entretanto podem participar de atividades lucrativas para alcançar os seus objetivos, e se regulamentam enquanto conjunto de regras que orientam e regem a atividade e caráter corporativo da associação. Elas dão corpo ao que é, o que se pretende e como funciona a associação.

Em síntese, a ARPA é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, fundada, de fato, em 01.07.2006 (com Estatuto registrado em cartório em 25.07.2007). Atua como atividades principais a coleta, reciclagem e comercialização de resíduos sólidos. Esta associação serve de arcabouço para esta pesquisa que tem como tema Gestão Associativa e o Processo Decisório. “Estudo de Caso da ARPA - Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental”. Manaus, Amazonas, Brasil.

As Associações, em sentido amplo, são qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. Formalmente, qualquer que seja o tipo de associação, pode-se dizer que é uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de necessidades e objetivos comuns. Sua constituição permite a construção de melhores condições do que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos. (CARDOSO, 2014, p.07).

Uma das características do associativismo no Brasil é a que traz consigo estratégias de cunho social para a cooperação de determinados grupos de indivíduos.

A ARPA acredita e tem como objetivo de seu trabalho a relevância socioambiental para a sociedade, pois a coleta de resíduos e a reciclagem são alternativas ecologicamente corretas, que contribuem na

preservação do meio ambiente, manutenção de espaço público, direcionamento adequado de resíduos e diminuição do impacto desses resíduos.

O Estudo aborda os seguintes tópicos, terceiro setor e a caracterização de associação, conceitos, princípios, características, objetivos e Tipos de associação, Legislação aplicada às associações, gestão nas associações, Teoria da tomada de decisões, conceitos de decisão, Tipo de decisão, Decisões nas organizações, Associação, planejamento e decisão, Perspectivas e desafios do associativismo e o estudo de caso da ARPA - Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental, as considerações finais, apêndices e anexos para que possam contribuir na construção lógica e para melhor compreensão desta pesquisa.

2. METODOLOGIA

2.1.DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Segundo Beuren *et al* (2006, p. 84), o fato de um estudo de caso “[...] relacionar-se a único objeto ou fenômeno se constitui em uma limitação, uma vez que os resultados não podem ser generalizáveis a outros objetos ou fenômeno”. A preocupação é evitar que o resultado sirva a considerações genéricas. Por isso, convém admitir-se que a escolha dessa metodologia implicará em algumas limitações. De fato, os estudos de casos são generalizáveis às proposições teóricas, e não a populações ou universos, não tendo caráter probabilísticos.

Assim, considerando, os resultados obtidos nesta pesquisa, não podem levar a conclusão de que eles também ocorrem em outras associações. Ademais, salienta-se também como limitativo: o fato da pesquisa ter sido realizada em Manaus, estado do Amazonas; a restrita literatura sobre o assunto; e por fim, o estudo se restringiu à legislação pátria. Todavia, tais limitações, não invalidam os resultados alcançados, os quais podem servir de parâmetro de comparação para outros estudos de problemáticas semelhantes.

2.2. TIPO DE PESQUISA

A pesquisa se classifica como exploratória com caráter descritivo e será realizada e concluída por meio de observações, entrevistas com os associados, para fins de compreensão dos pontos tidos como preponderantes. A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto.

Quanto à natureza, se trata de uma pesquisa aplicada, essa que, de acordo com Fonseca:

[...] possui finalidade prática, pois se destina a resolver problemas, sejam eles imediatos ou não, em outras palavras, objetiva gerar conhecimentos para aplicação da prática, dirigida à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais, o estudo em tela se reconhece nesse tipo de

investigação, uma vez que se trata de análise de gestão de uma organização, onde se faz necessário uma visualização das atividades decorrente de suas operações. (FONSECA, 2008, p.69)

Quanto aos seus objetivos a pesquisa se caracteriza como descritiva. Na concepção de Lakatos e Marconi (2001), este tipo de pesquisa se configura pela técnica padronizada de coletas de dados, realizada através da aplicação de questionários e observação sistemática, neste contexto, na realização da pesquisa fora utilizada a aplicação de questionários mistos, com questões abertas e fechadas envolvendo gestores e associados.

Na contribuição de Gil (1999), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Infere-se do exposto que a pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda. Nesse contexto, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos.

Na contribuição de Gil (1999, p. 73) temos como suporte afirmativo a seguinte descrição:

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de uma ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

O estudo em tela buscou avaliar a forma de gestão de uma organização classificada como um ente jurídico do Terceiro Setor especificamente uma Associação voltada aos processos de reciclagem com características de fins econômicos, no contexto do presente trabalho fica mais evidente quando se tem em mente que o escopo para o estudo de caso.

Como salienta Yin, (2010, p. 39), “investigar um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”.

Como os demais métodos é uma maneira de investigar tópico empírico seguindo um conjunto de procedimentos planejados, estudo de caso é o método científico com respostas para as questões comuns, retratando os fenômenos contemporâneos do contexto da vida real.

2.3. POPULAÇÃO E AMOSTRA

A escolha do *locus* de pesquisa e dos informantes-chave ficou assim caracterizada: o universo é a ARPA - Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental, que contém 54 associados.

Para seleção amostral foram utilizados critérios de inclusão que consistia em ser associado a ARPA a mais de 3 meses e ser maior de 21 anos. O critério de exclusão consistia em o associado não aceitar participar da pesquisa ou não estar presente no dia da aplicação do questionário.

Após a aplicação dos critérios se chegou ao número amostral de 20 associados participantes da pesquisa.

2.4. INSTRUMENTOS

Para a formalização da pesquisa de campo, adotou-se a elaboração de um questionário com perguntas fechadas. O questionário (Apêndice) possui 13 perguntas que visaram extrair dos entrevistados, seus respectivos entendimentos sobre o que é uma Associação enquanto entidade representativa de trabalhadores; seus conhecimentos sobre a estrutura administrativa da Associação e como ocorrem as tomadas de decisão; seus direitos e deveres e principalmente os problemas enfrentados pelos associados na execução dos trabalhos. A Coleta das informações foi realizada através do diálogo informal após concordância mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo). A etapa de exposição de motivos da pesquisa foi precedida de uma breve abordagem conceitual do tema, expondo e explicando a proposta do projeto e sua pertinência.

2.5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que concerne aos procedimentos metodológicos utilizados para a consecução da pesquisa, optou-se pela adoção da observação de fatores tidos como preponderantes para o estabelecimento da delimitação do tema, conforme previsto nos objetivos, e em consonância com o estudo proposto. Para tanto, a postura metodológica escolhida envolve a separação do método em dois segmentos: o de abordagem e o de procedimentos.

2.6. COLETA DE DADOS

A aplicação do questionário foi realizada em dois momentos, no período do segundo semestre de 2017 e no primeiro semestre de 2018, por meio de conversa individual com cada associado, momento em que foram esclarecidas as dúvidas de cada um, os objetivos da pesquisa e principalmente como as informações seriam utilizadas pelo pesquisador, buscando informações que pudessem subsidiar alguns pontos, como a quantidade de associados, quantidades de resíduos tanto catadas quanto recicladas, divisão de renda e uso de equipamentos.

O corpo de associados apresenta bastante rotatividade. O estudo permitiu afirmar que inexistem procedimentos de formação do corpo de associados, conforme reza o estatuto. Nesse sentido, identificou-se que os associados legalmente comprovados são somente os sócios fundadores,

constantes do estatuto da associação. Geralmente, os “associados”, segundo informado em entrevista, se constituem de pessoas que estão passando por uma crise, buscam a Associação para sair do aperto, mas tão logo arrumam outro emprego, deixam a instituição.

A pesquisa e o pesquisador esperam se encontrar com a investigação e com as respostas, se preocupando em como serão demonstrados os resultados. Mas é interessante observar as categorias de análise que serão consideradas no decorrer do desenvolvimento da pesquisa. A proposta é analisar o processo das tomadas de decisão na Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental (ARPA), a partir das características conceituais e dos levantamentos de campo.

2.7. ANÁLISE DE DADOS

Os dados quantitativos foram tabulados e posteriormente analisados para a confecção de quadros e gráficos para demonstração dos resultados através do software Excel da Microsoft Office 2013.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. HISTÓRICO INSTITUCIONAL DA ARPA

A Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental - ARPA é o resultado da iniciativa de uma empreendedora, que no

ano de 2006, afastada do mercado formal de trabalho, com marido desempregado e 5 filhos para criar, encontrou na atividade da coleta de resíduos uma forma de sobrevivência. O pároco da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, padre Afonso que observou o esforço da catadora se propôs ajudar não somente ela, mas um grupo de pessoas que coletavam materiais recicláveis no entorno da paróquia. Entre os materiais coletados estão: papelão, papel, dentre outros.

Essas pessoas trabalhavam precariamente. Sem uma estrutura física onde pudessem estar e guardar os materiais coletados, com carrinhos cedidos pelo empresário que lhes compravam os materiais – o dono do Amarelinho (estabelecimento localizado no Bairro de Educandos, Manaus-AM), que apreçava o produto segundo critério próprio.

Normalmente a jornada de trabalho daquelas pessoas começava no horário da tarde, quando os comércios dos arredores liberavam os resíduos do dia – lixo, e só acabavam altas horas da noite. Trabalho finalizado, essas pessoas não tinham onde guardar o produto do seu trabalho de modo que dormiam nas calçadas da Igreja, vigiando os carrinhos para não serem roubados, esperando a empresa abrir no dia seguinte a fim de negociar seu material.

Cheia de dúvidas, apostando pouco na sua capacidade para reunir o grupo, mas consciente das dificuldades, Alcinéia aceitou o desafio. Houve outros encontros visando à

materialização da proposta, que resultou na formação de uma associação de catadores.

A ARPA foi consultada e convidada a fazer parte do projeto na condição de incubada.

3.2. PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NAS TOMADAS DE DECISÕES NA ARPA

A Assembleia Geral é o órgão máximo das atividades de tomadas de decisões nas organizações associativistas, tanto nos modelos de cooperativas quanto nas associações. No caso da ARPA, o fluxo de gerenciamento do processo decisório se tornou evidente quando questionamos sobre o modelo de gestão aplicado na associação

Vivemos um momento de questionamentos e perguntas sobre as formas de Gestão, de desenvolvimentos organizacionais, Gestão participativa, Gestão Democrática, modelos alternativas com foco na geração de emprego e renda, superação da desigualdade social, por isso, faz-se necessário aprofundar-se nestes estudos.

O desenvolvimento organizacional nada mais é que as mudanças que ocorrem dentro de uma organização. Segundo essa teoria aberta, democrática e participativa, as organizações devem se voltar mais às pessoas do que às técnicas e recursos para conseguir uma maior capacidade de realizar as mudanças necessárias ao desenvolvimento organizacional. (CHIAVENATO, 2003).

O mundo de hoje se caracteriza por um ambiente em constante mudança. O ambiente que envolve as organizações é extremamente dinâmico, exigindo delas uma elevada capacidade de adaptação como condição básica de sobrevivência, está intimamente ligado aos conceitos de mudança e de capacidade adaptativa da organização à mudança, uma organização independente do seu ramo de atividade. (MAXIMINIANO, 2009).

Neste caso, ou mesmo sendo uma associação deve-se buscar o seu desenvolvimento organizacional para suprir suas necessidades e de seus colaboradores, no caso desta associação, dos associados, para que possa ter suas atividades associativistas com resultados satisfatórios.

Neste contexto, vale gerar alternativas viáveis sociais, econômica e ambientalmente, para que se possa orientar gestores, consultores e estudantes. As organizações e a população como um todo ganha com esse tipo de trabalho.

3.3.APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO AOS ASSOCIADOS PARTICIPANTES

As mudanças políticas e sociais ocorridas no cenário atual do país têm provocado o crescente surgimento e participação de entidades civis e organizações do terceiro setor, atuantes no espaço público ou privado, onde desempenham funções, através de prestação de serviços nas áreas da educação,

saúde, meio ambiente, geração de renda, e outras para tentar mitigar as desigualdades sociais não atendidas pelas políticas governamentais.

Nesse cenário, o monitoramento e a avaliação em face da necessidade de ferramentas que possibilitassem o controle e a articulação das ações na busca de melhores resultados.

Das análises e discussões elaboradas com base nas informações coletadas sobre a ARPA.

Do seu conteúdo, dentre outros, consta o resgate histórico da formação da organização com ênfase à dinâmica das relações associativas; destacam-se também as condições físicas do ambiente, principalmente suas condições; aspectos da gestão das tomadas de decisão, apresentando a precariedade da organização das relações de trabalho, e os conflitos; o perfil socioeconômico dos associados, em que se busca a efetividade da reciclagem como geradora de renda, ratificada por mudanças reais nas condições de vida dos pesquisados. Ademais, focalizam-se as ações emergentes da associação com a finalidade de responder aos seus objetivos da preservação ambiental.

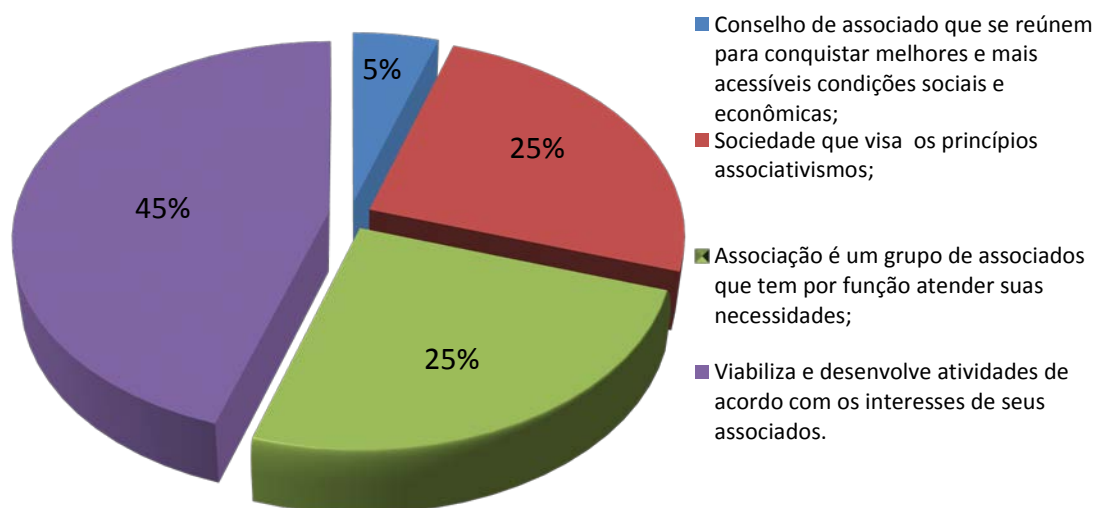
Ao longo desses anos, alguns associados passaram pela Diretoria, recebendo por meio desse fantástico laboratório de aprendizagem associativista além de poderem vivenciar em seu dia-a-dia os mecanismos e métodos e técnicas de gestão, dentro dos princípios do

associativismo como forma de organização coletiva de trabalho, pelo contato direto com catadores e com a população em geral que vem em busca de informações, serviços e orientações técnicas.

Obviamente a ARPA ainda não atingiu a sua plenitude em relação aos seus objetivos

e funções. Muitas trilhas e obstáculos surgirão em seu caminho. Porém, nada mais gratificante do que o entusiasmo, que se renova a cada ano, de um grupo de associados que se propõe a ofertar um pouco de si, em benefício dessa instituição que é a Associação.

Gráfico 01
O que você entende por Associação, qual o conceito?



Fonte: Dados do Autor, (2017)

Deve-se destacar também a importância e reconhecimento e agradecimento a todos os que passaram ao longo desses 11 anos com dedicação, paciência, disciplina e com determinação contribuíram para o processo de solidificação da ARPA, a qual sobreviveu às transformações sociais, políticas, culturais e econômicas locais e de nosso país e mais especificamente em nosso estado.

Observe-se o seguinte: “uma associação se caracteriza pela união voluntária de seus membros, em prol de uma causa comum, isto é, trabalhando em conjunto para a consecução dos seus objetivos”. (OTAMIRES, 2010, p. 53).

As primeiras cooperativas e associações foram formadas a partir da década de 1990, possibilitando novas perspectivas de relação dos grupos de catadores com o poder público dos

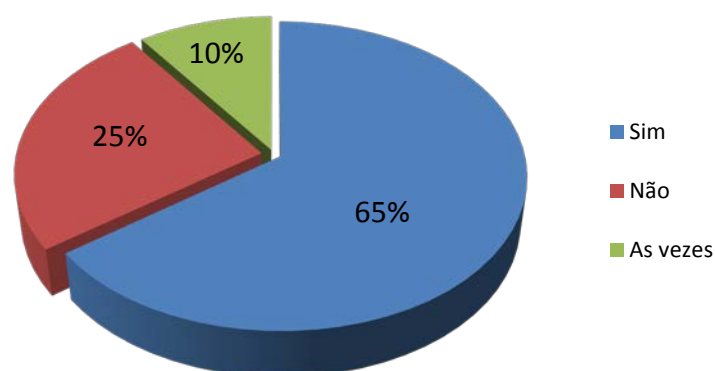
municípios. Essa visão compartilhada possibilita diversos benefícios, como a valorização e a profissionalização do trabalho do catador, a inclusão social e o resgate da cidadania, bem como a retirada dos catadores dos lixões e aterros (DEMAJOROVIC; BESEN, 2007).

O gráfico seguinte, representa a indagação “você concorda com as decisões que são tomadas na Associação (ARPA)”?

Das alternativas de resposta 65% dos respondentes afirmaram sim, numero expressivo que sinaliza que os associados concordam com as tomadas de decisões, 25% afirmaram que não concordam e 10% opinaram pela alternativa as vezes onde se remete a uma indefinição dos associados e para esse entendimento uma situação de que poucas vezes concorda com as tomadas de decisões na Associação.

Gráfico 02

Você concorda com as decisões que são tomadas na Associação (ARPA)?



Fonte: Dados do Autor, (2017)

Sistemas políticos podem ser mais ou menos democráticos, de acordo com o perfil dos agentes envolvidos na decisão. Nos sistemas democráticos, a tomada de decisões se pauta pela busca permanente da representatividade na discussão. As decisões são tomadas a partir da consolidação de níveis de consenso quanto às preferências sociais (GOMES, 2007; ANDRADE, 2012), pela caracterização conceitual das associações a representatividade dos

membros da entidade em que participam suas presenças funciona como fator determinante na concessão das tomadas de decisões.

O líder ou representante (presidente) de uma associação tem o papel importante que é repassar para os seus associados a situação econômica da entidade assim como, seu funcionamento e regras estabelecidas a uma pessoa que passa a se integrar na associação.

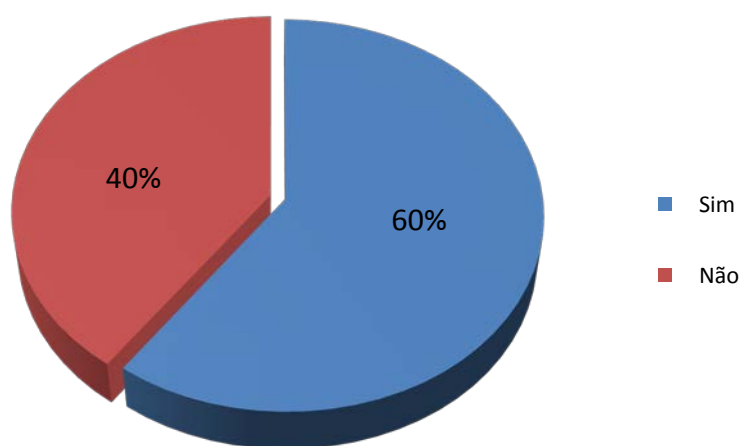
A educação cooperativista é mais simples, pois seu campo só se busca – mostrando as vantagens do cooperativismo para a realização do indivíduo como elemento produtivo [...] que as pessoas se tornem cooperadas conscientes dos princípios básicos que precisaram observar e praticar, incentivando atitude de

cooperativa. (RICCIARDI & LEMOS 2000, p. 152).

Neste sentido como os mesmos estão diretamente ligados às tomadas de decisão e conseqüentemente conhecem seus direitos e deveres, resposta essa exemplificada em sua totalidade no gráfico abaixo.

Gráfico 03

Você conhece todos os seus direitos e deveres de associados?

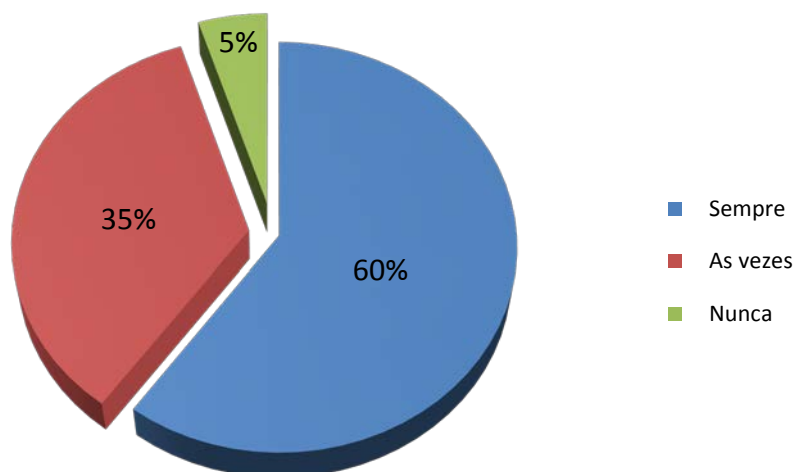


Fonte: Dados do Autor, (2017)

Na indagação do gráfico exposto, “você conhece todos os seus direitos e deveres de associados”, 60%, opinaram que sim, e 40% opinaram não. Diante das opiniões suscitadas nesta indagação tem-se um resultado positivo já que o conhecimento sobre os direitos e deveres de um associado conduz a construção dos objetivos da organização associativa.

O gráfico a seguir, representa a indagação “Com que frequência você participa diretamente nas tomadas de decisões da ARPA”? Com 60% dos entrevistados opinaram pela alternativa “sempre”, isto é, afirmaram que os associados participam diretamente das tomadas de decisões na ARPA, 35% opinou pela alternativa “as vezes” e 5% pela alternativa “nunca”.

Gráfico 04
Você participa diretamente nas tomadas de decisões da ARPA?



Fonte: Dados do Autor, (2017)

Para DAFT, (2005, p.196), “a tomada de decisão é o processo de identificar os problemas e as oportunidades e em seguida solucioná-los”. A tomada de decisão envolve esforços antes e depois da escolha real.

A tomada de decisão é dos procedimentos mais importantes no contexto gerencial, pois influencia nos destinos da organização e faz parte da função de sinalizar para caminho racional da entidade.

4. CONCLUSÃO

O estudo conclui que a criação da associação ocorreu por meio da ação empreendedora de uma catadora que mobilizou um grupo de pessoas que coletava materiais recicláveis, no centro da cidade, e

após o processo de organização inicial participou de um processo de incubação e contou com uma assessoria para seu registro legal. A tomada de decisão dentro de uma organização é um processo sistêmico que não pode ser analisada separadamente das circunstâncias que a envolvem.

- O envolvimento e a participação dos associados são fundamentais em qualquer forma ou plano de gestão. As preocupações com os associados constituem uma salvaguarda contra as decisões apressadas de outros associados, ou erradas, confusas, sem levar em consideração algumas formulações de decisões, que é indispensável para levar ao conhecimento dos associados à importância dos problemas e solucioná-los.

- O ingresso dos associados normalmente ocorre de maneira eventual, como uma possibilidade transitória em virtude da falta de uma oportunidade de emprego. Da mesma forma, a participação dos mesmos nos processos decisórios é incipiente, considerando sua transitoriedade na organização em que reconhecidamente foi identificado como associados principais, os sócios fundadores.

Um fator preponderante são os associados terem informações preliminares de suas demandas, seja de problemas, e de gerenciamento de recursos ou processos. Neste caso, as reuniões anteriores à assembleia fazem com que as pautas a serem votadas ou tomadas de decisões para o melhor funcionamento administrativo da associação.

É interessante também a flexibilidade do agendamento das reuniões, que elas sejam pré-estabelecidas pelo estatuto que são quatro ao longo do ano, podendo ter as assembleias extraordinárias que podem ser solicitadas, a qualquer necessidade.

Este modelo de voto participativo das Assembleias realizadas na ARPA demonstra que o processo decisório pode se diferenciar nas ações de qualquer modelo ou tipo de organização.

Para a ARPA a manutenção das atividades, a realização das assembleias para as tomadas de decisão, aquisição de alguns equipamentos, a rotatividade e manutenção dos associados, a rotatividade, - por causa talvez de uma melhor oportunidade de trabalho ou emprego formalizado nestes casos são pontos positivos.

Vale ressaltar outras recomendações para estudos futuros que possam envolver a atual conjuntura da ARPA como: Educação ambiental e os resíduos sólidos urbanos; Impactos socioambientais causados pelos resíduos sólidos; Avaliação da comunidade das proximidades da ARPA; Processo logístico ou logístico reversa dos resíduos sólidos; Potencialidade da coleta e reciclagem de resíduos; as perspectivas dos modelos associativistas, entre outras possibilidades.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, R.J. C. **O papel do poder no processo de tomada de decisão estratégica**, IX SEGeT, Simpósio de Excelência em Gestão de Tecnologia, Fortaleza. CE, 2012. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/52116800.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2017.
- BEUREN, Ilse Maria (org.) et al. **Como elaborar trabalhos monográficos: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- CARDOSO, Univaldo Coelho. **Associação**. / Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lúcia Nogueira Carneiro, Édna Rabêlo Quirino Rodrigues. – Brasília: Sebrae, 2014.

- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações** / Idalberto Chiavenato – 7. Ed. Rev e atual. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- DAFT, Richard L. **Administração**. 6.ed. Pioneira São Paulo, 2005.
- DEMAJOROVIC, J.; BESEN, G. R. **Gestão compartilhada de resíduos sólidos: avanços e desafios para a sustentabilidade**. In: XXXI ENANPAD, Rio de Janeiro, 2007. Anais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.
- FONSECA, Luiz Almir Menezes. **Metodologia Científica ao Alcance de Todos**, 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2008. 184p.
- GIL, Antônio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas. 1999.
- GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. **Tomada de decisão gerencial: Enfoque Multicritério**. São Paulo Atlas, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**, 7.ed. São Paulo: Atlas, 2001. 225p.
- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. Ed. Compacta. São Paulo: Atlas, 2009.
- MUSZINSKI, Luciana. **O Princípio da Gestão Democrática: o processo de educação cooperativa como estratégia para a participação dos associados**, Porto Alegre, RS, 2013. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Luciana%20Muszinski.pdf >. Acesso em 07 nov. 2017.
- OTAMIREs, Barbosa Maia de Souza. **Avaliação da atividade de reciclagem implementada pela associação de reciclagem e preservação ambiental (arpa) como instrumento para geração de renda – um estudo de caso**. Universidade federal do Amazonas instituto de ciências humanas e letras programa de pós-graduação em sociedade e cultura na amazônia, Manaus, 2010.
- RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkins de. **Cooperativa, a Empresa do Século xxi**. São Paulo: Ltr, 2000.
- SCHNEIDER, J. O. (Coord.). **Educação e cooperação cooperativa: os desafios no seu desempenho**. São Leopoldo, RS UNISINOS, 2010.

6. NOTAS BIOGRÁFICAS

Anacleto Barbosa Garrido

Graduado em Ciências Política pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA, especialista em Programa de Educação de Jovens e adultos - PROEJA no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, Mestre em Administração pela Universidad de Columbia em Assunção Paraguai. Atualmente Coordenador Geral de Recursos Humanos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas Campus Manaus Zona Leste.

Ronaldo do Nascimento Carvalho

Graduado em Administração na Universidade Guarulhos – UnG, com especialização em Finanças e Gestão de Negócios no Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa IPEP, mestre em Administração pela Universidad Americana/PY, doutor em Administração pela Universidad Americana/PY e Pós-doutor pela Universidade Íbero-Americana/UNIBE-PY. Atualmente é docente na Faculdade de Caldas Novas – Unicaldas do Curso de Administração.

REFLEXÃO SOBRE CLASSE HOSPITALAR E A CAPACITAÇÃO DOCENTE

WALDEMAR DE LIMA ALVES (alveswaldemar@yahoo.com.br) – Doutorando em ciências da Educação pela Universidad Columbia del Paraguay, Mestre em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente (Universidade Plínio Leite – RJ), Servidor Público do Estado do Rio de Janeiro, – Professor da Fundação de Apoio à Escola Técnica – RJ.

RESUMO: A possibilidade e o funcionamento da classe hospitalar não são muito conhecidos no país. Apesar de existir no Brasil desde 1950 e ser reconhecida por lei, é um assunto pouco discutido, porém de grande relevância. O objetivo desse artigo consiste em saber, através da revisão da literatura, se a deficiência nos conteúdos do curso de formação de professores sobre classe hospitalar pode desestimular a procura por essa atividade nesse ambiente. O estudo apontou que no Brasil há um crescimento “tímido” dessas classes e que os cursos de formação de professores não integram em seu currículo essa modalidade. Concluiu-se que essa deficiência leva a procura por cursos de formação continuada, proporcionando maior aproximação com o tema. Propõem-se, portanto, uma discussão que desperte interesse sobre o assunto e seu reconhecimento perante as instituições de ensino e a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Classe hospitalar. Educação Especial. Capacitação Docente.

RESUMEN: La posibilidad y la operatividad de la clase hospitalaria no son muy conocidos en el país. A pesar de existir en Brasil desde 1950 y ser reconocida por ley, es un tema poco discutido, pero de gran significación. El objetivo de este artículo consiste en saber, a través de la revisión de la literatura, si la deficiencia en los contenidos del curso de formación de profesores sobre clase hospitalario puede desmotivar la búsqueda por esa actividad en ese ambiente. El estudio señaló que en Brasil hay un crecimiento "tímido" de esas clases y que los cursos de formación de profesores no integran en su currículo esa modalidad. Se concluyó que esta deficiencia lleva a la búsqueda de cursos de formación continuada, proporcionando mayor acercamiento con el tema. Se propone, por lo tanto, una discusión que suscite interés sobre el asunto y su aprecio ante las instituciones de enseñanza y la sociedad.

PALABRAS CLAVES: Clase hospitalaria. Educación Especial. Capacitación Docente.

1. INTRODUÇÃO

A Classe Hospitalar, segundo o Ministério da Educação “é o atendimento pedagógico-educacional que ocorre em ambientes de tratamento de saúde” (BRASIL, 2002). Ou seja, são salas de aulas localizadas em ambientes hospitalares, que permitem a continuidade do processo ensino aprendizagem de alunos em tratamento de saúde que não podem frequentar a escola regularmente.

Essa modalidade que Fonseca (2008) prefere denominar Escola Hospitalar, em consequência de se tratar dos mesmos processos que devem ser observados e trabalhados em qualquer escola, é um direito pouco conhecido por grande parte da sociedade e também pela maioria dos profissionais da educação, conforme afirma Brandão (2011).

Alguns hospitais da rede pública possuem as práticas de acompanhamento pedagógico com base na legislação, assegurando assim o direito à educação em ambientes não escolares. Entretanto, um número considerável de hospitais no país ainda não possui essa modalidade de ensino.

Segundo Fonseca (2019), atualmente, no Brasil, existem apenas 157 Classes hospitalares. Isso é um dado preocupante, pois, conforme o Censo Escolar divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2018, foram registradas 48,5

milhões de matrículas nas 181,9 mil escolas de educação básica brasileiras.

Esse assunto é de grande relevância por tratar-se de uma modalidade de atendimento com grandes desafios como o de dar continuidade ao processo de escolarização e ao desenvolvimento cognitivo de crianças e adolescentes internados que se encontram impossibilitados de frequentar a escola regularmente.

Apesar dos esforços dos profissionais da educação, envolvidos com a classe hospitalar, a mesma encontra-se em expansão “tímida” pelo país.

Diante desse fato, para que a demanda educacional em classes hospitalares seja atendida, é imprescindível que professores e pedagogos estejam preparados para desenvolver um trabalho voltado exclusivamente para atividades relacionadas ao caráter educacional de uma escola.

Dentro desta perspectiva, a questão a ser analisada consiste em saber se a deficiência nos conteúdos do curso de formação de professores sobre classe hospitalar pode desestimular a procura por essa atividade nesse ambiente. Sendo assim, surge a problemática: como ocorre a formação para atuar em classes hospitalares na escolarização de crianças e jovens internados?

Com isso, esse estudo tem como objetivo apresentar uma reflexão, através de pesquisas bibliográficas, acerca da classe

hospitalar e a capacitação de professores envolvidos no atendimento de escolares em tratamento de saúde.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada por meio de livros, artigos, teses e dissertações que se relacionassem com a temática, de modo a identificar autores que, interligados com o assunto, pudessem auxiliar na resposta das argumentações aqui apresentadas. Sobre esse tipo de pesquisa vale ressaltar que:

Trata-se de levantamento de referências já publicadas, em forma de artigos científicos (impressos ou virtuais), livros, teses de doutorado, dissertação de mestrado. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre determinado assunto, com objetivo de permitir ao cientista “o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações” (TRUJILLO FERRARI, 1974, p. 230 apud MARCONI; LAKATOS, 2017, p.33).

A pesquisa está embasada no estudo de alguns autores que publicaram trabalhos pertinentes ao assunto, como: Fonseca (2008), Pereira (2017), Matos e Ferreira (2013), Matos e Mugiatti (2017) dentre outros. O pilar deste artigo está baseado nos estudos da Prof.^a Dra. Eneida Simões da Fonseca,¹ que dedicou vinte e cinco anos de

sua carreira pedagógica às questões relacionadas à Escola Hospitalar.

A coleta dos dados para fins de estudo deu-se da seguinte maneira: busca por artigos relacionados com a temática por meio do Scientific Electronic Library Online (SciELO), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por representarem bases de grande importância no meio científico, tanto da educação quanto da saúde. Consultas livres em sites como Google Acadêmico (GA), Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertações (BDTD), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e outros afins.

Em princípio, houve um levantamento através de leitura aleatória sobre os temas Classe Hospitalar, Escola Hospitalar, “Pedagogia Hospitalar” e Formação Pedagógica, publicados no período entre 2009 e 2019 (por possuir pouco estudo sobre o assunto), em Língua Portuguesa.

Houve, também, pesquisa de artigos publicados pela Prof.^a Dra. Eneida Simões da Fonseca, mesmo em períodos anteriores a 2009, por ser esta a fonte principal de estudo deste trabalho, conforme apresentado anteriormente.

Após a análise de cada título e resumo, os estudos foram selecionados por critério de identificação com o objeto de estudo e

¹ Pedagoga, mestre em Educação Especial, PhD em Desenvolvimento em Educação de Crianças Hospitalizadas

posteriormente lidos e analisados, sendo escolhidos os que mais se aproximaram do tema.

Por fim, houve a leitura de autores que se propuseram a compartilhar saberes e práticas pertinentes ao tema que pudessem corroborar na resposta do questionamento do trabalho.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. CLASSES HOSPITALAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Nos dias atuais, a atuação de professores e de pedagogos não se limita apenas ao ambiente escolar tradicional, com programas de estudos convencionais - considerados ultrapassados. Castellar e Siqueira et al. (2015, p.13) consideram um desafio para os professores “superar os vícios de uma educação estática, inerte e ineficaz”, já que na verdade, deveria investir-se em uma educação com mais qualidade, criatividade e com mais sentido social.

Nesse sentido, Brito (2017) destaca que, sendo a escola uma instituição inserida nas sociedades, em constante processo de reformulação e inovação, é de se esperar que o ensino se adapte aos novos anseios da sociedade. A autora comenta ainda que: “É nítida, nos dias atuais, a transformação no papel do professor, antes detentor de todo o conhecimento e, agora, um parceiro na

construção do aprendizado”. (BRITO, 2017, p. 16)

A proposta da educação contemporânea contempla um aprendizado que acontece de forma continuada, em vários níveis, de uma maneira que o educador ocupe também a posição de orientador e facilitador no processo de aprendizagem do aluno. Sendo assim, Matos et. al. (2013) apontam que as práticas pedagógicas educacionais podem ocorrer em diferentes níveis e contextos, pois acontecem em espaços variados na educação. Os autores apontam para uma proposta em que a educação alcance públicos cada vez mais diversificados, proporcionando novos desafios ao professor, como o de realizar ações pedagógicas e educacionais fora da escola, como, por exemplo, em hospitais.

Devido às demandas educacionais impostas pela sociedade contemporânea por uma escola diferente, o papel da educação torna-se cada vez mais relevante, pois faz-se necessário que haja uma postura diferenciada dos profissionais da educação.

Com isso, a necessidade de novas práticas de ensino requer mais atenção em função das mudanças de paradigmas conservadores educacionais perante os novos desafios. Fiquer e Silva (2013) relatam que:

Devido às mudanças sociais e ao rompimento dos paradigmas referentes ao nosso alunado, mesmo que elas se encontrem em condições não favoráveis de saúde, o andamento escolar é um

direito assegurado pela Lei 8.069 de julho de 1990, artigo 3º, que enfatiza o olhar integral à criança e ao adolescente, garantindo-lhe desenvolvimento pleno em todos os aspectos que perpassam sua vida, permitindo a essas crianças e adolescentes a continuidade de seus estudos, mesmo em períodos de internamento, ou repouso domiciliar, assegurando que não haja prejuízos no aprendizado (FIQUER; SILVA, 2013, p.121).

É notório que na atual conjuntura, diante de um mundo transformador, já não há tanto espaço para os modelos conservadores de ensino. Maito (in MATOS; FERREIRA, 2013) aponta a necessidade de uma mudança de paradigma para que haja uma transformação adequada na educação como um passo importante para modificação da própria sociedade.

As transformações necessárias para adequação da educação aos paradigmas inovadores são eminentes, visando atender à realidade neste século. Por exemplo, atitudes democráticas e coerentes devem acontecer nas salas de aula, nos leitos dos hospitais, nos atendimentos pedagógicos domiciliares ou nas casas de apoio, enfim, nos diferentes contextos, para que cada espaço modificado possa fazer a diferença e na sequência da vida acadêmica do escolar em tratamento de saúde (MAITO, 2013, p.54).

Diante do exposto, a classe hospitalar/escola hospitalar surge como

modalidade de dar continuidade aos estudos aos alunos internados, contribuindo para o retorno à escola de origem sem haver problemas com os conteúdos acadêmicos, conforme Fonseca (2015). Com isso, os paradigmas são ultrapassados num modo de ensino da Educação Especial (EE)¹ que viabiliza a ação do educador em ambiente hospitalar.

Vale ressaltar, que os alunos internados devem ser considerados com necessidades educacionais especiais, em consequência da doença que dificulta no processo educacional, mesmo em caráter provisório conforme cita a autora:

[...] o estar hospitalizado já caracteriza a criança como portadora de necessidades especiais, independente de essa necessidade ser temporária (uma doença que, se tratada, é curada) ou permanente (além da doença que acarreta a internação, é portadora de Síndrome de Down ou paralisia cerebral, por exemplo). (FONSECA, 2008, p.17).

Portanto, é necessário que sejam criadas equipes multidisciplinares integradas por médicos, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, pedagogos e voluntários para dar continuidade ao processo de desenvolvimento psíquico e cognitivo de crianças e adolescentes impossibilitadas de frequentar a escola regularmente segundo afirmam Nogueira e Silva (2010).

¹ Capítulo V, Artigo 58, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>

3.2.UM BREVE PERFIL SOBRE A CLASSE HOSPITALAR NO BRASIL

Alunos impedidos de frequentar a escola por tempo prolongado ou indeterminado terão seus direitos assegurados por lei, permitindo assim a continuidade no processo de escolarização como citado anteriormente.

Para que haja um local para que esse aluno prossiga em seus estudos, a classe hospitalar surge com a proposta de se reservar um espaço educativo dentro do hospital, que venha proporcionar o atendimento pedagógico-educacional por parte de pedagogos e professores, promovendo o direito de cidadania. Com isso, não será assegurada somente a atenção à saúde, mas também ao seu desenvolvimento psíquico e cognitivo, pois esses continuam a se desenvolver, conforme aponta Carvalho (2009).

A educação no hospital pode oportunizar o desenvolvimento cognitivo e psíquico do aluno / paciente, atuando diretamente na questão afetiva e intelectual durante o adoecimento, que por sua vez acaba adquirindo características peculiares em decorrência da experiência vivenciada no contexto hospitalar pelo discente. Durante o tratamento, o aluno não tem a sua escolarização prejudicada e o seu ano letivo comprometido, pois a existência da classe no hospital propicia que sejam superados e minimizados os efeitos oriundos do seu afastamento da escola. (CARVALHO, 2009, p. 13).

O Documento Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar, define classe hospitalar como:

Denomina-se classe hospitalar o atendimento pedagógico que ocorre em ambiente de tratamento de saúde, seja na circunstância de internação, como tradicionalmente conhecida, seja na circunstância do atendimento em hospital-dia e hospital-semana ou em serviços de atenção integral à saúde mental (BRASIL, 2002, p. 13).

O documento aponta também que a classe hospitalar tem como objetivo:

Cumprir às classes hospitalares e ao atendimento pedagógico domiciliar elaborar estratégias e orientações para possibilitar o acompanhamento pedagógico-educacional do processo de desenvolvimento e construção do conhecimento de crianças, jovens e adultos matriculados ou não nos sistemas de ensino regular, no âmbito da educação básica e que encontram-se impossibilitados de frequentar escola, temporária ou permanentemente e, garantir a manutenção do vínculo com as escolas por meio de um currículo flexibilizado e/ou adaptado, favorecendo seu ingresso, retorno ou adequada integração ao seu grupo escolar correspondente, como parte do direito de atenção integral (BRASIL, 2002, p.13).

Entretanto, Fonseca (2008) enfatiza ainda que classe hospitalar tem como objetivo:

atender pedagógico-educacionalmente às necessidades do desenvolvimento psíquico e cognitivo de crianças e jovens que, dadas as suas condições especiais de saúde, encontram-se impossibilitados de partilhar experiências sociointelectivas de sua família, de sua escola e de seu grupo (FONSECA, 2008, p.12).

Conforme afirma a autora, tais objetivos contribuem para que haja um retorno à escola de origem sem apresentar problemas com os conteúdos acadêmicos, já que esses foram trabalhados pelo profissional da educação durante a permanência do aluno na classe hospitalar.

É importante ressaltar que a classe hospitalar deve estar voltada para propostas da prática educativa, e não em propostas de educação recreativa, lúdica ou terapêutica como alguns possam pensar. Por se tratar de um atendimento pedagógico-educacional, o foco deve ser a continuidade do processo ensino aprendizagem que provém da escola de origem, a fim de sanar as dificuldades conforme cada faixa etária.

Isso não significa que tais atividades recreativas sejam irrelevantes ou até mesmo estratégicas, porém, não condizem estritamente com as atribuições do profissional da educação nesse espaço.

Em se tratando de Escola do Hospital e partindo-se do pressuposto de que existe uma legislação que a ampara, os professores e pedagogos cumprem normas impostas para que o trabalho seja reconhecido, como fichas de acompanhamento, pareceres e contatos

com as escolas de origem. Assim, pode-se considerar que há uma legitimidade no trabalho realizado, não sendo mera recreação ou lazer, ultrapassando os limites da educação Informal (PEREIRA, 2017, p.356).

No Brasil, algumas pesquisas ao longo do tempo mostram a evolução do número de classes hospitalares. Segundo estudos realizados por Fonseca (1999), a classe hospitalar do Hospital Municipal Jesus (hospital público infantil), situada no município do Rio de Janeiro, é a mais antiga do país, já que iniciou suas atividades em agosto de 1950, permanecendo até os dias de hoje. Durante um período de 30 anos, só existiu 01 classe hospitalar no Brasil. No ano de 1981 a 1990, o número aumentou para 08 classes, conforme a autora.

Entretanto, essa prática de educar em hospitais partia de iniciativas isoladas. Sua oficialização pela legislação brasileira deu-se a partir da década de 90, através da recomendação do funcionamento das classes hospitalares por Leis e documentos como, Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), dos Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados (BRASIL, 1995), e do documento elaborado pela então Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP), devido à extinção desta secretaria, seus programas e ações estão vinculados a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar estratégias e orientações (BRASIL,

2002). A partir dessas propostas houve um crescimento significativo para 30 classes no período de 1991 a 1998.

Ainda baseado na pesquisa da autora, entre 1997 e 2000 o número de hospitais com atendimento pedagógico-educacional passou de 30 para 70 e em 2015 chegou a 155. Em 2018, segundo Fonseca (2019), existem atualmente 157 escolas em hospitais no Brasil.

O quadro 1 a seguir demonstra por região do país o número de hospitais que dispõem de atendimento pedagógico em 2018.

| REGIÃO | TOTAL |
|--------------|------------|
| NORTE | 10 |
| NORDESTE | 28 |
| CENTRO-OESTE | 26 |
| SUL | 64 |
| SUDESTE | 29 |
| TOTAL | 157 |

Fonte: www.escolahospitalar.uerj.br

Os números apontam, que apesar de um aumento significativo das escolas em hospitais, desde a sua criação - decorrente da maior conscientização da comunidade e dos governantes - ainda não é o suficiente.

Levando em consideração que a população brasileira atualmente é de aproximadamente 209 milhões – segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) -, e sendo que, em

2018, foram registradas 48,5 milhões de matrículas nas 181,9 mil escolas de educação básica brasileira, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), é possível perceber o que se deve cobrar das autoridades para que a lei seja cumprida, com a finalidade de aumentar a educação nos hospitais através das classes hospitalares.

No Brasil, a grande maioria dos hospitais não possui atendimento ao escolar hospitalizado. Ainda não há um reconhecimento satisfatório no sentido de que a criança e os jovens hospitalizados têm o direito à educação. (MATOS; MUGIATTI, 2017, p. 521).

Além disso, esse assunto ainda é pouco conhecido pela sociedade, escolas e até mesmo hospitais.

Infelizmente, a grande maioria da população desconhece esses direitos, e pouco sabe ou ouviu falar sobre: Pedagogia Hospitalar, Classe Hospitalar, Escolarização Hospitalar, Atendimento Pedagógico Domiciliar, Educação Hospitalar entre outros termos utilizados. (MATOS; FERREIRA, 2013, p. 167).

Portanto, o papel do educador na classe Hospitalar torna-se cada vez mais relevante perante as demandas impostas pela sociedade e, segundo Maito (2013), há grande necessidade de se repensar sobre as propostas curriculares dos cursos dirigidos à formação de professores quanto ao contexto do atendimento pedagógico ao escolar em tratamento de saúde.

3.3.A CAPACITAÇÃO DOCENTE PARA ATUAR EM CLASSE HOSPITALAR

Para atuar na classe hospitalar não basta apenas ter graduação e domínio dos conteúdos das disciplinas escolares aprendidas durante a formação inicial do professor, como aponta Pereira (2017). Há a necessidade da pesquisa de métodos e técnicas constantemente, considerando os alunos com quem se vai trabalhar. É essencial que haja uma preparação específica na formação inicial desses educadores, pois:

o professor da escola hospitalar é, antes de tudo, um mediador das interações da criança com o ambiente. Por isso, não lhe deve faltar, além de sólido conhecimento das especificidades da área de educação, noções sobre as técnicas e terapêuticas que fazem parte da rotina da enfermagem, e sobre as doenças que acometem seus alunos e os problemas (mesmo emocionais) delas decorrentes, tanto para as crianças como também para as famílias e para as perspectivas de vida fora do hospital. (FONSECA, 2008, p.1033 *apud*. PEREIRA, 2017).

Estudos apontam que muitos cursos de formação de professores ainda não apresentam, em seus programas curriculares, conteúdos pertinentes ao assunto, abordando somente sobre Educação Especial (EE) de forma generalizada, em que, na maioria das vezes, o tema classe hospitalar nem é citado.

Em sua maioria, esses cursos dispõem de apenas uma disciplina obrigatória que aborda a EE, o que não garante que o futuro professor tenha suas necessidades atendidas quanto às formas de trabalhar com os alunos com necessidades educacionais especiais. (MEZENES, 2004, p. 120, *apud* TINÓS & GONÇALVES, 2017).

Cabe citar também a proposta do documento do MEC que aponta as necessidades que um pedagogo/professor deve ter para atuar em hospitais:

O professor deverá ter a formação pedagógica preferencialmente em Educação Especial ou em cursos de pedagogia ou licenciaturas, ter noções sobre as doenças e condições psicossociais vivenciadas pelos educandos e as características delas decorrentes, seja do ponto de vista clínico, seja do ponto de vista afetivo. Compete ao pedagogo/professor adequar e adaptar o ambiente às atividades e aos materiais, planejar o dia a dia da turma, registrar e avaliar o trabalho pedagógico desenvolvido. (BRASIL, 2002, p.22).

Convém destacar o perfil do “Professor” da classe hospitalar elaborado pelo Documento do MEC/Seesp (2002, p.22):

O professor que irá atuar em classe hospitalar ou no atendimento pedagógico domiciliar deverá estar capacitado para trabalhar com a diversidade humana e diferentes vivências culturais, identificando as necessidades educacionais especiais dos educandos impedidos de frequentar a escola,

definindo e implantando estratégias de flexibilização e adaptação curriculares. Deverá, ainda, propor os procedimentos didático-pedagógicos e as práticas alternativas necessárias ao processo ensino-aprendizagem dos alunos, bem como ter disponibilidade para o trabalho em equipe e o assessoramento às escolas quanto à inclusão dos educandos que estiverem afastados do sistema educacional, seja no seu retorno, seja para o seu ingresso. (BRASIL, 2002, p.22).

Entretanto, é comum que, após a formatura em licenciatura, geralmente em Pedagogia, esses profissionais da educação busquem, por iniciativa própria, cursos de formação continuada de modo a obter conteúdos que possibilitem o acesso a classes hospitalares, sobre as quais, na maioria das vezes, só ouviram falar em palestras ministradas durante o curso.

Muitos cursos de Pedagogia ou diversas licenciaturas não contemplam as questões do trabalho com a diversidade humana, principalmente do setor hospitalar, focalizando apenas no currículo e contexto escolar. Assim, somente uma graduação em Pedagogia não prepara o professor para atuar no ambiente educacional hospitalar, e por isso se coloca a importância da formação continuada. (MENEZES, 2004, p.139 apud PACCO; GONÇALVES, 2017).

Nesse sentido, é clara a importância de uma formação pedagógica voltada exclusivamente para a atuação em classes hospitalares a fim de que se ofereça uma prática dentro das necessidades dos alunos

hospitalizados como estabelecido em lei. Tendo a educação a possibilidade de atingir públicos diversificados, como o espaço hospitalar, cabe ressaltar essa importância na fala de Ceccim ao argumentar que:

O acompanhamento pedagógico e escolar da criança hospitalizada favorece a construção subjetiva de uma estabilidade de vida não apenas como elaboração psíquica da enfermidade e da hospitalização, mas, principalmente, como continuidade e segurança diante dos laços sociais da aprendizagem (relação com colegas e relações de aprendizagem mediadas por professor), o que nos permitiria falar de uma “escola no hospital” ou de uma “classe escolar” em ambiente hospitalar. (CECCIM, 2010, p.42).

Diante do exposto e da importância de um acompanhamento pedagógico que seja coerente com a situação do aluno enquanto hospitalizado, é fundamental que haja profissionais capacitados para trabalhar com esse tipo de situação. Entretanto, o mais comum tem sido que docentes formados com licenciaturas, majoritariamente em Pedagogia ou em áreas específicas do currículo, acabem assumindo postos em classes hospitalares sem a formação adequada para atuarem nesse espaço.

Perante esse despreparo e das funções que a modalidade exige, é indispensável que haja uma capacitação por parte do profissional da educação a fim de proporcionar o desenvolvimento de um trabalho no aspecto pedagógico e dentro da perspectiva humana.

Tendo em vista as adversidades encontradas nesse ambiente, como doenças e fragilidades que possam ser apresentadas pelos alunos, muitos professores não dão continuidade ao processo e desistem por não se sentirem preparados para lidar com um público heterogêneo com necessidades psicológicas, médicas, sociais e educacionais específicas caracterizadas.

Perante essa situação, é notória a necessidade de conhecimentos específicos e habilidades por parte do professor que irá trabalhar com atendimento de estudantes em tratamento de saúde. Tais necessidades não são comuns às práticas em ambiente da escola regular, o que requer que haja a integração entre teoria discutida no curso de licenciatura e a prática a ser desenvolvida no espaço hospitalar.

Nesse sentido, convém citar as palavras de Castellar & Siqueira et al. (2015, p. 33) sobre a importância do estágio quando diz que: “As vivências ocorridas no estágio proporcionam muitos conhecimentos que enriquecem e ampliam as reflexões e os assuntos tratados nas disciplinas acadêmicas”.

Com isso, o estágio pode e deve servir como um elo que irá oportunizar o preenchimento desse espaço entre a teoria e a realidade vivida cotidianamente.

Tratando-se de uma modalidade específica como a prática em ambiente hospitalar, Maito (2013, p. 48) aponta que a formação inicial em salas de aula não é o

suficiente na preparação de profissionais para atuação neste contexto, “... sendo importante oportunizar um estágio de qualidade e articulado à teoria que propicie a integração do estudante na realidade vivida cotidianamente”.

Desta forma, o estágio é essencial à formação do aluno como parte integrante do processo ensino-aprendizagem que irá oportunizar, portanto, que o futuro profissional da educação experimente as práticas educativas pertinentes à realidade do atendimento pedagógico aos alunos em tratamento de saúde, viabilizando um melhor processo no ensino e na aprendizagem.

4. CONCLUSÃO

Diante do objetivo proposto neste artigo, o presente estudo pode concluir que o tema classe hospitalar ainda é pouco discutido no Brasil, bem como o número de classes existentes em hospitais da rede pública em consequência da demanda do número de alunos e hospitais existentes no país.

De modo geral, os cursos de formação de professores possuem um currículo voltado para a educação escolar regular, que mesmo dispondo de uma disciplina obrigatória sobre Educação Especial (EE), certamente não é o suficiente para formar professores que desejam trabalhar em classes hospitalares.

Sendo assim, ocorre pouca procura por essa especialidade por partes dos formandos por falta de incentivo ou conhecimento mais apurado sobre o assunto.

É evidente que haja o interesse pela formação continuada em busca de conhecimentos multidisciplinares que viabilizem discussões sobre classe hospitalar, possibilitando uma articulação entre teoria e prática, em que o estágio poderá ser um grande diferencial como meio de contribuição na formação do profissional da educação.

É necessário, portanto, que o conteúdo Classe Hospitalar seja proposto nos Cursos de Formação de professores, preferencialmente na disciplina Educação Especial/Inclusiva, até mesmo em disciplinas eletivas, pois certamente oportunizará que um número maior de profissionais sintam-se estimulados a participar desse processo de educação tão relevante, que necessita de mais estudos e pesquisa na área.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, S.H.A. **O atendimento educacional domiciliar ao aluno afastado da escola por motivo de doença – X Congresso Nacional de Educação (Educere)**. PUCPR, 2011, p. 5.259-5.267 <Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4965_3003.pdf>, Acesso em: 03 de mai. 2019.
- BRASIL. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura/Secretaria da Educação Especial, 2002.
- _____. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução nº 41 de 13 de outubro de 1995. Aprova em sua íntegra o texto oriundo da Sociedade Brasileira de Pediatria, relativo aos direitos da criança e do adolescente hospitalizados**. Diário Oficial da União, Brasília, 17 out. 1995. Seção 1, p. 16319-16320.
- _____. **Estatuto da criança e do adolescente (ECA). Lei Federal 8.069 de 13/07/1990**. Brasília: Ministério da Ação Social: Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, 1990.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar de 2018**. <Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_e_statisticas_censo_escolar_2018.pdf> Acesso em: 02 mai. 2019, 19:56.

- _____. Ministério da Educação, Cultura e Desporto. **Política Nacional de Educação Especial**. Secretaria Nacional de Educação Especial. Brasília, MEC/SEESP, 1994, 66 p.
- _____. República Federativa do Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96)**. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.
- BRITO, Gleicelene Neri de. **Fundamentos da educação**. – São Paulo, SP: Cengage, 2017.
- CARVALHO, Michele Oliveira do Vale. **As Contribuições da Classe Hospitalar no Processo de Escolarização do aluno/paciente**. <Disponível em: <http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-MICHELE-OLIVEIRA-DO-VALE-CARVALHO.pdf>> Acesso em: 04 abr. 2019.
- CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella & SIQUEIRA, Idméa. Semeghini. **Da educação Infantil ao Ensino Fundamental: formação docente, invocação e aprendizagem significativa**. – São Paulo: Cengage Learning, 2015.
- CECCIM, Ricardo Burg. **Classes Educacionais Hospitalares: a escuta pedagógica no ambiente hospitalar**. In: AVANZINI, Claudinéia (Org.) Serviço de Atendimento a Rede de Escolarização Hospitalar (Sareh) – Secretaria de Estado a Educação. Curitiba: Seed, 2010.
- FIQUER, Rita Claudia de Quadros; SILVA, Giselli Cristiane. A importância da Pedagogia Hospitalar na aprendizagem da criança. In: MATOS, Elizete Lúcia Moreira & FERREIRA, Jacques de Lima (orgs.). **Formação pedagógica para o atendimento ao escolar em tratamento de saúde: redes de possibilidades online**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- FONSECA, E. **Atendimento Escolar no Ambiente Hospitalar**. 2. ed. São Paulo: Memnon, 2008.
- _____. **Atendimento pedagógico-educacional para crianças e jovens hospitalizados: realidade nacional** / Eneida Simões da Fonseca. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.
- _____. **Classe hospitalar e atendimento escolar domiciliar: direito de crianças e adolescentes doentes**. Revista Educação e Políticas em Debate – v. 4, n.1 – jan./jul. 2015 – ISSN 2238-8346. <Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/31308>. Acesso em: 02/05/19, às 16:37.
- _____. **E.S. Escolas em Hospitais no Brasil**. <Disponível em: www.escolahospitalar.uerj.br> Acesso em: 23 abr. 2019.

- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** – IBGE <Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao//index.html>>, Acesso em: 07 de mai. 2019, 19:43.
- LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: projetos de pesquisa / pesquisa bibliográfica/ teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 8. Ed. – São Paulo: Atlas, 2017.
- MAITO, Viviane Pereira. Tecendo relações entre formação de professores, paradigmas educacionais e a atuação no atendimento pedagógico ao escolar em tratamento de saúde. In: MATOS, Elizete Lúcia Moreira & FERREIRA, Jacques de Lima (orgs.). **Formação pedagógica para o atendimento ao escolar em tratamento de saúde**: redes de possibilidades online. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MATOS, Elizete Lúcia Moreira; FERREIRA, Jacques de Lima Ferreira (orgs.). **Formação pedagógica para o atendimento ao escolar em tratamento de saúde**: redes de possibilidades online. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MATOS, Elizete; MUGIATTI, Margarida. **Pedagogia hospitalar**: a humanização integrando educação e saúde. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- NOGUEIRA, Renata dos Santos; SILVA, Maria José de Castro. **A Contribuição da Pedagogia Hospitalar para Crianças e adolescentes Internados**. Anuário da produção de iniciação científica discente vol. 13, n. 18, ano 2010. <Disponível em: <https://repositorio.pgsskroton.com.br/bitstream/123456789/1193/1/artigo%2020.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2019, 21:08.
- PACCO, Aline Ferreira Rodrigues; GONÇALVES, Adriana Garcia. **Formação de professores de Classes Hospitalares: Realidade Brasileira**. Disponível em: <http://campus.usal.es/~revistas_trabajo/index.php/0214-3402/article/view/aula201723135146/17971> Acesso em: 11 mai. 2019, 20:00.
- PEREIRA, Rozelli de Fátima Pissaia Gabardo (Organizadora). **Escolarização hospitalar**: um espaço desafiador. – 1 ed. – Curitiba: Appris, 2017.
- TINÓS, Lúcia Maria Santos; GONÇALVES, Sheila Maria Mazer. **O curso de Pedagogia e a atuação na classe hospitalar**: os caminhos da formação pelo olhar de graduandos. <Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/36991-Texto%20do%20artigo-160761-1-10-20170601%20\(7\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/36991-Texto%20do%20artigo-160761-1-10-20170601%20(7).pdf)> Acesso em: 26 abr. 2019, 19:36.

6. NOTA BIOGRÁFICA

Waldemar de Lima Alves

Doutorando em ciências da Educação pela Universidad Columbia del Paraguay, Mestre em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente (Universidade Plínio Leite – RJ), Pós-Graduado em Docência para a Educação Profissional (SENAC - RJ) e Fotografia (UniverCidade – RJ), Licenciado em Artes (Iserj - RJ) e Bacharel em Comunicação Social (Universidade Gama Filho – RJ), Professor do curso técnico de Produção de Áudio e Vídeo (FAETEC – RJ), situada à Rua Bartolomeu de Gusmão, nº 850, São Cristóvão. – RJ. CEP: 20941-160. Rio de Janeiro (Brasil).



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

AS DIFICULDADES DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DA ATENÇÃO BÁSICA EM PRESTAR ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD) AUDITIVA E/OU FALA

YARA CRISTINA DE SOUZA FERREIRA (yara1souza@gmail.com) – Bacharel em Enfermagem pela Universidade Paulista (2018), Brasília-DF, Brasil.

RESUMO: Identificar as dificuldades dos profissionais de enfermagem da atenção básica em prestar atendimento à pessoa com deficiência (PCD) auditiva e/ou fala numa Unidade Básica de Saúde (UBS) de Sobradinho-DF. **Metodologia:** Por meio do método indutivo utilizou-se a priori uma Pesquisa Bibliográfica e em seguida, realizou-se uma pesquisa de campo. Os questionários foram aplicados no mês de novembro de 2018, com abordagem quanti-qualitativa contendo 9 perguntas, sendo 6 perguntas fechadas e 3 perguntas abertas. O valor da amostra foi de 15 profissionais, todas as mulheres, com idade superior a 18 anos. **Resultados:** Verificou-se que do total da amostra, 15 profissionais entrevistados, cem por cento sente dificuldades e insegurança ao atender essa clientela. As mesmas relataram o anseio de atendê-los com eficácia e de maneira humanizada. **Conclusão:** Concluiu-se que para todos os profissionais entrevistados existe uma dificuldade muito grande em atender o paciente com deficiência auditiva e/ou fala.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem, Comunicação, Libras, Deficiência Auditiva e/ou Fala.

RESUMEN: Identificar las dificultades de los profesionales de enfermería de la atención básica a la persona con discapacidad (PCD) auditiva y/o hablar en una *Unidade Básica de Saúde* (UBS) de Sobradinho-DF. **Metodología:** Por medio del método inductivo se utilizó una Investigación Bibliográfica y luego se realizó una Investigación de Campo. Los cuestionarios fueron aplicados en noviembre de 2018, con abordaje cantitativa que contenía 9 preguntas, siendo 6 preguntas cerradas y 3 preguntas abiertas. El valor de la muestra fue de 15 profesionales, todas mujeres, con edad superior a 18 años. **Resultados:** Se verificó que del total de la muestra, 15 profesionales entrevistados, ciento por ciento siente dificultades e inseguridad al atender a esa clientela. Las mismas relataron el anhelo de atenderlos con eficacia y de manera humanizada. **Conclusión:** Se concluyó que para todos los profesionales entrevistados existe una dificultad muy grande en atender al paciente con deficiencia auditiva y/o habla.

PALABRAS CLAVES: Enfermería, Comunicación, Libras, Deficiencia Auditiva y/o Habla.

1. INTRODUÇÃO

A comunicação é o principal meio de contato entre enfermeiro e paciente, o que acontece muitas vezes por intermédio de um familiar, essa dinâmica tira do paciente surdo e/ou mudo a oportunidade de falar sobre sua dor, seus problemas, suas necessidades, seus anseios. Dessa maneira o atendimento não cumpre seu fim, que é atender o indivíduo de maneira holística e humanizada. O profissional de hoje, além de suas competências habituais, deve possuir uma visão abrangente do que é o ser humano, tratá-lo de forma integral e o acolhendo em suas particularidades, preocupando-se com o relacionamento enfermeiro-usuário, com o intuito de proporcionar uma estabilidade emocional ao mesmo, para que ocorra a promoção, proteção e recuperação da saúde. O enfermeiro necessita ter um pensamento ético e humanizado, conscientizando-se de suas carências profissionais, e buscando a cada dia se capacitar mais, pois assim conseguirá agir como agente transformador na instituição de saúde.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), estima-se que aproximadamente 6,2% da população tem algum tipo de deficiência, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) considerou quatro tipos de deficiências: auditiva, visual, física e intelectual. Se comparada as outras deficiências o surdo quem tem uma maior dificuldade de inclusão social, já que a audição é um sentido fundamental para obtenção e uso da linguagem. Devido à falta

de conhecimento sobre suas limitações, na maioria das vezes o surdo é visto como rebelde, grosseiro ou simplesmente como alguém introspectivo e que não demonstra seus reais sentimentos.

PcD é uma sigla que significa Pessoa com Deficiência. É utilizada para se referir às pessoas que possuem limitações permanentes (pessoas com deficiência visual, auditiva, física ou intelectual). São consideradas limitações permanentes quando a pessoa nasce com limitações ou as adquire no decorrer da vida (acidentes ou doenças diversas). E, não tem cura, ou seja, a pessoa deve se adaptar àquela situação. Antigamente as pessoas que apresentavam tais características eram chamadas de “portadores de deficiência”, esta nomenclatura caiu em desuso. A nomenclatura atual PcD, foi adotada a partir da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência das Nações Unidas, em 13 de dezembro de 2006, desde então, convencionou-se que, ao nos referirmos a estas pessoas devemos utilizar este termo, PcD.

A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência foi instituída pela Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012. Já o incentivo financeiro para o Componente de Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, está previsto na Portaria nº 835, de 25 de abril de 2012. A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência define a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com deficiência temporária ou permanente;

progressiva, regressiva ou estável; intermitente ou contínua, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ainda dentro desse contexto, quais as dificuldades dos profissionais de enfermagem da atenção básica em prestar atendimento à pessoa com deficiência (PCD) auditiva e/ou fala? Para responder tal questionamento que a presente pesquisa teve como objetivo identificar as dificuldades dos Profissionais de Enfermagem da Atenção Básica em prestar atendimento à Pessoa com Deficiência (PcD) auditiva e/ou Fala.

A realidade atual dos profissionais da Atenção Básica é muito complexa, pois, de um lado está à intenção em prestar um atendimento igualitário e holístico e do outro a carência de suporte para essa clientela que encontra muita dificuldade em seu atendimento, já que a rede de saúde não conta com um número significativo de interpretes de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) que possam auxiliar no ambiente ambulatorial.

Portanto, essa pesquisa visa contribuir para o despertar do profissional da Atenção Básica, na necessidade de adequar-se através de cursos de formação ou capacitação em Libras, no intuito de proporcionar não só um atendimento humanizado e holístico, bem como elevar sua autoestima nas diversas atividades desenvolvidas junto a esse público.

2. METODOLOGIA

Pesquisa de cunho qualitativo que por meio do método indutivo discutiram-se as Metodologias de pesquisa mais indicadas ao que se pretendia investigar sobre o tema - As Dificuldades dos Profissionais da Atenção Básica em Prestar Atendimento à Pessoa com Deficiência (PCD) Auditiva e/ou Fala.

No que se refere o método indutivo, pode-se classificá-lo como um processo pelo qual o pesquisador, a partir de um levantamento baseado numa amostra do assunto, chega a determinadas conclusões de ordem geral. Sendo assim, utilizou-se a priori uma Pesquisa Bibliográfica, isto é, a pesquisa é bibliográfica quando o pesquisador se utiliza de livros, revistas, documentos, periódicos, enfim, registros impressos. Todo e qualquer trabalho científico inicia-se numa pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto em voga.

O tema proposto: As Dificuldades dos Profissionais da Atenção Básica em Prestar Atendimento à Pessoa com Deficiência (PCD) Auditiva e/ou Fala por se tratar de um assunto delicado, exige do pesquisador um cuidado maior em relação ao modo de abordagem do assunto da pesquisa. Em função disso, optou-se por uma pesquisa qualitativa, uma vez que pretende demonstrar o comportamento do profissional de enfermagem frente às dificuldades na comunicação com PCDs, para tanto foram utilizadas referências

bibliográficas diversas que abordam o assunto em voga.

Dessa forma, em seguida realizou-se uma pesquisa de campo, descritiva com abordagem qualitativa tendo como função primordial a obtenção de relatos dos profissionais da enfermagem que atendem pessoas com deficiência auditiva referida e/ou fala, mediante entrevista, questionário e estudo observacional. A abordagem de pesquisa supracitada permite que o pesquisador compreenda os fenômenos fazendo uma interseção entre mundos real e sujeito. Em geral, a finalidade de uma pesquisa qualitativa é um intervir em uma situação insatisfatória, mudar condições percebidas como transformáveis, onde pesquisador e pesquisados assumem voluntariamente, uma posição relativa.

O presente estudo foi realizado mediante a observação e compreensão entre a teoria e a prática, isto é, entre os mundos, real e sujeito.

Os questionários foram aplicados no mês de novembro de 2018, com abordagem quanti-qualitativa contendo 9 perguntas, sendo 6 perguntas fechadas e 3 perguntas abertas. O valor da amostra foi de 15 entrevistados que aceitou voluntariamente participar da pesquisa, os que não quiseram participar foram excluídos, todas as mulheres, com idade superior a 18 anos.

Tratou-se de um estudo exploratório descritivo realizado na Unidade Básica de Saúde (UBS) 2, localizada em Sobradinho-DF.

Para assegurar o anonimato dos participantes, utilizamos um sistema de identificação no qual os nomes verdadeiros foram substituídos pela letra Y (que representa o entrevistado), Y1 (entrevistado 1), e assim sucessivamente.

A metodologia proposta por este estudo visou responder a seguinte pergunta norteadora - Quais as dificuldades dos Profissionais da Atenção Básica em Prestar Atendimento à Pessoa com Deficiência (PCD) Auditiva e/ou Fala?

Os dados quantitativos foram organizados em uma planilha do programa Microsoft Excel, e após análise de dados organizado por meio de Tabelas, já os dados qualitativos avaliamos por meio da análise de conteúdo temático.

Para análise dos dados, utilizou-se do método de análise de conteúdo, visto que analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e as demais informações disponíveis. A tarefa de análise implica, num primeiro momento, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes. Num segundo momento essas tendências e padrões são reavaliados, buscando-se relações e inferências num nível de abstração mais elevado.

A orientação ética deste trabalho seguiu as Diretrizes e Normas de Pesquisa em Seres Humanos, através da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Utilizamos o termo de Consentimento Livre Esclarecido resguardando-se as prerrogativas previstas no item IV. 2.d., da referida Resolução. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética – CEP da Universidade Paulista – UNIP e recebeu aprovação por meio do Parecer nº: 2.962.371, em 15 de outubro de 2018.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

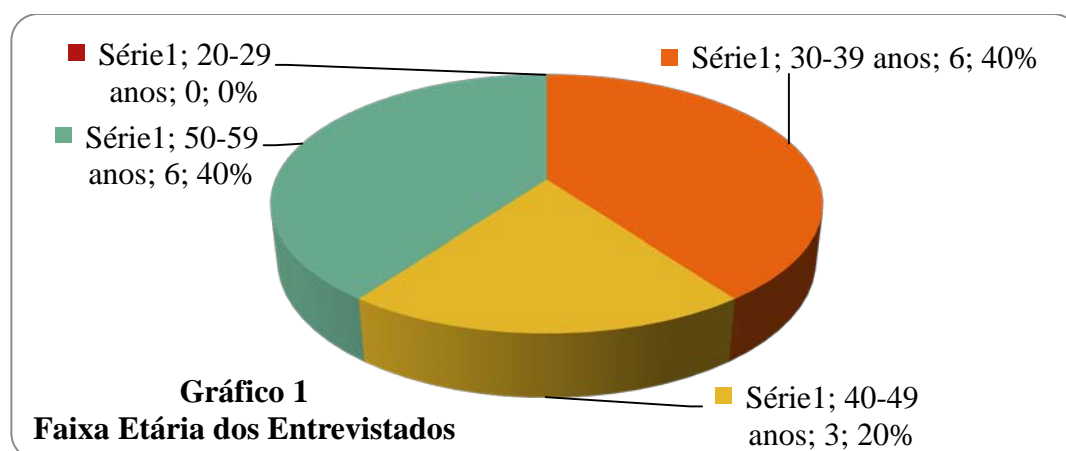
Nesta etapa do estudo, foram apresentados os resultados obtidos por meio da abordagem quanti-qualitativa adotada na pesquisa com os profissionais entrevistados.

A priori, foi feita a caracterização da amostra analisando os dados gerados por meio da aplicação do questionário e em seguida, discutiram-se as respostas reunidas com auxílio de Tabelas e submetidas à análise do conteúdo temática.

TABELA 1: Faixa Etária dos Entrevistados

| FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS | QUANTIDADE | PORCENTAGEM |
|--------------------------------|------------|-------------|
| 20 - 29 Anos | 0 | 0% |
| 30 - 39 Anos | 6 | 40% |
| 40 - 49 Anos | 3 | 20% |
| 50 - 59 Anos | 6 | 40% |

De acordo com a tabela 1, notou-se que a maioria das entrevistadas pertence à faixa etária dos 30-59 anos.



Em outras palavras, o que se percebe no Gráfico 1, uma aparente acomodação por parte dos profissionais que ao assumirem suas funções em determinados setores da área da saúde, ali permanecem até sua aposentadoria.

Diante desse contexto, percebeu-se que o Brasil vem sofrendo mudanças em seu perfil demográfico, pode-se dizer que é um país em franco processo de “envelhecimento”. A proporção de idosos,

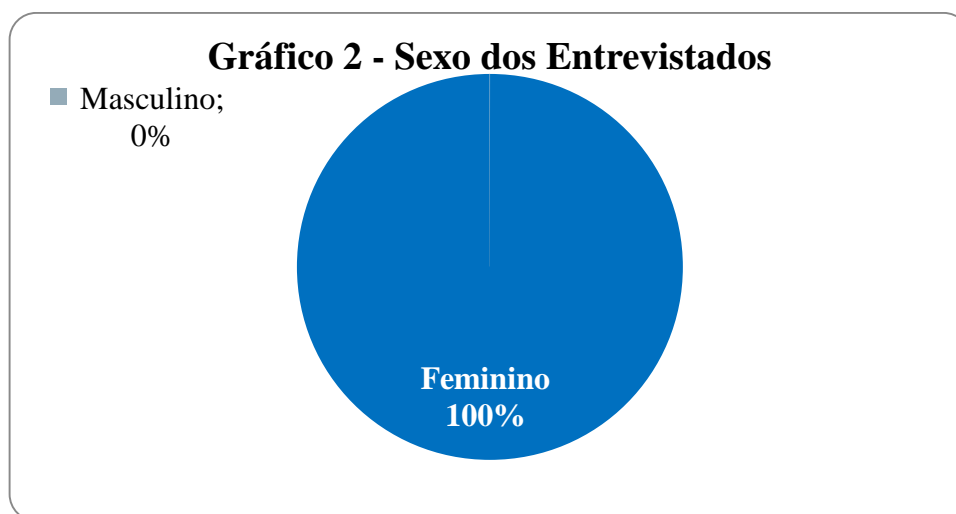
que hoje é de 9%, passará a 14% (limiar a partir do qual os países são chamados ‘envelhecidos’) por volta de 2018 e, em 2050, deverá ser superior a 25%%.

Baseado nesse contexto, do envelhecimento da população e consequentemente da inversão da pirâmide etária, isto é, que a proporção de capital humano nas organizações é crescente comparado ao perfil dos anos 80/90, que se via uma atuação maior de jovens.

TABELA 2: Sexo dos Profissionais de Enfermagem Entrevistados

| SEXO | QUANTIDADE | PORCENTAGEM |
|-----------|------------|-------------|
| FEMININO | 15 | 100% |
| MASCULINO | 0 | 0% |

A Tabela 2 mostrou que a maioria absoluta dos entrevistados é do sexo feminino, o que constata que a atuação da mulher como agente cuidador é uma constante realidade na enfermagem desde *Florence Nightingale*.

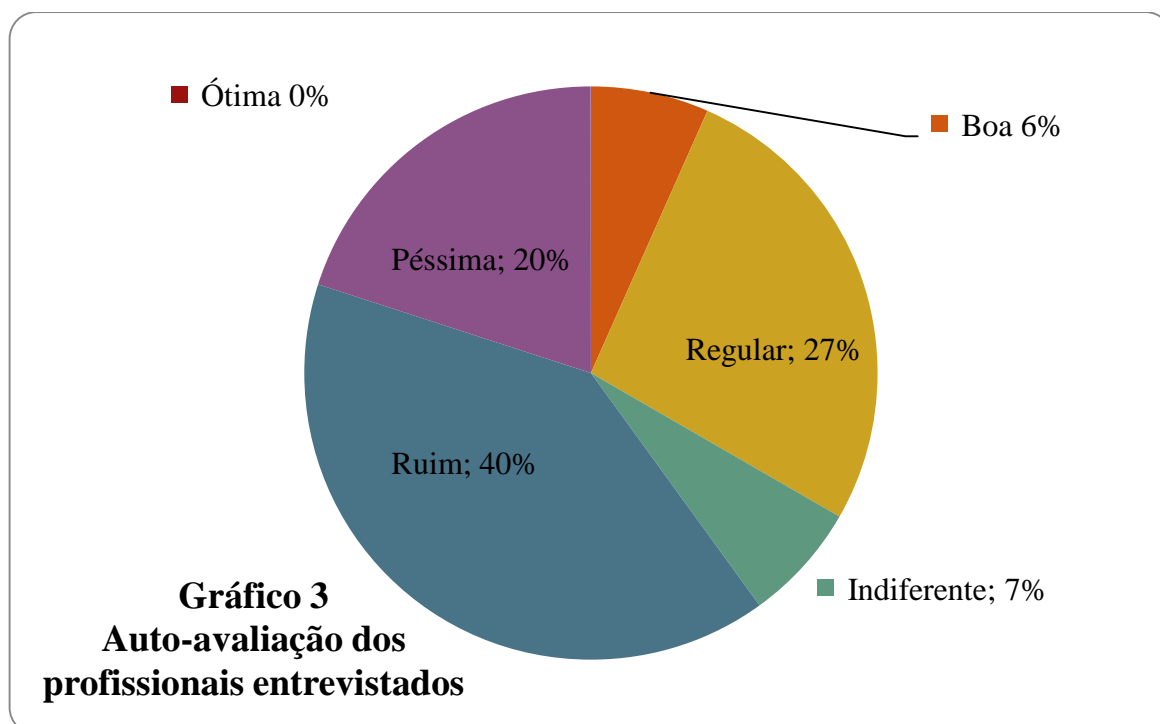


Como mostra nas Gráfico 2, no que diz respeito à distribuição das características sociais, foram entrevistados 15 profissionais, todas as mulheres, sendo 6 profissionais entre 30 e 39 anos, 3 profissionais entre 40 e 49 anos e 6 profissionais com faixa etária igual ou maior que 50 anos.

TABELA 2: Sexo dos Profissionais de Enfermagem Entrevistados

| SEXO | QUANTIDADE | PORCENTAGEM |
|--------------|------------|-------------|
| ÓTIMA | 0 | 0% |
| BOA | 1 | 6% |
| REGULAR | 4 | 27% |
| INDIFERENTE | 1 | 7% |
| RUIM | 6 | 40% |
| PÉSSIMA | 3 | 20% |
| TOTAL | 15 | 100% |

Baseado na Tabela 3 constatou-se que a maioria dos profissionais entrevistados se considera inapta para o atendimento à pessoa com deficiência no que se refere a sua formação profissional.



De acordo com o Gráfico 3, a grande maioria dos profissionais entrevistados se auto-avaliou como ruim, o que demonstra a falta de preparo e segurança para lidar com PCD.

Ainda dentro desse contexto, Cardoso, Rodrigues e Bachion (2006) reiteraram a necessidade da realização de cursos que qualifiquem os profissionais de saúde para proporcionar uma assistência de qualidade à pessoa com deficiência auditiva e/ou fala, valorização dessa qualificação na admissão de profissionais em instituição de saúde; capacitação em LIBRAS para os profissionais já contratados.

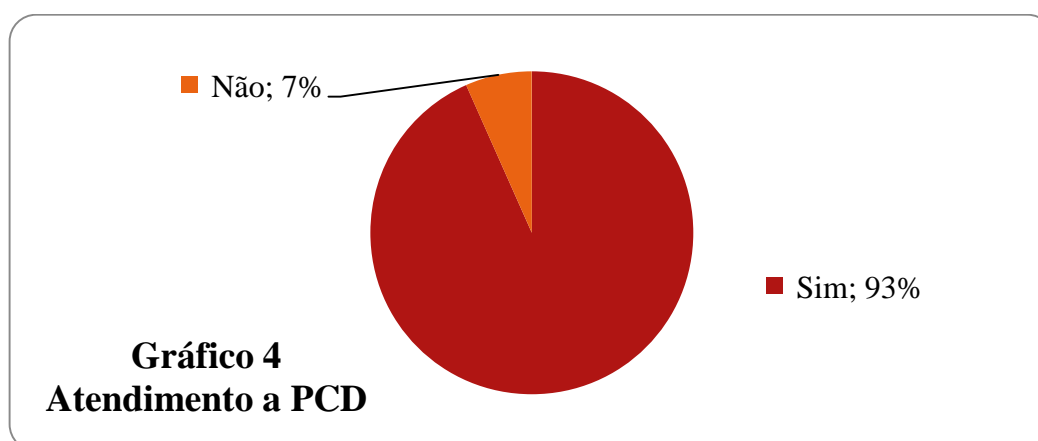
TABELA 4: Distribuição e frequência de atendimento dos profissionais que prestaram atendimento a PCD (auditiva e/ou fala)

| ATENDIMENTO AO PCD | QUANTIDADE | PORCENTAGEM |
|--------------------------------------|------------|-------------|
| SIM | 14 | 93% |
| NÃO | 1 | 7% |
| TOTAL | 15 | 100% |
| QUALIFICAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO PCD | QUANTIDADE | PORCENTAGEM |
| SIM | 2 | 13% |
| NÃO | 13 | 87% |
| TOTAL | 15 | 100% |

Já de acordo com a Tabela 4 percebeu-se que dos 15 profissionais entrevistados, apenas 1 relatou não ter prestado assistência a pessoa com deficiência auditiva e/ou fala, os outros 14 relataram ter prestado assistência mesmo não se sentindo aptos para o atendimento.

A relação Enfermeiro/Paciente tem como interesse possibilitar a eficácia da sistematização de pensamentos e elaboração de ideias, tendo como objetivo o fomento de saúde adequada. Com a pessoa portadora de deficiência auditiva e/ou fala essa

comunicação é afetada, pois compromete a interação, ocasionando bloqueios no atendimento de saúde prestado. Esta comunicação é de suma importância para o reconhecimento de sinais e sintomas referentes não só do diagnóstico quanto do tratamento. A comunicação é apontada para os profissionais da enfermagem um recurso indispensável para uma melhor evolução da comunicação terapêutica, tornando necessária uma capacitação do profissional de saúde para não prejudicar a assistência realizada.



Segundo o Gráfico 4, nota-se que a maioria dos profissionais atende a PCD, mesmo sem preparo. É imprescindível salientar a relevância do desenvolvimento do enfermeiro no conhecimento básico da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), o discernimento desta comunicação gestual para garantir os cuidados da saúde desse

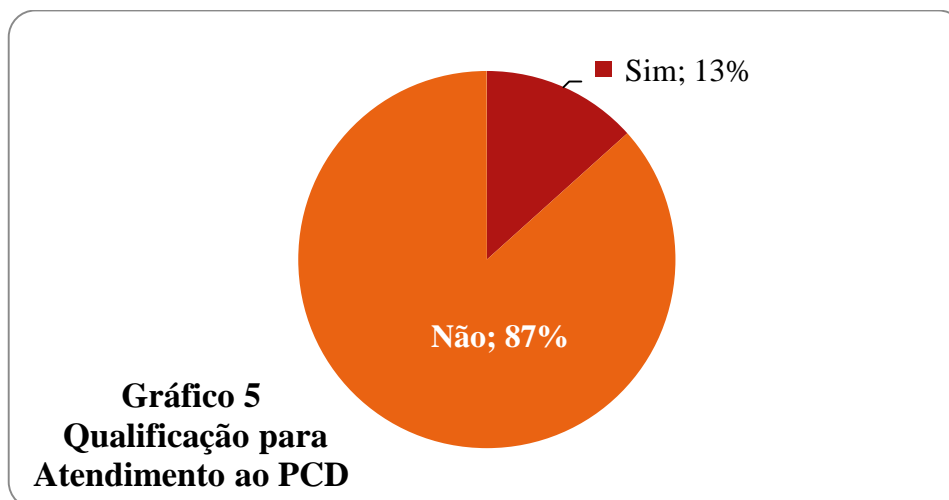
indivíduo, comprovando segurança na assistência prestada.

Na Tabela 5 constatou-se que a maioria dos profissionais entrevistados se considerada inapta para o atendimento à pessoa com deficiência no que se refere a sua capacitação profissional em Libras.

TABELA 5: Frequências de cada estratégia utilizada pelos profissionais entrevistados para atendimento a PDC (auditiva e/ou fala)

| TIPO DE COMUNICAÇÃO | FREQUÊNCIA ABSOLUTA | FREQUÊNCIA RELATIVA AO TOTAL DE OBSERVAÇÕES | FREQUÊNCIA RELATIVA AO TOTAL DE INDIVÍDUOS |
|------------------------------------|---------------------|---------------------------------------------|--------------------------------------------|
| Ajuda de parentes e/ou amigos dela | 8 | 18,6% | 53,33 |
| Desenhos | 5 | 11,6% | 33,33 |
| Escrita | 10 | 23,3% | 66,67 |
| Gestos | 10 | 23,3% | 66,67 |
| Mímicas | 8 | 18,6% | 53,33 |
| Outros | 2 | 4,6% | 13,33 |
| TOTAL | 43 | 100% | - |

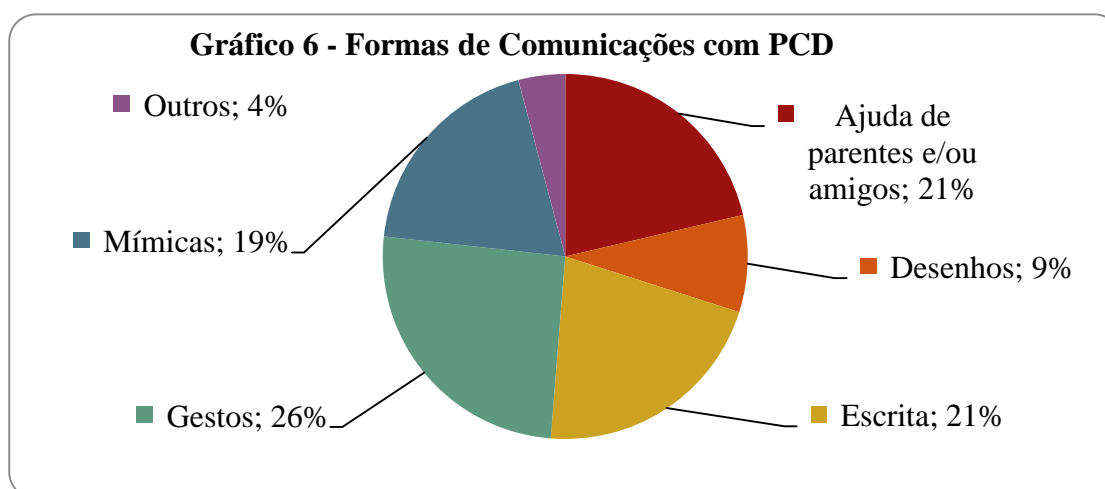
De acordo com o Gráfico 5, percebe-se que a maioria dos profissionais da saúde assume estar despreparada para com o atendimento ao PCD.



O profissional da enfermagem tem obrigação de prestar uma assistência humanizada, levando em consideração o vínculo Enfermeiro/Paciente, e para tanto carece de um apoio técnico e científico que lhe capacite a compreender este universo linguístico, social e cultural da pessoa com deficiência auditiva e/ou fala, com o objetivo de favorecer uma segurança física e emocional no mesmo. Logo, os profissionais da enfermagem devem se conscientizar que

cabe a eles como promotores da saúde e agentes fundamentais e transformadores no processo saúde/doença, buscar subsídios para prestação de uma assistência de qualidade, quebrando barreiras na comunicação e se reinventando, todos os dias.

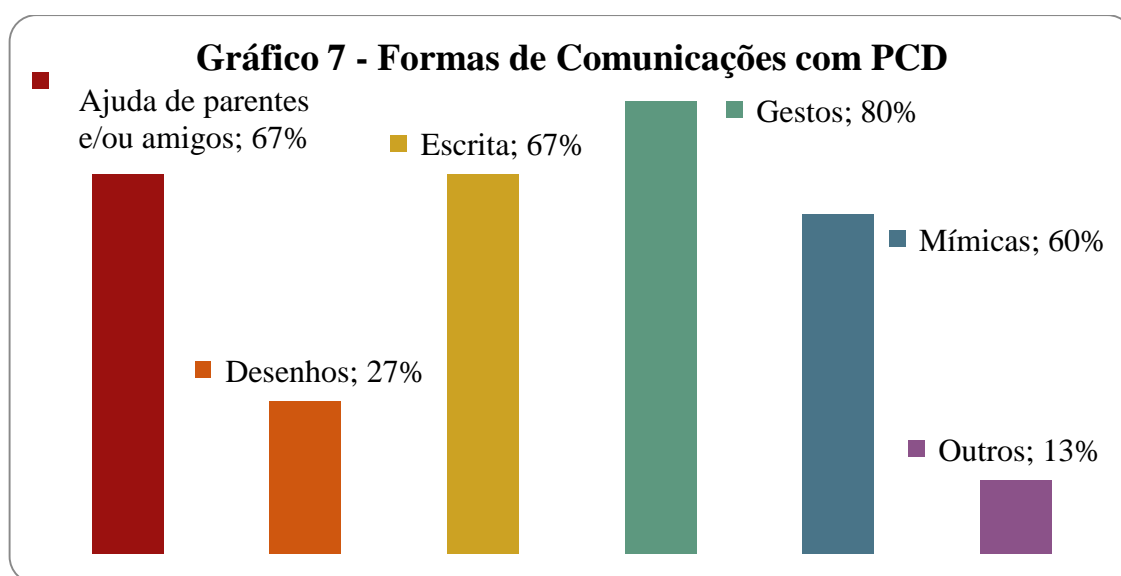
De acordo com o Gráfico 6, notou-se que a maioria dos profissionais usa gestos para se comunicar com PCD.



Por intermédio da interação estabelecida com o paciente PCD auditivo/fala, o profissional de enfermagem, pode percebê-lo em sua totalidade, desta maneira, sua forma de pensar, sentir e proceder. Assim, será capaz compreender as necessidades do paciente PCD auditivo/fala, desse modo, capaz a prestar o cuidado adequado, diminuindo sua angústia. Dessa maneira, a comunicação abrange uma lacuna

incomparável e não sendo ela eficaz todo o processo de assistência se torna falho.

Nesta etapa, foi analisada a quantidade de vezes que cada tipo de estratégia de comunicação foi citado, sendo que cada indivíduo poderia utilizar mais de um jeito. Para isso, foi considerado que o total de indivíduos é 15.



Baseado no Gráfico 7 pode-se perceber que em virtude da falta de preparo, muitos profissionais usam além dos gestos ajuda de parentes, da escrita e mímicas para se comunicar com PCD.

Primeiramente, é interessante observar que foram obtidas 43 observações para apenas 15 indivíduos observados, isso representa, em média, 2,87 estratégias utilizadas por cada indivíduo. Além disso, para uma dessas quinze pessoas a resposta foi nula.

Podem-se observar na os dados da Tabela 5 de duas maneiras, a primeira é considerando que tem 43 observações e desse total desejava-se saber quais os métodos foram mais citados. A segunda maneira foi considerando o fato de que cada pessoa pode responder mais de uma opção e, então, o interesse seria saber quantas, dentre as 15 pessoas, citaram aquele método.

Assim, considera-se que gestos e escritas são os métodos mais utilizados para essa comunicação, no geral, e, além disso, apenas três pessoas não citaram algum

desses dois métodos. Cabe ressaltar que estudo feito anteriormente menciona a importância da comunicação não verbal, seja por meio da Libras, gestos, mímicas e/ou leitura labial para compreensão integral no diálogo com esta clientela e que realmente as formas de comunicação não verbal mais utilizadas são mímica, gestos e a leitura labial, entretanto reiteram que o método é eficaz apenas quando utilizamos mensagens curtas. Dentro desse contexto, Patak, Wilson-Stronks, Cosstello et al afirmam ainda que a falta de compreensão gerada por estas estratégias leva a frustração.

É de suma importância dizer que a Leitura Labial requer muita atenção ao ser usada como primeira opção para se comunicar, uma vez que vários fonemas são repetidos com semelhante movimento labial, podendo dessa maneira, causar constrangimento ou má interpretações. Mesmo pessoas bastante hábeis conseguem compreender acompanhando os movimentos dos lábios entre 30% e 40% da mensagem. Ademais, a variação no posicionamento da cabeça pode acarretar perda de informação. Fatores que também influenciam no entendimento dessa forma de comunicação são: a luz do ambiente, distância entre emissor e receptor, bloqueios físicos entre quem fala e quem recebe a mensagem e pouco ou nenhum conhecimento com o padrão de fala do emissor.

Por outro lado, apenas 2 pessoas pensaram em maneiras diferentes de se

comunicar além das citadas e apenas um terço das pessoas disseram utilizar desenhos.

Os dados a seguir se referem às análises dos dados qualitativos de 15 profissionais entrevistados responsáveis pela assistência. As questões discursivas contidas no questionário foram analisadas e organizadas, tendo como base o método de análise de conteúdo temática.

Inicialmente, realizou-se a pré-análise para organização do material por meio dos relatos dos entrevistados, posteriormente, a exploração do material e por último a realização da interpretação dos dados obtidos.

Para não identificação dos participantes, eles foram descritos do seguinte modo: Entrevistado 1 = Y1, Entrevistado 2 = Y2, e assim sucessivamente.

Em relação ao sentimento dos profissionais atendendo o paciente com deficiência auditiva e/ou de fala, a pergunta proposta foi “Como você se sente atendendo essa a pessoa com deficiência auditiva e/ou fala?”, diante da análise das respostas, as entrevistadas afirmaram ter algum tipo de dificuldade nesse atendimento e é de fato um complicador tanto para elas enquanto prestadoras da assistência, quanto para seu paciente/cliente, deixando-as muitas vezes desconfortáveis na assistência, sendo assim, foram escolhidas as respostas abaixo para representar as 15 profissionais entrevistadas:

- “Não fui preparada para recebê-los, tinha dois funcionários que os atendiam, aposentaram. Se o surdo não souber ler, fica difícil o atendimento” (Y1);
- “Com uma dificuldade enorme, pois se o paciente não estiver acompanhado por um familiar, não consigo me comunicar” (Y3);
- “Perdida, muitas vezes a comunicação é feita com gestos” (Y5);
- “Com dificuldade e com ansiedade em querer prestar assistência” (Y6);
- “Angustada por não a compreender e não conseguir me comunicar melhor com ela” (Y9);
- “Péssima, pela dificuldade de atendimento” (Y11);
- “Relativamente impotente devido à barreira de comunicação” (Y13);
- “Às vezes me sinto mal por não compreender as expectativas dele” (Y15).

Evidenciou-se através dos relatos que o profissional se sente de maneira desconfortável por não compreender as necessidades da pessoa por ele assistida com deficiência auditiva e/ou fala, outrossim, estão os pacientes que buscam esse atendimento.

Sugerem que a presença de um interprete, maneira correta de referir a esse profissional é (Tradutor Intérprete da Libras) ou familiar teria o poder de dirimir esse mal estar, no entanto, percebe-se que esse modo de atendimento não sana de tudo

o problema em questão, uma vez que estamos falando de atendimento humanizado e equitativo, podendo o interprete ou mesmo o familiar criar uma barreira além da comunicação, pois o paciente não se sentiria confortável para relatar o que de fato lhe aflige, tampouco criaria um vínculo enfermeiro/paciente tão necessário para a eficácia das prescrições e orientações de enfermagem.

De acordo com o Código de Ética do Profissional Enfermeiro (CEPE), em seu artigo 6º, é direito do enfermeiro “aprimorar seus conhecimentos técnicos, científicos e culturais que dão sustentação a sua prática profissional.” E no artigo 41º, “o enfermeiro tem o dever de ofertar uma assistência livre de preconceito de qualquer natureza”. Portanto, apoiado pelo CEPE e pela Lei Federal 10.436/02, o profissional da enfermagem tem o direito e o dever de realizar um curso de formação em Libras a fim de prestar uma assistência de qualidade aos pacientes surdos. A comunicação estabelecida com o paciente é um dos mais valiosos aspectos do cuidado de enfermagem dando subsídios para uma assistência eficiente. É através dela que conseguimos criar vínculos com o usuário e a família, além de fornecer um atendimento mais humanístico, voltado especialmente para as mais diversas necessidades de cada cliente. Em alguns casos, são utilizadas maneiras antiquadas de comunicação dos profissionais de saúde com os usuários surdos, salvo quando o mesmo está acompanhado de algum familiar para servir de intérprete.

A segunda pergunta proposta foi: “O que você acha que poderia melhorar no atendimento oferecido nos serviços de saúde para a pessoa com deficiência auditiva e/ou fala?”.

Com base nos relatos abaixo, percebe-se que as profissionais entrevistadas relatam saber o que pode ser mudado e até sugerem alternativas para essa melhoria, como: capacitação de pessoal já na assistência, formação de interpretes desde a graduação, incentivos por parte da SES (Secretaria Estadual de Saúde) e MS (Ministério da Saúde) entre outras. As sugestões já demonstram um olhar diferenciado acerca das dificuldades apresentadas, salientando que a mudança para se atingir o objetivo que é o atendimento humanizado, está nas mãos desses profissionais e que muito há o que se fazer para melhora dessa assistência, como demonstram as entrevistadas.

- “Curso preparatório ou incluir no técnico e superior.” (Y 1).
- “Curso de Libras e sensibilização dos profissionais quanto à importância desse atendimento.” (Y 2).
- “Acredito que curso de capacitação, especialização dos profissionais pela SES”.
- “Ela é pra cima, deixa a gente feliz ou que coloque um interprete nas unidades”. (Y 3)
- “Um curso profissionalizante gratuito pelo MS ou SES”.

- “É só aplicar o que já está decidido de forma legal e ordinária” (Y5)
- “Acho que todos deveriam passar por um treinamento, já que não tem esse preparo na faculdade.”
- “É preciso preparar os profissionais para ao atendimento diferenciado”. (Y 7)
- “Acredito que todos os profissionais ou pelo menos um integrante da equipe deveria fazer o curso de Libras (Linguagem Brasileira de Sinais.” (Y 13)

Isso constatou que no dia a dia, grande parte dos profissionais sente necessidade de que lhe sejam ofertados cursos de LIBRAS, para capacitação na assistência às pessoas com deficiência auditiva e/ou fala como afirmaram.

No discurso a seguir observa-se que a entrevistada diz fazer um esforço para o atendimento, mas, deixa claro não ter respaldo para fazê-lo de maneira integral, pois não há uma contrapartida ou auxílio para o mesmo: *“Utilizo um pouco da Libras (Linguagem Brasileira de Sinais), (...) O esforço é no intuito de ajudar o necessitado e nunca por obrigação, pois sem conhecimento não poderá haver cobrança” (Y 4).*

Como foi decretado e está resguardado na Lei de LIBRAS 10.436/02, “Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.” Bastando então, pô-la em prática.

4. CONCLUSÃO

Sendo a comunicação um dos princípios básicos para se manter uma relação, seja em qual âmbito for, sua ausência na área da saúde revela que muito tem que se trabalhar para que os Princípios que norteiam o SUS (Sistema Único de Saúde) seja uma realidade para todos que buscam assistência.

Os dados deste trabalho mostram a realidade da deficiência no atendimento aos PCDs, nesse caso, as Pessoas com deficiência auditiva/fala, relatos mostram que em grande parte é o paciente quem deve ter uma forma de se fazer entender, pois os profissionais não estão aptos a assisti-lo em sua realidade, eles devem fazer uso de métodos que possibilitem sua inclusão no atendimento, sejam eles através da leitura labial, gestos, mímicas e até escrita, tentando assim reduzir as barreiras encontradas e aumentar o nível de compreensão ao se comunicar com o ouvinte. De acordo com o Capítulo VII do Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, fica estabelecido IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e X - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação.

Diante do exposto, cabe aos os profissionais dos serviços públicos, neste caso os da saúde, se aperfeiçoar e proporcionar a inclusão e a difusão da LIBRAS, no intuito de promover o atendimento inclusivo e humanizado que também preconiza os princípios do SUS.

Mediante resultados, Concluiu-se que para todos os profissionais entrevistados existe uma dificuldade muito grande em atender o paciente com deficiência auditiva e/ou fala e, que a presença do intérprete (Tradutor Intérprete da Libras) beneficia, mas não assiste integralmente o paciente em suas necessidades, visto que fere o direito ao sigilo da consulta e não promove o vínculo entre quem presta a assistência e quem a recebe. Portanto, fica a sugestão para que haja um empenho maior dos gestores da Unidade junto às Administrações Públicas para que se faça valer na prática os fomentos que garantam a aplicabilidade do artigo 3º da Lei Federal 10.436/02, com incentivos à capacitação e disseminação da Libras entre os profissionais, visando capacitar pelo menos um integrante de cada equipe, uma vez que se divide dessa forma o atendimento às famílias. Visto que o objetivo é tornar o atendimento mais eficiente e satisfatório, tanto para o profissional que terá mais segurança frente ao paciente, quanto para a pessoa que busca o atendimento.

Em suma, faz-se importante também ressaltar que o profissional deve sair de sua “zona de conforto” buscando meios de auto-reciclagem para prestar um atendimento de qualidade e humanizado, além de

conscientizar-se de que ele não é apenas um co-autor do cuidado e sim um agente fundamental nesse processo de mudança.

Através do estudo supracitado espera-se uma mudança gradativa na percepção dos profissionais quanto à importância e

necessidade de qualificar-se e buscar subsídios para atender essa clientela. Espera-se que essa temática seja discutida e abordada cada vez mais nos meios acadêmicos para que possa então diminuir seu impacto negativo pela falta dela.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cardoso, AHA; Rodrigues, KG; Bachion, MM. **Percepção da pessoa com surdez severa e/ou profunda acerca do processo de comunicação durante seu atendimento de saúde.** [Acesso em 2018 out 20] Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n4/pt_v14n4a13.pdf.
- Villela, F. **IBGE: 6,2% da população têm algum tipo de deficiência.** [Acesso em 2018 out 20] Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/2015/08/ibge-62-da-populacao-tem-algum-tipo-de-deficiencia>.
- Educação, Portal. **O que significa PCD?** [Acesso em 2018 out 20] Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/biologia/o-que-significa-pcd/61686>.
- UNA-SUS, Portal. **Rede de Atenção à Saúde: Rede de cuidados à pessoa com Deficiência.** [Acesso em 2018 out 20] Disponível em: http://www.unasus.ufma.br/site/files/livros_isbn/isbn_redes04.pdf.
- Ministério da Saúde, Portal do. Portaria Nº 793, de 24 de abril de 2012: **Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde.** [Acesso em 2018 out 25] Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html
- Ministério da Saúde, Portal do. **Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde.** [Acesso em 2018 out 20] Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/saude-para-voce/saude-da-pessoa-com-deficiencia/acoes-e-programas/rede-de-cuidados-a-pessoa-com-deficiencia>.
- Parra Filho, D; Santos, JA. **Apresentação de Trabalhos Científicos: monografia, TCC, teses, dissertações.** 6.ed. São Paulo: Futura, 2001.
- Chizzotti, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** São Paulo: Cortez, 2003.

- Lüdke, M; André, MDA. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- Giustina, FPD; Carneiro, DMN; Souza, RM; **A enfermagem e a deficiência auditiva: assistência ao surdo**. Revista de Saúde da FACIPLAC. 2015; 2 (1): Jan- Dez
- Giustina, FPD; Carneiro, DMN; Souza, RM. **A enfermagem e a deficiência auditiva: assistência ao surdo**. In: Revista de Saúde da FACIPLAC. [Acesso em 2018 out 25] Disponível em: <http://revista.faciplac.edu.br/index.php/RSF/article/view/101>.
- Silva, OS; Basso NAS; Fernandes, SRCM. **A enfermagem e a utilização da Língua Brasileira de Sinais no atendimento ao deficiente auditivo**. [Acesso em 2018 out 25] Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20131231_171804.pdf.
- Pagliuca, LMF; Fiúza, NLG; Rebouças, CBA. **Aspectos da comunicação da enfermeira com o deficiente auditivo**. [Acesso em 2018 mar 5] Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S008062342007000300010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.
- Miranda RS, Schubert CO, Machado WCA. **A comunicação com pessoas com deficiência auditiva: uma revisão integrativa**. [Acesso em 2018 out 25] Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3204/pdf_1223.
- Envelhecimento, Portal do. **A inversão da pirâmide etária**. [Acesso em 2018 nov 19] Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/inver-sao-da-piramide-etaria/>.
- COFEN, **Conselho Federal de Enfermagem**. Resolução COFEN Nº 564/2017 [Acesso em 2018 out 20] Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html.
- Acioli MD, Cavalcanti MLT, Vianna NG. **A formação dos profissionais de um serviço de atenção a saúde auditiva**. Memórias Convención Internacional de Salud Pública. Cuba Salud; La Habana 3-7, 2012. In: Giustina, FPD; Carneiro, DMN; Souza, RM. **A Enfermagem e a deficiência auditiva: assistência ao surdo**. In: Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central. [Acesso em 2018 out 25] Disponível em <http://revista.faciplac.edu.br/index.php/RSF/article/view/101/57>.
- Jus Brasil, Portal. **Lei de Libras** - Lei 10436/02 | Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. [Acesso em 2018 out 25] Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/99492/lei-de-libras-lei-10436-02#art-3>.

6. NOTA BIOGRÁFICA

Yara Cristina de Souza Ferreira

Nasceu em 1976. Bacharel em Enfermagem pela Universidade Paulista. Graduanda em Licenciatura em Educação Profissional no Instituto Federal de Brasília, localizado no Campus Samambaia Subcentro Leste, Complexo Boca da Mata, Lote 01 Samambaia-DF. Enfermeira e Protetora Ambiental colabora com projetos de resgate a animais de rua (tratamento e castrações), em parceria com o Instituto Brasília Ambiental (IBRAN-DF) e Associação dos Protetores de Animais do DF (APRAN).



CONVIDADO





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

SISTEMAS DE MENSURAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA PARA GRUPOS MULTISSECTORIAIS (GMSS)

EDUARDO AUGUSTO MACHADO (emachado@eflix.com.br) - Vice_Presidente da (ACIJA) - Associação Comercial e industrial de Jacarepaguá – Rio de Janeiro - BR; Especialista e Membro dos Conselhos de Governança e Fiscal do Instituto Millenium; Membro do Conselho Consultivo da CONAJE (Confederação Nacional dos Jovens Empresários); Mestre em Metrologia pela PUC-Rio (BR).

RESUMO: Apresentam-se e analisam-se comparativamente os principais sistemas de mensuração da sustentabilidade corporativa aplicáveis a grupos multissetoriais, particularmente a Global Reporting Initiative (GRI Standards); a iniciativa Carbon Disclosure Project (CDP); o GHG Protocol; o United Nations Global Compact; e três índices – Dow Jones Sustainability; Carbono Eficiente (ICO2); e Sustentabilidade Empresarial (ISE). A partir da análise comparativa desses referenciais normativos discutem-se as implicações para avaliação de desempenho em sustentabilidade no contexto de grupos multissetoriais.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade corporativa; Metrologia; Avaliação de desempenho; Indicadores e métricas.

RESUMEN: Análisis comparativa de los principales sistemas de medición de sostenibilidad corporativa aplicables a grupos multisectoriales, en particular la Iniciativa Global de Informes (Normas GRI); la iniciativa del Carbon Disclosure Project (CDP); el Protocolo de GEI; el Pacto Mundial de las Naciones Unidas; y tres índices: Dow Jones Sustainability; Eficiente de carbono (ICO2); y sostenibilidad corporativa (ISE). El análisis comparativo de estos marcos normativos discute las implicaciones para la evaluación del desempeño de la sostenibilidad en el contexto de grupos multisectoriales.

PALAVRAS-CHAVE: Sostenibilidad corporativa; Metrologia; Evaluación del desempeño; Indicadores y métricas.

1. INTRODUÇÃO

Grupos multissetoriais (GMSs) e empresas *holdings* atuam em ambientes cada vez mais dinâmicos e complexos, com exigências e preocupações crescentes para atingir patamares superiores de sustentabilidade. Para fazer frente a tais desafios, esses grupos vêm adotando, como boas práticas, modelos de relato e avaliação de desempenho organizacional voltados para sustentabilidade, verificando-se em particular uma tendência para o uso *Global Reporting Initiative* (GRI Standards).

Não obstante o estágio de maturidade dos GMSs em relação à adoção desses modelos, há ainda espaço para analisar como os métodos e ferramentas atualmente empregadas podem ser integradas para o apoio efetivo a decisões estratégicas como reestruturação empresarial; definição da estratégia corporativa de baixo carbono; diversificação geográfica dos negócios (local, nacional ou multinacional); investimentos, desinvestimentos e parcerias estratégicas; e participações acionárias em novos negócios, com detenção do controle ou possibilidade de participação minoritária.

Pode-se perceber a importância crescente de adoção de sistemas de monitoramento e avaliação estratégica da sustentabilidade corporativa por grupos multissetoriais, visando fortalecer seu posicionamento competitivo sustentável no curto, médio e longo prazo. A própria resiliência alcançada pelos grupos multissetoriais não está apenas no fato de

serem multissetoriais, mas também pela ampliação de suas respectivas visões de sustentabilidade, ao considerar aspectos sociais e ambientais em suas estratégias, além dos econômicos, segundo uma perspectiva de mais longo prazo.

Parte relevante do valor de mercado de uma empresa deriva de ativos intangíveis, como reconhecimento da marca, governança corporativa; imagem positiva e capacidade inovativa, dentre outros. Na perspectiva de criar de valor para seus *stakeholders*, os grupos multissetoriais tem se conscientizado cada vez mais sobre aspectos ambientais, sociais e de governança que possam proteger e agregar valor aos seus negócios, com benefícios potenciais para seu *stakeholders*.

Assim, considera-se relevante um olhar comparativo sobre alguns dos mais utilizados mecanismos/sistemas de mensuração da sustentabilidade corporativa como: (i) Global Reporting Initiative (GRI Standards); (ii) Carbon Disclosure Project (CDP); (iii) GHG Protocol; (iv) United Nations Global Compact; (v) Dow Jones Sustainability Index; (vi) Índice de Carbono Eficiente (ICO2); (vii) Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

2. METODOLOGIA

Segundo a taxonomia proposta por Vergara (2005), a pesquisa que deu origem a esse artigo pode ser considerada aplicada, descritiva e metodológica (quanto aos fins).

Quanto aos meios de investigação, a metodologia compreende:

- Pesquisa bibliográfica e documental sobre os temas centrais da pesquisa;
- Desenvolvimento de um estudo comparativo dos sistemas de mensuração da sustentabilidade corporativa.

Esta fase foi iniciada com pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de levantar trabalhos conceituais e documentos de referência para delimitação do tema central da pesquisa – monitoramento e avaliação de desempenho em sustentabilidade de grupos multissetoriais. Em seguida, aprofundou-se a revisão bibliográfica.

3. SISTEMAS DE MENSURAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA: ÍNDICES, INDICADORES E MÉTRICAS

3.1. GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI STANDARDS)

As normativas para Relato de Sustentabilidade foram criadas pela Global Reporting Initiative (GRI), organização internacional com sede em Amsterdã (Holanda), cuja missão é desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. A ideia de se estabelecer um padrão global para relatórios não-exclusivamente

financeiros materializou-se em 1997, mediante uma parceria entre a Coalition for Environmentally Responsible Economy (CERES), instituição não-governamental americana, e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

A primeira versão das Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade (G1) foi divulgada em 2000, tendo sido elaborada com o engajamento voluntário de diversas partes interessadas em âmbito internacional, envolvendo representantes do setor empresarial, ONGs, organizações trabalhistas, investidores institucionais, ativistas de direitos humanos, firmas de auditoria e consultoria, agências da ONU, entre outras (GRI, 2019).

O principal propósito da ferramenta é desenvolver e disseminar globalmente diretrizes e incorporar diversos indicadores econômicos, sociais e ambientais na elaboração de relatórios de sustentabilidade.

Encontra-se hoje na quinta versão (GRI Standards) e enfatiza ainda mais a necessidade de as organizações concentrarem o processo de elaboração de seus relatórios em tópicos relevantes para suas atividades e também para as principais partes interessadas, mediante a construção prévia da matriz de materialidade. Esse enfoque na materialidade, segundo a GRI, tornará os relatórios mais relevantes, confiáveis e compreensíveis, permitindo que as organizações ofereçam melhores informações a mercados e à sociedade sobre questões relacionadas à sustentabilidade.

Estrutura-se 3 partes básicas: 101 – Foundation contendo interpretações das diretrizes da GRI Standards, é o ponto de partida para o relato pois apresenta os requisitos para o preparo de um relatório da sustentabilidade corporativo em concordância com a GRI Standards; (ii) 102 - General Disclosures utilizado para informações contextualizadas sobre a organização e suas práticas sustentáveis; e (iii) 103 - Management Approach utilizada para informações sobre como a organização gerencia aspectos materiais no relato.

A GRI Standards propõe um conjunto de indicadores organizados nas 3 categorias seguintes: 200 - econômica (6 tópicos específicos), 300 – ambiental (8 tópicos específicos) e 400 – social (19 tópicos específicos). A escolha dos indicadores depende das características e prioridades de cada organização e de suas partes interessadas.

3.2.CARBON DISCLOSURE PROJECT (CDP)

Carbon Disclosure Project (CDP) é uma organização sem fins lucrativos cujo objetivo é criar uma relação entre acionistas e empresas, focada em oportunidades de negócio decorrentes do aquecimento global e que fornece um completo sistema global de divulgação ambiental. CDP surgiu em 2000, com uma ideia muito simples: pedir às maiores empresas do mundo para compartilhar informação publicamente sobre suas emissões de gases do efeito estufa (GEE) e ações para mitigá-las.

O principal fator de sucesso foi o respaldo da comunidade de investidores, tendo em vista que se coletam essas informações em nome de organizações que detêm ativos financeiros sob gestão, como bancos, fundos de pensão, gestoras de ativos e seguradores. O primeiro pedido de informação sobre mudanças climáticas foi enviado em 2003 às 500 maiores empresas do mundo, segundo o Standard&Poors.

Em 2015, essa solicitação foi endossada por 822 signatários, que juntos movem US\$ 95 trilhões em ativos. Atualmente, mais de 4.500 organizações de todo o mundo reportam seus dados climáticos ao CDP, que possui o maior volume de informações sobre mudanças climáticas, espaço água e florestas do planeta e procura colocar estes insights na pauta das decisões estratégicas, dos investidores e das decisões políticas.

CDP iniciou suas atividades na América latina em 2006, com a criação de uma listagem local de empresas, a Brasil 80, com base no índice IBrX da BM&F BOVESPA. Desde sua primeira edição no Brasil tem o apoio da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) e hoje da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), na qualidade de patronos nacionais da iniciativa.

Com a consolidação do CDP como um dos principais instrumentos de divulgação de iniciativas relacionadas ao gerenciamento do carbono, e com o aumento da demanda por dados do CDP, em 2010 foi

lançado um índice de desempenho, o Carbon Performance Leadership Index (CPLI), que identifica as empresas que exibem liderança com relação à gestão dos riscos impostos pelas mudanças do clima. Além deste, outros dois índices foram lançados como produtos baseados nas informações do CDP: (i) FTSE CDP Carbon Strategy Index Series; (ii) Market Carbon Disclosure Leadership Index que expõem aos investidores as corporações melhores posicionadas na corrida para a nova economia de baixo carbono.

3.3.GHG PROTOCOL

O GreenHouse Gas Protocol (GHG Protocol) foi desenvolvido no ano 2001 pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e pelo World Resources Institute (WRI) que tem como meta o estabelecimento de bases para a contabilização de Gases do Efeito Estufa (GEE). Os objetivos de mensuração dos sistemas/índices do GHG Protocol estão voltados para o estímulo da cultura corporativa para a elaboração e publicação de inventários de emissões de gases do efeito estufa, proporcionando aos participantes o acesso a instrumentos e padrões de qualidade internacional.

Nasce da colaboração multilateral entre empresas, organizações não governamentais e governos (WRI, 2004). Consiste em um marco metodológico geral que fornece dicas de trabalho para a determinação de ferramentas de cálculo dos GEE. O Protocolo é reconhecido

mundialmente e aparece como principal referência junto com a Norma ISO 14064.

Várias atualizações têm sido feitas desde seu início, como nos anos 2004 e 2008. The Corporate Value Chain (Escopo 3) e Product Life Cycle Accounting and Reporting Standards foram publicados em outubro de 2011, após um processo de desenvolvimento multistakeholders de três anos. Estas novas normas incluem requisitos e orientações sobre o cálculo e a contabilidade do ciclo de vida do produto e o relatório das emissões Escopo 3 da organização, ou seja, as emissões indiretas das corporações, além dos já contabilizados no Escopo 2 a partir da geração de energia comprada. Estas duas novas normas são baseadas na abordagem do ciclo de vida. O Escopo 3 é um suplemento para o Corporate Standard, enquanto o Product Standard baseia-se na série ISO 14040 de Normas.

O Programa Brasileiro GHG Protocol iniciou-se no ano 2008 e tem como objetivo estimular a cultura corporativa para a elaboração e publicação de inventários de emissões de GEE, proporcionando aos participantes acesso a instrumentos e padrões de qualidade internacional. A aplicação do método GHG Protocol no Brasil acontece de forma adaptada ao contexto nacional (Programa Brasileiro GHG Protocol, 2018).

O Programa Brasileiro organiza grupos de trabalho, junto às empresas participantes, para o aperfeiçoamento do método e desenvolvimento de novas ferramentas para a contabilização de

emissões de GEE de acordo com a realidade brasileira. Além dos grupos de trabalho, oficinas para elaboração dos inventários de GEE e apoio técnico serem oferecidos apenas para as empresas participantes do Programa Brasileiro GHG Protocol, o método e suas atualizações estão disponíveis nas publicações e no website para uso de qualquer organização que tenha interesse.

Uma das iniciativas de destaque do Programa Brasileiro, considerada pioneira em todo o mundo, foi a criação do Registro Público de Emissões e da área pública para consulta dos inventários das empresas e de estatísticas por setor.

Para a realização dos inventários corporativos, o GHG Protocol estabelece seis passos básicos: (i) definir limites organizacionais do inventário; (ii) definir limites operacionais do inventário; (iii) selecionar metodologia de cálculo e fatores de emissão; (iv) coletar dados das atividades que resultam na emissão de GEE; (v) calcular as emissões; e (vi) elaborar o relatório de emissões de GEE.

3.4. UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT

A missão do Global Compact das Organizações das Nações Unidas (UN) busca mobilizar um movimento global de empresas e partes interessadas sustentáveis para criar o mundo que queremos. Para que isso aconteça, apoia as empresas para: (i) fazer negócios de forma responsável, alinhando suas estratégias e operações com

os dez princípios sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção; (ii) realizar ações estratégicas para avançar metas sociais mais amplas, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da UN, com ênfase na colaboração e na inovação.

Dentre os dez princípios do United Nations Global Compact, a sustentabilidade corporativa começa com o sistema de valores de uma empresa e uma abordagem baseada em princípios para fazer negócios. Isso significa, no mínimo, operar voltada para o cumprimento de responsabilidades fundamentais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Ao incorporar os 10 princípios do Global Compact em estratégias, políticas e procedimentos, e estabelecer uma cultura de integridade, as empresas não são apenas responsáveis pelas suas responsabilidades básicas para pessoas e para o planeta, mas também preparam o terreno para o sucesso a longo prazo.

Os dez princípios do Global Compact são derivados da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. São eles:

Direitos Humanos: Princípio 1: as empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos proclamados

internacionalmente; e Princípio 2: certifique-se de que eles não são cúmplices de abusos de direitos humanos;

Trabalho: Princípio 3: as empresas devem manter a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva; Princípio 4: a eliminação de todas as formas de trabalho forçado e compulsório; Princípio 5: abolição efetiva do trabalho infantil; e Princípio 6: a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação;

Meio Ambiente: Princípio 7: as empresas devem apoiar uma abordagem preventiva dos desafios ambientais; Princípio 8: empreender iniciativas para promover uma maior responsabilidade ambiental; e Princípio 9: incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ecológicas;

Anticorrupção: Princípio 10: As empresas devem trabalhar contra a corrupção em todas as suas formas, incluindo a extorsão e o suborno.

3.5.DOW JONES SUSTAINABILITY INDEX

Criado em 1999, é um índice mundial de benchmarking da Dow Jones & Company constituído por empresas que atuam a partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

O Dow Jones Sustainability Index é revisado anualmente como resultado de processo de consulta às 2.500 empresas com

maior valor de capitalização free-float, ranqueadas no Dow Jones Global Index – DJGI de 31 de dezembro do ano anterior.

As empresas consultadas respondem a um questionário, em que terão que evidenciar que sua busca pelo resultado econômico leva em consideração preocupações sobre aspectos ambientais e sociais e seus impactos. As respostas ao questionário com questões relacionadas às dimensões econômica, social e ambiental são avaliadas e auditadas por organização suíça denominada SAM – Sustainable Asset Management Research.

Todos os anos, pergunta-se para mais de 3.400 empresas listadas em todo o mundo entre 80-120 questões específicas do setor, com foco em fatores econômicos, ambientais e sociais que são relevantes para o sucesso das organizações, mas que são sub-pesquisados em análises financeiras convencionais. Esses dados, combinados com os objetivos de sustentabilidade e risco/retorno dos investidores, são usados para produzir uma família de índices, incluindo índices globais, subíndices e produtos inovadores, como os índices ESG (environmental, social and governance).

Os índices ESG baseiam-se na base de dados ESG da RobecoSAM, cobrindo mais de 600 indicadores para mais de 4.000 empresas globais. O S&P Dow Jones Indices é o parceiro estratégico para a publicação e cálculo dos índices ESG.

A estrutura do questionário é composta das seguintes seções:

Introdução: dados cadastrais da organização e do responsável pelo preenchimento, além de respostas corporativas gerais e introdutórias sobre a organização;

Dimensão econômica: governança; materialidade; gerenciamento de risco e crises; código de conduta nos negócios (inclui práticas anticorrupção); gerenciamento da relação com consumidores/clientes; influência política; gestão da marca; estratégia tributária; mensuração e avaliação de impacto; informações de segurança e cybersegurança; proteção e privacidade;

Dimensão ambiental: relatórios ambientais; políticas ambientais & sistemas de gestão; ecoeficiência operacional (emissões diretas GHG – escopo 1 / emissões indiretas GHG – escopo 2 / energia / água / lixo);

Dimensão social: relatórios sociais; indicadores de práticas laborais; direitos humanos; desenvolvimento do capital humano; atração & retenção de talentos; cidadania & filantropia corporativa; saúde & segurança ocupacional; engajamento dos stakeholders; (v) uma parte final relacionada ao feedback sobre a pesquisa (não obrigatória e não faz parte da avaliação).

A próxima geração de pontuações do ESG deixará de lado as metodologias convencionais de pontuação que já não se encaixam nos modelos de fatores tradicionais e normalmente resultam em

desvios por porte organizacional ou diferenças marcantes regionais.

As grandes organizações capitalizadas tendem a ter melhores processos e divulgações de sustentabilidade corporativa do que as empresas menores, e as empresas europeias tendem a ser mais transparentes. Como resultado, essas empresas tendem a receber pontuações ESG mais altas. Além disso, em contraste com os principais fatores, como valor ou momento, as pontuações ESG tradicionais são amplas, geralmente agregando centenas de indicadores individuais em uma única pontuação, diluindo informações financeiras de maneira significativa. Para enfrentar esses desafios, a metodologia existente foi construída para desenvolver pontuações de fatores ESG imparciais e financeiramente materiais que são mais relevantes para os investidores.

A nova metodologia Smart ESG aproveita a riqueza de um banco de dados de sustentabilidade para identificar os critérios da sustentabilidade mais relevantes do ponto de vista financeiro, fim de se desenvolver um fator ESG que possa ser combinado com outros fatores financeiros comuns.

A nova metodologia objetiva: (i) remover preconceitos (setoriais, regionais, portes) com geração de scores sem preconceitos; (ii) combinação de visão de futuro com evidências passadas otimizado para que os critérios mais relevantes financeiramente sejam superponderados em relação àqueles que tiveram um impacto mínimo no desempenho financeiro,

aprimorando o foco na materialidade financeira; (iii) fatores neutralizantes, como etapa final, remover quaisquer exposições não intencionais a fatores financeiros comuns, isso permite isolar um fator da sustentabilidade quantitativo que pode ser combinado com outros fatores comuns em uma carteira de investimentos. As pontuações dos fatores ESG resultantes são pontuações imparciais, baseadas em evidências, com um perfil de retorno de risco atraente e baixa correlação com fatores de investimento que permite incluir a sustentabilidade em um modelo de fator tradicional e medir o quanto a exposição de determinado portfólio tem para a sustentabilidade, bem como sua contribuição para o risco e o retorno do portfólio.

3.6. ÍNDICE CARBONO EFICIENTE (ICO2)

O Índice de Carbono Eficiente (ICO2) foi criado em 2010 pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Esse índice que é composto pelas ações das companhias participantes do índice IBrX-50 que aceitaram participar dessa iniciativa, adotando práticas transparentes com relação a suas emissões de gases do efeito estufa (GEE), leva em consideração para ponderação das ações das empresas componentes seu grau de eficiência de emissões de GEE, além do total

de ações em circulação (free-float) de cada uma delas.

Além disso, o ICO2 visa prover o mercado com um indicador cuja performance é a resultante de um portfólio balizado por fatores que incorporam questões relacionadas às mudanças climáticas. Portanto, o índice ICO2 objetiva representar a importância do tema Responsabilidade Social e Ambiental para a sociedade, mostrando e valorizando as empresas que investem em sustentabilidade.

Os critérios de inclusão são: (i) pertencer à carteira do IBrX 50; (ii) ter aderido formalmente à iniciativa do ICO2; (iii) reportar dados de seu inventário anual de GEE de acordo com o nível de abrangência e prazo definidos pela BM&F Bovespa.

Já os critérios de exclusão são: (i) deixar de atender a qualquer um dos critérios de inclusão acima indicados; (ii) durante a vigência da carteira a ser listado em situação especial, isto é, se um ativo pertencente ao índice passar a ser negociado em situação especial (recuperação judicial ou extrajudicial, regime especial de administração temporária, intervenção ou qualquer outra hipótese definida pela BM&F Bovespa). Companhias que estiverem em situação especial ou que estiverem sujeitas a prolongado período de suspensão de negociação não serão elegíveis para os índices.

A Ponderação do ICO2 é baseada no peso de cada ação no Índice Carbono Eficiente levará em consideração dois

aspectos: (i) participação no IBrX 50, no qual os ativos são ponderados pelo valor de mercado do free-float da espécie pertencente à carteira, com limite de participação baseado na liquidez; (ii) razão entre as emissões de GEE informadas no Inventário de Emissões de GEE para o ano-base, medidas em toneladas de CO₂ equivalente (tCO₂e), e a receita bruta reportada nas demonstrações financeiras padronizadas apresentadas no Brasil relativas ao mesmo ano-base (Coeficiente Emissão/Receita ou Coeficiente).

A proposta é que o ICO₂ seja um instrumento econômico de incentivo à adoção de práticas de gestão ambiental com foco em Mudanças Climáticas, onde as organizações serão incentivadas a mensurarem, gerirem e reportarem suas emissões de GEE de maneira transparente para acionistas e mercado, além de gerarem oportunidades de investimentos para investidores preocupados com aspectos ambientais.

3.7. ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) foi lançado em 2005 pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), em parceria com a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos

do Mercado de Capitais (APIMEC), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), International Finance Corporation (IFC), Instituto Ethos e Ministério do Meio Ambiente (MMA). Acompanhou a tendência mundial voltada para investimentos focados em ativos que incorporem conceitos de responsabilidade social e sustentabilidade corporativa.

O ISE é um indicador que agrupa empresas com desempenho econômico financeiro relevante associado às ações de sustentabilidade social e ambiental. Segundo a BM&FBOVESPA, o objetivo é refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, bem como atuar como impulsionador das boas práticas no ambiente empresarial brasileiro.

A seleção da carteira de no máximo 40 ações é feita anualmente por meio das respostas aos questionários que são enviados às empresas pré-selecionadas (que estejam entre as empresas com as 200 ações mais negociadas nos últimos 12 meses que precedem a avaliação e que tenham sido negociadas pelo menos em 50% dos pregões realizados no mesmo período). Um Conselho escolhe as empresas com melhores classificações nas dimensões: (i) geral; (ii) natureza do produto; (iii) governança corporativa; (iv) econômico-financeira; (v) social; (vi) ambiental; (viii) mudanças climáticas. No tocante às Mudanças Climáticas, em 2010 o questionário passou a incluir indicadores em quatro critérios: (i)

política da empresa; (ii) gestão; (iii) desempenho; (iv) comunicação.

A décima terceira carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) que vigora de 02 de janeiro de 2018 até 04 de janeiro de 2019 reúne 33 ações de 30 companhias, representa 12 setores e soma R\$ 1,28 trilhão (aproximadamente US\$ 0,38 bilhão de dólares americanos pela cotação de 09/abril/2018) em valor de mercado. Esse montante equivale a 41,47% do total do valor das companhias com ações negociadas na B3, com base no fechamento de 21/11/2017.

Para o processo de construção desta carteira foram convidadas 179 companhias, emissoras das 200 ações mais líquidas. Destas, 41 se inscreveram no processo, sendo 37 Elegíveis. A nova carteira (período 2018-2019) é composta pelas seguintes ações: AES Tiete; B2W; Banco do Brasil; Bradesco; Braskem; CCR; Celesc; Cemig; Cielo; Copel; CPFL; Duratex; Ecorodovias; EDP; Eletropaulo; Engie; Fibria; Fleury; Itaú Unibanco; Itaúsa; Klabin; Light; Lojas Americanas; Lojas Renner; MRV; Natura; Santander; Telefônica; Tim; Weg.

Desde a sua criação, em 2005, o ISE apresentou rentabilidade de +185,01% contra +113,72% do Ibovespa (base de fechamento em 21/11/2017). No mesmo período, o ISE teve ainda menor volatilidade: 24,67% em relação a 27,46% do Ibovespa.

3.8. ANÁLISE COMPARATIVA DOS SISTEMAS DE MENSURAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ABORDADOS

Com base nas características dos sistemas de mensuração da sustentabilidade abordados neste capítulo e adotando-se os critérios propostos por Van Bellen (2002, 2005) para análise e comparação entre diferentes sistemas, apresenta-se nesta seção um quadro comparativo dos sistemas analisados: (i) GRI Standards; (ii) Carbon Disclosure Project (CDP); (iii) GHG Protocol (GHG); (iv) United Nations Global Compact (iv) Dow Jones Sustainability Index; (v) Índice de Carbono Eficiente (ICO2); e (vi) Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

Os critérios propostos por Van Bellen (2002; 2005) são descritos no quadro 3.1, a seguir. Já os quadros 3.2 e 3.3 apresentam os resultados da análise comparativa dos sistemas abordados neste capítulo, como pano de fundo para a discussão sobre as implicações para avaliação de desempenho em sustentabilidade no contexto de grupos multissetoriais.

Como pode ser observado no quadro 3.1, todos os sistemas cobrem aspectos ambientais e econômicos quanto ao escopo, porém o Global Compact e o ISE também abordam aspectos sociais e institucionais. Cabe ressaltar que o ISE aborda ainda governança corporativa.

Quadro 3.1 - Critérios para comparação dos sistemas de mensuração da sustentabilidade corporativa

| CRITÉRIO | ITENS A SEREM ANALISADOS |
|-------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Escopo | Dimensões da sustentabilidade corporativa abordadas (econômica, social, ambiental e institucional). |
| Esfera | Unidade foco da análise: globo, continente, país, região, localidade, organização ou indivíduo). |
| Tipo e nível de agregação dos dados | Quanto ao tipo: qualitativos, quantitativos ou ambos. Quanto ao nível de agregação: índices, subíndices, indicadores, dados analisados. |
| Participação | <i>Top-down</i> , quando concebido por especialistas; <i>bottom-up</i> , quando concebido com a participação dos públicos-alvo; e mista. |
| Interface | Complexidade: do ponto de vista dos usuários, complexidade dos cálculos dos indicadores, subíndices e índices. |
| | Apresentação dos resultados: utilização de índice geral, recursos visuais (gráficos e uso de cores, por exemplo), recursos adicionais. |
| | Abertura: possibilidade de observação dos índices agregados somente ou apresentação os índices e seus componentes, de forma desagregada. |
| | Potencial educativo: capacidade de representar para o público os aspectos materiais da sustentabilidade e seus impactos para seus negócios, a sociedade e o meio ambiente. |

Fonte: Adaptação de Van Bellen (2002; 2005)

Quanto à esfera, todos voltam-se para as organizações. Observações apenas se fazem quanto ao CDP, com abrangência local, e ao Global Compact, com abrangência global. Em relação à agregação dos dados, todos os sistemas apresentam dados primários, dados analisados e indicadores. Ressalva somente para o ISE, em que os indicadores são oriundos das respostas dos

questionários pelas organizações participantes. O GHG Protocol apresenta subindicadores e o ICO2 subíndices e índices. O ISE também apresenta índices.

No tocante à complexidade, pode-se considerar que o CDP e o Global Compact são de elevada complexidade, enquanto GHG, ICO2 e ISE são de baixa complexidade.

Quadro 3.2 – Sistemas de mensuração da sustentabilidade corporativa analisados quanto ao escopo, abrangência e nível de agregação dos dados

| Sistema de mensuração da sustentabilidade corporativa | Escopo (dimensões) | | | |
|-------------------------------------------------------|------------------------------------------------|--------|-----------|----------------------------|
| | Ambiental | Social | Econômico | Institucional |
| Global Reporting Initiative (GRI Standards) | x | x | x | x |
| Carbon Disclosure Project (CDP) | x | | x | |
| GHG Protocol | x | | | |
| United Nations Global Compact | x | x | | x |
| Dow Jones Sustainability Index | x | x | | |
| Índice Carbono Eficiente (ICO2) | x | | | |
| Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) | x (mudanças climáticas, como dimensão à parte) | x | x | x (governança corporativa) |

| Sistema de mensuração da sustentabilidade corporativa | Abrangência (unidade foco de análise) | | | | | |
|-------------------------------------------------------|---------------------------------------|-------------|----------|----------|-------|---------------------------|
| | Global | Continental | Nacional | Regional | Local | Organizacional |
| Global Reporting Initiative (GRI Standards) | | | | | | x |
| Carbon Disclosure Project (CDP) | | | | | x | x |
| GHG Protocol | | | | | | x |
| United Nations Global Compact | x | | | | | x |
| Dow Jones Sustainability Index | | | | | | x |
| Índice Carbono Eficiente (ICO2) | | | | | | x (carteira das empresas) |
| Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) | | | | | | x (carteira das empresas) |

| Sistema de mensuração da sustentabilidade e corporativa | Abrangência (unidade foco de análise) | | | | | |
|---------------------------------------------------------|---------------------------------------|------------------|-------------|------------------------------------------------|------------|---------|
| | Dados primários | Dados analisados | Sub-índices | Indicadores | Subíndices | Índices |
| Global Reporting Initiative (GRI Standards) | X | X | | X | | |
| Carbon Disclosure Project (CDP) | X | X | | X | | |
| GHG Protocol | X | X | X | X | | |
| United Nations Global Compact | X | X | | X | | |
| Dow Jones Sustainability Index | X | X | | X | | |
| Índice Carbono Eficiente (ICO2) | X | X | | X | | |
| Índice de Sustentabilidade e Empresarial (ISE) | X | X | | X (relativo às respostas dos questionários) | | |

Fonte: Elaboração própria, adotando-se os critérios de Van Bellen (2002; 2005).

Quadro 3.3 – Sistemas de mensuração da sustentabilidade corporativa

| Sistema de mensuração da sustentabilidade corporativa | Nível de participação | | | Interface: complexidade | | |
|-------------------------------------------------------|-----------------------|-------|-----------|-------------------------|-------|-------|
| | Top down | Mista | Bottom up | Alta | Média | Baixa |
| Global Reporting Initiative (GRI Standards) | | X | | | X | |
| Carbon Disclosure Project (CDP) | X | | | X | | |
| GHG Protocol | X | | | | X | |
| Dow Jones Sustainability Index | X | | | | | X |
| Índice Carbono Eficiente (ICO2) | X | | | | X | |
| Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) | X | | | | X | |
| UN Global Compact | X | | | X | | |

| Sistema de mensuração da sustentabilidade corporativa | Interface: apresentação dos resultados | | |
|-------------------------------------------------------|----------------------------------------|------------------------------|------------------------------------------------------|
| | Índice geral | Recursos visuais | Recursos adicionais (quais) |
| Global Reporting Initiative (GRI Standards) | | | Ênfase na matriz de materialidade |
| Carbon Disclosure Project (CDP) | X | X | |
| GHG Protocol | X | Uma faixa para cada dimensão | Análise das categorias por dimensão |
| Dow Jones Sustainability Index | | | Emissão de relatório com as repostas ao questionário |
| Índice Carbono Eficiente (ICO2) | X | X | |
| Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) | X | X | Relatórios e análise online |
| UN Global Compact | | X | |

| Sistema de mensuração da sustentabilidade corporativa | Interface: abertura das informações | | | | |
|-------------------------------------------------------|-------------------------------------|-------------|-------------|-----------------|------------------|
| | Índice | Sub-Índices | Indicadores | Sub-Indicadores | Dados analisados |
| Global Reporting Initiative (GRI Standards) | | | X | | X |
| Carbon Disclosure Project (CDP) | | | X | | X |
| GHG Protocol | | | X | X | |
| Dow Jones Sustainability Index | X | X | | | |
| Índice Carbono Eficiente (ICO2) | X | X | X | | X |
| Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) | X | | | | |
| UN Global Compact | | | X | | X |

| Sistema de mensuração da sustentabilidade corporativa | Interface: potencial educativo | |
|-------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | Pontos fortes | Ponto para melhoria |
| Global Reporting Initiative (GRI Standards) | Comparabilidade Suplementos setoriais | Não enfatiza enfoque multissetorial. Falta orientação metodológica para seleção dos stakeholders |
| Carbon Disclosure Project (CDP) | Incentivo às boas práticas de gestão ambiental; centralização de informações e dados | Dificuldade de acesso aos questionários |
| GHG Protocol | Facilidade de uso e utilidade. Acreditação internacional | Dificuldade na medição dos GEE para escopo 3 |
| Dow Jones Sustainability Index | Ferramenta para gestores corporativos | Volatilidade da carteira; entrada e saída de empresas. |
| Índice Carbono Eficiente (ICO2) | Conscientização sobre as emissões | Volatilidade da carteira; entrada e saída de empresas; complexidade dos cálculos |
| Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) | Questionário em constante aperfeiçoamento | Correlação entre desempenho sustentável versus econômico-financeiro frágil. |
| UN Global Compact | Permite definir objetivos claros e planos de ação. | Dificuldade em obter os dados em função do detalhamento requerido. |

Fonte: Elaboração própria, adotando-se os critérios de Van Bellen (2002; 2005).

Quanto à participação, todos são top-down, ou seja, é um processo que parte da alta administração e a partir da mesma dissemina-se pela empresa. No que se refere à apresentação dos resultados, o Global Compact é o único que não apresenta um índice numérico geral. CPD e ICO2 não utilizam recursos adicionais. Todos os sistemas utilizam-se de recursos visuais, conforme mostrado no quadro 3.3.

No que se refere à abertura, somente o ISE não utiliza indicadores. Somente o GHG

Protocol utiliza subindicadores, sendo um para cada gás de efeito estufa. CDP, ICO2 e Global Compact utilizam dados analisados. ICO2 e ISE utilizam índices, e o ICO2 também utiliza subíndices.

Finalmente, em relação ao potencial educativo, os pontos fortes sobressaem-se sobre os pontos fracos pesquisados. Isso é muito importante pois aumenta a atratividade, fazendo com que aumente o número de organizações que utilizam um dos sistemas abordados.

Cabe ressaltar ainda que a complexidade impacta diretamente no potencial educativo, podendo ser uma importante barreira para a adoção, além dos custos envolvidos também serem maiores na grande maioria dos casos. No tocante às dificuldades, que podem ser traduzidas em pontos fracos, observam-se exemplos como dificuldade na obtenção de dados ou no acesso aos questionários-base, permissão de autoavaliação, alta volatilidade das carteiras que compõem os respectivos índices, dentre outras.

3.9. IMPLICAÇÕES PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO DE GRUPOS MULTISSECTORIAIS

A principal implicação para avaliação de desempenho em grupos multissetoriais é a compreensão do próprio caráter da multissetorialidade inerente aos mesmos. As características e peculiaridades de cada setor tornam a avaliação de desempenho bem mais específica. Além disto, cada setor em que o GMS atua representa uma parte de sua história, tem um peso nos seus resultados presentes e, ainda mais relevante, está presente no planejamento estratégico com visões e impactos diferentes no médio e longo prazo. No caso dos GMSs, a padronização simplifica os processos envolvidos em todas as etapas, mas traz consigo incertezas de medição que podem induzir decisores à realização de avaliações incompletas e/ou distorcidas e,

consequentemente, à tomada de decisões equivocadas.

Outra implicação fundamental é que, por mais generalistas e aplicáveis que sejam as normas e diretrizes existentes, há lacunas importantes no tocante à avaliação de desempenho dos grupos multissetoriais. Um mesmo valor encontrado para um determinado indicador em duas ou mais empresas, por exemplo, que façam parte do mesmo GMS, não significa que automaticamente leve ao mesmo valor no nível corporativo. O valor pode indicar um desempenho igual ou semelhante, mas na verdade pode impactar de maneira diferente o desempenho de um GMS, sendo recomendável que se avalie como deve ser interpretado dentro do próprio contexto do mesmo.

4. CONCLUSÕES

Considerando-se o exposto e os resultados dos quadros 3.2. e 3.3, conclui-se que as GRI Standards constituem o referencial normativo mais adequado a ser aplicado pelas empresas holdings e por grupos multissetoriais para mensuração da sustentabilidade corporativa. A presente pesquisa contribuiu para o avanço do conhecimento sobre o tema avaliação de desempenho de grupos multissetoriais, na perspectiva da sustentabilidade corporativa.

Essa pesquisa propiciará aos gestores de grupos multissetoriais, bem como às diversas partes interessadas na sustentabilidade corporativa desses grupos,

um quadro comparativo objetivo que ajudará no gerenciamento estratégico na perspectiva da sustentabilidade desde sua modelagem.

Com relação ao primeiro objetivo específico – “discutir a contribuição dos referenciais normativos, diretrizes e guias para elaboração de relatórios de sustentabilidade aplicáveis a grupos multissetoriais”, conclui-se que a Global Reporting Initiative (GRI Standards) mostraram-se as mais adequadas por incluir em seu escopo elementos e critérios associados diretamente à abordagem de sustentabilidade corporativa, contemplando suas três dimensões e o envolvimento dos stakeholders na escolha dos temas e indicadores que deverão ser objeto da avaliação de desempenho por parte do grupo em dois níveis - corporativo multissetorial e setorial (por unidade de negócio).

Para trabalhos futuros de desdobramento da pesquisa e aprofundamento dos resultados, propõem-se:

Integração dos processos de elaboração dos Relatórios da Sustentabilidade do GMS e das empresas setoriais do mesmo.

Avaliação de impactos oriundos do planejamento estratégico na avaliação do desempenho em sustentabilidade do GMS, e vice-versa, com retroalimentações constantes para que a alta administração e os representantes da sustentabilidade possam realizar constantes ajustes em seus respectivos processos.

Finalmente, acredita-se que os resultados desta pesquisa poderão ser utilizados em processos de avaliação de desempenho em sustentabilidade de grupos multissetoriais no Brasil e no exterior.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT. ISO. Norma ABNT NBR ISO 9004:2010. **Gestão para o sucesso sustentado de uma organização – uma abordagem da gestão da qualidade**. São Paulo: ABNT.ISO, 2010.
- BELLANTUONO, N.; PONTRANDOLFO, P.; SCOZZI B. **Capturing the stakeholders' view in sustainability reporting: A novel approach**. Sustainability, v.8, n.4, p.379 - 391, 2016.
- VAN BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

- VAN BELLEN, H.M.V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
- BM&FBovespa. Índice Carbono Eficiente ICO2. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-carbono-eficiente-ico2.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- CARROLL, A. B.; SHABANA, K. M. **The business case for corporate social responsibility: a review of concepts, research and practice**. International Journal of Management Reviews, v.275, p. 85-106, 2010.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. CNI. **Estratégias corporativas de baixo carbono**. Gestão de riscos e oportunidades. Guia de referência. 2011. Disponível em: <<http://admin.cni.org.br>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- COSTA, R.; MENICHINI, T. **A multidimensional approach for CSR assessment: The importance of the stakeholder perception**. Expert Systems with Applications, v. 40, p. 150–161, 2013.
- DAHLSTRUD, A. **How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions**. Corporate Social Responsibility and Environmental Management, v.15, n.1, p. 1-5. 2008.
- DUNPHY, D.C.; GRIFFITHS, A.; BENN, S. **Organizational change for corporate sustainability: a guide for leaders and change agents of the future**. 2nd ed. London, U.K.; New York, U.S.A.: Routledge, 2007.
- EPSTEIN, M.J.; ROY, M-J. **Improving sustainability performance: specifying, implementing and measuring key principles**. Journal of General Management, v.29, n1, p.15–31, 2003.
- FIKSEL, J.; MCDANIEL, J.; MENDENHALL, C. **Measuring progress towards sustainability: principles, process, and best practices**. Columbus, Ohio: Battelle Memorial Institute, Life Cycle Management Group, 1999.
- GALVÃO, H.M.; KRUGLIANSKAS, I. **O desempenho das práticas de gestão para a sustentabilidade: modelo de avaliação socioambiental aplicado na indústria**. In: 2013 Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende, RJ, 31 de outubro a 01 de novembro, 2013.

- GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Diretrizes para relato de sustentabilidade.** Princípios para relato e conteúdos padrão. Global Reporting Initiative (GRI), GRI, 2019.
- INSTITUTO ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social. **Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis.** Disponível em: < <https://www3.ethos.org.br/conteudo/indicadores/#.WtPLu4jwblU> />. Acesso em: 10 abr. 2018.
- INSTITUTO ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social. **Práticas empresariais de responsabilidade social: relações entre os princípios do Global Compact e os indicadores Ethos de responsabilidade social.** [Carmen Weingrill, coordenadora]. São Paulo: Instituto Ethos, 2003. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/sistemas/ifc/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- MCKINSEY. **The business of sustainability: McKinsey Global Survey results** Disponível em: <<https://www.mckinsey.com/business-functions/sustainability-and-resource-productivity/our-insights/the-business-of-sustainability-mckinsey-global-survey-results>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- PROGRAMA BRASILEIRO GHG PROTOCOL. **Sobre o Programa.** Disponível em: <<https://www.ghgprotocolbrasil.com.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- VAN MARREWIJK, M.; WERRE, M. **Multiple levels of corporate sustainability.** Journal of Business Ethics, v. 44; n.2-3; p.107-119, 2003.
- WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. WCED. **Our common future.** Oxford: Oxford University Press, 1987.

6. NOTA BIOGRÁFICA

Eduardo Augusto Machado

Mestre em Metrologia pela PUC-Rio; Graduado em Administração e Pós-graduado em Marketing pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). MBA Executivo pela Coppead/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Nome em citações bibliográficas: MACHADO, E. A. / ID Currículo Lattes: 9456384899747856.



REVISÃO DA LITERATURA





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

RESENHA

Na edição 1192, da Revista EXAME, que circulou em agosto de 2019, a Reporter FABIANE STEFANO, em HANNOVER (Alemanha), entrevistou o Engenheiro alemão JAN MROSIK, que possui um discurso de observador da atual Revolução Industrial.

Presidente da divisão global de digitalização da Siemens, maior conglomerado industrial da Europa, ele alerta para a necessidade de as empresas embarcarem na transformação digital e os riscos para quem não o fizer. "Num ambiente altamente competitivo, a digitalização impacta o uso de recursos e a lucratividade das empresas", diz Mrosik.

A divisão liderada pelo executivo, que engloba desde softwares até equipamentos para automação, é a mais lucrativa entre todas as áreas de atuação da Siemens, com receita anual de 16 bilhões de euros.

Na entrevista foi perguntado como a digitalização está mudando o setor industrial?

Ele respondeu que o mundo digital e o real, que engloba o chão de fábrica, o departamento de design, os desenvolvedores de softwares, podem se unir. É possível criar um gêmeo digital de uma fábrica e ver essa unidade em operação antes mesmo de construí-la. As máquinas de uma indústria podem estar conectadas entre si, capturando dados da produção que serão analisados e vão melhorar o desempenho daquela unidade. Com a atual capacidade computacional disponível, não há dúvida de que dá para fazer as coisas de forma muito mais inteligente. O conceito de digitalização da indústria surgiu há menos de dez anos.

Ainda foi perguntado... quais foram os aprendizados nesse período?

Cada vez mais indústrias adotam a digitalização porque ela oferece um tremendo avanço em questões que sempre foram importantes para as empresas no mundo todo. Temos visto também que a digitalização tem apoiado novos modelos de negócios. Não é mais preciso comprar uma máquina e sim os usos que ela oferece.

Como isso afeta o consumidor final?

A flexibilidade que existe hoje para atender às demandas do consumidor é incomparável com o que podíamos fazer no passado. Hoje, os carros são produzidos com mais de 1 milhão de configurações. É possível comprar um tênis pela internet de acordo com as propriedades físicas dos pés de cada pessoa. Ou seja, a digitalização permite que a indústria faça produtos personalizados. Isso causa um impacto enorme no mercado.

E segue a pergunta, como as indústrias defasadas podem fazer a transição digital?

Primeiramente, não têm de jogar tudo fora e começar do zero. Isso não é prático. É preciso trabalhar a partir da base industrial que já existe e integrá-la à plataforma digital. Também não é preciso fazer tudo ao mesmo tempo. Deve-se encontrar um provedor de tecnologia capaz de identificar os gargalos, que, uma vez superados, vão trazer os maiores benefícios primeiro.

Mas nenhuma empresa pode se dar ao luxo de não começar esse processo agora. O risco de quem não fizer essa transição é ficar para trás. É por isso que empresas que já estiveram entre as 500 maiores do mundo estão sendo expulsas do mercado, pois seus concorrentes foram mais rápidos e investiram em inovação antes delas.

Então qual é o principal obstáculo para a adoção da tecnologia?

Ainda falta entendimento do que se pode alcançar na prática com as novas tecnologias. Todo mundo já ouviu falar de internet das coisas, big data, inteligência artificial e como elas estão mudando o mundo e de fato, estão. Mas muita gente não entendeu qual é o impacto aplicado a seu negócio. E, antes de investir, qualquer empresário precisa ter muita clareza do retorno do investimento. Isso acontece em todos os lugares, inclusive no Brasil.

E com a última pergunta, de que forma países emergentes, como o Brasil, podem capturar os ganhos da digitalização na indústria?

Os saltos de produtividade permitem que países mais atrasados fiquem em pé de igualdade em relação a outros. Mas vai além disso. Novos segmentos e produtos estão surgindo em um ambiente de imensa competitividade internacional.

Em muitos países, a digitalização de fato está avançando rapidamente. E as economias correm o risco, assim como os negócios, de ser atropeladas por um competidor que agiu mais rápido.



BIBLIOTECÁRIO





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

BIBLIOTECÁRIO

DICAS PARA ESCREVER O RESUMO DE SEU ESTUDO CIENTÍFICO:

Um resumo deve informar a essência do estudo de maneira resumida, mas completa (com tamanho de acordo com as normas da publicação). Os leitores devem ter uma ideia clara do estudo após ler o resumo. Basicamente deve-se colocar informações referentes aos objetivos da pesquisa, procedimentos usados, observações e dados coletados, resultados obtidos e conclusões do estudo. Os detalhes, as referências, as discussões e os gráficos não devem ser incluídos no resumo.

Informações essenciais para conter no resumo.

1- Finalidade da pesquisa

- Uma indicação introdutória da razão, para investigar o tema do projeto.
- Uma indicação do problema e/ou hipótese que está sendo estudada.

2- Finalidade da pesquisa

- Um resumo dos pontos chaves e uma vista geral de como a investigação foi conduzida.
- Um resumo sem muitos detalhes sobre os materiais usados.

3- Observações/Coleta de dados/Resultados

- Esta seção deve fornecer os resultados principais que conduzem diretamente às conclusões do estudo.
- Não se deve dar muitos detalhes sobre os resultados nem incluir tabelas ou gráficos.

4- Conclusões

- As conclusões da investigação e possíveis indicações para aplicação.

Segue uma dica (exemplo) para escrever o resumo, veja a ilustração, com os trechos devidamente coloridos:

- 1- (finalidade da experiência)
- 2- (procedimentos usados)
- 3- (Observações/Dados/Resultados)
- 4- (Conclusões)

Exemplo;

A urbanização e exploração dos recursos naturais de maneira mal planejada vêm causando sérios impactos ambientais. Grandes derrubadas de áreas verdes podem incorrer na extinção de espécies de animais e plantas ainda não estudadas, além de causar desequilíbrios ambientais que podem atingir grandes extensões em torno das áreas derrubadas. Desenvolvemos um estudo do impacto da derrubada da floresta nativa e aterramento da área onde agora fica localizado o campus básico da UFPA sobre a biodiversidade da fauna de invertebrados do solo. Nossa hipótese é que o aterramento diminui drasticamente a biodiversidade dos invertebrados do solo. Mediante o uso de armadilhas para captura de invertebrados, coletamos espécimes em diferentes locais do campus (bosques aterrados e bosques não aterrados). Depois de identificar e catalogar os espécimes de acordo com sua classificação taxonômica, procuramos fazer comparações da quantidade de variedades de espécimes coletadas em diferentes locais dentro do campus da UFPA, por meio de gráficos comparativos. Após a análise dos resultados, encontramos grandes diferenças na abundância e distribuição entre as ordens nas áreas estudadas.

Isso indica que, com o aterramento do bosque, a fauna de invertebrados do local foi seriamente alterada. Apesar deste estudo ter um caráter de investigação preliminar, uma vez que se faz necessária a coleta e análise de um número maior de amostras para que se tenha uma maior representatividade da fauna nos dois ambientes estudados, já serve de alerta sobre os potenciais perigos de aterramento de grandes áreas de mata virgem, sem a realização de estudos sobre a biodiversidade existente nos locais a serem utilizados para grandes construções humanas.

Ricardo De Bonis, PhD, MBA, DDS



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA IDEÁRIO

Nenhum autor poderá conceder visibilidade prévia às contribuições enviadas a Editoria da Revista, que deverão ser, dessa forma, inéditas.

A extensão mínima e máxima dos artigos da REVISTA IDEÁRIO será assim considerada:

- Artigo monográfico (pesquisa): 5.000 a 7.000 palavras;
- Monografia sobre um tema conceitual/teórico: máximo de 3.000 palavras;
- Resenha de livros/obra literária ou lingüística: máximo de 1000 palavras

A redação dos textos deverá ser feita em português, de acordo com a ortografia vigente. Serão recebidas também produções em espanhol.

Os trabalhos deverão ser digitados em Word for Windows versão 2007 ou superior. Fonte: Bookman Old Style, 11 pts. O espaçamento entre linhas será de 1,5. Deverá ser respeitada a margem esquerda e superior de 3 cm e a margem direita e inferior de 2cm.

As Tabelas, Quadros e Figuras poderão ser apresentados ao final do trabalho digitado. As figuras deverão ser encaminhadas em extensão JPEG ou TIF, com resolução mínima de 300 dpi.

Aplica-se, no que couber, outras normas da ABNT, em especial as Normas: NBR 6022 - NBR 6023 - NBR 6024 - NBR 6028 - NBR 10520 - NBR 10719.

ESTRUTURA DOS TRABALHOS

- Título do Estudo;
- (APRESENTAÇÃO): Nome (s) do (s) autor (es) e referência à especialidade, função e instituição a que pertence(m). *Exemplo de como devem aparecer os nomes no artigo, no final do texto;*
- Resumos: Devem ser escritos em português e também em espanhol (não serão aceitos traduções tipo Google). Não deve exceder a 150 palavras. Deve conter sinteticamente o que foi feito, os resultados e as conclusões;
- Introdução;
- Materiais e Métodos (ou Metodologia);
- Apresentação e Discussão dos Resultados;
- Conclusão;
- Referências: Deverá conter no máximo 25 referências;

Os artigos propostos deverão conter uma **FOLHA DE ROSTO** com título do estudo, seguido de autoria identificada: nome(s) do(s) autor (es) e endereço (s) eletrônico (s). Anexo ao artigo, uma breve nota biográfica (máximo 500 caracteres), incluindo instituição a que pertence, endereço completo, titulação e atividade profissional de cada autor.

Exemplo de apresentação dos autores:

Autor (s): Ricardo De Bonis¹, Ronaldo Carvalho² (outros autores)

- 1- Doutor em administração pela Universidade Americana – PY, Cirurgião-Dentista, Professor da Disciplina de Saúde e Bioética da Universidade Columbia Del Paraguay.
- 2- Doutor em administração pela Universidade Americana – PY, Administrador de Empresas, Professor da Disciplina de Tecnologia da Informação da Universidade Estadual de Goiás – BR.

ENCAMINHAMENTO DOS TRABALHOS

Os trabalhos deverão ser enviados para o endereço: contato@revistaideario.com.br

ABPÓS MERCOSUL

Associação Brasileira de
Pós-Graduados no Mercosul

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PÓS-GRADUADOS NO MERCOSUL - ABPÓS MERCOSUL é um entidade civil de caráter não lucrativo, com sede no Rio de Janeiro, e tem como objetivos precípuos colaborar para a consolidação dos cursos de pós-graduação ministrados no MERCOSUL; para a admissão, no Brasil, de forma automática dos títulos de pós-graduação emitidos em outros países do Mercosul; para a consolidação do intercambio cultural e educacional dos países do Mercosul; para a apresentação da qualidade de tais cursos; para a defesa dos direitos de seus associados, colaborando para a garantia dos direitos pessoais e profissionais, para o convívio fraterno e a solidariedade mútua no ambito academico, profissional e social.

➤ QUEM DEVE SE ASSOCIAR:

Mestres, Doutores, Mestrandos, Doutorandos, Dirigentes de Universidades do MERCOSUL, Docentes e demais simpatizantes do Programa Mercosul de Pós-Graduação.

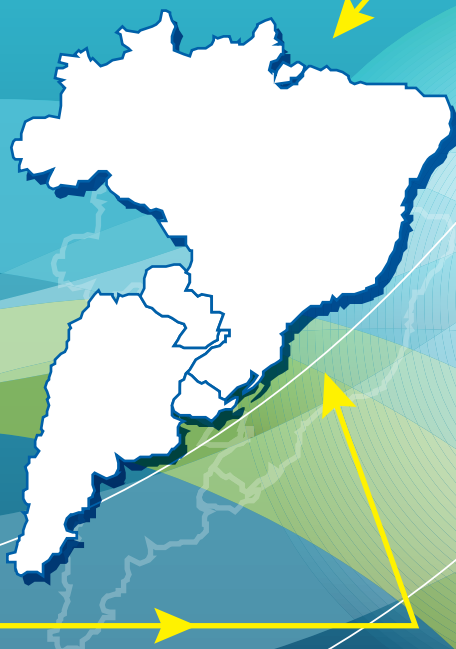
www.abposmercosul.com.br

E-mail: secretaria@abposmercosul.com.br

Tel.: 55 (21) 3173.9334

CEP: 20.270-971

Seja um
associado
e abrace a
nossa causa.





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA

ISSN 2525-5975